

Lerice de Castro Garzoni

**Arena de combate: gênero e direitos na imprensa diária
(Rio de Janeiro, início do século XX)**

CAMPINAS, JUNHO de 2012

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Lerice de Castro Garzoni

**Arena de combate: gênero e direitos na imprensa diária
(Rio de Janeiro, início do século XX)**

**Tese de Doutorado apresentada ao
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual e
Campinas, para obtenção do título de
Doutor em História, na Área de
Concentração História Social.**

Este exemplar corresponde à redação final
da Tese defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em 05/06/2012.

Orientadora Profa. Dra. Maria Clementina Pereira Cunha

CAMPINAS, JUNHO de 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

G199a	Garzoni, Lerice de Castro, 1982- Arena de combate: gênero e direitos na imprensa diária (Rio de Janeiro, início do século XX) / Lerice de Castro Garzoni. - - Campinas, SP : [s. n.], 2012. Orientador: Maria Clementina Pereira Cunha. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 1. Imprensa – Rio de Janeiro (RJ) – Séc. XX. 2. Gênero. 3. Trabalho. 4. Feminismo. 5. República. I. Cunha, Maria Clementina Pereira, 1949- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.
-------	---

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Arena of combat: gender and rights in the daily press
(Rio de Janeiro, beginning of the twentieth century)

Palavras-chave em inglês:

Press – Rio de Janeiro (RJ) – 20th century

Gender

Work

Feminism

Republic

Área de concentração: História Social

Titulação: Doutor em História

Banca examinadora:

Maria Clementina Pereira Cunha [Orientador]

Alessandra El-Far

Cristiana Schettini Pereira

Jefferson Cano

Sidney Chalhoub

Data da defesa: 05-06-2012

Programa de Pós-Graduação: História

LERICE DE CASTRO GARZONI

Arena de combate: gênero e direitos na imprensa diária (Rio de Janeiro, início do século XX)

Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Profa. Dra. Maria Clementina Pereira Cunha.

COMISSÃO JULGADORA

TITULARES:

088612102
Prof. Dra. Maria Clementina Pereira Cunha - UNICAMP (orientadora)

Prof. Dra. Alessandra El-Far - UNIFESP

Prof. Dra. Cristiana Schettini Pereira - UNSAM

Prof. Dr. Jefferson Cano - UNICAMP

Prof. Dr. Sidney Chalhoub - UNICAMP

SUPLENTE:

Prof. Dra. Mariza Corrêa - UNICAMP

Prof. Dr. Marcelo Balaban - UNB

Prof. Dra. Silvia Hunold Lara - UNICAMP

JUNHO/2012

Para minha mãe, Flávia, com todo meu carinho.
Para meu pai, Antonio, na memória e no coração.

AGRADECIMENTOS

Eu agradeço a oportunidade de fazer este trabalho, às instituições e aos profissionais que deram o suporte necessário ao seu desenvolvimento e, especialmente, às pessoas que acreditaram no projeto e me incentivaram com amor, idéias, críticas e carinho. Agradeço a FAPESP e a CAPES por terem financiado, em diferentes momentos, esta pesquisa e sou muito grata aos funcionários da UNICAMP a quem recorri, sobretudo os da Biblioteca Prof. Dr. Otávio Ianni e do Arquivo Edgard Leurenroth. Ao longo dos últimos anos, estive em inúmeros arquivos e bibliotecas e, mesmo sem nomeá-los diretamente, gostaria de registrar a minha gratidão a todos os seus funcionários.

Minha orientadora, professora Maria Clementina Pereira Cunha, merece um agradecimento especial. Foram muitas reuniões, muitas mensagens trocadas e um sem número de leituras e releituras. Bem-humorada e crítica, ela teve extrema paciência com os inúmeros “becos sem saída” que encontrei ao longo da pesquisa, me ajudando a criar as minhas próprias estratégias para lidar com eles. Agradeço sua persistência e seu apoio nos momentos mais críticos, na resolução de problemas práticos e no período de luto.

Agradeço à professora Silvia Lara por suas valiosas críticas ao projeto de pesquisa e aos textos que escrevi ao longo do doutorado. Ela me ajudou com questões acadêmicas e burocráticas e seu incentivo foi fundamental para que eu conseguisse organizar o estágio de pesquisa na França. Graças ao seu intermédio, entrei em contato com o professor Jean Hébrard que, de forma extremamente gentil, auxiliou a confecção do projeto e os trâmites da documentação. Agradeço também ao professor Roger Chartier, que aceitou ser o supervisor do período de estágio e sempre foi muito atencioso comigo. Na França, agradeço ainda à professora Judith Lyon-Caen e à professora Marie-Ève Thérenty, que me auxiliaram a entrar em contato com a produção acadêmica recente sobre o tema da pesquisa.

Agradeço ao professor Jefferson Cano e à professora Cristiana Schettini por terem participado da banca do exame de qualificação. Suas críticas foram imprescindíveis para que conseguisse esclarecer, organizar e melhorar o texto apresentado. De forma muito generosa, Cristiana Schettini ainda compartilhou inúmeras referências bibliográficas, me ajudando a encontrar um vocabulário adequado para apresentar os resultados da pesquisa.

Agradeço ao professor Sidney Chalhoub e ao professor Robert Slenes que, junto com a professora Silvia Lara, aceitaram discutir a primeira versão de um dos capítulos desta tese em uma reunião da linha de pesquisa. Nesse debate, as observações e críticas de Laura Mendes, Ludmila Maia, Karina Melo e Soraia Dorneles também foram muito importantes e, por isso, gostaria de agradecê-las.

Os professores Fernando Teixeira da Silva, Leonardo Pereira, Cláudio Batalha e Marcelo Balaban sempre me socorreram quando pedi ajuda e as professoras Mariza Corrêa e Karen Offen foram muito solícitas com minhas dúvidas. Agradeço à professora Alessandra El Far, por aceitar o convite para fazer parte da banca, o que me deixou muito feliz. Além de ajudar da parte burocrática, Flávia Peral é uma amiga que admiro e agradeço muito. Agradeço ainda à professora Maria de Fátima Fontes Piazza, ao professor Dominic Hardy e à professora Farida Gad El Hak, com quem tive a oportunidade de conversar sobre o meu trabalho em diferentes encontros de pesquisa ao longo do doutorado.

Aos colegas que ingressaram comigo no programa de pós-graduação em História Social da Cultura, um abraço saudoso e cheio de gratidão pelas nossas conversas e discussões. Um agradecimento muito carinhoso a todos os alunos que frequentaram as aulas da disciplina “A imprensa como fonte histórica” no primeiro semestre de 2009 no IFCH, assim como a todos aqueles que estiveram no mini-curso “História e Imprensa” do Encontro Regional da ANPUH de Minas Gerais em 2008 e no mini-curso “História da leitura, imprensa e gênero” no Encontro Regional da ANPUH de São Paulo em 2010. Ao elaborar as ementas, preparar as aulas e, principalmente, discutir textos e idéias com vocês, eu aprendi muito mais sobre o nosso ofício, além de conseguir elaborar novas questões e avançar na pesquisa.

Nas idas e vindas para pesquisar e participar de congressos, muita gente me acolheu e me animou a seguir em frente, velhos e novos amigos, a quem agradeço com carinho: Aderivaldo Santana, Leni Boom, Lettícia Leite, Rosângela Jesus da Silva, Sofia Mendonza, Laura Chartain, Paula Pinhal, Silvana Santiago e sua linda Família, Marília Oliveira, Carolina Fedatto, Pedro Schio, Jacques Fux, Roberto Carr-Ribeiro, Albina Pereira. Em Campinas, os encontros (não tão frequentes quanto gostaria) com pessoas queridas renovavam as minhas baterias para o dia-a-dia da pesquisa: Maíra Chinelatto, Guilherme

Pozzer, Luciana Barbeiro, Mariana Sombrio, Cléo de Paula, Luciana Limeira, Gisela Geraldi.

Meus amigos queridos Paulo Terra e Cristiane Miyasaka foram leitores vorazes de trechos deste trabalho. Daniela Silveira também leu e conversou comigo sobre muitos problemas de pesquisa, desde a elaboração do projeto lá atrás. Tão importante quanto a interlocução intelectual, foi a presença de vocês ao longo desses anos, amizade a toda prova, que fica até difícil agradecer. Mariana Gallo, Roberta Silvestre e Ricardo Barros também são amigos imprescindíveis nessa jornada, deixando tudo mais doce e divertido. Benjamin Parton se tornou um amigo de perder a hora conversando sobre a vida, sempre preocupado em ajudar os outros. Por tudo isso, agradeço a todos vocês de coração e peço desculpas pela minha ausência nos últimos tempos.

Agradeço o carinho atônito e exigente dos meus familiares e a vizinhos que foram verdadeiros anjos da guarda, especialmente a Família Broetto e Gabriel Sordi.

Todas as palavras do mundo não seriam suficientes para agradecer minha família. Quero começar falando de Alice Marchiori Garzoni, cuja chegada deixou tudo mais bonito e me transformou em um tia super sorridente e coruja. Aos seus pais, Milena Marchiori e Flaiton Garzoni, agradeço as palavras de estímulo e os abraços apertados, sempre me empurrando adiante. Minha querida irmã, Elionete de Castro Garzoni, agradeço por tudo o que ela sempre fez por mim e que, ao longo dos últimos anos, também incluiu alojamento em Campinas, longas conversas para enfrentar o medo, corridas para o médico nas épocas mais complicadas, enfrentar burocracia na minha ausência, ouvir relatos empolgados dos dias produtivos no arquivo e... me animar nos dias não tão bons assim. Minha mãe, Flávia Maria de Castro Garzoni, é a pessoa que mais admiro no mundo, com seu jeito leve de enfrentar os problemas muito complicados e de seguir em frente cheia de coragem, apesar da dor. Ela me ajudou com seu exemplo, com suas orações, com suas palavras e gestos. Agradeço por ter acreditado em mim e por não ter deixado que prolongasse além da conta os momentos de desânimo. O agradecimento mais difícil e cheio de saudade é para meu pai, Antonio Garzoni, que faleceu pouco mais de um ano após o início do doutorado. Meu pai me incentivou sempre e ficou muito feliz quando iniciei esse trabalho. Gosto de pensar que este resultado carrega muito de seus sonhos e do seu amor.

RESUMO

Esta tese discute a dimensão de gênero dos debates por direitos na grande imprensa carioca do início do século XX. A partir de episódios selecionados no *Correio da Manhã*, analisa como homens e mulheres mobilizaram os conceitos de feminino e masculino, explorando suas indefinições e mudanças naquele contexto histórico, com diferentes objetivos: justificar sua intervenção nos jornais diários, construir argumentos e questionar a legitimidade de seus adversários. Acompanha, portanto, como esses sujeitos interpretavam os impactos da República em suas vidas, exprimindo expectativas ou recriminações em relação às mudanças advindas com o novo regime. A partir da trajetória de alguns colaboradores e das possibilidades abertas à participação de leitores, discute o uso da imprensa para a reivindicação de direitos e como concepções de trabalho feminino e feminismo foram elaboradas nesse contexto.

PALAVRAS-CHAVE:

Imprensa, Gênero, Trabalho, Feminismo, República.

ABSTRACT

This thesis discusses the gender dimension of the debates on rights that took place in Rio de Janeiro's daily press in the early twentieth century. By selecting episodes from the *Correio da Manhã*, this research examines how men and women mobilized the concepts of male and female, exploring its uncertainties and changes in that historical context, with different objectives: to justify its intervention in the daily newspapers, construct arguments and question the legitimacy of their opponents. It analyses how these people interpreted the impacts of the Republic in their own lives, expressing expectations or recriminations regarding the changes that came with the new regime. From the trajectory of some writers and the possibilities open to the participation of readers, it discusses the use of the press for claiming rights and how conceptions of women's work and feminism have been elaborated in this context.

KEY WORDS:

Press, Gender, Work, Feminism, Republic.

RÉSUMÉ

Cette thèse traite de la dimension du genre dans les débats pour les droits dans la presse de la ville du Rio de Janeiro au début du XXe siècle. A partir d'épisodes choisis du journal *Correio da Manhã*, on examine comment des hommes et des femmes ont mobilisé les concepts de masculin et féminin, explorant ses incertitudes et ses évolutions dans ce contexte historique, avec différents objectifs: pour justifier leurs interventions dans les quotidiens, construire des arguments et questionner la légitimité de leurs adversaires. Cela permet de comprendre comment ces personnes ont interprété les impacts de la République dans leurs vies, en exprimant des attentes ou des frustrations en relation aux transformations à l'œuvre sous le nouveau régime. A partir de la trajectoire de certains collaborateurs de presse et des possibilités ouvertes à la participation des lecteurs, on analyse l'utilisation de la presse pour la revendication de droits et comment des conceptions du travail des femmes et du féminisme ont été forgées dans ce contexte.

MOTS CLÉS:

Presse, Genre, Travail, Féminisme, République.

SUMÁRIO

Introdução.....	21
Capítulo I – Intimidade pública: projetos e conflitos no <i>Correio da Manhã</i>	43
1. A “questão do dinheiro”	46
2. Carlos de Laet: “professor primário”	56
3. Carlos de Laet: amante da infância e das mulatas	67
4. “Leitura para homens”	73
Capítulo II – Proteção e emancipação	85
1. A nação como justificativa: críticas e demandas	87
2. “Escravizadas”: trabalho doméstico, gênero e metáforas da servidão.....	96
3. Nação, trabalho e raça em Julia Lopes de Almeida	105
4. Índios e mulheres: gênero e raça na imprensa	113
5. “Sou eu a Nação”: os sentidos da emancipação	128
Capítulo III – Debatendo os próprios direitos	133
1. De como conjugar moda e política	136
2. Adaptando fórmulas e temas	143
3. Dos bigodes aos maridos: o voto das leitoras	149
4. Casamento civil: amor, contrato e história	158

5. Contratos, direitos e trabalho	167
6. Contratos, direitos e honra sexual	177
7. Feminismo, trabalho e classe	190
 Capítulo IV – O que vai pelo mundo: sufragistas e trabalhadoras.....	207
1. Que deve ser a mulher? Construindo regras e exceções	209
2. Feminismo: boas e más interpretações	218
3. Política, inteligência e força	232
4. Do público ao privado: estratégias da oposição	240
5. Da beleza à política: Selda Potocka e suas leitoras	249
 Epílogo.....	265
 Fontes.....	273
 Bibliografia.....	277

INTRODUÇÃO

Em 1907, Carmem Dolores, pseudônimo da escritora Emília Moncorvo Bandeira de Melo, empregava o espaço de sua coluna semanal no jornal *Correio da Manhã* para defender a total dissolução do casamento pelo divórcio. Colaboradora da seção de honra desse periódico desde o ano anterior, Carmem Dolores comentava os acontecimentos da semana, selecionando questões da atualidade como mote de seus escritos. O divórcio já havia sido publicamente debatido quando projetos de lei sobre o tema foram apresentados na Câmara dos Deputados em 1893 e no Senado em 1900¹. Em maio de 1907, o assunto foi retomado pelo advogado Marcílio Teixeira de Lacerda, na polêmica tese que apresentou no Instituto dos Advogados do Rio de Janeiro².

Ao comentar esse fato, Carmem Dolores expressava sua própria opinião, manifestando-se enfaticamente favorável a uma nova lei do divórcio. Ao mesmo tempo, reconhecia que “a agitação deste problema perturba os espíritos timoratos ou convencionais” e relatava uma viagem de bonde, durante a qual teve a oportunidade de acompanhar a repercussão de seus artigos, escutando as “ameaçadoras indignações” do público³. Dias mais tarde, o mesmo jornal convidava as “gentis leitoras a dar a sua valiosa opinião” sobre o assunto⁴. Nos meses seguintes, as cartas enviadas à redação foram publicadas em lugar de destaque, na primeira ou na segunda página das edições de domingo, em um total de 106 colaborações assinadas por nomes ou pseudônimos que remetiam a autoras do sexo feminino⁵.

Nessas cartas, havia uma variedade de argumentos favoráveis e contrários a uma nova lei do divórcio. Entre as participantes que eram a favor dessa lei, muitas associaram as transformações nas uniões conjugais à conjuntura econômica, considerando que as oscilações e mudanças no mercado de trabalho condicionavam aquelas que ocorriam no

¹ Para detalhes sobre projetos de leis sobre esse tema discutidos em 1893 e em 1900 ver, respectivamente *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893, vol.II, sessão 20/06/1893, pp.322-333 e *Anais do Senado*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900, vol. I, sessão 30/07/1900, pp. 270-282.

² Sobre o debate no Instituto da Ordem dos Advogados em 1907, em decorrência da tese apresentada por Marcílio Teixeira de Lacerda, ver Guimarães, Lucia e Ferreira, Tânia. “Myrthes Gomes de Campos (1875-?): Pioneirismo na luta pelo exercício da advocacia e defesa da emancipação feminina” in *Gênero*, v.9, n.2, 2009, pp.135-151.

³ *Correio da Manhã*, “Conversando...” de Carmem Dolores, 03/05/1907, p.1.

⁴ *Correio da Manhã*, “O Divórcio: novo concurso do *Correio da Manhã*”, 12/05/1907, p.1.

⁵ *Correio da Manhã*, 18/08/1907, balanço das cartas recebidas.

âmbito privado e matrimonial. Nesse contexto, o trabalho foi bastante tematizado, com questionamentos sobre as funções que deveriam ser desempenhadas por maridos e esposas na unidade conjugal. Também havia reflexões sobre como mulheres solteiras, viúvas, divorciadas ou sozinhas poderiam garantir sua subsistência de forma honrada. O tema do divórcio permitiu, enfim, que leitoras publicassem algumas de suas inquietações acerca da relação entre vida financeira e escolhas amorosas, assim como entre trabalho e honra.

Essa enquete também fez com que muitas mulheres discorressem sobre o caráter da legislação brasileira, ora menosprezada como uma farsa misógena, ora exaltada como um meio eficaz de intervir nos rumos da sociedade. Certas correspondentes, por exemplo, não acreditavam que mudanças legais as beneficiariam, devido à falta de representatividade do sexo feminino entre legisladores e juízes, ou seja, ao fato de que as leis eram elaboradas, discutidas e aplicadas exclusivamente por homens. Para justificar diferentes posicionamentos quanto à reformulação legal, foram empregados desde argumentos que remetiam à moralização da família e da pátria, até teorizações sobre instintos e diferenças sexuais.

Quase todas as votantes buscaram apontar as consequências de uma nova lei do divórcio na vida das mulheres, sobre como isso elevaria seu status legal, fomentando sua condição de igualdade em relação aos homens, ou provocaria sua desmoralização e exclusão social. Mesmo que nenhuma participante tenha se qualificado como feminista, não tardou para que outros colaboradores vislumbassem os diálogos que elas estabeleciam com idéias associadas ao feminismo, a começar pelo incômodo uso da metáfora da escravidão. Nos artigos que avaliavam as repercussões da enquete, havia um enorme esforço em definir o significado desse termo, remetendo às suas origens estrangeiras e seus desdobramentos no Brasil, identificando as formas de engajamento possíveis e o que havia de legítimo em cada uma delas⁶.

Reunidas, todas essas informações publicadas em meados da década de 1900, chamam a atenção para a importância da participação das mulheres nesse jornal da grande imprensa⁷. Afinal, além de contar com a colaboração regular de uma escritora, seus editores

⁶ *Correio da Manhã*, "Feminismo" de Osório Duque Estrada, 08/05/1907; "Conversando..." de Carmem Dolores, 17/06/1907; "Feminismo" de Myrthes de Campos, 13/05/1907; "O divórcio" de Adão Bertholdo, 06/08/1907 e dias subsequentes; "Feminismo e Divórcio" de Narcísia Florentina, 25/08/1907.

⁷ Segundo Tânia Regina de Luca, "a expressão grande imprensa (...) de forma genérica designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação,

tiveram o cuidado de se dirigir especificamente às leitoras, conferindo-lhes um papel central na publicação durante a enquete. Outra característica que sobressai é o alcance das metáforas e dos argumentos mobilizados naquela ocasião, nos quais se articulavam e se contrapunham diferentes concepções sobre trabalho, gênero, direitos e feminismo. A partir de suas experiências, mulheres de diferentes classes sociais não só mobilizavam elementos recorrentes nos debates públicos sobre a lei do divórcio, mas também forneciam novas perspectivas de análise.

A consulta a publicações congêneres mostra que a participação de colaboradoras e a formulação de enquetes dirigidas ao público feminino não eram exclusividades do *Correio da Manhã* naquele momento⁸. Tratavam-se de estratégias comuns a diversas folhas cariocas, com vistas a aumentar as vendas e conquistar o maior número possível de leitores e, em especial, leitoras. Tão importante quanto essa presença de mulheres na grande imprensa era a percepção, existente entre os contemporâneos, de que os jornais diários constituíam um veículo privilegiado para refletir sobre os sentidos de masculino e feminino naquele momento histórico, para tentar definir direitos e lutar por reconhecimento social.

O objetivo do presente trabalho é refletir sobre a dimensão de gênero dos debates sobre direitos na grande imprensa, a partir da trajetória inicial do *Correio da Manhã*. Fundado em 1901, esse periódico tinha a proposta de promover a moralização da imprensa diária, mantendo uma postura crítica em relação ao governo federal e aos poderes públicos em sua totalidade. O periódico também foi concebido como uma empresa, visando popularidade e lucro, e não raro houve tensão entre os objetivos políticos e aqueles de ordem comercial. Polêmico, o *Correio da Manhã* se estabeleceu rapidamente como um dos

perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro”. Luca, Tânia Regina de. “A grande imprensa no Brasil da primeira metade do século XX”. in Martins, Ana Luiza e Luca, Tânia Regina. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, pp.149-75. Uso a expressão “grande imprensa” para fazer referência aos jornais diários e de cunho generalista, que circularam na cidade do Rio de Janeiro entre o final do século XIX e o início do XX.

⁸ Pelo contrário, ao empregar esses atrativos, esse periódico respondia às iniciativas de seus concorrentes, entre os quais se destacava *O Paiz*. Desde o final de 1905, esse jornal mantinha a colaboração regular das escritoras Julia Lopes de Almeida e Carmem Dolores, tendo proposto um plebiscito sobre os sentidos da educação feminina em 1906. Até o final de 1905, a direção desse jornal esteve a cargo de Alcindo Guanabara, cujos posicionamentos políticos eram diametralmente opostos aos de Edmundo Bittencourt. Alcindo Guanabara também ficou conhecido por ter incentivado a participação de escritoras como colaboradoras no periódico, particularmente Carmem Dolores, abrindo-lhe a carreira do jornalismo. Sobre isso, ver Vasconcelos, Eliane. “Carmem Dolores” in Dolores, Carmem. *Crônicas: 1905-1910*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998, p.12. Apesar da saída de Guanabara da direção de *O Paiz*, os editores continuam a investir em escritoras e leitoras, mantendo uma disputa política e comercial com o *Correio da Manhã*. Isso parece explicar a estréia, no final de 1906, da própria Carmem Dolores como colaboradora na folha de Bittencourt. *Correio da Manhã*, “Silhuetas” de Carmem Dolores, 31/10/1906.

grandes jornais diários do Rio de Janeiro, tendo à frente, como seu proprietário e diretor, o advogado Edmundo Bittencourt⁹.

De sua fundação até meados da década de 1910, o *Correio da Manhã* foi analisado com vistas a identificar os principais conflitos entre seus colaboradores, assim como as intervenções do público leitor sobre temas diversos. Ao longo desses anos, a folha criou diferentes oportunidades para o debate de direitos, sempre em diálogo com iniciativas de outras publicações generalistas ou voltadas para públicos específicos. Nessas ocasiões, homens e mulheres interpretavam os impactos da República em suas vidas, exprimindo expectativas ou recriminações em relação às mudanças advindas com o novo regime, sobretudo quanto a projetos de lei que pretendiam regular domínios entendidos como privados ou controlar o acesso a determinadas profissões. O direito ao trabalho também foi tema recorrente pois, além da reconfiguração de hierarquias sociais, próprias do pós-abolição, a crescente visibilidade de mulheres no mercado de trabalho impunha novas reflexões. Tratava-se, portanto, de usar a imprensa para avaliar e intervir na forma como as diferenças sexuais vinham sendo apropriadas pelas autoridades republicanas.

O significado do termo feminismo, que passou a ser usado como bandeira de luta e de articulação de grupos brasileiros a partir do final da década de 1910, também foi objeto de disputa nesse processo. Tendo em vista algumas das interpretações historiográficas sobre o movimento feminista no Brasil, um episódio como o da enquete sobre o divórcio poderia ter diferentes interpretações. Por um lado, segundo uma perspectiva que destacou as sucessivas conquistas do feminismo, ele poderia ser visto como uma manifestação de mais uma etapa rumo a ideais igualitários, o que havia sido iniciado pelas editoras de jornais emancipacionistas da segunda metade do século XIX e concluído, ao menos em uma “primeira onda” do feminismo brasileiro, com a aprovação do direito ao voto feminino em 1932¹⁰. Por outro lado, poderia ser considerado como uma excepcionalidade, em uma longa história de exclusão das mulheres – enquanto produtoras, consumidoras e assunto – da

⁹ Em 1923, Edmundo Bittencourt transferiu a propriedade do jornal para seu filho Paulo Bittencourt, que assumiria a direção nos anos 1940. A posse do jornal ainda passaria para sua esposa, Niomar Moniz Sodré Bittencourt em 1963, antes de ser arrendado por Maurício Nunes de Alencar e Frederico Gomes da Silva em 1969. Seus últimos números circularam no ano de 1974, sendo suas atividades definitivamente encerradas no ano seguinte, consequência de sua contestação ao governo militar.

¹⁰ Para uma pesquisa pioneira, em que há essa perspectiva de destacar as sucessivas conquistas do feminismo, inclusive a utilização da grande imprensa como meio de propaganda, ver Alves, Branca Moreira. *Ideologia e Feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

imprensa generalista, cuja tônica dominante era ridicularizar tanto as militantes quanto as idéias identificadas ao feminismo¹¹.

Desse panorama, a única conclusão possível é que, seja como veículo ocasional de propaganda feminista, seja como uma mídia que tende a reiterar estereótipos de gênero, a grande imprensa do início do século XX teve um papel importante, e ainda sub-avaliado, na história do feminismo no país. Mas é possível extrapolar essa perspectiva que oscila entre os incentivos e os entraves que jornais diários poderiam interpor ao desenvolvimento do feminismo, entendido como um corpo constituído de idéias de sentido auto-evidente. A grande imprensa, como pretendemos mostrar, viabilizou o envolvimento de diferentes sujeitos na própria construção do que poderia ser entendido como feminismo naquele momento histórico.

Desde o final do século XIX, as mulheres que eventualmente colaboraram em folhas diárias na cidade do Rio de Janeiro eram responsáveis, em sua grande maioria, pela escrita de seções femininas, nas quais o principal objetivo era aconselhar as leitoras sobre serviço doméstico, moda, literatura, comportamento e, de forma esporádica, tecer comentários sobre a atualidade¹². À primeira vista, esse tipo de participação feminina na grande imprensa, que tendia a direcionar a escrita e a leitura das mulheres para temas relacionados ao universo doméstico, reiterava a dicotomia entre esfera pública associada ao masculino e esfera privada associada ao feminino. Essa idéia, porém, é bastante questionável, na medida em que a fórmula dos conselhos foi empregada com diferentes ênfases em cada uma das seções femininas, dependendo das motivações de suas autoras, do momento em que foram escritas e da forma como dialogaram com a publicação como um todo. Então, apesar de aparentemente distantes da discussão política, essas seções poderiam veicular observações importantes sobre a inserção das mulheres na sociedade, questionando a própria oposição entre público e privado ou abordando-a de maneira ambígua¹³. Além

¹¹ Sobre ironia, imprensa e feminismo, ver Soihet, Rachel. “La première vague du féminisme brésilien de la fin du XIXe. siècle aux années trente” in *Clio: histoire, femmes et sociétés*, n.7, 1998.

¹² Ver as seções “Conversas Lisbonenses”, de Maria Amália Vaz de Carvalho e publicada no jornal *O Paiz* entre 1884 e 1886; “Livro Doméstico”, assinado por Branca e publicado no *Jornal do Brasil* entre janeiro e abril de 1893; “Petits Bleus” publicada na *A Imprensa* entre fevereiro e abril de 1900. Apesar de ter lugar de destaque na *Gazeta de Campinas*, Julia Lopes também escrevia primordialmente para “donas de casa” e “leitoras” entre 1882 e 1884. Nos jornais cariocas do início do século XX, ver as seções “Modas” do *Jornal do Commercio* em 1900 e “Palestra Parisiense” de *O Paiz* em 1901.

¹³ Em alguns momentos, essas seções ampliaram o debate sobre o que definia as esferas pública e privada, problematizando o substrato de gênero associado a cada uma delas. Ver artigo de minha autoria, ainda inédito, intitulado “‘Queridas leitoras’: seções femininas na imprensa diária carioca no final do século XIX”.

disso, seria impossível mensurar os efeitos sociais de divisões generificadas do conteúdo e como foram vistas por parcelas distintas do leitorado, cujos focos de atenção não correspondiam necessariamente às intenções de editores e organizadores dos periódicos¹⁴.

Em relação a esse modelo de seção feminina, a maior parte das enquetes propostas às leitoras, sobretudo a partir de meados da década de 1900, apresentava a particularidade de propor um debate sobre os direitos das mulheres. Na enquete sobre o divórcio, por exemplo, as leitoras chamavam a atenção geral para as relações entre homens e mulheres no mercado de casamento e de trabalho, para imagens associadas à escravidão e para as intervenções do Estado nesse domínio. Ou seja, um tipo de participação em que sujeitos femininos estavam abertamente envolvidos em um debate de cunho político. De forma análoga, nesse mesmo período, escritoras foram convidadas a ocupar a seção de honra de importantes jornais diários, assinando crônicas e contos que não eram destinados exclusivamente às mulheres e abordavam os mais variados assuntos, inclusive mudanças legislativas que garantissem novos direitos a ambos os sexos, como a intervenção de Carmem Dolores em relação à nova lei do divórcio.

Na verdade, diferentes formas de inserção de leitoras e escritoras na grande imprensa conviveram ao longo do tempo¹⁵. Ainda que bastante distintas, tanto as seções femininas nos moldes tradicionais, quanto a presença de enquetes e de colaboradoras em lugar de destaque, expunham os limites e os fracassos de uma orientação normativa e generificada das concepções de público e privado. Sob essa perspectiva, os jornais diários, assim como outros tipos de periódicos, ampliavam o debate sobre o caráter dessa divisão, ao invés de simplesmente imporem ao leitorado uma visão única. Por outro lado, é inegável a importância ideológica dessa distinção, tanto nos últimos anos do período imperial, quanto no alvorecer republicano. Na própria imprensa, ao longo do tempo e em diferentes seções, a oposição entre público e privado foi mobilizada como parâmetro para descrever e

¹⁴ Pinson, Guillaume. "La femme masculinisée dans la presse mondaine française de la Belle Époque" in *Clio: Histoire, Femmes et Sociétés*, n.30, 2009, p.211.

¹⁵ A começar pelas próprias seções femininas que, ao longo do tempo, retomaram o modelo predominante no cenário oitocentista, condicionando a colaboração feminina nos jornais diários à apresentação de conselhos às leitoras. Nesse sentido, ver a seção "Consultório da Mulher", assinada pela escritora polonesa Selda Potocka, em 1916 no *Correio da Manhã*. Para as décadas de 1950 e 1960, ver as seções "Correio Feminino" e "Só para Mulheres", de autoria de Clarice Lispector e publicada nos jornais *Comício*, *Correio da Manhã* e *Diário da Noite*. Analisando jornais diários franceses da atualidade, Sylvie Debras criticou a tendência de criar cadernos femininos – voltados para temas como regime, cozinha, moda, entre outros – para atrair as leitoras. Ver Debras, Sylvie. "Lectrices oubliées au quotidien", *Réseaux*, 2003/4 (n. 120), p.201.

avaliar as ações de diferentes sujeitos, não raro com base em uma perspectiva de gênero. Tendo em vista essas considerações, é possível indagar em que medida foram justamente os confrontos entre diferentes versões sobre a oposição entre público e privado que criaram espaços privilegiados, ainda que limitados, para o debate sobre os direitos das mulheres no início do século XX.

Segundo alguns autores, essa divisão, assim como a associação das mulheres à esfera privada e dos homens à esfera pública, teve sua origem na Antigüidade Clássica¹⁶. O caráter atemporal e universalizante dessa distinção foi particularmente enfatizado pela antropóloga Michelle Rosaldo. Para ela, a oposição entre a orientação doméstica das mulheres e extra-doméstica dos homens constituiria um “modelo estrutural”, capaz de explicar a subordinação das mulheres em todas as sociedades humanas¹⁷. Por identificar um padrão de desigualdade irreduzível a causas biológicas, as proposições de Rosaldo tiveram repercussões importantes nos Estados Unidos, tanto na militância feminista, quanto em pesquisas acadêmicas¹⁸. O trabalho de Jürgen Habermas, *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, também foi uma importante contribuição nesse domínio, sendo bastante discutido pela teoria política e pela historiografia¹⁹. Um de seus maiores feitos foi justamente apontar a necessidade de historicizar a categoria de esfera pública, identificando suas características

¹⁶ Segundo Hannah Arendt, “a *polis* diferenciava-se da família pelo fato de somente conhecer ‘iguais’, ao passo que a família era o centro da mais severa desigualdade. (...) dentro da família, a liberdade não existia, pois o chefe da família, seu dominante, só era considerado livre na medida em que tinha a faculdade de deixar o lar e ingressar na esfera política, onde todos são iguais. É verdade que esta igualdade na esfera política muito pouco tem em comum com o nosso conceito de liberdade; significava viver entre pares e lidar somente com eles, e pressupunha a existência de ‘desiguais’; e estes, de fato, eram sempre a maioria da população na cidade-estado”, ver Arendt, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007 [1958], pp.41-42. Observando a Antigüidade Clássica, Nancy Fraser chama a atenção à etimologia das palavras público (relacionado a púbis) e testemunha (relacionada a testículo), o que sugeria que apenas aqueles que tinham pênis poderiam falar em público. Fraser, Nancy. “Rethinking the Public Sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy” in Calhoun, Craig (editor) *Habermas and the public sphere*. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 1992, p.114.

¹⁷ Rosaldo, Michelle. “Women, Culture and Society: a theoretical overview” in Rosaldo and Lamphere (eds.) *Women, Culture and Society*. Stanford: Stanford Press University, 1974, p.17. Para uma revisão da própria autora sobre seus argumentos, ver Rosaldo, Michelle. “The use and abuse of anthropology: reflexions on feminism and cross-cultural understanding” in *Signs*, v.5,n.3, Spring, 1980, pp.389-417.

¹⁸ Ryan, Mary P. *Women in Public: between banners and ballots, 1825-1880*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1990, pp.4-5.

¹⁹ Baseado em tese avaliada por membros da Escola de Frankfurt e publicado em alemão em 1962, o livro foi traduzido para o inglês apenas em 1989. Desde 1974, porém, um resumo das idéias centrais circulava em língua inglesa graças à tradução de um artigo de 1964: Habermas, Jürgen “The Public Sphere: An Encyclopedia Article (1964)”. in *New German Critique*, No. 3 (Autumn, 1974), pp. 49-55. Para avaliações do uso do conceito de Habermas entre historiadores, ver Goodman, Dena. “Public sphere and private live: toward a synthesis of current historiographical approaches to the Old Regime” in *History and Theory*, v. 31, n.1, (February 1992), pp. 1-20 e Mah, Harold. “Phantasies of the Public Sphere: Rethinking the Habermas of Historians” in *The Journal of the Modern History*, v.72, n.1, (Mar. 2000), pp. 153-182.

e mudanças a partir do século XVIII²⁰. Em contrapartida, o silêncio quanto às relações de gênero foi apontado como uma das principais lacunas desse estudo, sobretudo pela teoria feminista²¹.

Compreender a oposição entre público e privado nos termos dos próprios contemporâneos, sem entendê-la como uma característica inerente à humanidade e sem negligenciar as tensões de gênero, parece ser o grande desafio das pesquisas em história. Enquanto metáfora, a separação de esferas pode ser entendida como uma ideologia que teve implicações distintas ao longo do tempo. Esse tema foi amplamente discutido pela história das mulheres nos Estados Unidos, sendo que a tendência predominante até início dos anos 1970 foi a de enfatizar o caráter normativo e opressor dessa ideologia em relação às mulheres, sobretudo no século XIX, apresentando-as como vítimas de um estrito padrão de domesticidade²².

Em diálogo com esses estudos, outras historiadoras consideraram que, ao invés de um status subordinado, a associação dos princípios da feminilidade à esfera privada conferia poder às mulheres, permitindo que elaborassem uma cultura própria e uma “consciência de gênero”²³. Porém, a noção de “cultura feminina” foi amplamente criticada por ratificar os limites colocados à ação das mulheres, apagando os conflitos e as diferenças entre elas, além de poder ser usada para justificar medidas excludentes no mercado de

²⁰ Segundo Peter Hohendahl, “como é sabido, a oposição entre público e privado deriva da Antiguidade. Naquele momento, a esfera privada englobava a casa, a família e suas atividades; a esfera pública na cidade-estado antiga, por sua vez, incluía a atividade política comum, a preocupação com o bem-estar público. Ainda que essa distinção tenha sido tradicionalmente mantida (...) ela não corresponde à relação da sociedade e do estado no período moderno. Entre uma das maiores contribuições de Habermas esteve sua habilidade em delinear inconsistências teóricas e então historicizar a categoria de esfera pública.” Hohendahl, Peter. “Jürgen Habermas: The public sphere (1964)” in *New German Critique*, No. 3 (Autumn, 1974), p. 46, tradução de minha autoria.

²¹ Ver Fraser, Nancy. “Rethinking the Public Sphere” (...), *op. cit.*, pp.109-142.

²² Em 1966, Barbara Welter publicou “The cult of true womanhood”, sobre a ideologia de feminilidade nos Estados Unidos durante o século XIX: Welter, Barbara. “The cult of true womanhood: 1820-1860”. *American Quarterly*, 18, Summer 1966, pp.151-74. Sua influência fez com que muitos estudiosos partilhassem o pressuposto de que as mulheres norte-americanas “foram reféns dos quatro princípios de comportamento postulados por Welter – piedade, pureza, submissão, domesticidade”, conforme a crítica de Mary Kelley: Kelley, Mary. “Beyond the boundaries”. *Journal of Early Republic*, v.21, n.1, Spring 2001, p.73.

²³ Ver Smith-Rosenberg, Carroll. “The Female World of Love and Ritual: Relations between women in Nineteenth-Century America”, *Signs*, 1, Autumn, 1975; Cott, Nancy. *The bonds of Womanhood: woman’s sphere in New England, 1780-1835*. New Haven: Yale University Press, 1977; Varikas, Eleni. *La révolte des dames. Genèse d’une conscience féministe dans la Grèce du XIXe. siècle*, Thèse de doctorat, Paris VII, 1988.

trabalho²⁴. Analisando a produção historiográfica do início da década de 1980, Linda Kerber considerava que:

Quando usavam a metáfora das esferas separadas, os historiadores se referiam, não raro de modo intercambiável, a uma ideologia *imposta* às mulheres, a uma cultura *criada pelas* mulheres, a uma série de fronteiras *a serem observadas* pelas mulheres. Na maior parte das vezes, a metáfora ajudou os historiadores a evitarem considerações sobre raça; virtualmente toda a discussão sobre o assunto até muito recentemente focalizou a experiência das mulheres brancas, a maioria da classe média.²⁵

Aos poucos, como destacou Kerber, historiadores estadunidenses adotaram abordagens mais cuidadosas quanto ao uso dessa metáfora, assim como avaliações de suas consequências sobre as vidas de mulheres de diferentes origens. Nesse contexto, o debate sobre a categoria de gênero, com sua reformulação segundo teorias pós-estruturalistas, foi fundamental para questionar “a perpetuação da idéia de esferas separadas no registro da história (a sexualidade ou a política, a família ou a nação, as mulheres ou os homens)”²⁶. No Brasil da década de 1980, com a mudança do contexto político e a abertura de novos cursos de pós-graduação, as pesquisas sobre a história das mulheres abordavam a relação entre público e privado de diferentes formas.

Com uma perspectiva de História Social, alguns trabalhos focalizavam a experiência de mulheres pobres, tendo como principal fonte os processos criminais e outros documentos produzidos pela polícia²⁷. Essas escolhas teórico-metodológicas demarcavam um campo extremamente fértil para a reflexão sobre a separação das esferas. A própria fonte era caracterizada por trazer episódios da vida privada para o escrutínio dos homens da lei. Além disso, quando esses processos ganhavam a cobertura da imprensa, essas situações

²⁴ Dubois, Ellen Carol. *Woman suffrage and women's rights*. New York: New York University Press, 1998, pp. 5-8. Sobre as implicações políticas, ver a polêmica em torno do “Caso Sears” (1979-1986), Pinsky, Carla Bassanezi “Estudos de Gênero e História Social” in *Estudos Feministas*. Florianópolis, 17 (1), jan-jun, 2009, pp.170-2.

²⁵ Kerber, Linda. “Separate Spheres, Female Worlds, Woman's Place: The rhetoric of Women's History” in *The Journal of American History*, vol. 75, n.1, jun., 1988, p.17.

²⁶ Scott, Joan “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” in *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 16 (2), jul/ dez, 1990 [1986], p.8. Mais adiante, na página 15 desse mesmo artigo, Scott critica o tipo de história em que conceitos normativos são tratados como produtos de um consenso social, não como um conflito. Ver ainda Scott, Joan. “Deconstructing equality-versus-difference, or, the uses of poststructuralist theory for feminism” in *Feminist Studies*, 14, n.1, Spring, 1988, pp.33-50.

²⁷ Soihet, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989; Esteves, Martha Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

passavam a ser avaliadas pelo público em geral. Houve, por parte dessas historiadoras, o esforço de entender os sentidos da intervenção do Estado em conflitos privados, enfatizando a importância do aparato judicial para difundir valores que promovessem a formação dos futuros cidadãos e a disciplinarização dos trabalhadores²⁸. Ao mesmo tempo que analisaram essa intenção normatizadora, as autoras também mostravam como os sujeitos desafiavam os “alicerces da sexualidade burguesa” e não se restringiram a meros “objetos de dominação”²⁹. As personagens femininas dos processos analisados tinham necessidades e possibilidades de ação que estavam longe de se limitarem ao âmbito doméstico, observação que negava as conclusões generalistas de estudos anteriores sobre a família patriarcal, cuja tendência era estender estereótipos femininos de domesticidade a todas as mulheres³⁰.

A relação entre a honra da família e o futuro da nação, que permeava a construção do argumento dessas autoras, foi o tema central da pesquisa desenvolvida por Sueann Caulfield anos mais tarde³¹. Mais uma vez, a relação entre público e privado era observada pelo viés das experiências de trabalhadoras pobres, cujos conflitos haviam sido mediados pela polícia e pela justiça. Ao formular o problema em termos de gênero, Caulfield conseguiu observar como homens e mulheres se apropriavam dos valores de honra e moralidade, conferindo-lhes sentidos próprios, não raro associados com o reconhecimento implícito de hierarquias raciais. Ela também mostrou como os sujeitos envolvidos nesses processos definiam sua presença no espaço público e como os julgamentos de crimes sexuais influenciaram os debates sobre mudanças legislativas. Dessa forma, a autora mostrou como noções generificadas de honra foram fundamentais para definir o próprio sentido de nação na passagem para o Estado Novo.

Sobre a questão da separação das esferas, esse estudo apontou, por um lado, que a realidade das mulheres pobres na capital brasileira no início do século XX não correspondia a um ideal feminino baseado na submissão e na domesticidade. Por outro lado, também

²⁸ Para uma análise que enfatiza a normatividade da “implantação da ordem burguesa”, ver Rago, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, pp.61-116.

²⁹ Para os termos grifados, ver respectivamente: Esteves, Martha Abreu. *Meninas perdidas(...)* op.cit., p.32 e Soihet, Rachel. *Condição feminina (...)*, op. cit., p.10.

³⁰ Soihet, Rachel. *Condição feminina e formas de violência(...)*, op.cit., p.2. A primeira abordagem dessa questão foi feita em Correa, Mariza. “Repensando a família patriarcal brasileira” in Arantes, Antonio Augusto et. al. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994 [1982].

³¹ Caulfield, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro, 1918-1940*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

mostrou que essas trabalhadoras não questionavam a importância de valores associados à esfera privada, que eram estrategicamente mobilizados para justificar suas experiências, sua relação com a família e suas idéias de liberdade. Graças ao trabalho empírico desenvolvido por Caulfield, foi possível identificar a complexidade da oposição entre público e privado, tal qual articulada por essas trabalhadoras. Os processos criminais analisados, porém, não ofereciam quase nenhuma perspectiva sobre as experiências de mulheres de classes média ou alta.

Em relação a essas mulheres, sobretudo as oriundas da elite que viveram entre os séculos XIX e XX, é possível identificar duas tendências da historiografia brasileira a partir dos anos 1980. Ao tomarem os discursos médicos e literários como fonte, a ênfase de algumas pesquisas recaiu sobre o caráter normativo e opressor da ideologia das esferas separadas, que não só restringia a presença feminina ao âmbito doméstico, como aos papéis de esposa e mãe³². Nesse contexto, muitos estudiosos voltaram sua atenção para as revistas femininas produzidas por homens, mostrando-as como um suporte privilegiado para a difusão desses discursos que, em momentos distintos e com diferentes ênfases, reforçaram e naturalizaram a separação das esferas³³. Outra vertente historiográfica passou a problematizar a emancipação feminina e a conquista de direitos, tendo como ponto de partida publicações concebidas por algumas mulheres letradas, vistas como expoentes do sexo feminino³⁴. A colaboração feminina era a base desses periódicos, nos quais diversos elementos da divisão generificada entre público e privado eram abordados. De forma estratégica, algumas das colaboradoras desse jornais associavam a necessidade de uma melhor educação feminina – e mesmo o acesso a direitos políticos – com o desempenho

³² Costa, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983 [1979], Rago, Margareth. *Os Prazeres da Noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991; Roncador, Sônia. “As criadas de Júlia: empregadas domésticas no imaginário da Belle Époque brasileira” in *A doméstica imaginária: literatura, testemunhos e a invenção da empregada doméstica no Brasil (1889-1999)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

³³ Bassanezi, Carla Beozzo. *Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996; Besse, Susan. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999; Freire, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos. Discurso Maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

³⁴ Alves, Branca Moreira. *Ideologia e Feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980; Hahner, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981; Bernardes, Maria Thereza Caiuby Crescenti. *Mulheres de ontem? Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988; Pinto, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

adequado da maternidade³⁵. Então, na maior parte das vezes, não havia uma contestação aberta à caracterização das funções domésticas como femininas, mas a reivindicação de outras possibilidades de participação na esfera pública por parte das mulheres³⁶.

Como se vê, a maternidade foi um tema presente tanto nas análises de periódicos femininos quanto daqueles de cunho emancipacionista. Em ambos, o ponto de vista da ciência era conjugado com considerações políticas em torno dos futuros cidadãos. Desde o final do século XIX, portanto, o debate sobre a importância e os sentidos da educação feminina esteve ligado ao papel materno³⁷. Para alguns historiadores, esse fenômeno representava uma forma de empoderamento das mulheres, na medida em que valorizava a repercussão de suas ações na esfera pública³⁸. Outros, por sua vez, destacaram como essas idéias sobre a maternidade higiênica e patriótica eram ambíguas já que, apesar de conferirem um papel político às mulheres, lhes negavam o direito de serem cidadãs³⁹. De qualquer forma, tal como as escolhas das personagens dos processos de crimes sexuais, a maternidade era um meio de articular público e privado, que poderia ser mobilizada pelos contemporâneos com diferentes objetivos.

Porém, entre as pesquisas que empregaram os periódicos emancipacionistas como fonte, a maior parte tendeu a apagar as visões contraditórias sobre a oposição entre público e privado nesse suporte, a fim de enfatizar a progressiva conquista de espaços públicos por algumas mulheres, a começar pela própria imprensa. Por isso, é pertinente fazer algumas considerações mais específicas em relação aos trabalhos sobre a emancipação feminina no Brasil, sobretudo quanto ao recorte temporal e à definição de feminismo. Apesar de não haver um consenso quanto à periodização, a maior parte desses estudos adotou, a exemplo da bibliografia internacional, a metáfora das ondas, articulando as diferentes manifestações ao longo do tempo como fases do mesmo movimento⁴⁰. Então, era como se as militantes da

³⁵ Bernardes, Maria Thereza Caiuby Crescenti. *Mulheres de ontem?*(...), *op. cit.*, p.152.

³⁶ Bernardes, Maria Thereza Caiuby Crescenti. *Mulheres de ontem?*(...), *op. cit.*, p.130-1.

³⁷ Sobre os debates em torno da educação feminina em diferentes tipos de periódicos desse período, ver Silveira, Daniela Magalhães. *Fábrica de contos: ciência e literatura em Machado de Assis*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, pp.180-192.

³⁸ Para um balanço dessa perspectiva na historiografia nacional e estrangeira, ver Freire, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos*.(...), *op.cit.*, pp.19-33.

³⁹ Kerber, Linda. “The Republican Mother: women and enlightenment – an American perspective” in *American Quarterly*, v. 28, n.2, Summer, 1976, pp.187-205 e Varikas, Eleni ““O pessoal é político”: desventura de uma política subversiva in *Tempo*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1996, pp.59-80.

⁴⁰ A formulação clássica sobre as “ondas” do movimento feminista brasileiro pode ser encontrada em Soihet, Rachel. “La première vague du féminisme brésilien (...)”, *op. cit.* Para uma interpretação alternativa, que

década de 1960, que participavam em grupos de discussão e em manifestações públicas, fossem herdeiras de uma tradição iniciada no século anterior, com as primeiras publicações emancipacionistas. Essa postura, capaz de conferir legitimidade à militância, afastando-a do epíteto de “aberração histórica”, reforçava o caráter evolutivo e teleológico dessas análises⁴¹. Agregado a isso, na maior parte das vezes, feminismo foi entendido em um sentido amplo, sem atentar para as interpretações dos próprios contemporâneos em relação ao termo⁴². Assim, pesquisadores opuseram a manifestação de um “feminismo burguês” a um “feminismo anarquista”, tomando Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura como seus respectivos ícones⁴³. A celebração de pioneiras, aliás, têm sido a tônica de todos esses estudos, sobretudo em pesquisas sobre o período que vai de meados do século XIX aos anos de 1930⁴⁴.

Se, em uma primeira formulação da história do feminismo, a ausência de problematização do termo, assim como o foco em lideranças femininas, constituíram passos importantes para legitimar um campo de estudos, atualmente é necessário questionar esses pressupostos. A bipolarização entre uma militância levada a cabo por parcelas da burguesia e aquela desempenhada por algumas operárias é insuficiente para explicar a recepção de idéias sobre os direitos das mulheres entre sujeitos socialmente diferentes, sobretudo entre

repõe a metáfora das ondas, ver Duarte, Constância Lima. “Feminismo e literatura no Brasil” in *Estudos Avançados*, 17 (49), 2003, pp.151-172. Céli Pinto identifica a década de 1960 como a “grande vaga” em Pinto, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil* (...), op.cit., p.9.

⁴¹ Linda Nicholson critica a metáfora das esferas e aponta seus limites em Nicholson, Linda “Feminism in waves: useful metaphor or not?” in *New Politics*, v.XII-4, 48, Winter 2010.

⁴² No livro *A cidadã paradoxal*, Joan Scott alerta sobre a existência de um “enfoque consensual da história do feminismo”, cuja primeira construção foi feita pelas próprias feministas do século XIX que, imersas nas “grandes metas de evolução do seu tempo”, organizaram uma história teleológica, organizada e contítua do movimento. A proposta da autora é justamente refletir sobre uma alternativa para essa construção histórica. Ver Scott, Joan. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002 [1996], p.23. Por sua vez, para a proposta de uma definição trans-histórica de feminismo, ver Offen, Karen. Defining Feminism: a Comparative Historical Approach. *Signs*, v. 14, n.1, Autumn, 1988, pp.119-157. Ver também as críticas a essa perspectiva: Cott, Nancy. “Comment on Karen Offen’s ‘Defining Feminism: a Comparative Historical Approach’”. *Signs*, v. 15, n.1, Autumn, 1989, pp.203-205 e DuBois, Ellen Carol. “Comment on Karen Offen’s ‘Defining Feminism: a Comparative Historical Approach’”. *Signs*, v. 15, n.1, Autumn, 1989, pp.195-197.

⁴³ Leite, Miriam Lifchitz Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Editora Ática, 1984 e Rago, Margareth. *Anarquismo e Feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007, especialmente pp. 39-43.

⁴⁴ No caso de Bertha Lutz, a ênfase em sua militância feminista relegou a segundo plano um estudo mais cuidadoso sobre sua carreira profissional. Atualmente, novas pesquisas têm mostrado a articulação dessas duas atuações, principalmente para pensar a trajetória de outras mulheres que, naquele mesmo momento, começaram a trabalhar como cientistas no Brasil. Ver Lopes, Maria Margaret; Souza, Lia; Sombrio, Mariana. “Os lugares de Bertha Lutz na História”. In: XVII Encontro Regional de História - O lugar da História, 2004, Campinas. Anais do VII Encontro Regional de História - O lugar da Memória, 2004.

aqueles que não participavam em movimentos organizados. Além disso, essa busca por uma militância nos moldes do que foi observado em outros países tende a apagar as especificidades brasileiras em nome de um modelo de desenvolvimento histórico⁴⁵. Nesse sentido, o silêncio da bibliografia quanto às leituras das reivindicações em torno das desigualdades de gênero é particularmente inquietante em relação ao início do período republicano no Brasil, quando a questão dos direitos ocupou o centro do debate político.

Alguns episódios foram recorrentemente evocados no que tange a esse momento histórico: o voto feminino enquanto tema na assembléia constituinte de 1891, a solicitação do título de eleitora por parte de algumas senhoras, o acesso de estudantes do sexo feminino a universidades e ao exercício de profissões de prestígio, o engajamento de organizações femininas nas eleições de 1910⁴⁶. Da menção a esses eventos, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, emergem as figuras da advogada Myrthes de Campos e da professora Leolinda Daltro, cujas ações foram interpretadas como marcos rumo à conquista de direitos políticos. Em relação às escritoras que publicaram nesse período, Júlia Lopes de Almeida e a já citada Carmem Dolores figuraram como alguns dos destaques, sendo que a tendência foi enfatizar suas contradições quanto ao feminismo, entendido como sinônimo de melhora na condição feminina⁴⁷. Para algumas pesquisadoras, a própria iniciativa de escrever e publicar, em um período em que supostamente o número de escritoras era bastante restrito, poderia ser caracterizada como uma postura feminista⁴⁸.

No presente trabalho, há uma série de referências à atuação dessas personagens, mas sempre considerando os diálogos estabelecidos com seus contemporâneos, e não como “excepcionalidades” destacadas de seu tempo⁴⁹. Além disso, evito restringir o debate por

⁴⁵ Para uma discussão sobre a transposição de modelos historiográficos para diferentes contextos, ver Negro, A. L. e Silva, S. (orgs.) *E. P. Thompson: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

⁴⁶ Alves, Branca Moreira. *Ideologia e Feminismo (...)*, *op.cit.*, pp.92-97; Hahner, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas(...)*, *op.cit.*, pp.77-95; Pinto, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil. (...)*, *op.cit.*, pp.13-21.

⁴⁷ De Luca, Leonora. “O ‘feminismo possível’ de Júlia Lopes de Almeida” in *Cadernos Pagu* (12), 1999, pp.275-299 e Soihet, Rachel. “Comparando escritos: Júlia Lopes de Almeida e Carmem Dolores” in *Caderno Espaço Feminino*, v.9, n.10/11, 2001/2002, pp.85-107.

⁴⁸ Muzart, Zahidé. “Feminismo e Literatura ou quando a mulher começou a falar” in Moreira, Maria Eunice (org.) *Histórias da Literatura: teoria, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003, p.267 e Duarte, Constância Lima. “Feminismo e literatura no Brasil” (...), *op.cit.*, p.152.

⁴⁹ Sobre o conceito de “excepcionalidade”, discutido no capítulo 4, ver Ver Varikas, Eleni et Riot-Sarcey, Michèlle. “Réflexions sur la notion d’exceptionnalité”. *Les Cahiers du GRIF*, Paris, no 37-38, 1988, pp. 77-89 e Planté, Christine. “Femmes exceptionnelles: des exceptions pour quelle règle?”. *Les Cahiers du GRIF*, Paris, no 37-38, 1988, pp.90-111.

direitos à questão do voto, tendo em vista que muitos outros direitos estavam em jogo naquele momento histórico⁵⁰. A leitura da grande imprensa produzida no início do século XX, enfim, com a perspectiva de observar as diversas maneiras de opor público e privado nos debates sobre direitos, aponta para outras possibilidades de interpretar o que constituiu feminismo naquele momento histórico e como a identidade feminista foi constantemente criada, ressignificada, incorporada ou negada por diferentes parcelas do público. A enquete sobre o divórcio, com sua ampla repercussão entre colaboradores e leitoras, foi apenas um exemplo nesse sentido, talvez o mais contundente. Muitos outros significados de feminismo e feminista vinham à tona na medida em que a questão do trabalho era debatida, particularmente as distinções entre trabalhos femininos e masculinos no alvorecer republicano, o que não raro remetia a apropriações particulares da noção de esferas separadas.

*

A partir da década de 1980, como vimos, duas correntes historiográficas distintas, ambas no campo da história das mulheres, passaram a empregar a imprensa como fonte em pesquisas históricas: tanto os jornais femininos escritos por homens, quanto aqueles de cunho emancipacionista organizados por mulheres. Apesar de orientadas por preocupações diversas, essas correntes empregaram a imprensa de forma similar, incorrendo nos mesmos métodos e pressupostos quanto a esse tipo de documentação. Na maior parte dos trabalhos, cada um dos periódicos analisados foi tomado como unidades coesas, com ênfase para as concepções de seus idealizadores. Esse procedimento menosprezava as tensões existentes entre os colaboradores e colaboradoras de um mesmo periódico, assim como as interpretações formuladas por leitores e leitoras. Apesar de terem descrito os documentos empregados – com especial atenção para a trajetória e as intenções de seus fundadores – esses estudos raramente apresentaram observações mais detidas sobre cada uma de suas colunas, a organização do conteúdo e os embates entre opiniões diversas⁵¹. Tampouco, atentaram para os diálogos e as disputas estabelecidos entre diversos periódicos, nem entre

⁵⁰ Analisando a historiografia sobre feminismo nos Estados Unidos, Nancy Isenberg considera que “a questão do sufrágio não deve ser isolada e privilegiada acima das outras.” Ver Isenberg, Nancy. *Sex and citizenship in Antebellum America*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, p.XVIII.

⁵¹ A idéia de que é possível se referir a cada jornal como um todo coeso e homogêneo vem sendo discutida por pesquisas recentes na área da História Social, que problematizam o fato de cada título reunia colaboradores de opiniões discordantes, inclusive em uma mesma coluna. Ver Chalhoub, Sidney; Neves, Margarida de Souza e Pereira, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

aqueles de um mesmo gênero, incorporando de forma a-crítica os rótulos de “imprensa feminina” e “imprensa feminista”⁵².

Essas pesquisas também não articularam estratégias para pensar a recepção desses periódicos de forma sistemática. No caso dos jornais femininos editados por homens, esse seria um caminho para avaliar se o enorme investimento em afirmar – e reafirmar – a ideologia da separação das esferas não correspondia a uma reação às mudanças sociais em curso⁵³. No que tange à interpretação dos jornais emancipacionistas, isso permitiria observar como as idéias foram entendidas por diferentes parcelas do leitorado, as redes de apoio e de críticas formuladas a partir dessas intervenções⁵⁴. Em ambos os casos, seria possível observar a complexidade das construções de gênero nesses suportes já que elas, longe de terem sido simplesmente impostas, implicavam em negociações junto ao público leitor⁵⁵. Além disso, seria possível questionar a própria circulação de alguns desses jornais, assim como seus usos por mulheres que não eram das classes média e alta⁵⁶.

A identificação dessas lacunas não contesta os méritos dos trabalhos citados, muitos deles pioneiros na abordagem de temas relacionados à história das mulheres e no emprego de determinadas fontes jornalísticas. O que se pretende é refletir como, a partir dessas contribuições, seria possível formular questões sobre a participação feminina na imprensa

⁵² Para uma crítica desses rótulos, ver Planté, Christine; Therenty, Marie-Ève. "Masculin/Féminin dans la presse du XIXe. siècle: le genre de la critique. In Andrin, Muriel; Brogniez, Laurence; Creusen, Alexia; Favry, Amélie; Gemis, Vanessa (éditeurs). *Femmes et critique(s): Lettres, Arts, Cinéma*. Namur: Presses Universitaires de Namur, 2009, pp.14-6.

⁵³ Nesse sentido, Linda Kerber argumenta que uma “ideologia defensiva” foi articulada nos Estados Unidos pós-revolução, quando “os papéis domésticos das mulheres não poderiam ser tomados como uma garantia”. Kerber, Linda. “Separate Spheres (...)”, *op. cit.*, p.20. Michelle Perrot fala de uma revalorização do papel doméstico na Europa após a era das revoluções. Perrot, Michelle. “Sortir” in Perrot, Michelle et Fraise, Geneviève. *Histoire des femmes en Occident. Le XIXe. Siècle*. Paris: Plon, 2002 [1991], p.539. Analisando a mudança de editor do periódico estadunidense *Ladies’ Home Journal* no final do século XIX, a historiadora Helen-Damon Moore considerou que sua ênfase no culto da domesticidade era uma evidência de como “esses papéis ‘naturais’ precisavam ser extensivamente elaborados e cuidadosamente socializados para garantir a sua continuação”. Damon-Moore, Helen. *Magazines for the millions: gender and commerce in the Ladies’ Home Journal and the Saturday Evening Post, 1880-1910*. New York: State University of New York, 1994, p.85, tradução minha.

⁵⁴ Para uma breve análise nesse sentido, ver Bernardes, Maria Thereza Caiuby Crescenti. *Mulheres de ontem?(...), op. cit.*, p.129-132.

⁵⁵ Comentando sua experiência de pesquisa, Damon-Moore afirmou que “análises do *Journal* e do *Post* revelam algumas das complexidades da construção de gênero, na medida em que vemos pessoas reais negociando suas próprias identidades de gênero e interpretando normas de gênero para seus leitores. Também vemos os produtores e leitores negociando relações de poder com resultados surpreendentes e imprevisíveis.” Damon-Moore, Helen. *Magazines for the millions (...), op. cit.*, p.6.

⁵⁶ Sobre as possibilidades para conhecer os leitores de um jornal feminino, ver Silveira, Daniela. *Contos de Machado de Assis: leituras e leitores do Jornal das Famílias*. Campinas, Dissertação de Mestrado, 2005, sobretudo capítulo 3.

em outros termos, que não estivessem estritamente centrados nas imagens construídas pelos periódicos, nem abordasse a ideologia da separação das esferas de forma simples ou classista. Isto é, uma análise desses suportes impressos que agregasse uma perspectiva de gênero aos pressupostos da História Social⁵⁷. Para isso, é imprescindível entender o jornal enquanto uma “arena de combate”, considerando as tensões existentes entre seus colaboradores e os descompassos entre as intenções de quem escrevia, com seus eventuais esforços pedagógicos e normativos, e as interpretações ou sentidos conferidos por quem lia⁵⁸.

Uma das formulações mais contundentes quanto ao uso da categoria de gênero na análise histórica foi proposta por Joan Scott no artigo "Gender: a useful category of historical analysis", publicado pela primeira vez em 1986. Analisando a produção historiográfica daquele período, Scott mostrava os problemas dos “usos descritivos de gênero”, isto é, quando o termo era usado para fazer referência “ao estudo das coisas relativas às mulheres”⁵⁹. A autora também criticava as diferentes abordagens teóricas de gênero – baseadas nas origens do patriarcado, na tradição marxista e em escolas da psicanálise – mostrando a insuficiência de cada uma delas para lidar com os significados e as instabilidades das mudanças históricas. A partir dessas considerações, ela mobilizava a crítica pós-estruturalista à ciência, assim como o conceito foucaultiano de poder, para propor uma definição de gênero baseada em duas proposições: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o

⁵⁷ Nesse sentido, ver Caulfield, Sueann. “Gettengo into Thouble: Dihonest Women, Modern Girls, and Women-Men in the Conceptual Language of *Vida Policial*, 1925-1927”, *Signs*, v.19, n.1, Autumn, 1993, pp.146-176. Nesse artigo, a autora analisa tanto as representações femininas vinculadas no jornal *Vida Policial* quanto o que esse jornal permitia observar sobre as experiências reais das cariocas na década de 1920.

⁵⁸ Para análises que identificaram descompassos entre as intenções dos jornalistas e interpretações dos leitores, ver Pereira, Leonardo Affonso de Miranda. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004 [1994]; Pereira, Cristiana Schettini. *Um gênero alegre: imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898-1916)*. Campinas, Unicamp, Dissertação de Mestrado, 1997; Gomes, Ana Porto. *Crime em letra de forma: sangue, gatunagem e um misterioso esqueleto na imprensa do prelúdio republicano*. Campinas, Unicamp, Dissertação de Mestrado, 2003.

⁵⁹ Segundo Scott, “na sua utilização recente mais simples, ‘gênero’ é sinônimo de ‘mulheres’. Os livros e artigos de todos os tipos que tinham como tema a história das mulheres substituíram, nos seus títulos o termo ‘mulheres’ por ‘gênero’. (...) Enquanto o termo ‘história das mulheres’ revela sua posição política afirmando (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o ‘gênero’ inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica. Este uso de ‘gênero’ é um aspecto que poderia ser chamado de busca de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas, nos anos 80.” Ver Scott, Joan "Gênero: uma categoria útil de análise histórica" in *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 16 (2), jul/ dez, 1990 [1986], p. 7.

gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”⁶⁰. Nesse sentido, afirmava que:

Quando as(os) historiadoras(es) buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, elas(eles) começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as maneiras particulares e situadas dentro de contextos específicos, pelas quais a política constrói o gênero, e o gênero constrói a política.⁶¹

Ao invés de buscar entender as causas das desigualdades entre os sexos, os historiadores eram instados a entender os sentidos conferidos às diferenças sexuais em contextos específicos, mostrando tanto a instabilidade desses sentidos quanto sua capacidade de organizar as relações sociais. Na introdução de *Gender and the politics of history*, em 1988, Scott retomava suas críticas à “história das mulheres”⁶² e justificava sua filiação às teorias pós-estruturalistas, que lhe permitiriam observar os processos de construção e legitimação de categorias de gênero, assim como a própria contribuição da história nesses processos. Nessa ocasião, ela também apresentava uma série de argumentos para rebater críticas relacionadas ao emprego de “uma metodologia originalmente associada a textos (e portanto à literatura) no estudo da história”, assim como ao uso do método desconstrutivista que, segundo alguns estudiosos, poderia ser chamado de “niilista” e “destrutivista”⁶³. Esse mesmo debate foi desenvolvido em inúmeros trabalhos publicados ao longo das décadas de 1980 e 1990, quando os historiadores refletiam sobre os impactos do *linguistic turn* em sua própria disciplina. Avaliando esse processo, Victoria Bonnell e Lynn Hunt consideravam que:

Algumas das ciências sociais, ao menos nos Estados Unidos, foram muito resistentes ao pós-modernismo ou à crítica cultural. (...) Historiadores e sociólogos, ao contrário, foram bem mais

⁶⁰ Scott, Joan “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” (...) *op.cit.*, p.14.

⁶¹ Scott, Joan “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” (...) *op.cit.*, p.16.

⁶² “Novos fatos podem documentar a existência das mulheres no passado, mas não necessariamente modificam a importância (ou falta dela) atribuída às atividades femininas. De fato, o tratamento em separado das mulheres podia servir para confirmar sua relação marginal e particularizada em relação aos temas (masculinos) já estabelecidos como dominantes e universais.” In Scott, Joan. “Prefácio a *Gender and the Politics of History*” in *Cadernos Pagu* (3) 1994 [1988], p.22.

⁶³ Scott, Joan. “Prefácio a *Gender and the Politics of History*” (...) *op.cit.*, p.22.

receptivos à virada cultural sem abraçar, entretanto, os argumentos extremamente relativistas ou anti-positivistas dos antropólogos ou dos estudiosos da literatura.⁶⁴

Entre os historiadores que adotaram esse “midpoint”, para retomar a expressão de Bonnell e Hunt, muitos passaram a desenvolver trabalhos de pesquisa nos quais agregavam algumas das críticas pós-estruturalistas a uma abordagem ancorada na História Social. Nesse sentido, muitos pesquisadores passaram a empregar a categoria de gênero tal qual definida por Joan Scott, sem que isso significasse uma ruptura com a História Social⁶⁵. Essa postura abriu a possibilidade de propor análises centradas na agência e na experiência de sujeitos históricos que, inseridos em políticas de dominação específicas, se apropriavam e ressignificavam construções de gênero em seus conflitos cotidianos, com objetivos próprios⁶⁶. Evidentemente, essas considerações genéricas sobre as possibilidades de análise ganham densidade apenas quando aliadas a trabalhos empíricos, nos quais é possível avaliar seus limites e possibilidades⁶⁷.

Na leitura e interpretação de jornais diários publicados no Rio de Janeiro no início do século XX, essa perspectiva oferece inúmeras entradas. Em primeiro lugar, é pertinente

⁶⁴ Bonnell, Victoria and Hunt, Lynn (org.) *Beyond the cultural turn. New directions in the study of society and culture*. Berkeley: University of California Press, 1999, p.4.

⁶⁵ Para Scott, porém, a abordagem pós-estruturalista da categoria de gênero, estava intimamente relacionado à constatação da “dificuldade em analisar as desigualdades de gênero dentro dos parâmetros da história social” in Scott, Joan. “Prefácio a Gender and the Politics of History” (...) *op.cit.*, p.15.

⁶⁶ Nesse ponto, parece pertinente destacar que, a partir da contribuição de Scott, foram inúmeros os caminhos trilhados pelos pesquisadores, desde abordagens radicalmente pós-modernas até a negação dos méritos do trabalho de Scott, passando por esse “midpoint”, com o qual a autora desta tese se identifica. A própria dificuldade de tradução do termo gênero fora do mundo anglo-fônico também trouxe novos elementos ao debate. Para versões distintas sobre a resistência francesa em relação a categoria de gênero, ver Karen Offen, “Le gender est-il une invention américaine ?” in *Clio*, n°24-2006, pp.291-304 e Riot-Sarcey, Michèle. “L'historiographie française et le concept de 'genre'” in *Revue d'histoire moderne et contemporaine*. Paris, v. 47-4, 2000, pp.805-814. Para uma análise da justaposição de termos no contexto brasileiro e em outros países do Cone Sul, ver Pedro, Joana Maria. “Relações de gênero como categoria transversal da historiografia contemporânea” in *Topoi*, v.12, n.22, jan-jun, 2011, pp.207-283. Sobre os diferentes usos do termo gênero enquanto eixo da formulação de problemas de pesquisa em história na atualidade, ver Thébaut, Françoise. *Écrire l'histoire des femmes et du genre*. Lyon: ENS Éditions, 2007 [1998], pp.185-238. Um questionamento atual sobre a pertinência analítica e política de gênero pode ser acompanhado em Scott, Joan. “Gender: still a useful category of analysis?” In *Diogenes*, 255, 2010, pp.7-14.

⁶⁷ “(...) a historiografia parece hoje encontrar-se diante de uma encruzilhada. Manter-se fiel à tradição de descrever e resgatar a existência das mulheres na história já não parece um caminho capaz de propiciar grandes novidades. Mas quando decide afastar-se da história social para enveredar na análise ou na desconstrução dos enunciados sobre ‘a mulher’ acaba, por caminhos talvez involuntários, enredada em novas armadilhas conceituais e teóricas. Não creio, por isso, que precisemos mais de uma ‘epistemologia radical’ que de um esforço agudo de interpretação apoiado por pesquisas sólidas. (...) precisamos de um pouco mais de sensibilidade histórica aliada a uma clarificação política dos objetivos a serem perseguidos” in Cunha, Maria Clementina Pereira. “De historiadoras, brasileiras e escandinavas. Loucuras, folias e relações de gênero no Brasil (séculos XIX e XX)”. *Tempo*, v. 5, 1998, p. 207-8.

pensar a imprensa desse período, e particularmente a grande imprensa, como uma “instituição generificada”. Como outras instituições do período, a imprensa era controlada por homens, que predominavam em número e monopolizavam os cargos mais elevados. Mas isso não significava que fosse exclusivamente masculina, pois para se construir e se legitimar incorporava idéias sobre o masculino e o feminino, ainda que de forma hierarquizada. Então, ao invés de denunciar a recorrente exclusão feminina desse domínio⁶⁸, buscou-se observar como identidades de gênero foram acionadas para justificar, limitar e ironizar a intervenção de diferentes sujeitos na imprensa. Na sua resenha do livro de Scott, William Sewell Jr. considera fundamental refletir sobre:

(...) o caráter profundamente generificado de instituições que normalmente assumimos como adequadamente representadas por sujeitos masculinos, e demonstrar a presença de mulheres e da agência feminina no processo histórico pelo qual essas instituições mudam e se desenvolvem. Mas tão imperativo quanto destronar o sujeito universal masculino é realizar estudos que revelem a *particularidade* da identidade e da ação masculinas.⁶⁹

A partir dessa reflexão, também é possível observar a instabilidade dos significados de gênero e como eles foram contestados de diferentes formas. Portanto, agregar uma perspectiva de gênero aos pressupostos da História Social está intimamente ligada a uma leitura crítica da imprensa, tão atenta às representações e metáforas vinculadas nessa mídia, quanto às experiências e apropriações feitas pelos sujeitos que escreveram ou foram descritos em suas páginas, por aqueles que compunham os artigos e notícias e por aqueles que liam esses escritos no suporte impresso.

*

A expressão “arena de combate” como metáfora para imprensa foi formulada por Carmem Dolores em uma carta aberta dirigida a um leitor anônimo do *Correio da Manhã*⁷⁰. Respondendo a críticas pouco elogiosas, a escritora afirmava que estava “sozinha numa arena de combate, sem guarda-costas que me proteja, e tenho de defender-me contra todos os animais ferozes que me ataquem”, remetendo aos percalços sofridos por todos aqueles

⁶⁸ Patrick Eveno "Les médias sont-ils sexués ? Éléments pour une gender history des médias français", *Le Temps des médias* 1/2003 (n° 1), pp.162-173.

⁶⁹ Sewell, William. "Gender, History and deconstruction: Joan Wallach Scott's *Gender and the Politics of History*". In *CSSST Working Paper 34 CRSO Working Paper 400*, August, 1989, p.13, tradução minha, grifo no original.

⁷⁰ *Correio da Manhã*, "Carta aberta a Jachinto" de Carmem Dolores, 24/03/1908.

que usavam a imprensa para expressar suas opiniões e, em particular, os preconceitos enfrentados pelas colaboradoras. A expressão foi escolhida como título dessa tese porque um dos objetivos desse trabalho é justamente observar como diferentes sujeitos interpretaram o papel da imprensa no início do século XX e como se apresentaram nesse fórum de debates. Além disso, ao construir identidades generificadas para justificar suas idéias e sua participação nos jornais diários, todos os personagens apresentados nas próximas páginas enfrentaram adversários mais ou menos leais, disputando espaço e reconhecimento social.

No contexto da pesquisa, a expressão também pode ser apropriada como uma referência à forma como a imprensa foi usada enquanto documento para a investigação histórica. Afinal, ao invés de focar apenas nas intenções de jornalistas e proprietários de periódicos, busco entender os diálogos que estabeleciam entre si e com seus leitores, enfatizando que cada jornal, assim como a imprensa como um todo, poderia ser analisado como uma arena. Especificamente em relação à participação das mulheres nas folhas diárias, a expressão “arena de combate” ainda remete a duas questões importantes. Em primeiro lugar, soa como um convite a repensar a versão tradicional sobre o substrato de gênero da separação das esferas, atentando para como os próprios contemporâneos, homens e mulheres, lidaram com essa ideologia em suas inserções na imprensa. A “arena de combate” pode ainda ser tomada com um contraponto à “luta por direitos”, tantas vezes empregada por grande parte da historiografia sobre o feminismo no Brasil. Quando as mulheres usam a grande imprensa para discutir direitos, nem sempre elas tem clareza sobre o que querem, elas estão construindo suas opiniões na relação com os outros e com suas próprias experiências.

Na fundação do *Correio da Manhã*, seu proprietário colocou em evidência as características que distinguiriam esse jornal em relação aos demais, principalmente a independência em relação às verbas públicas, a defesa de direitos do povo e a promoção do debate político. Para garantir a pluralidade de opiniões, homens de diferentes tendências políticas foram convidados para escrever para a seção de honra da publicação. No primeiro capítulo, acompanho a passagem de um desses colaboradores na folha, cujo desligamento aconteceu com a abertura de um processo por difamação contra Edmundo Bittencourt. Por meio desse episódio, analiso como identidades de gênero poderiam ser mobilizadas para questionar publicamente os argumentos elaborados por esses homens.

No segundo capítulo, observo como, na primeira metade da década de 1900, leitores, jornalistas e algumas colaboradoras empregaram os jornais diários para fazer críticas às autoridades públicas ou a instituições específicas, tentando intervir na realidade por meio da imprensa. Apesar de não contarem com os mesmos espaços e com as mesmas possibilidades de expressão, esses sujeitos compartilhavam algumas estratégias para justificar seus argumentos e sua intervenção na imprensa e, dessa forma, construir uma identidade política própria e um campo de legitimidade para essas manifestações.

Para refletir sobre a relação que o *Correio da Manhã* estabeleceu especificamente com suas leitoras, o terceiro capítulo acompanha a elaboração e o desenvolvimento de dois concursos voltados especificamente para o público feminino a partir de meados dos anos 1900, um momento em que a expressão feminismo, acompanhada de diversas interpretações, ganhava cada vez mais publicidade na imprensa. No último capítulo, continuo a explorar os sentidos das intervenções femininas no *Correio da Manhã*, destacando suas especificidades no período correspondente à primeira metade da década de 1910. Tema recorrente ao longo de toda a tese, o trabalho feminino é o principal eixo desse capítulo, cujo objetivo é analisar como ele foi articulado pelos comporâneos com diferentes finalidades.

CAPÍTULO I

INTIMIDADE PÚBLICA: PROJETOS E CONFLITOS NO *CORREIO DA MANHÃ*

Quase um ano após o lançamento do *Correio da Manhã*, Edmundo Bittencourt, proprietário e diretor do jornal, avaliava os impactos de sua iniciativa nos seguintes termos:

Em todas as consciências havia o acabrunhamento e o desânimo de quem mais nada espera e já cruza os braços resignadamente. Foi nessa situação vergonhosa e aflitiva que tomei a resolução de fundar o *Correio da Manhã* para dar expansão às angústias e aos protestos da alma sofredora do povo, para dizer-lhe toda a verdade e chamá-lo à consciência de seus direitos; e o que essa resolução me tem custado em sacrifícios dolorosos, em sofrimentos morais e perdas de saúde, só Deus sabe. Fica, porém, contente e pago de tudo isso por ver que esse povo, outrora acabrunhado, sai do seu abatimento e começa a exercer os seus direitos e a castigar com seu desprezo e as suas vaías aqueles que o traíram e ofenderam; fica também contente por ver que aquela imprensa, que nos atordoava com seu carnaval de apologias e de aplausos ao governo, está hoje inteiramente mudada.⁷¹

Na sua concepção, o jornal havia provocado mudanças importantes na atitude do povo e na postura da imprensa. A imagem do *Correio da Manhã* como uma folha independente e de oposição, em um momento em que grande parte dos jornais diários do Rio de Janeiro recebia verbas públicas, foi amplamente propalada desde sua fundação⁷². Nesse trecho, Edmundo Bittencourt também mencionava as consequências desse projeto em sua vida pessoal, apresentando-se como um verdadeiro mártir da causa popular. Nada era dito sobre o lucro e o poder advindos daquela empresa jornalística. Em compensação, o contentamento em contribuir para a moralização da política e da própria imprensa ganhava destaque. Os silêncios e as ênfases são facilmente compreensíveis quando se considera o contexto em que essas considerações foram elaboradas. Elas faziam parte de um dos textos apresentados como defesa de Bittencourt no processo por calúnia movido por um ex-colaborador do periódico, o monarquista Carlos de Laet.

⁷¹ Tribunal Civil e Criminal do Distrito Federal, Arquivo Nacional. Queixa crime; artigo 315 combinado com artigo 316 parágrafo 1º. Apelante: Carlos Maximiliano Pimenta de Laet. Réu: Edmundo Bittencourt. 1902, folhas 21-22, grifo no original.

⁷² Sobre a concessão de verbas à imprensa, ver Salles, Campos. *Da propaganda à presidência*. São Paulo: A Editora, 1908, especialmente pp. 345-356.

No início do século XX, os processos criminais eram apenas um dos recursos que poderiam ser acionados por aqueles que sentiam necessidade de reparar sua honra publicamente. Os duelos, que constituíam uma prática ritualizada e restrita aos homens de certa posição social, tinham essa mesma finalidade⁷³. Além desses atos formais, ataques armados e confrontos físicos também poderiam ter como motivação a defesa da honra, com sentidos particulares dependendo do sexo, da cor e da classe social dos envolvidos nessas agressões⁷⁴. Enquanto proprietário de um jornal bastante polêmico, Edmundo Bittencourt deve ter sido alvo de inúmeros processos por calúnia ao longo do tempo, abertos tanto por colaboradores, quanto por leitores, que se sentiram ofendidos e buscaram algum tipo de reparação pública⁷⁵. Além de ter sido o único documento desse tipo que foi possível localizar, o processo de Carlos de Laet apresenta especificidades que merecem ser discutidas, como o período em que foi feito, as motivações políticas e pessoais de seu autor, a linguagem empregada nos debates travados no tribunal e publicizados na imprensa.

No lançamento do *Correio da Manhã*, em junho de 1901, a reunião de colaboradores de diferentes tendências políticas era apresentada como uma das principais características da nova folha, algo que a diferenciava de suas concorrentes e garantia a sua imparcialidade⁷⁶. O monarquista Carlos de Laet se mostrou entusiasmado com essa proposta, contribuindo em diferentes seções nos primeiros meses da publicação. As tensões

⁷³ Ver Remedi, José Martinho Rodrigues. “Intelectuais e honorabilidade: o papel dos duelos como forma de pertencimento ao campo social” in *Métis: história e cultura*, v.8, n.15, jan./jun., 2009, pp.167-184. As atas do duelo ocorrido entre Edmundo Bittencourt e seu adversário político Pinheiro Machado em 1906 foram transcritas em Silva, Ciro. *Pinheiro Machado*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, pp.84-7. Notícias sobre duelos foram localizadas ao longo de todo o período estudado, ver “Duelo” em 05/08/1909 e “O sr. Pinheiro Machado desafia o sr. Barbosa Lima para duelo” em 14/07/1915, ambos no *Correio da Manhã*.

⁷⁴ Em 1909, o confronto armado entre Euclides da Cunha e Dilermano de Assis, que tinha um caso amoroso com a esposa do escritor, foi amplamente documentado pela imprensa. Em 1916, um dos filhos de Euclides da Cunha tentou matar Dilermano de Assis, mas foi morto por esse. Ver *Correio da Manhã*, “Pela honra de um nome”, 05/07/1916, p.1. Sobre os confrontos físicos entre casais, assim como os sentidos que poderiam ser atribuídos ao porte de arma por parte de mulheres de “cor preta”, ver Garzoni, Leric. *Vagabundas e conhecidas : novos olhares sobre a polícia republicana (Rio de Janeiro, início século XX)* Campinas, SP: [s. n.], 2007, pp.117-120. Sobre agressões entre mulheres pobres, com uso de navalhas e facas, ver “Chica Pequena” em 03/12/1901 e “Facada” em 31/12/1901, ambos no *Correio da Manhã*.

⁷⁵ Os documentos administrativos do *Correio da Manhã* se perderam em sucessivas partilhas entre os herdeiros de seu fundador. Além disso, o fato de não ter sido uma sociedade anônima e, consequentemente, não demandar a reunião de acionistas periodicamente, limitou o número de documentos registrados na Junta Comercial da cidade. Em pesquisa à documentação do jornal francês *Le Matin* nos Archives Nationales, foi possível constatar a recorrência de processos empenhados contra o periódico: em cada reunião mensal do Conselho Administrativo, eram registrados os processos em andamento, bem como o registro das multas pagas. Archives Nationales, Fonds “Sociétés de Presse”, *Le Matin*, Séances du Conseil d'Administration, 1AR/7 à 1AR/10, 1889-1910.

⁷⁶ Ver a carta programa em *Correio da Manhã*, “Correio da Manhã”, 15/06/1901, p.1.

entre monarquistas e republicanos no periódico eram evidentes, sendo motivo de inúmeros debates entre os colaboradores. Quando uma dessas discordâncias passou a ser tratada em termos de ofensas pessoais, Carlos de Laet se desligou do *Correio da Manhã*, expressando seu descontentamento em relação à postura de Bittencourt, que teria censurado um de seus artigos. A partir de então, as trocas de ofensas se intensificaram entre esses dois homens, entrincheirados em diferentes periódicos da capital. O processo por calúnia, instaurado em maio de 1902, foi o ponto culminante dessa disputa.

Em um primeiro momento, a profissão de Carlos de Laet foi o tema de cunho pessoal abordado nos debates dentro do *Correio da Manhã*. Chamado de “professor primário” pelo colaborador com quem debatia, o monarquista passou a se esforçar para se afirmar como um honrado professor do Colégio D. Pedro II, ou seja, do ensino secundário⁷⁷. Tendo em vista outros artigos publicados no mesmo período, sobre a legitimidade de medidas que favoreciam o ingresso de mulheres no magistério primário, essa questão ganhava contornos específicos, remetendo às relações entre gênero e trabalho⁷⁸. Após a saída de Carlos de Laet, o proprietário do *Correio da Manhã* passou a divulgar informações que reforçavam a caracterização do monarquista como efeminado, além de amoral, fazendo várias considerações sobre suas preferências e práticas sexuais⁷⁹. A partir de então, a honra sexual se configurou como o cerne do debate, tendo motivado a instauração do processo. Paralelo a isso, incertezas sobre as fontes de renda do jornal e o pagamento aos colaboradores eram motivo de debate para determinar o caráter de seu fundador e de Carlos de Laet.

Além de atestar a fluidez da fronteira entre debate político e troca de ofensas pessoais nos jornais desse período⁸⁰, esse episódio também coloca em evidência o substrato de gênero desses confrontos. Neles, eram mobilizados elementos para definir a honra masculina e, particularmente, aquela dos homens de imprensa. Mas essas construções e apropriações também dependiam da forma como os artigos eram lidos por diferentes

⁷⁷ Ver, entre outros, os artigos “No Terreno”, de Floriano de Brito em 12/11/1901 e “Uma turra!” de Carlos de Laet em 13/11/1901, ambos na primeira página do *Correio da Manhã*.

⁷⁸ Ver, entre outros, *Correio da Manhã*, “Uma profissão feminina”, de Medeiros e Albuquerque, 08/11/1901, p.1.

⁷⁹ Ver *Correio da Manhã*, “Curral – leitura para homens”, 04/05/1902, p.4.

⁸⁰ Segundo Nelson Werneck Sodré, “a preocupação fundamental dos jornais, nessa época, é o fato político. (...) nessa dimensão reduzida, as questões são pessoais, giram em torno de atos, pensamentos ou decisões dos indivíduos (...)” in Sodré, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 1999 [1966], p.90.

parcelas do público leitor. Retoricamente considerados “leitura para homens”, os textos de tom ofensivo tinham um alcance bastante abrangente. Isso também aponta para a difusão do debate político por meio da imprensa, ainda que o exercício da política institucionalizada estivesse restrita aos homens de elite.

1. A “questão do dinheiro”

Um belo dia, o público da cidade ouviu os italianos gritarem: *O Globo! O Globo!* Os curiosos compraram-no e com indiferença leram ao alto o nome do diretor: Ricardo Loberant! Quem é? Ninguém sabia. Mas o jornal atraía, tinha um desempenho de linguagem, um grande atrevimento, uma crítica corajosa às coisas governamentais, que, não se sabendo justa, era acerba e parecia severa. Este gostou, aquele apreciou, e dentro de oito dias ele tinha criado na multidão focos de contágio para o prestígio de sua folha⁸¹.

Essa foi a forma como Isaías Caminha, protagonista do romance de Lima Barreto, descreveu o surgimento do *Correio da Manhã*, batizado com o título de *O Globo* nessa obra que misturava ficção e realidade⁸². Desde seu lançamento, esse jornal buscou marcar sua posição em relação aos outros grandes diários do Rio de Janeiro. Nesse seleto grupo da chamada “grande imprensa”, havia periódicos lançados em diferentes momentos do século XIX, como o *Jornal do Commercio*, a *Gazeta de Notícias* e *O Paiz*⁸³. Na virada para o século XX, todos eles passaram por reestruturações importantes em relação ao maquinário e à administração. Além desses títulos, havia o *Jornal do Brasil*, que nasceu monarquista após a proclamação da República e com a concepção de uma verdadeira “empresa jornalística”⁸⁴.

⁸¹ Barreto, Lima. *Recordações do escrivo Isaías Caminha*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010, p.171. Esse romance começou a ser publicado como folhetim na revista *Floreal* em 1907, sendo lançado em volume em dezembro 1909.

⁸² Essa mistura entre ficção e realidade foi apontada pelos primeiros críticos do romance. Para a visão desses críticos e as possíveis chaves de leitura, ver Barbosa, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2002 [1951], pp.193-203.

⁸³ Sobre as mudanças nesses grandes periódicos lançados ao longo do século XIX, ver Barbosa, Marialva. *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000, pp.21-60.

⁸⁴ Quanto ao *Jornal do Brasil*, tanto Nelson Werneck Sodré quanto Juarez Bahia o consideraram como um marco de um novo tipo de jornalismo, baseado em uma organização empresarial. Fundado em 1891, a trajetória inicial desse jornal foi profundamente marcada pela instabilidade política do período. Ver Sodré, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999 [1966], pp. 251-274 e Bahia, Juarez. *Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo: Editora Ática, 1990, pp.114-119.

Antes do lançamento do *Correio da Manhã*, negociações e projetos foram feitos em torno da nova folha. Em pouco tempo, porém, ela ganhou popularidade e seu proprietário, o advogado Edmundo Bittencourt, passou de um quase desconhecido a chefe de um periódico de sucesso. Segundo Isaías Caminha, esse êxito estava relacionado às características do próprio jornal, como a linguagem empregada, a ousadia na forma de apresentar o conteúdo e, acima de tudo, a crítica ao governo. Nesse último ponto, destoava dos outros diários cariocas de então, quase todos subvencionados pelo governo federal.

Na própria carta programa, Bittencourt traçava um panorama extremamente negativo da imprensa contemporânea e anunciava que o *Correio da Manhã* era uma “folha livre” e consagrada “à defesa dos direitos do povo, do seu bem estar e das suas liberdades”. Como garantia da sua imparcialidade, a nova folha publicaria, em lugar de destaque, artigos de colaboradores diversos. Assim, a coluna de honra, aquela que ficava à esquerda da primeira página, seria escrita pelos “homens mais ilustres”, porém de diferentes posicionamentos políticos, “desde o jurisconsulto ao alto funcionário de vida inteiramente alheia às lutas partidárias; do monarquista de antiga fé inquebrantável até o republicano mais instigante e apaixonado, e, ao lado deles, o fino e puro artista”⁸⁵.

Para Isaías, a “colaboração dos nomes amados do público” dava ao *Correio da Manhã* o aspecto dos “jornais antigos que nossa geração não conhecera”⁸⁶. Essa abertura aos colaboradores constituía um atrativo para o público e, também, para muitos daqueles escritores que haviam se decepcionado com os rumos da República e da própria imprensa. Na década de 1880, jovens literatos participaram ativamente em inúmeros jornais cariocas, com o objetivo de promover a campanha abolicionista e a propaganda republicana. Porém, sobretudo sob o governo de Floriano Peixoto, muitos desses literatos passaram a ser perseguidos e viram sua liberdade de expressão na imprensa extremamente cerceada⁸⁷. Quase dez anos após a proclamação da República, os literatos da “geração boêmia” acumulavam uma série de decepções em relação ao novo regime.

Naqueles primeiros anos do século XX, quase todos grandes jornais estavam subvencionados e o governo federal encontrava-se fragilmente sustentado por articulações

⁸⁵ Ver carta-programa do jornal, *Correio da Manhã*, 15/06/1901, p.1.

⁸⁶ Barreto, Lima. *Recordações(...)*, op.cit., p.171.

⁸⁷ Sobre a trajetória desses intelectuais e sua posterior frustração com os rumos do regime republicano, ver Pereira, Leonardo Affonso Miranda. “Uma miragem de República: sonhos e desilusões de um grupo literário”. In: Fernando Teixeira da Silva; Márcia Naxara; Virgínia Camilotti. (Org.). *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba: Editora da UNIMEP, 2003, pp. 53-72

de elites estaduais. O *Correio da Manhã*, denunciando abertamente esses problemas, propunha uma renovação de muitas das lutas anteriormente travadas em torno da República, abrindo espaço para o debate e a contraposição de idéias. Assim, a presença de alguns dos membros da geração de 1880 entre seus colaboradores não era um mero acaso. Na edição que abria o ano de 1903, os retratos de Arthur Azevedo, Luiz Murat e Coelho Netto vinham impressos na primeira página, ao lado dos membros da direção e de outros colaboradores, com o fim de saudar os leitores e desejar-lhes um "ano próspero e repleto de venturas"⁸⁸.



Direção e Colaboração do *Correio da Manhã*, alguns dos rostos impressos 1ª. página da edição de 01/01/1903.

Além desses republicanos, o jornal abria as portas a monarquistas, que também foram perseguidos nos primeiros anos do novo regime. Entre os colaboradores da seção de honra, figuravam os nomes de Affonso Celso e Carlos de Laet. O primeiro, membro-fundador da Academia Brasileira de Letras e filho do Barão de Ouro Preto, exilou-se com o pai após a proclamação da República. Em seu retorno ao país, ele passou a trabalhar na advocacia, no magistério e na imprensa, lançando em 1900 o livro *Por que me ufano de meu país*. Carlos de Laet se envolveu com cargos políticos durante a Monarquia, tendo sido perseguido por causa da Revolta da Armada em 1893.

Sua conturbada passagem pelo *Correio da Manhã* se iniciou com um texto em que explicava que há tempos se privara de tomar “a pena para escrever de política”, sendo que a última vez havia sido em 1897, em um periódico intitulado *Liberdade*. Porém, a publicação havia sido bruscamente interrompida, com sua redação e tipografia atacadas e um de seus proprietários, Gentil de Castro, assassinado. Para ele, esse cerceamento da imprensa nos

⁸⁸ *Correio da Manhã*, 01/01/1903, p.1.

primeiros anos republicanos contrastava com a liberdade existente durante todo o Império. Seu retorno à imprensa em 1901, na seção de honra do *Correio da Manhã*, estava relacionado à intenção de propagar a causa restauradora⁸⁹.

Nesse sentido, explicava por que havia recusado participar em outras folhas, relatando que havia sido convidado pela *Gazeta de Notícias*, por exemplo, para escrever um “balanço bibliográfico da semana”, o que lhe causava a impressão de que “o Chaves me queria levar para casa, como quem leva um bicho de estimação”, manso e sob controle. Também recusou a proposta da *Cidade do Rio*, por Patrocínio ter sido um “prudentista da gema” e também por ser um “companheiro perigoso”, que mudava de opinião com muita facilidade. Às vezes escrevia para o *Jornal do Brasil* mas, justamente por admirar seus proprietários, nunca tocava em assuntos “explosivos”, optando por temas filosóficos ou religiosos, nunca políticos. O *Correio da Manhã*, por sua vez:

(...) para mim não veio trazido por laços de simpatia pessoal, bem sabe a que se expõe tendo-me aqui... Sua alma, sua palma... E bom será que casos desses ocorram, não só a monarquistas, mas também a republicanos, como acredito que seja o Sr. Dr. Edmundo Bittencourt. Aqui, pois, me acho estabelecido e disposto, não a arquitetar tratados doutrinários, nem a investir de lança em riste, contra aguerridas falanges. Para que?... (...) O que podemos fazer é discreter, muito à pureza, entre uns tantos mil que passarem os olhos por estas colunas, destinadas a dizerem, pura e simplesmente, as verdades que outros ocultam por manha, ou que não têm ânimo de dizer.⁹⁰

Não eram os vínculos pessoais que atavam Laet a Bittencourt, nem mesmo as ideologias políticas que defendiam, mas o desejo de dizer a verdade. Ocupando posições distintas, ambos faziam oposição ao governo de Campos Salles, buscando publicizar todos os seus problemas. Porém, enquanto Carlos de Laet defendia a restauração da Monarquia, Edmundo Bittencourt lutava pela causa revisionista, isto é, a revisão da Constituição Republicana, com o objetivo de mudar as bases do processo eleitoral. Essa era apenas uma das características que distanciavam esses homens. Em compensação, o interesse pela imprensa era algo que os unia, assim como sua crença no poder dessa instituição, capaz de promover o debate e intervir nos rumos de toda a sociedade brasileira.

⁸⁹ *Correio da Manhã*, “Verdades”, de Carlos de Laet, 16/06/1901, p.1.

⁹⁰ *Idem*.

A capacidade de congregiar homens tão diferentes, que compartilhavam diversas decepções em relação àquele momento histórico, estava relacionada à própria postura de Bittencourt de falar abertamente das falhas republicanas. Apesar de não escrever com regularidade para a folha, ele redigiu vários artigos inflamados em defesa da revisão da Constituição. Ao se manifestar sobre a sucessão presidencial de 1902, em texto intitulado “Desilusões e esperanças”, o proprietário argumentava que “o maior mal da nossa Constituição está no não ter sido ela modelada pelo feitio de nosso caráter”, já que havia sido uma cópia arbitrária da Constituição Americana. Por isso, existia no Brasil uma federação em que os estados tinham, em teoria, grande liberdade, mas, na prática, eram extremamente dependentes da União, o que deslegitimava completamente a próxima eleição presidencial⁹¹.

O princípio da revisão era compartilhado por outros republicanos, como Rui Barbosa, com quem Edmundo Bittencourt havia trabalhado enquanto advogado e jornalista. Natural de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, Bittencourt fizera seus primeiros estudos em Porto Alegre e morara em São Paulo antes de instalar-se definitivamente na capital federal⁹². No final da década de 1890, Bittencourt trabalhava como membro do conselho fiscal do jornal *A Imprensa*, no qual Rui Barbosa era editor-chefe⁹³. Além de atuar na parte administrativa desse periódico, cujo sócio majoritário era Carlos Viana Bandeira, Bittencourt havia advogado no escritório de Rui Barbosa e Sancho de Barros Pimentel. Por ocasião da primeira crise d'*A Imprensa*, que determinou seu fechamento por três meses no ano de 1900, ele escreveu ao então proprietário, expressando seu desejo em adquirir e dar nova feição à folha:

Era meu pensamento fazer do jornal um órgão de colaboração, à feição do *Matin* e do *Figaro*. Artigos assinados, e uma só limitação à liberdade dos colaboradores, uma coisa para nós sagrada: - o nome do fundador da folha. A redação teria o seu programa no passado do jornal, que havia de ser guardado, custasse o que custasse, como uma herança sagrada. Era isto o que eu pensava, porque,

⁹¹ *Correio da Manhã*, “Desilusões e esperanças” de Edmundo Bittencourt, 23/10/1901. Esse tema também foi recorrentemente abordado nos textos diários do editor-chefe Pedro Leão Veloso Filho, que assinava como Gil Vidal. Além de ser responsável por editoriais em que manifestava a opinião da própria direção do *Correio da Manhã*, esse homem assumia todas as funções administrativas quando Edmundo Bittencourt viajava ou precisava se ausentar.

⁹² Sodré, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999 [1966], p. 287.

⁹³ Lacombe, Américo Jacobina. *À Sombra de Rui Barbosa*. São Paulo: Editora Nacional, 1978, p. 72.

digo-te com franqueza, temo que o Mestre não tenha confiança em mim e se recusasse a continuar na folha⁹⁴

Ao invés de fundar um novo jornal, sua intenção inicial era assumir a propriedade e a direção daquele periódico em que Rui Barbosa era o "Mestre", adicionando certas mudanças no que tange à presença dos colaboradores, segundo o modelo de algumas folhas francesas. Porém, essa crise d'A *Imprensa* coincidiu com uma suposta conspiração contra o regime republicano, boato que se alastrou pela cidade através da imprensa, na qual era referida como "A Pavorosa". Nesse contexto, Rui Barbosa publicou uma série de artigos criticando a suspensão dos direitos constitucionais, com a atuação arbitrária da polícia em relação aos supostos líderes do movimento, e chegando a sugerir que a tentativa de golpe não passava de uma armação do próprio governo para ampliar sua margem de ação⁹⁵. O periódico não foi vendido para Bittencourt naquele momento, mas reorganizado por Ulisses Soares Brandão, colega de escritório de Rui Barbosa, garantindo que o advogado baiano tivesse um meio para se expressar sobre a delicada situação.

Quando, enfim, o advogado gaúcho adquiriu o espólio d'A *Imprensa*, fundou uma nova folha que, diferente da anterior, não era uma sociedade anônima, nem contava com a ilustre presença de Rui Barbosa⁹⁶. Manteve, por outro lado, a defesa da revisão constitucional, assim como uma postura de enfrentamento ao presidente Campos Salles⁹⁷. Com a criação do *Correio da Manhã*, em junho de 1901, o desejo de fazer um "órgão de colaboração" foi posto em prática, como uma garantia da imparcialidade e incorruptibilidade do jornal. Nascida entre desilusões e esperanças, com um sucesso praticamente imediato, a nova folha não demorou em mostrar seus defeitos, decepcionando muita gente, a começar pelo protagonista de Lima Barreto. Após um ano trabalhando na

⁹⁴ Carta de Edmundo Bittencourt a Carlos Viana Bandeira em março de 1900 apud Lacombe, Américo Jacobina. *À Sombra de Rui Barbosa*. São Paulo: Editora Nacional, 1978, pp. 73-4.

⁹⁵ Sobre essa questão, ver Garzoni, Lericé. "Disputas políticas e disputas por leitores: a criação do *Correio da Manhã* (1898-1901)" in *Topoi*, v.12, n.22, jan-jun 2011, pp.158-177.

⁹⁶ Na Secretaria da Junta Comercial do Rio de Janeiro, foi informado que as transações mercantis relativas à "empresa jornalística *Correio da Manhã*" seriam feitas com "firma individual" do advogado. Junta Comercial, Arquivo Nacional, Código 46, Edmundo Bittencourt, 1901, Livro 40, Registro 9967, G2. Travava-se de um registro bastante diferente daquele feito por outros jornais que se organizaram como "sociedades anônimas", em que se inseriam as atas da assembléia de instalação, especificando o valor das ações de cada acionista e, eventualmente, os estatutos na nova empresa.

⁹⁷ No final do mês de outubro de 1898, logo após assumir a presidência da República, Campos Salles enviara uma carta a Rui Barbosa dizendo que "A *Imprensa* é o meu café de todas as manhãs, e às vezes um tanto amargo; mas sempre benéfico". Apud, Viana Filho, Luis. *A vida de Rui Barbosa*. São Paulo: Nacional, 1949, p.275.

redação de *O Globo*, apesar de se iludir e se orgulhar de sua posição, Isaías Caminha não tinha dificuldade alguma em identificar os pontos fracos desse e de outros jornais:

A não ser o *Jornal do Commercio*, pode-se dizer que os diários do Rio nada têm o que se leia e todos eles se parecem, pois todos têm a preocupação de noticiar crimes, escândalos domésticos e públicos, curiosidades banais e, em geral, ilustrados com zincografias que nada têm com o caso, quando não são hediondas ou imorais, como aconteceu com *O Globo* que, certa vez, deu a de um cadáver exumado, inteiramente nu. A imprensa popular de qualquer país, por exemplo: o *Matin*, o *Journal* (falo dos que conheço) – não é indigente de leitura, de atrativos outros que não o vulgar noticiário, como os jornais do Rio, nos quais quase não existe colaboração de qualquer natureza. Guiados pelas mesmas leis, obedecendo a um único critério, todos eles se parecem; e, lido um, estão lidos todos.⁹⁸

As propaladas particularidades do *Correio da Manhã* em relação aos outros diários cariocas pareciam desaparecer quando o assunto era a seção policial. Nesse campo, o jornal de Bittencourt só poderia se destacar pelo aspecto negativo. Até a presença de colaboradores ganhava outra dimensão quando comparada ao resto do conteúdo publicado, fazendo com que o *Correio da Manhã* passasse de um "órgão de colaboração" a uma publicação "indigente de leitura". Não conseguia, portanto, escapar à lógica de composição e aos critérios empregados nos outros grandes jornais cariocas. Para enfatizar seu julgamento negativo, Isaías lembrava a superioridade de alguns periódicos publicados em Paris, símbolo de civilização e modernidade naquele momento⁹⁹.

Estupefato, o protagonista do romance ainda observava como a imaginação dos redatores era posta à prova para inventar evidências, motivos e "os menores pormenores" de um crime misterioso, tudo sob a rígida supervisão de Bittencourt¹⁰⁰. Qualquer oscilação nas vendas era motivo para colocar em alerta o proprietário, sempre ríspido com seus subalternos, que fazia de tudo para garantir o sucesso comercial de seu produto, inclusive empregar a linguagem sensacionalista em outras partes do jornal, como nos artigos políticos. Para Isaías, mesmo que a folha alegasse promover ideais nobres, como a moralização da República, os meios aplicados eram bastante contestáveis, já que envolviam a divulgação de uma crítica exagerada. Além disso, no âmbito da redação, reproduziam-se

⁹⁸ Barreto, Lima. *Recordações(...)*, op.cit., pp.197-8.

⁹⁹ Porém, ao contrário do que afirmava Isaías Caminha, notícias de crime também causavam furor entre o público francês naquele período, sendo exploradas em diferentes folhas diárias de Paris. Dominique, Kalifa. *L'encre et le sang. Récits de crimes et société à la Belle Époque*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1995.

¹⁰⁰ Barreto, Lima. *Recordações(...)*, op.cit., pp.224-239.

todos os defeitos da política nacional, com o estabelecimento do governo ditatorial de Bittencourt, que mantinha tudo sob seu controle: "os artigos, a criação das seções, as referências elogiosas, as 'cavações'"¹⁰¹.

A menção às "cavações" merece atenção uma vez que, embora a independência do jornal em relação às verbas públicas e de particulares tenha sido recorrentemente ostentada, não há indícios sobre a origem do capital que permitiu a criação e manutenção do novo periódico. Logo na primeira campanha empreendida pela nova folha, na qual se discutia o preço e a qualidade da carne vendida no Rio de Janeiro, surgiram acusações de que Edmundo Bittencourt devia dinheiro a empresários, sobretudo aos donos da firma que detinha o monopólio do comércio de carnes verdes na cidade. Nesse sentido, interpretavam que o empenho de Bittencourt em acusar a empresa de corrupção estaria ligado à intenção de desmoralizar seus credores¹⁰². O proprietário assumiu os empréstimos, garantindo insistentemente que isso jamais influenciaria as opiniões impressas no periódico e que a campanha estava sendo feita exclusivamente em defesa do povo.

Isaías Caminha mostrava, entretanto, como as relações pessoais, tão instáveis quanto conflituosas, influenciavam as ligações estabelecidas entre Bittencourt e políticos poderosos¹⁰³. Então, mesmo que o proprietário do *Correio da Manhã* não recebesse ajuda financeira propriamente dita, sabia que seu poder era uma importante moeda de troca, que ele manipulava em benefício próprio e de seu jornal. Ao longo de sua trajetória, seus adversários também evocaram as fontes de renda daquela empresa jornalística como objeto de desconfiança, com objetivo de reforçar as críticas em diversas ocasiões¹⁰⁴.

No confronto entre Carlos de Laet e Edmundo Bittencourt, a “questão do dinheiro” também foi abordada. Logo após sua saída do periódico, o monarquista publicou um artigo no *Jornal do Brasil* acusando, não só o cerceamento de sua liberdade de expressão na folha que abandonara, mas o não pagamento dos honorários devidos. Ainda em relação aos seus

¹⁰¹ Barreto, Lima. *Recordações(...)*, op.cit., pp.201. Segundo Isabel Lustosa, autora das notas da edição empregada, “‘cavações’ era uma gíria do tempo relacionada a todo o tipo de arranjo no sentido de obter vantagens pecuniárias, especialmente junto aos órgãos públicos.”

¹⁰² Sobre as acusações ver *Jornal do Commercio*, 12/07/1901, p. 3 e “O Bezerra da Manhã”, *Jornal do Commercio*, 15/07/1901, p.4.

¹⁰³ “No curto prazo de uma semana, o seu jornal atacou, elogiou e qualificou herói o ministro da Guerra; e nenhum dos três artigos saiu da sua pena; foram escritos a sua ordem (...)”. Barreto, Lima. *Recordações(...)*, op.cit., pp.201-2.

¹⁰⁴ Além das já mencionadas, ver também *O Paiz*, “O som do marco – O *Correio da Manhã* e a colônia portuguesa”, 09/11/1916, p.1, em que se acusava o *Correio da Manhã* de receber verbas dos alemães.

vencimentos, ele alegava que o proprietário do *Correio da Manhã* havia descumprido suas promessas quanto aos valores pagos por cada contribuição, além de ter explorado o seu talento para conseguir prestígio para o jornal. Todas essas características denunciavam a instabilidade do caráter de Bittencourt, assim como sua mesquinhez e ingratidão. A resposta a essa acusação buscava reverter a situação:

Há agora um outro ponto, onde espero aparecer um pouco melhor que o sr. dr. Carlos de Laet. É na questão do dinheiro. Na minha inexperiência dessas coisas de jornal, logo que fundei o *Correio da Manhã*, pensei poder pagar ao sr. Laet um conto de réis por mês. Mas, logo no primeiro mês, vi que me era impossível e declarei ao sr. Laet que só lhe poderia pagar quinhentos mil réis, para s. ex. escrever um artigo por semana. Efetivamente paguei ao sr. Laet quinhentos mil réis por mês, desde 15 de junho, dia em que apareceu esta folha, até 31 de outubro. (...) Queira, pois, o sr. dr. Carlos de Laet me fazer a fineza de avisar ao sr. arcebispo que tem a receber nesta redação apenas 250\$000, importância de seus dois artigos de novembro... Entrei de propósito nesta mesquinha questão de dinheiro. O sr. dr. Laet sabe que uma das armas que os amigos do governo empunham contra mim é a calúnia de que eu sou pago pelos monarquistas; que foram estes que me deram recursos para fundar o *Correio da Manhã*, quando o sr. dr. Laet sabe perfeitamente que eram meus, só meus, esses recursos, e tão poucos que só dia 19 de julho, isto é, um mês depois de fundado o jornal, é que lhe pude pagar 250\$000 de sua quinzena de junho (...) Nunca eu seria capaz de me referir a essas coisas, se não fosse a impertinência com que fala o sr. dr. Laet.¹⁰⁵

Bittencourt expunha publicamente quais haviam sido os termos dos acordos pecuniários e atestava que pagamento era entregue mensalmente ao arcebispo da cidade, como havia determinado o próprio Carlos de Laet. No trecho acima, enfatizava que as mudanças em sua proposição inicial eram reflexo da sua inexperiência e que, justamente por não contar com recursos do governo ou de grupos específicos, tinha dificuldade em manter a empresa e honrar seus compromissos. O proprietário do *Correio da Manhã*, que não compartilhava a militância monarquista, nem a aguerrida fé católica de Carlos de Laet, considerava que ambos lutavam no mesmo campo, como opositores de Campos Salles e críticos dos rumos do regime republicano. Ele aproveitava a controvérsia para alegar que esses ideais estavam acima de qualquer interesse financeiro, assim como o projeto de uma “folha livre” seria maior que a preocupação em constituir uma empresa financeiramente

¹⁰⁵ *Correio da Manhã*, “Um só programa”, Edmundo Bittencourt, p.1. Na mesma página, está a transcrição do artigo de Carlos de Laet publicado no *Jornal do Brasil* no dia anterior. Além disso, também se encontra a transcrição da carta enviada por Afonso Celso para comunicar sua saída do jornal.

estável e lucrativa. Lamentava, portanto, que as relações entre ele e o ex-colaborador fossem tratadas como um relacionamento de ordem econômica e mercantil, enfatizando que só se referia a isso devido aos comentários impertinentes que haviam sido impressos no *Jornal do Brasil*¹⁰⁶.

Essa imagem que o proprietário do *Correio da Manhã* construía para si, como um homem devotado aos ideais políticos e desapegado ao dinheiro, foi contestada por seus contemporâneos. O personagem de Lima Barreto, que em parte reproduzia as críticas e as vivências do próprio autor, enfatizou o caráter facilmente corruptível, assim como a ânsia por lucro, ao descrever o seu patrão. A própria consolidação do jornal, que se tornou um dos mais importantes diários da cidade em pouco tempo, disputando em situação de igualdade com as folhas concorrentes, também pode ser tomada como evidência de que seu proprietário conseguira se estruturar do ponto de vista financeiro. Como vimos, isso foi objeto de desconfiança e motivo para acusações em diferentes momentos. O próprio Carlos de Laet, que também passou a colaborar na *Gazeta do Commercio*, congregou um grupo de jornalistas para acusar o *Correio da Manhã* de receber verbas da Companhia das Lotéricas Nacionais, o que Bittencourt desfrutaria em suas viagens à Europa¹⁰⁷.

Nesse confronto impresso entre o proprietário do periódico e o ex-colaborador monarquista, a “questão do dinheiro” permitia que ambos mobilizassem valores como justiça, idealismo, talento e honestidade para se definirem publicamente, como homens dignos de respeito e credibilidade por parte de seus leitores. Mais que esclarecer a veracidade das acusações feitas, tratava-se de uma batalha por reconhecimento e por status no espaço público. O substrato de gênero das caracterizações feitas por cada um dos adversários, para si e para o outro, ficou ainda mais evidente quando a disputa passou a ser travada em torno da honra sexual. Mas o desacordo sobre os pagamentos não foi a origem desse confronto que, como veremos a seguir, foi inicialmente motivado por uma mistura entre questões políticas e pessoais.

¹⁰⁶ Ao analisar as mudanças advindas com a “ordem republicana”, Nicolau Sevcenko considera que “as relações sociais passam a ser mediadas em condições de quase exclusividade pelos padrões econômicos e mercantis, compatíveis com a nova ordem da sociedade”. O episódio analisado permite observar os sentidos que os sujeitos poderiam conferir a essas mudanças. Sevcenko, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003 [1983], p.55.

¹⁰⁷ Para as respostas de Bittencourt ver os artigos do *Correio da Manhã*: “Às claras”, de 04/03/1902 e 23/04/1902.

2. Carlos de Laet: “professor primário”

Apesar de Carlos de Laet ter se julgado injustiçado, Edmundo Bittencourt garantiu que, durante todo o tempo que participou do *Correio da Manhã*, o monarquista “não poupou a um só de seus companheiros”, sendo que “a cada um flechou com uma ironia”¹⁰⁸. De fato, diversos colaboradores, assim como escritores eventuais, mantiveram debates com ele desde o início da publicação. A primeira polêmica em que o monarquista esteve envolvido foi iniciada com o artigo “Marinha Republicana”¹⁰⁹, que era uma crítica ao discurso pronunciado pelo comandante Rodrigo José Rocha durante as festividades do dia 11 de junho. Tratava-se da comemoração da batalha de Riachuelo, célebre episódio da guerra do Paraguai, e o comandante aproveitava a ocasião para destacar que a armada brasileira sempre foi e sempre seria republicana. Era essa afirmação que Carlos de Laet buscava rebater em seu artigo, no qual reunida uma série de exemplos históricos para provar o contrário. A contra-argumentação de Rodrigo José Rocha foi publicada na seção de honra dias mais tarde, sendo seguida por uma tréplica de Laet. Apesar de uma controvérsia pontual, que não teve maiores repercussões, esse não era um assunto qualquer naquele momento, em que circulavam boatos sobre a possibilidade das classes militares se reunirem contra a República¹¹⁰.

Esse confronto de ideais monarquistas e republicanos seria o mote da segunda polêmica enfrentada por Carlos de Laet. Dessa vez, o início da controvérsia era um artigo de sua autoria em que usava a escuridão como metáfora da República, sendo que as luzes que se apagaram com a “revolução de 89” foram o Imperador, “incorrupível e constante fiscal da pública moralidade”, o Congresso e a Imprensa.¹¹¹ Alguns dias depois da publicação desse texto, o jornal anunciava, em uma nota intitulada “Dr. Felício dos Santos”, que estava “desvanecido e feliz pelo generoso e espontâneo apoio, cada vez maior, que lhe tem sido dispensado por todas as classes da nossa sociedade”. Esse era o caso do médico e escritor dr. Felício dos Santos, cujo artigo, que “teve a gentileza de vir trazer-nos em pessoa”, era publicado na oitava coluna da primeira página¹¹².

¹⁰⁸ *Correio da Manhã*, “Um só programa”, Edmundo Bittencourt, p.1.

¹⁰⁹ *Correio da Manhã*, “Marinha Republicana” de Carlos de Laet, 25/06/1901, p.1.

¹¹⁰ No dia 02 de julho, foi publicado um artigo com mesmo título de autoria de Rodrigo José Rocha. A tréplica veio no dia seguinte, 03 de julho, com um artigo de Carlos de Laet. Sobre o temor de golpes, ver o exemplo da “Bernarda” no dia 05/09/1901 e subsequentes, todos no *Correio da Manhã*.

¹¹¹ *Correio da Manhã*, “No escuro...” de Carlos de Laet, 08/07/1901, p.1

¹¹² *Correio da Manhã*, “Dr. Felício dos Santos”, 11/07/1901, p.1.

Esse primeiro texto do novo colaborador era justamente para responder ao “meu ilustre amigo Carlos de Laet, cuja brilhante colaboração era um dos melhores atrativos do *Correio da Manhã*”. Felício dos Santos dizia que o Brasil não precisava de uma mudança de regime, mas de uma sincera e profunda conversão ao cristianismo¹¹³. Diante disso, não tardou a resposta do também católico Carlos de Laet, que afirmava que “com um sentimento republicano que parece haver-se acrisolado em seus retiros espirituais, o meu prezado amigo sr. dr. Felício dos Santos dignou-se a contestar o artigo que nesta folha publiquei”. Uma série de réplicas e tréplicas foi publicada a partir de então, ora na coluna de honra, ora na oitava coluna da primeira página do jornal¹¹⁴.

No último artigo sobre o tema, Laet dizia que não se opunha à idéia de Felício dos Santos de fundar um partido católico, desde que fossem aceitos tanto monarquistas quanto republicanos. Nessa ocasião, para dar provas da existência de uma “fé monarquista”, temida e violentada pelos republicanos, comentava sua participação na imprensa nos últimos anos, fazendo referência ao posicionamento político de Edmundo Bittencourt e às pressões que sofria por manter colaboradores monarquistas em seu periódico. Além de Carlos de Laet, como vimos, Affonso Celso também escrevia artigos com apologias à monarquia e defendia a mudança do regime político no país¹¹⁵.

Acolher essa “propaganda monarquista” não implicava, porém, aceitar passivamente todos os seus argumentos. Tanto que Leão Velloso Filho, o Gil Vidal da seção “Política”, responsável por um artigo diário em que manifestava a opinião da direção do *Correio da Manhã*, recorrentemente questionava os escritos de Carlos de Laet e criticava seus correligionários, sobretudo por não se manifestarem a favor da revisão da Constituição¹¹⁶. O próprio Edmundo Bittencourt não hesitou em abrir espaço para os contraditores desse monarquista o que, se funcionava como um incentivo ao debate, também explicitava a tensão entre os colaboradores monarquistas e republicanos, incluindo a própria diretoria da folha.

Inicialmente, essa convivência foi bastante pacífica e, nos primeiros meses de publicação, a participação de Carlos de Laet extrapolava sua colaboração na seção de honra

¹¹³ *Correio da Manhã*, “Non pro causa” de Felício dos Santos, 11/07/1901, p.1.

¹¹⁴ Ver, *Correio da Manhã*, “A verdadeira Luz”, de Felício dos Santos em 14/07/1901; “Não querem luzes”, de Carlos de Laet, em 16/07/1901; “O partido da verdade”, de Felício dos Santos, 18/07/1901.

¹¹⁵ Ver, entre outros, “Desanimar, nunca...” e “Ao exército... francês”, nos dias 19/09/1901 e 17/10/1901, ambos no *Correio da Manhã*.

¹¹⁶ *Correio da Manhã*, “A Política – Os monarquistas na república” de Gil Vidal, 06/10/1901.

para outras partes do jornal. O monarquista se responsabilizou, por exemplo, por uma reportagem sobre os constrangimentos sofridos pelos estudantes da Faculdade de Medicina, por terem se solidarizado com os protestos contra o aumento das passagens de bondes da Companhia de São Cristóvão, reforçando uma crítica compartilhada com outros republicanos que colaboravam na folha¹¹⁷.

Concomitante a essas disputas, ele também publicou a correspondência que supostamente manteve com a senhorita Eufemia Camacho, que indagava por que o retrato de Francia, “traidor da República paraguaia” segundo a moça, estava entre os festejos da morte de Floriano Peixoto¹¹⁸. Carlos de Laet dizia ser “com muito gosto” que dava publicidade à dúvida da senhorita, mas que se julgava incompetente para solucionar questões entre republicanos, provocando “fale quem sabe e quem pode”. Dias mais tarde, outra carta de Eufemia voltava a ocupar a atenção do monarquista e seus leitores:

Sr. Professor – Já pessoalmente, na confeitaria do Colombo, tive o prazer de agradecer-lhe a hospitalidade que em nome do ilustrado republicano Sr. Dr. Edmundo Bittencourt me ofereceu nas colunas da sua conceituada folha; e não repetiria eu a importunidade, se a isto não impelisse o irresistível desejo de provar que o Sr. Rocha Pombo é quem tinha razão no juízo a respeito de Francia. Imagine, Sr. Professor, que ledora (sic) assídua de muitas folhas do nosso continente, onde curiosa acompanho os admiráveis resultados da forma republicana, tive ocasião de passar a vista pela *Tribuna*, de Assunção, n. 672, de 17 de maio do corrente ano; e que hei de lá encontrar com referência ao assunto que há dias me ocupei? Nada mais nada menos do que isso que passo literalmente a traduzir¹¹⁹

Nessa segunda missiva, era a própria Eufemia quem trazia resposta para a sua questão, graças ao hábito de ler jornais internacionais. Na seqüência, ela traduzia dois telegramas. O primeiro, que a comissão Benjamin Constant enviara ao presidente do Paraguai, Emílio Aceval, saudava a “valorosa pátria de Francia”, por ocasião da

¹¹⁷ Por causa do aumento das passagens de bonde da Companhia São Cristóvão, houve inúmeros protestos na cidade, com ativa participação dos estudantes. Segundo Laet, o governo havia ficado com um “medo negro” desses últimos e havia incumbido o dr. Nuno de Andrade, “quase ministro da Saúde Pública e lente catedrático da Escola de Medicina” de reunir os discentes, proibindo-os de se manifestarem contra o governo. Sobre os protestos em geral, ver artigo “Burros e Cães” de Pedro Tavares Junior, em que critica a forma como esses protestos populares estavam sendo noticiados em outras folhas e o artigo “Hábitos Policiais”, em que Manoel Vitorino critica a atuação da polícia no mesmo episódio. Ver, *Correio da Manhã*, 20/06/1901 e 21/06/1901, respectivamente.

¹¹⁸ *Correio da Manhã*, “Apoteose de Francia” de Carlos de Laet, 02/07/1901, p.1.

¹¹⁹ *Correio da Manhã*, “Apoteose de Francia” de Carlos de Laet, 14/07/1901, p.1.

comemoração da independência do país. A resposta a essa saudação era esclarecedora porque, apesar de agradecer, Aceval dizia que “como paraguaio, não posso aceitar a glorificação de Francia, do feroz matador de Caballero, Yegros, Iturthe e mais companheiros na obra de independência da minha pátria”. Então, o fato de o próprio presidente paraguaio ter considerado que “Francia, longe de merecer alegorias glorificadoras, deve baixar a [palavra ilegível] da história, infalível paradeiro de todos os tiranos” mostrava que a presença da apoteose no desfile brasileiro era descabida. Dessa forma, a articulada senhorita concluía:

E, para terminar, tomarei ainda a liberdade de sugerir aos organizadores de préstitos cívicos uma lembrancinha não sem utilidade. Dado que, para o ano vindouro, tenha de ser retirada a alegoria do Francia, que ficou tão desmoralizado, não é de mau conselho ir já pensando no substituto. Minha futura sogra, sempre ferrenha, vota pelo Rosas; mas eu entendo que, por não nos sujeitarmos a algum telegrama do Sr. Roca, melhor será fazer obra com a prata de casa... Que lhe parece o Sr. Eneas Galvão? Sou, etc., etc., - Euphemia Camacho

Bastante desenvolta, ela ironizava os organizadores dos préstitos republicanos, mal escondendo as críticas do próprio Laet que, sem dúvida, acompanhava com curiosidade "os admiráveis resultados da forma republicana" em todo o mundo. A própria escolha do nome dessa interlocutora, um jogo com os gêneros (eu – fêmea; cá – macho), deixava subentendido que aquelas cartas haviam sido compostas pelo próprio monarquista. Mas a evidência mais relevante sobre a inexistência dessa mulher aconteceu com seu reaparecimento no jornal meses mais tarde, quando a disputa entre Carlos de Laet e Edmundo Bittencourt já estava estabelecida, como veremos adiante.

A estratégia de inventar uma personagem feminina para apresentar questionamentos ao desfile cívico e apontar as gafes da comissão brasileira poderia ter diferentes objetivos. Ocultar o verdadeiro autor era uma forma de lhe conferir maior liberdade e inibir, ao menos em um primeiro momento, retaliações violentas. Mas, como Carlos de Laet não tinha perfil de fugir de brigas, essa invenção poderia ser um atrativo para os leitores, um convite mais descontraído ao debate. Por fim, poderia ser uma forma de reforçar suas críticas aos homens que dirigiam o país, mostrando como até uma senhorita sem maiores conhecimentos específicos era capaz de identificar erros políticos que lhes passariam despercebidos.

Na carta acima, versões conflitantes sobre a história nacional do Paraguai e seus heróis eram contrapostas, o que poderia ser lido como uma metáfora da própria situação do Brasil. Certamente, Carlos de Laet discordava da narrativa histórica que começava a ser construída em torno da proclamação da República, assim como de seus símbolos¹²⁰. Além dessa questão, discutia-se também o impacto do regime especificamente na cidade do Rio de Janeiro pois, ao comparar o chefe de polícia Enéas Galvão a ditadores latino-americanos, julgava a índole daquele homem e sua atuação no referido cargo¹²¹. A forma e o assunto tratado permitiam, enfim, a expressão de críticas, tão severas quanto irônicas, em diferentes níveis.

Ao se auto-referir como “sr. Professor”, Carlos de Laet não previa que o exercício dessa profissão seria justamente um dos eixos do debate com o jovem republicano Floriano de Brito, um de seus ex-alunos. Essa controvérsia, última de Laet no *Correio da Manhã*, teve início quando ele decidiu responder um artigo desse “douto ex-discípulo e fogoso contraditor”, que escrevia para a coluna de honra há pouco mais de um mês. No início de “Uma turra!”, Laet fazia considerações sobre os atritos entre colaboradores da mesma folha:

Não acho muito razoável o sistema de discutirem, na mesma folha, e uns com os outros, os colaboradores que nela eventualmente se justapõem; mas uma vez que o debate não transcenda as raias da polidez e da recíproca deferência, o inconveniente pode, até certo ponto, sanar-se, e mesmo contribuir para tornar interessante o jornal. Nessas condições é que passo a dar uma breve resposta ao Sr. Florianno de Britto, cuja aspiração, segundo me disse o meu amigo Sr. Edmundo Bittencourt, era ter uma turra comigo¹²²

Ainda que não considerasse conveniente, o monarquista reconhecia que esse sistema de embates ajudaria o jornal a ficar mais interessante. Mas o autor tentava estabelecer limites, recorrendo às idéias de polidez e respeito mútuo. O cerne do desacordo entre eles era que Florianno de Britto discordava da opinião do monarquista de que, a partir do estabelecimento da República, havia ocorrido uma diminuição da atividade intelectual no

¹²⁰ Carvalho, José Murilo. *Formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, especialmente capítulo 3.

¹²¹ Sobre a organização da polícia civil nesse período, ver Bretas, Marcos Luiz. *A Guerra das Ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, pp.38-46.

¹²² *Correio da Manhã*, “Uma turra!” de Carlos de Laet, 11/11/1901, p.1.

Brasil. Para defender seus argumentos, Carlos Laet fazia uma série de ressalvas ao texto de Britto, chegando a críticas de ordem pessoal. Assim, descrevia o jovem como um admirador da ditadura de 1893-1894, que venerava os responsáveis pelo Terror da Revolução Francesa. Afirmava ainda que ele "escreve dissertações para provar que um homem deve trucidar a mulher e a tia da mulher, em falta de sogra". Assim, com o objetivo de desqualificar seu contendor publicamente, o professor monarquista mobilizava exemplos que remetiam tanto à questão política, com a menção aos governos autoritários, quanto à vida particular, considerando desprezível que um homem consentisse com a agressão a mulheres.

Na resposta, Floriano Britto se definia como um “republicano convicto” que, apesar de reconhecer os erros que haviam ocorrido desde 1889, não concordava que um regresso literário e científico havia se instalado no país com o novo regime. Também explicava que era contra qualquer tipo de agressão às mulheres, sendo que os textos sobre essa matéria tinham como finalidade a defesa de um amigo que, apesar de ter cometido um ato “alucinado”, não era um homem “intrinsecamente mau”¹²³. Ainda nesse sentido, afirmava que “a solução única seria o abandono da esposa, com a garantia, aliás, da subsistência material para essa mesma”¹²⁴.

Apesar de não ter nenhuma relação com a origem do debate, a violência física contra as mulheres constituiu um elemento importante para pensar sobre o caráter desses homens, o que evidencia a importância do gênero na definição de sua identidade enquanto homem público. Ainda nesse artigo, Floriano de Britto solicitava ao seu “venerando professor de primárias letras que dê preferência ao que é primordial, para me referir depois ao que é secundário”. Essa consideração abriu espaço para que outras questões de gênero fossem abordadas nessa disputa. Em sua tréplica, Laet prometia uma contradição breve, sem negligenciar o “elemento pessoal”:

¹²³ Não foi possível localizar o amigo e relatos do crime, assim como os textos de Floriano Britto sobre o assunto. Pelo o que foi dito, fica subentendido que o amigo em questão havia assassinado a esposa, o que era justificado por sua “pobre alma” estar “conturbada pela mais dolorosa das alucinações”. Para justificar crimes desse tipo, era recorrente que se recorresse ao argumento da privação de sentidos. Para um estudo clássico sobre esse tema, ver Correa, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983. Especificamente sobre período estudado, ver Engel, Magali. “Paixão, crime e relações de gênero (Rio de Janeiro, 1890-1930) in *Topoi*, n.1, v.1, jan-dez, 2002, pp.153-177.

¹²⁴ *Correio da manhã*, “No terreno” de Floriano de Britto, 12/11/1901, p.1

Quanto ao elemento pessoal, tão pouco me alongarei. O meu amigo diz e repete que fui professor primário; é certo que tive a honra de ser professor de Português do 1º. ano do Colégio de Pedro II (...); mas convém acrescentar que em meus concursos fui classificado em primeiro lugar, o que s.ex. não logrou no que há pouco fez para a cadeira de francês; e que também me graduei naquele severo curso de matemática e ciências físicas por onde s.ex. andou veraneando sem maior resultado.¹²⁵

Recordando seus sucessos, assim como os fracassos de seu adversário, Carlos de Laet assumia sua longa carreira no magistério na cidade. Além de mostrar sua superioridade intelectual, buscava se afastar da qualificação de “professor primário”, enfatizando sua atuação no Colégio D. Pedro II. Como destaca June Hahner, tanto no Brasil quanto em outros países do mundo ocidental, “o magistério primário passou de ocupação majoritariamente masculina, em meados do século XIX, para a ocupação feminina, no século XX”¹²⁶. No Brasil, uma das primeiras iniciativas nesse sentido aconteceu com a Reforma Leôncio de Carvalho, datada de 1876, que previa a instalação de escolas normais para o treinamento de professoras e dava prioridade à contratação de mulheres no ensino primário. Na cidade do Rio de Janeiro, essa política foi reforçada quando Benjamin Constant assumiu a direção da Escola Normal em 1881. Enquanto positivista, ele acreditava na inferioridade orgânica e intelectual da mulher, mas aclamava sua superioridade moral. Por isso, defendia que o ensino primário era uma “profissão que deve pertencer exclusivamente à mulher”¹²⁷.

Avaliando contextos específicos, pesquisadores identificaram como motivações econômicas e morais foram entrecruzadas para justificar diferentes políticas de incentivo ao ingresso de mulheres no magistério primário¹²⁸. Os debates em torno das escolas mistas, que permitiriam economizar em investimentos, também englobava o questionamento sobre quem teria o perfil mais adequado para educar crianças de ambos os sexos. A concepção de que o exercício do magistério primário seria mais apropriado às mulheres, por constituir

¹²⁵ *Correio da manhã*, “Uma turra!” de Carlos de Laet, 13/11/1901, p.1.

¹²⁶ Hahner, June. “Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX” in *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 19 (2), maio-agosto/2011, pp.467-474.

¹²⁷ Carta de Benjamin Constant a João Pedro de Aquino. Apud Hahner, June. “Escolas mistas, escolas normais” (...), *op. cit.*, p. 473.

¹²⁸ Sobre as práticas administrativas em relação à formação de professoras no Rio Grande do Sul a partir de 1900, ver Werle, Flávia Ubino Corrêa. “Práticas de gestão e feminização do magistério” in *Caderno de Pesquisa*, n.35, v.126, São Paulo, set-dez/ 2005, pp.609-634. Em relação ao contexto francês, ver Rogers, Rebecca. “La féminisation de l’enseignement, une histoire de femmes?” in *Histoire de l’éducation*, n.93, 2002, pp. 169-170 e Jacquet-Francillon, François. “Les conquêtes féminines dans l’enseignement” in *Actes du Colloque Défense et Transformer l’École pour tous*, CD-Rom, Marseille, 1997.

uma extensão de seu papel natural de mãe, ganhou destaque nessas controvérsias, acabando por orientar a organização legal do ensino primário em diversas localidades. A feminilização da ocupação de professor primário, isto é, sua identificação com uma suposta natureza feminina, esteve ligada à desvalorização simbólica e material dessa profissão, o que explicaria o progressivo abandono por parte dos homens.

Esse processo, repleto de tensões, ganhou contornos particulares em diferentes países, assim como uma série de especificidades regionais. Essas considerações, ainda que generalistas, ajudam a compreender o incômodo de Carlos de Laet com a qualificação de “professor primário”, o que Floriano Britto continuou a explorar:

Molestou-se o meu erudito contraditor, porque o tratei de venerando professor primário. Onde a ofensa? Pelo antigo regulamento, o 1º. ano do Pedro II constituía um curso de adaptação. (...) Se era primário o ensino, era professor primário o docente que o dirigia. O sr. Laet pode ser um gênio, um poço de erudição, não lha desconheço tais direitos: mas a impressão que dele me ficou dos tempos colegiais, impressão aliás lisongeira, foi a de um bom homem que me ensinou as primeiras operações (...) Não posso, portanto, guardar de s. s. a mesma lembrança e lhe render o mesmo culto que rendo a um Tautphoeus, a um Thomaz Alves e a muitos outros, cujos nomes, por serem lentes ainda os seus possuidores, calo propositalmente.¹²⁹

Ao diferenciar as categorias de ensino, o jovem republicano também hierarquizava os professores que atuavam em cada uma delas. Assim, apesar das recordações lisongeiros que guardava de Carlos de Laet, o ensino das primeiras letras não era digno do mesmo respeito que devotava ao ensino de matérias mais complexas, como alemão, grego e latim. O monarquista era visto apenas como um “bom homem”, sem as honras cabíveis a lentes como o Barão de Tautphoeus e Manoel Thomaz Alves Nogueira¹³⁰. A associação entre magistério primário e baixo nível de exigência intelectual também era um dos fatores mobilizados para justificar a exclusividade feminina nesse campo, sendo que em outros artigos publicados naquele mesmo período no *Correio da Manhã*, era possível observar referências explícitas a essa abordagem.

¹²⁹ *Correio da manhã*, “No terreno” de Floriano de Britto, 14/11/1901, p.1

¹³⁰ Sobre o barão de Tautphoeus e sua fama ver Nabuco, Joaquim. *Minha formação*. Rio de Janeiro: Editora Três, 1974 [1900], capítulo XXV. Informações esparsas sobre a atuação de Manoel Thomaz Alves Nogueira foram localizadas nas *Atas e Pareceres do Congresso de Instrução do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1884.

Dias antes do início dessa contenda entre ex-professor e ex-discípulo, Medeiros e Albuquerque, diretor da instrução pública da capital e colaborador da seção de honra desde a fundação do periódico, abordava diretamente essa questão. Ele iniciava seu artigo com considerações sobre a mulher no Brasil, criticando sua “perpétua minoridade, como filha, como esposa, como cidadã”. Para trabalhar pelo ideal da igualdade de direitos, asseverava que era legítimo aumentar o número de profissões que pudessem ser aspiradas pelas mulheres. Nesse sentido, o magistério primário seria “uma profissão feminina” por excelência. O autor elogiava, portanto, a lei municipal de 09 de abril de 1897, que havia proibido a matrícula de homens na Escola Normal do Rio de Janeiro. Para ele, essa medida era o reconhecimento de uma “evolução natural”, uma vez que “em toda a parte, no magistério primário, as mulheres vão superando em número e vencendo em aptidão os homens”. Assim, explicava por que seria um erro reestabelecer a admissão de homens nessas escolas:

Porque, salvo os casos raros de raríssimas vocações, não se compreende bem que um rapaz de merecimento, com capacidade para estudar, se subordine a um curso como o da Escola Normal a fim de ter unicamente os magros vencimentos do nosso magistério primário. Para ele, *em regra*, irão, portanto, unicamente os incapazes de acharem outro ofício ou os que desse magistério fizerem unicamente um achego suplementar, enquanto trabalham noutras ocupações: serão, portanto, escolhidos por uma verdadeira seleção *à rebours*. O melhor, diante de tal constatação, é ficarmos no que estamos: guarde-se ao menos para as mulheres essa profissão quase única, que elas sabem desempenhar superiormente¹³¹.

À primeira vista, pode parecer contraditório que, apesar de defender a igualdade de direitos, o autor tenha reservado às mulheres uma profissão mal remunerada e que, segundo ele, não demandava grande esforço intelectual. A ênfase desse trecho, porém, estava justamente na desqualificação do sexo masculino para o ensino primário. Assim, a caracterização dos professores primários como incapazes ou interesseiros contrastava, nas palavras de Medeiros e Albuquerque, com a aptidão e a superioridade das mulheres para o exercício dessa mesma função. Nesse artigo, seu objetivo central era justificar as medidas aprovadas no período em que esteve à frente da direção da instrução pública, tanto em

¹³¹ *Correio da manhã*, “Uma profissão feminina” de Medeiros e Albuquerque, 08/11/1901, p.1

1897, quanto naquele ano de 1901¹³². Mas, mesmo os críticos de sua gestão, contrários às mudanças legislativas em vigor, concordavam com a adequação do magistério primário às qualidades supostamente femininas. Esse era o caso de Alfredo Gomes, ex-diretor da Escola Normal, que escreveu uma série de artigos para o *Correio da Manhã* meses mais tarde¹³³. Em um de seus textos, afirmava:

O feminismo ou predileção pelo sexo feminino para ocupação de cargos públicos tornou-se para o sr. Medeiros e Albuquerque caminho declive por onde foi s. s. escambando para inconstitucionalidade e para a violência administrativa. (...) Foi o feminismo que levou o sr. Medeiros a obter do Conselho Municipal o trancamento da matrícula na Escola Normal a indivíduos do sexo masculino, contra o que preceitua o artigo 72, parágrafo 24 da Constituição: “É garantido o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial”. (...) Não quero, porém, carregar as cores, até porque não sou suspeito de adversário ao feminismo *bem entendido*. Em relatório, apresentado em 1897, quando diretor da Escola Normal, externei meu juízo acerca dessa moderna questão e fiz observar que, *sem exceção de qualquer espécie*, sem violência à Constituição da República, sem odioso monopólio do magistério municipal em mãos de senhoras, veríamos em breve prazo o ensino infantil quase exclusivamente confiado aos carinhos e aptidão pedagógica de normalistas do sexo fraco. Disse mais que era esse um sonho que por longos anos aclamara em seu coração o Fundador da República, o caráter adamantino e sem jaça, que se chamou em vida Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Não sou suspeito, pois, quando profligo os demandas do sr. Medeiros, quando o digo arbitrário e violento. Não há negar que o feminismo imperante tem revoltado todo o professorado normal e, ousou dizer, primário.¹³⁴

O autor era contra a lei que vetava a matrícula de homens no Ensino Normal, por considerá-la inconstitucional. Em seu entendimento, os professores primários seriam progressivamente substituídos por mulheres, em um processo natural e evolutivo, graças ao reconhecimento das aptidões femininas para o cargo. Por isso, fez referência ao nome de Benjamin Constant, um dos grandes incentivadores do ingresso das mulheres no magistério primário. Porém, para Alfredo Gomes, qualquer medida legal nesse sentido seria um prejuízo injustificável aos homens. Argumentava ainda que Medeiros e Albuquerque

¹³² Em janeiro de 1897, Medeiros e Albuquerque havia sido nomeado diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal. Como fazia oposição ao presidente Prudente de Moraes, se exilou no Chile após o atentado de 1897. Passado o estado de sítio, reassumiu o cargo. Ver Medeiros e Albuquerque. *Quando eu era vivo... Memórias*. Porto Alegre: Editora Livraria do Globo, pp.183-186.

¹³³ A série foi publicada no *Correio da Manhã* entre fevereiro e março de 1902.

¹³⁴ *Correio da Manhã*, "Ensino Municipal", Alfredo Gomes, 06/03/1902, p.1.

compactuava com uma interpretação errônea do significado de feminismo, o que gerava insatisfação entre os professores, por estabelecer um regime de exceção.

Quanto a essa “moderna questão” do feminismo, ele acreditava que a inserção de mulheres nas áreas em que, por causa de suas qualidades femininas, tivessem maiores facilidades, seria algo natural, que prescindia qualquer mudança legislativa. As características naturais eram mobilizadas, portanto, para delimitar a ação feminina e justificar hierarquias sociais, sendo interessante observar como isso foi feito por meio de uma apropriação do termo “feminismo”, cujo sentido foi visto, por Alfredo Gomes, como objeto de disputa. Afinal, ainda que Medeiros e Albuquerque não tenha se manifestado em relação ao termo, seu adversário não queria se mostrar contrário a essa modernidade, mas procurava estabelecer seus limites legítimos.

Suas observações ainda evidenciam as tensões do processo de feminização do ensino primário no início do século XX, mobilizando os candidatos de ambos os sexos, assim como interpretações particulares do sentido de feminismo. Anos mais tarde, em 1915, os professores municipais reclamavam, por meio de carta enviada à direção do *Correio da Manhã*, que:

A corrente de uma orientação feminista tem, há vinte anos, levado de vencida por todos os modos possíveis a probabilidade do provimento de escolas masculinas por professores deste sexo. O estímulo para o magistério foi tirado ao homem, não só por atos administrativos, como até por determinações legais elaboradas para esse fim. Uma prova disso é a falta de promoção de diversos professores adjuntos que, vencendo embora os obstáculos do feminismo e conseguindo o diploma da Escola Normal, ficaram doze anos à espera que o dr. Álvaro Batista fosse diretor da Instrução para que fossem nomeados catedráticos. Isto é significativo.¹³⁵

Para esses professores que publicizavam suas dificuldades em carta ao jornal, essa suposta “orientação feminista” havia colocado uma série de obstáculos a sua formação e ao exercício do magistério primário. Por um lado, esse documento atestava que professores continuavam frequentando a Escola Normal, reivindicando direitos e contestando supostos privilégios do sexo feminino nesse domínio. Por outro, evidenciava a força da associação entre ensino primário e aptidões femininas na orientação das políticas públicas. No momento da disputa entre Floriano de Britto e Carlos de Laet, como vimos, essa questão

¹³⁵ Ver *Correio da Manhã*, "Uma questão de feminismo no ensino - Calças e saias", 17/03/1915, p.4.

ocupava a ordem do dia. Explicitamente, o jovem republicano desqualificava seu contentor pela questão profissional. Afinal, diferentes segmentos sociais consideravam o cargo de “professor primário” mais apropriado às mulheres, assim como pouco digno para os homens. Atacado em sua masculinidade, o monarquista passou a sofrer acusações diretas, relacionadas à honra sexual, após seu afastamento do *Correio da Manhã*. Esse foi o contexto em que recorreu às instâncias judiciais para exigir reparações públicas.

3. Carlos de Laet: amante da infância e das mulatas

Eufemia Camacho reapareceu nas páginas do *Correio da Manhã* após o rompimento de Carlos de Laet com o jornal. Nesse segundo momento, ela era a musa inspiradora de poemas, supostamente escritos pelo monarquista em sua juventude. A publicação desses versos tinha como objetivo a desmoralização de seu autor¹³⁶. Enquanto a Eufemia-correspondente fora descrita como uma senhorita, noiva, que morava na capital e se interessava pelos regimes republicanos; a Eufemia-musa era uma mulher mais velha e morena, uma senhora natural de Cataguazes, Minas Gerais, e que, “ainda hoje, quando fala no inspirado vate do ‘gatinho’ seus lábios se arregaçam num pálido sorriso de êxtase e saudade...”. Eufemia Camacho, inventada como um subterfúgio para ampliar as possibilidades de expressão de Laet, era reinventada pela direção do *Correio da Manhã*, com novos sentidos. Então, além de artigos que visavam defender o diretor da folha das ofensas e acusações recebidas, outras estratégias foram acionadas contra seu rival. É nesse sentido que devem ser lidos os seguintes versinhos:

Exumações II Roceira (A d. Eufemia Camacho)

Não gosto de modos tristonhos, esquivos,
Faceiros, altivos, das moças daqui,
Que coram suspiram, se as olho de frente...
E ficam zangadas se a gente ri!

Prefiro o rosto alegrinho
D’uma morena roliça
Que o fogo do amor atíça

¹³⁶ O primeiro poema nesse sentido foi publicado em *Correio da Manhã*, “Exumações I – Se eu fosse seu gatinho”, 26/04/1902, p.1.

Com as risadinhas que dá
(...)

Não gosto das faces que vencem os lírios
D'alma que os círios e os matos só tem:
Dão olhos cerulos indícios de zelos,
E flavos cabelos... não gosto também

Antes as faces de jambo,
Cor de rosa, cor do pejo
Que se incendeia num beijo,
Dado – até sem pedir;
Uns cabelos cor da noite,
Uns lábios que em tudo falam
E uns olhos que nada calam
No seu contínuo bulir.

Não amo as mãozinhas que a luva tortura,
Detesto a cintura que o luxo enforcou...
Modistas! Sumi-vos... Balão que mais queres?
Mostrai-vos mulheres quais Deus vos formou!

Bem haja a filha dos campos!
Que pés, que mãos, que cintura
Nada se opõe à natureza,
Tudo cresce como quer...
Meu ideal, encontrei-te
Hei de casar com roceira,
Posso ter mulher inteira,
Não quero meia mulher!¹³⁷

Esses versos, qualificados pelo jornal como pornográficos, discorriam sobre a natureza e a aparência das mulheres. Uma das chaves para ler esse poema pode ser encontrada em outro texto, assinado por Carlos Malagueta de Lahet, que foi publicado um mês mais tarde. Ao recordar sua juventude, o personagem fictício refletia sobre seus erros e

¹³⁷ *Correio da Manhã*, 29/04/1901.

mencionava os “versos indecorosos, de uma lascívia indigna a moças puras – insultando por conseguinte a Família”¹³⁸. Visto como uma ameaça à honra das moças e das famílias, Laet era representado como um degenerado. Mas, essa interpretação, que maculava a moralidade desse homem, não esgotava o sentido das proposições relacionadas à raça, que também estavam presentes no poema.

Afinal, agregada à oposição entre rural e urbano, havia uma associação entre a cor da pele e o comportamento, particularmente em relação à desenvoltura no trato com o sexo oposto. À mulher branca, esquiva e retraída, contrapunha-se a imagem da morena, receptiva e provocadora. A intenção dessa publicação era de mostrar o suposto autor como um homem insaciável, cuja preferência recaía sobre a mulher mestiça, do campo, que vivia conforme a sua natureza. A publicação de um artigo assinado por Edmundo Bittencourt e intitulado “O Curral”, seguido pelo aviso-subtítulo de “Leitura para homens”, reforçava essa leitura racializada¹³⁹.

Publicado na seção livre do jornal, aquela destinada aos textos pagos, nos moldes dos “A Pedidos” do *Jornal do Commercio*, esse texto se ocupava “de umas coisas abjetas que, naturalmente, há de repugnar a sensibilidade e o gosto delicado de uma senhora”. Em contrapartida, agradaria aos “homens sérios”, que ficariam cientes das hipocrisias e dos vícios de dois personagens da vida pública carioca: Fernando Mendes de Almeida, proprietário do *Jornal do Brasil*, e seu colaborador Carlos de Laet. Mas as críticas nesse primeiro escrito, já que a intenção era compor uma série sobre o tema¹⁴⁰, recaíam exclusivamente sobre Laet, afirmando que ia “à noite (rua Visconde de Maranguape, perto dos Arcos) chibantear entre mulatas de vida airada”, além de assegurar que o “maganão tinha a casa cheia de mulatinhas prendadas...”.

A imagem da mulher mestiça como sensual e desejável era enfatizada nesse texto de teor ofensivo¹⁴¹. Tanto nos versos, quanto no artigo, as referências a morenas e mulatas, sempre associadas à preferência sexual de Carlos de Laet, reforçavam a incapacidade do monarquista de controlar seus instintos e de adequar seu desejo à condição social¹⁴². O fato

¹³⁸ *Correio da Manhã*, “Não façam caso”, Carlos Malagueta de Lahet, 28/05/1901.

¹³⁹ *Correio da Manhã*, “Curral – leitura para homens”, 04/05/1902, p.4.

¹⁴⁰ No final do texto, Bittencourt indagava: “Mas por que fui eu dar a este estudo o estranho título de Curral? É o que os leitores vão ficar sabendo no capítulo seguinte”.

¹⁴¹ Ver Correa, Mariza. “Sobre a invenção da mulata” in *Cadernos Pagu*, 6-7, 1996, pp.35-50.

¹⁴² Schettini, Cristiana. *Que tenhas teu corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006, pp.231-242.

de ser frequentador do baixo meretrício e de explorar sexualmente suas criadas era complementado com a acusação de que ele atacara um dos meninos que trabalhava no jornal, a fim de manter relações sexuais. O contraste entre a aparência pública e as ações íntimas não poderia ser maior:

Às vezes a gente pensa que um velho preceptor católico e monarquista é um santo, um poço de virtudes... E ele não passa de um sátiro, de instintos depravados, que tentou corromper até aos pobres meninos empregados como aprendizes nas tipografias, onde ele, o santo, o poço de virtudes era pago para fazer propaganda da sua fé católica e da sua fé monárquica...¹⁴³

Foi com base nesse trecho do artigo que Carlos de Laet abriu uma queixa contra Edmundo Bittencourt, solicitando que ele esclarecesse, em juízo, se realmente fazia referência ao querelante e se a tentativa de corrupção aludida era aquela cogitada pelo artigo 266 do Código Penal. Buscava-se, enfim, reunir os elementos necessários para provar o crime de calúnia que, segundo o artigo 315 do mesmo código, era definido como a "falsa imputação feita a alguém de fato que a lei qualifica crime"¹⁴⁴. O artigo 266, por sua vez, entrava no capítulo "da violência carnal" e mencionava que:

Atentar contra o pudor de pessoa de um, ou de outro sexo, por meio de violências ou ameaças, com o fim de saciar paixões lascivas ou por depravação moral:

Pena – de prisão celular por um a seis anos.

Parágrafo único. Na mesma pena incorrerá aquele que corromper pessoa de menor idade, praticando com ela ou contra ela atos de libidinagem.

A honra sexual de Carlos de Laet, eixo dos textos que vinham sendo publicados no *Correio da Manhã*, também seria o centro do debate no processo crime, no qual Edmundo Bittencourt era intimado a apresentar provas de que o monarquista havia corrompido menores. O autor da ação legal, por sua vez, recorria à intervenção do Estado nessa contenda, buscando o reconhecimento formal de seu status de homem honrado. Entre todas

¹⁴³ *Correio da Manhã*, "Curral – leitura para homens", 04/05/1902, p.4.

¹⁴⁴ O Código Penal (decreto n.847, 11 de outubro de 1890) foi consultado na página do Senado Federal: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>. Acesso em 02/05/2011.

as acusações feitas contra o monarquista, a corrupção de menores foi a ofensa eleita como o motivo do processo.

As alegações de que havia escrito versos indecorosos, a sua preferência por mulatas e as relações íntimas com meretrizes e criadas não configuravam, necessariamente, crimes¹⁴⁵. Por outro lado, a tentativa de corromper meninos, além de constituir crime punido pelo Código Penal, também envolvia características que atacavam diretamente a masculinidade de Laet. As demais acusações, que remetiam ao exagero, ao descontrole e à degeneração, não questionavam a sua virilidade, pelo contrário. A preferência sexual por meninos, aliada à forma como fora caracterizado nos depoimentos das testemunhas de Bittencourt, implicava em sua efeminação, o que era particularmente incômodo em uma sociedade que distanciava as posições de autoridade do feminino e, sobretudo, do efeminado¹⁴⁶.

Ao analisar processos por difamação do início do século XX, na cidade portuária de Limón, na Costa Rica, Lara Putnam constatou a importância do “idioma da desonra sexual” nessas ações, independente dos envolvidos e da origem do conflito¹⁴⁷. Isso porque a honra sexual estava associada às relações sociais, ao prestígio pessoal e aos arranjos econômicos. Segundo a autora, “noções generificadas de honra sexual eram centrais em conflitos sobre o status individual e também eram invocadas para naturalizar hierarquias sociais”¹⁴⁸. No processo por calúnia aberto por Carlos de Laet, é possível observar tanto como noções generificadas de honra sexual foram mobilizadas por seu adversário, quanto a luta para reestabelecer sua moral publicamente.

Sobre o crime, Bittencourt forneceu alguns detalhes em seu primeiro depoimento, após fazer uma longa retrospectiva sobre a situação da imprensa antes da criação do *Correio da Manhã*:

¹⁴⁵ A última alegação – o ato sexual com prostitutas e criadas – poderia ser apontada como uma prática criminosa caso não houvesse o consentimento por parte das mulheres envolvidas. O artigo 268 do Código Penal estabelecia penas para o estupro de mulheres, o que variava segundo a categoria da ofendida: "virgem ou não, mas honesta" ou "mulher pública ou prostituta". Entratanto, nada foi dito nesse sentido.

¹⁴⁶ Kerber, Linda. “Separate Spheres, Female Worlds, Woman’s Place: The rhetoric of Women’s History” in *The Journal of American History*, vol. 75, n.1, jun., 1988, p.39.

¹⁴⁷ Putnam, Lara. *The company they kept: migrants and the politics of gender in Caribbean Costa Rica, 1870-1960*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, pp.139-172.

¹⁴⁸ *Idem*, p.141.

É preciso explicar, porém, porque motivo o sr. Laet teve queixas por não lhe serem levadas as provas de seus artigos. É que, quando não havia na redação empregados adultos para ir levá-las, o gerente não encontrava na oficina menores que quisessem ser portadores delas, desde o dia em que, um destes, queixou-se à administração de que o sr. Laet, ao restituir-lhes as provas corrigidas, o agarrara no jardim de sua casa à noite; e lhe metera medo, dando-lhe uma porção de beijos¹⁴⁹.

A descrição dessa cena ganhou detalhes ainda mais sórdidos quando o aprendiz, supostamente ofendido, prestou seu depoimento na condição de informante. À época do processo, o "menino" já contava 18 anos e testemunhou que Carlos de Laet "manifestou desejos de praticar a pederastia com ele informante, dirigindo-lhe gracejos e palavras tais como nhonhô, jovem, mancebado", mostrou "gestos de querer beijá-lo" e interrogava "quando chegará o dia em que hei de ser feliz"¹⁵⁰. Apesar de não empregar "violências" ou "ameaças", expressou "desejos" que poderiam ganhar várias interpretações. O próprio Edmundo Bittencourt, de maneira irônica, afirmava:

Não sei com que fim o sr. Laet, no jardim de sua casa, alta hora da noite, pôs-se aos beijos com o pequeno aprendiz, que lhe foi levar as provas.

Pode bem ser que tais carícias tenham sido uma expansão piedosa de s.s., vendo aquela criança obrigada a andar, alta noite pelas ruas, levando provas ao morro de Santa Tereza, a fim de apanhar o pão para si e para sua pobre mãe.

Pode ser também que aquelas carícias fossem uma expansão puríssima da sua alma de católico penitente, cheio de amor pelas crianças.

Assim, porém, não entendeu o pequeno operário, e foi queixar-se ao sr. Américo Fróes, pedindo-lhe, pelo amor de Deus, que não mais o incumbisse de levar provas aos sr. Laet.¹⁵¹

Além das questões de gênero, mobilizavam-se elementos de classe para definir quem eram os envolvidos e o tipo de relação estabelecida. Apresentado como vítima, o aprendiz estava em uma posição claramente inferior a do monarquista, o que implicava na exploração indevida de privilégios e da sua posição social. A menção às crianças também questionava a postura de Laet no trato com os alunos. Nesse sentido, as acusações feitas por Bittencourt ganhavam foros de serviço social, na medida em que serviam de alerta aos

¹⁴⁹ Tribunal Civil e Criminal do Distrito Federal, Arquivo Nacional. Queixa crime: artigo 315 combinado com artigo 316 parágrafo 1º. Apelante: Carlos Maximiliano Pimenta de Laet. Réu: Edmundo Bittencourt. 1902, folhas 184-6.

¹⁵⁰ *Idem*, folhas 184-6.

¹⁵¹ *Idem*, folha 25.

“pais de família” sobre o caráter desse professor¹⁵². À restauração de sua honra pessoal, o dono do *Correio da Manhã* agregava o zelo pela moralidade pública.

Para rebater essas acusações, Carlos de Laet apresentou atestados de pais de alunos e de um padre, como garantia de seu comportamento exemplar. Essas provas colaboraram para que o resultado do processo, em primeira instância, fosse a condenação de Edmundo Bittencourt¹⁵³. Paga a fiança, o advogado entrou com recurso, e o processo ficou em aberto, até expirar definitivamente no ano de 1906. Todos os lances do processo ganharam publicidade nas páginas do *Correio da Manhã*, sempre com títulos e explicações favoráveis ao seu proprietário¹⁵⁴. Mais que a resolução da disputa, esse intercâmbio entre a imprensa e o judiciário permitia que o público tivesse acesso aos argumentos empregados e pudessem, à sua maneira, formar seus próprios julgamentos sobre aqueles homens.

4. “Leituras para homens”

O texto em que Edmundo Bittencourt acusava Carlos de Laet de ter corrompido menores veio, como dito acima, nas últimas páginas do *Correio da Manhã*, na seção destinada aos textos pagos. Segundo o autor, ele estava “de propósito, aqui neste desvão, para não ser lido”¹⁵⁵. No dia seguinte, porém, um aviso na primeira página, sob o título de “O Curral”, informava que o artigo estava novamente reproduzido na seção livre e que o “segundo capítulo” seria publicado no dia seguinte no mesmo lugar¹⁵⁶. Então, apesar de ter sido colocado em um “desvão”, outras estratégias foram mobilizadas para chamar atenção do público. Também é relevante observar seu subtítulo, “Leitura para homens”, expressão que era largamente utilizada para fazer referência a romances pornográficos, baratos e populares, que tanto sucesso faziam na cidade desde os tempos imperiais¹⁵⁷. Então, mais

¹⁵² Tribunal Civil e Criminal do Distrito Federal, Arquivo Nacional. Queixa crime: artigo 315 combinado com artigo 316 parágrafo 1º. Apelante: Carlos Maximiniano Pimenta de Laet. Réu: Edmundo Bittencourt. 1902, folhas 146-150.

¹⁵³ *Idem*, fl. 71. Após essa sentença, Edmundo Bittencourt encontrou com recurso, em 26/06/1902. Novamente considerado culpado, apresentou um termo de apelação em 05/09/1903. Em 03/06/1904, o juiz relator absolveu o réu, dando baixa na culpa e na fiança. O advogado de Carlos de Laet recorreu da sentença para o Supremo Tribunal Federal, em 09/07/1904. Mas, a partir de então, os prazos não foram mais respeitados e o processo foi suspenso em 1906.

¹⁵⁴ Ver, entre outros, *Correio da Manhã*, “O dr. Laet em juízo” em 18/05/1902 e “Perante o público” em 07/09/1903.

¹⁵⁵ *Correio da Manhã*, “Curral – leitura para homens”, 04/05/1902, p.4.

¹⁵⁶ *Correio da Manhã*, “O Curral”, 05/05/1902, p.1.

¹⁵⁷ Ver El Far, Alessandra. *Páginas de Sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

que limitar leitores segundo o sexo, essa advertência tinha a intenção de provocar a curiosidade.

Essa mesma fórmula foi empregada como título de um artigo da seção de honra, em que o colaborador Souza Bandeira se dirigia especificamente às mulheres¹⁵⁸. O problema central desse texto era o "capítulo dos chapéus", e mais especificamente, aqueles que compunham as *toilettes* das espectadoras dos teatros, já que atrapalhavam a visão. Como no caso de Edmundo Bittencourt, o título não havia sido uma escolha inocente, mas um meio de atrair os olhares de todas as pessoas que miravam a primeira página daquela edição. Assim, "leitura para homens" que, à primeira vista, poderia sugerir um conteúdo inadequado à leitura do ponto de vista moral, acabava por funcionar como uma estratégia de publicidade. Mesmo porque, na polêmica com Carlos de Laet, outros textos de teor ofensivo não vinham com nenhuma advertência aos leitores¹⁵⁹.

Especificamente sobre esse caso, não foi encontrada nenhuma pista sobre possíveis reações do público, nenhum comentário de apoio ou reprovação às atitudes dos homens em disputa. Mas, a partir de outros indícios, é possível imaginar que esse episódio tenha chamado a atenção de uma diversidade de pessoas. Afinal, tanto dentro da redação de grandes jornais, quanto nas ruas da cidade, as matérias publicadas eram discutidas por sujeitos muito diferentes entre si, nascidos em lugares e épocas distintas, oriundos de famílias humildes ou abastadas, portando roupas caras ou usadas, enfim, diferenças que diziam respeito à sua aparência e à sua identidade. Isaías Caminha, o protagonista de Lima Barreto, era pobre, mestiço e confessava ter conhecido "vários alfaiates caros pelo intermédio do corpo dos outros"¹⁶⁰. Na sua descrição daqueles que trabalhavam na redação de *O Globo*, também sobressaía a variedade de cores, origens e preferências.

O redator Adelermo, por exemplo, era visto por seus colegas como "a imaginação do jornal", justamente porque "nascera no Norte e tinha boa dose de sangue negro nas veias"¹⁶¹. O misterioso e polêmico doutor Gregoróvith era, ora descrito como brasileiro, ora como russo¹⁶². Em redações vizinhas, o jovem Raul de Gusmão, referência a João do Rio, fazia "prosperar o seu talento com práticas suspeitas", sendo flagrado freqüentando uma

¹⁵⁸ Souza Bandeira, "Leitura para Homens", *Correio da Manhã*, 09/10/1901, p.1.

¹⁵⁹ Como exemplo, ver *Correio da Manhã*, "Não façam caso", Carlos Malagueta de Lahet, 28/05/1901.

¹⁶⁰ Barreto, Lima. *Recordações(...)*, *op.cit.*, p.195.

¹⁶¹ Barreto, Lima. *Recordações(...)*, *op.cit.*, p.229.

¹⁶² Barreto, Lima. *Recordações(...)*, *op.cit.*, p.102, p.170, p.248.

hospedaria em companhia de um fuzileiro naval¹⁶³. Classe, raça e gênero se entrecruzavam e marcavam diferenças importantes entre esses homens, cuja reputação também dependia da seção que produziam, isto é, de sua posição na hierarquia do jornal.

A partir desses relatos, também ficava evidente que, ao menos nos primeiros anos do século XX, a profissão de jornalista era dominada pelo sexo masculino. O próprio espaço da redação, extremamente limitado, parecia reforçar essa premissa:

Era uma sala pequena, mais comprida que larga, com duas filas paralelas de minúsculas mesas, em que se sentavam os redatores e repórteres, escrevendo em mangas de camisa. Pairava no ar um forte cheiro de tabaco; os bicos de gás queimavam baixo e eram muitos. O espaço era diminuto, acanhado, e bastava que um redator arrastasse um pouco a cadeira para esbarrar na mesa de trás, do vizinho.¹⁶⁴

Com cheiro de tabaco, homens descompostos e sem iluminação adequada, a redação de *O Globo* naquele período seria um ambiente pouco apropriado às mulheres. Aos olhos dos contemporâneos, elas também não tinham as competências necessárias para exercer os cargos de redator ou repórter, a menos que trabalhassem em publicações específicas¹⁶⁵. Mesmo sua presença ocasional na redação era vista com desconfiança: no romance, a Viscondessa de Varennes, uma das únicas personagens femininas que freqüentava o prédio do jornal, era descrita como uma escritora portuguesa que buscava promover o seu trabalho de forma suspeita, atuando como uma "profissional do amor".¹⁶⁶

No relato de Isaías Caminha, a predominância masculina ainda se reproduzia em relação aos colaboradores, que não precisavam freqüentar a redação e podiam produzir seus textos em casa. Também entre eles a participação feminina era rara e esporádica tanto que, em todo o livro, foi mencionada apenas uma colaboradora, a "festejada" Pilar de Giralda, provavelmente referindo-se a Carmem Dolores. Além de não reconhecer verdadeiro mérito em sua colaboração, descrevendo-a como "uma velha senhora das salas burguesas de Botafogo e Petrópolis, que dera em escrever, depois de avó, uns contos colegialmente

¹⁶³ Barreto, Lima. *Recordações(...)*, op.cit., p.155.

¹⁶⁴ Barreto, Lima. *Recordações(...)*, op.cit., p.169.

¹⁶⁵ Entre o final do século XIX e o início do XX, o cargo de "repórter" era visto como eminentemente masculino, por exigir resistência física, virilidade e coragem. O lançamento do jornal francês *La Foudre*, em dezembro de 1897, rompia com esse padrão, por ser uma folha diária, destinada ao grande público, que era escrita e totalmente fabricada somente por mulheres. Sobre essa questão, ver Thérenty, Marie-Eve. "LA chronique et LE reportage: du 'genre' (gender) des genres journalistiques" in *Études Littéraires*, volume 40, n.3, Automne, 2009.

¹⁶⁶ Barreto, Lima. *Recordações(...)*, op.cit., pp.203-4, pp.231-2 e p.271.

eróticos ou uns artigos com pretensões a propagar a emancipação da mulher e o divórcio", essa menção era feita apenas para comentar que seu artigo fora suprimido, com o objetivo de dar lugar a uma detalhada e fantasiosa cobertura criminal.¹⁶⁷

Em contraste com essas impressões sobre o ambiente de uma redação e a participação de colaboradoras em grandes jornais, é possível observar o relato de Chrysanthème, pseudônimo da filha de Carmem Dolores. Em 1916, quando escrevia a seção "Palestra Feminina" do jornal *O Paiz*, ela abordou, em uma de suas crônicas, "o nosso jornal, cujas vastas salas, com o seu alinhamento de mesas, que ao contrário dos dias, se seguem e se parecem incute ao trabalho cerebral, a vibração de pensamento, a ânsia de produzir qualquer coisa que encante ao leitor do dia seguinte"¹⁶⁸. Sua presença nessa redação não denunciava contra sua moral. As mulheres, porém, continuavam a ser minoria nesse trabalho, além de sofrerem preconceito por parte de seus colegas do sexo masculino. Nesse sentido, a cronista comentava em outro texto:

Já viram alguma vez a mesa de uma mulher que colabora num jornal? Não há nada mais anti-feminino, menos elegante e mais *bric-à-brac*. Tenho reparado em muitas ocasiões que os homens, ao considerarem a minha mesa de trabalho, deixam deslizar sobre os lábios, encimados por um basto bigode ou estritamente raspados pela navalha higiênica, um sorriso de ironia, de piedade e, às vezes, de mofa. Não sei bem por que isso. Verdade seja que os homens querem para eles só os privilégios, até mesmo o de alinhavar asneiras sobre o papel branco de um jornal. E quanta tolice, quanta coisa sem sentido os homens e as mulheres escrevem numa perfeita solidariedade de vacuidade moral e de orgulho imbecil! Asseguro-lhes que não ficamos devendo nada uns aos outros. Mas voltemos à minha mesa de escrever...¹⁶⁹

Ao perceber os olhares irônicos sobre sua mesa de trabalho, Chrysanthème se apressava em igualar a colaboração masculina à feminina, ainda que pelas características negativas. Tal qual sua mãe, a origem burguesa e a preocupação com a elegância não eram empecilhos para apresentar uma postura crítica em relação aos assuntos que abordava, mesmo a participação de mulheres na imprensa. Além disso, muitas leitoras deviam compartilhar o mesmo perfil social dessas senhoras escritoras. No próprio romance de Lima Barreto, também eram feitas considerações sobre algumas possibilidades de leituras

¹⁶⁷ Barreto, Lima. *Recordações(...)*, *op.cit.*, pp.234-5.

¹⁶⁸ *O Paiz*, "Palestra Feminina", Chrysanthème, 16/10/1916, p.2.

¹⁶⁹ *O Paiz*, "Palestra feminina", Chrysanthème, 03/12/1916, p.2.

femininas dos jornais diários. Talvez a mais incômoda delas, principalmente para os redatores de *O Globo*, fosse a da própria esposa de Loberant, como fica patente na conversa a seguir, após uma bronca dada pelo dono do jornal pela "porcaria" publicada:

- Está com a bicha, disse o Meneses. Ainda não tinhas visto disso, hein Adelermo? Aqui é assim...
- Admira-me que só agora tivesse visto que era porcaria... De manhã, nada disse.
- Não há admirar, fez um outro. A mulher só lhe fala nas coisas do jornal ao jantar, e ele guia-se muito pela opinião dela...

Adelermo acendeu um cigarro, tirou uma fumaça calado; depois, impregnado de tristeza, disse vagarosamente que era triste que os seus trabalhos tivessem que ficar sujeitos ao veredictum de uma menina das irmãs de caridade. Os outros nada lhe disseram e ele acendeu de novo o cigarro, pos-se a olhar ao longe com tristeza, em seguida essa expressão desfez-se e quando voltou a trabalhar sua fisionomia sorria de orgulho interior. O Oliveira então interveio:

- És injusto com Dona Inês, Adelermo... Não é como tu dizes uma simples menina das irmãs... É uma senhora ilustrada; fala francês, monta cavalo e... Ainda outro dia, eu vi uma carta dela... Que letra! E que ortografia! Imagina que eram só termos de Medicina... Terapêutica... Psicologia... Agapanto... Não é brinquedo! E todos corretos! Eu fui ver no dicionário.¹⁷⁰

Em outros pontos do livro, Isaías ratificava a influência de Dona Inês sobre o marido, sendo descrita como seu "oráculo literário e intelectual"¹⁷¹. Como Adelermo, o narrador desconfiava da capacidade dessa mulher, fazendo menções à sua atuação como o objetivo de ironizar e rebaixar o próprio diretor do jornal. Pela fala de outros personagens, havia contrapontos a tal visão, como a descrição elogiosa feita pelo Oliveira no trecho acima. De qualquer forma, parecia ser consenso que ela exercia algum poder sobre o marido, com uma atuação que extrapolava a esfera privada e conduzia suas decisões profissionais.

Na literatura do período, há outros elementos que reforçam essa leitura crítica da imprensa por parte de mulheres burguesas. No romance *A Intrusa*, de Julia Lopes de Almeida, a esposa do deputado Pedrosa também era capaz de controlar o marido no mais íntimo de sua profissão. Muito bem informada sobre todas as atualidades políticas, ela se sentia à vontade para falar sobre o tema, não raro reforçando as aptidões e méritos do marido, para que ele alcançasse as "posições aparatosas da alta política". Por ter

¹⁷⁰ Barreto, Lima. *Recordações(...)*, op.cit., pp.177-8.

¹⁷¹ Barreto, Lima. *Recordações(...)*, op.cit., p.249.

participação tão ativa em todas as suas conquistas, em especial o cargo de ministro, a certa altura o próprio narrador da história se refere a ela como "a ministra".¹⁷²

Porém, assim como no romance de Lima Barreto, a presença dessa personagem vinha acompanhada de julgamentos negativos. No caso de Julia Lopes de Almeida, destacava-se o que Dona Pedrosa tinha de odioso e antiquado, em oposição à própria protagonista do livro, essa sim digna de todos os elogios. Mas, mesmo ao criticá-la, falava de suas conquistas e realizações. Para Lima Barreto, as menções à Dona Inês eram feitas no sentido de rebaixar o proprietário do jornal, colocando em xeque suas qualidades para o cargo ocupado ou inferiorizando-o na comparação com a própria esposa. Por mais que fossem personagens fictícias, a presença dessas mulheres é bastante relevante, na medida em que aponta para uma imagem muito diferente do estereótipo construído ao longo do tempo em torno da leitora.

Em balanço sobre registros iconográficos de diferentes épocas, Fritz Nies destacou que as leitoras foram recorrentemente representadas na intimidade do quarto, deitadas em suas camas, nuas ou em camisolas, numa associação entre leitura e erotismo. Contrapondo essas imagens com as dos leitores, observava que o livro era associado à predileção feminina, enquanto os jornais constituíam leituras masculinas por excelência¹⁷³. A atenção a esse "como" e "onde" da leitura, conforme sugere o artigo clássico de Robert Darnton¹⁷⁴, também aparece na análise da construção ficcional de leitoras em peças teatrais e romances brasileiros da virada do século.

Dentro da casa, a maioria das personagens femininas não tinha um lugar específico para ler, enquanto os homens contavam com um escritório devidamente equipado, o que sugeria que as leituras das mulheres eram casuais e descomprometidas, enquanto as leituras feitas por homens seriam mais detalhadas e sérias¹⁷⁵. Em torno dessas construções iconográficas e ficcionais das leitoras, havia ainda o receio sobre os efeitos prejudiciais da

¹⁷² Almeida, Julia Lopes de. *A Intrusa*. Porto: Livraria Simões Lopes, 1935 [1908], p.132. O romance foi publicado pela primeira vez como folhetim do *Jornal do Commercio* em 1905.

¹⁷³ Nies, Fritz "La femme-femme et la lecture, un horizon iconographique" *Romantisme*, 1985, v.15, n47. Para uma crítica desse trabalho, ver Poulain, Martine. "Scènes de lecture dans la peinture, la photographie, l'affiche, de 1881 à 1989" in Hébrard, Jean et Chartier, Anne-Marie. *Discours sur la lecture (1880-1980)*. Paris: Bibliothèque publique d'information, Centre Georges Pompidou, 1989.

¹⁷⁴ Darnton, Robert. "História da Leitura". In: Burke, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992, pp.199-236.

¹⁷⁵ Heller, Barbara. *Da pena à prensa: mulheres e leitura no Brasil (1890-1920)*. São Paulo: Porto de Idéias, 2006, pp. 15-37.

leitura sobre o público feminino, tanto no Brasil quanto no exterior¹⁷⁶. Essas idéias sobre a leitora estavam intimamente relacionada ao movimento de popularização da literatura ao longo do século XIX, assim como às concepções vigentes sobre o romance.

Na França, entre as décadas de 1830 e 1840, os romances populares, impressos em fascículos ou em folhetins, faziam enorme sucesso entre o público em geral. A crítica literária, porém, condenava essa “literatura industrial”, que não corresponderia a padrões morais e estéticos, além de corromper os indivíduos e a ordem social. Nesse contexto, emergiram determinadas concepções sobre os leitores de romances que, segundo os críticos, eram vistos como feminizados, no sentido de estarem distantes da razão e da cultura¹⁷⁷. Porém, relatos de experiências de leitura negavam essas concepções, mostrando os inúmeros usos políticos desses romances, por parte de homens, mulheres, burgueses e operários¹⁷⁸.

No Brasil, a intersecção entre política e literatura era particularmente evidente na produção de crônicas, gênero que teve importância central na produção jornalística brasileira a partir de meados do século XIX, marcando a trajetória de escritores como Machado de Assis e José de Alencar¹⁷⁹. Ainda assim, em análises posteriores, houve a tendência de associar a leitura de folhetins ao público feminino, o que reforçava a imagem do romance como desconectado da realidade, assim como de seus leitores como desinteressados dos assuntos políticos¹⁸⁰. Em determinadas ocasiões, os próprios leitores tenderam a repor hierarquias de conteúdo e de gênero na visão que forjaram sobre suas práticas de leitura.

¹⁷⁶ Desde o início do século XIX, autoridades educacionais francesas debatiam as consequências nefastas do romance sobre as jovens da alta sociedade e tentavam se apropriar desse e de outros gêneros literários com fins educativos. Sobre isso, ver Houbre, Gabrielle. "Como a literatura chega às jovens. França, primeira metade do século XIX" in *Tempo*, Rio de Janeiro, n.9, julho de 2000, pp.11-27. Sobre manifestações desse receio no Rio de Janeiro da virada do século, ver: El Far, Alessandra. *Páginas de Sensação (...), op.cit.*, pp.184-205. No manual *Livro das Noivas* (1896) e no romance *A viúva Simões* (1897), a escritora Julia Lopes de Almeida também inseriu recriminações aos romances franceses folhetinescos, ver Roncador, Sônia. *A doméstica imaginária: literatura, testemunhos e a invenção da empregada doméstica no Brasil (1889-1999)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008, pp. 54-5.

¹⁷⁷ Queffelec, Lise. "Le lecteur comme lectrice: stratégies romanesques et stratégies critiques sous la Monarchie de Juillet" in *Romantisme*, 1986, v.16, n.53, pp.9-22.

¹⁷⁸ Ao analisar as cartas enviadas a Sue e Balzac, Judith Lyon-Caen observa as experiências de leitura e os usos feitos por diferentes leitores. Ver Lyon-Caen, Judith. *La lecture et la vie. Les usages du roman au temps de Balzac*. Tallandier: Paris, 2006.

¹⁷⁹ Chalhoub, Sidney; Neves, Margarida de Souza; Pereira, Affonso de Miranda. *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

¹⁸⁰ Meyer, Marlise. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Baseada em entrevistas feitas com pessoas nascidas no final do século XIX, a respeito das preferências de leituras de seus pais, a historiadora Anne-Marie Thiesse chegou às seguintes conclusões sobre o consumo de jornais diários franceses no início do século XX:

(...) a compra de um jornal por uma família não significa que seja lido indistintamente por todos os seus membros. A leitura do jornal tem uma conotação ética. Frequentemente proibida para as crianças (sobretudo em famílias católicas praticantes), ela também é negada, em parte, às mulheres. Porque o jornal, naquele começo de século, era recorrentemente associado à "política" (...) em virtude da oposição tradicional entre universo masculino (público)/ universo feminino (privado), as mulheres lêem menos jornal que os homens ou, para ser mais precisa, elas não lêem as mesmas rubricas (...) O jornal, portanto, não se apresenta como um todo uniforme, mas como um espaço sexualmente dividido no qual cada seção, segundo sua relação com a vida privada cotidiana, seria submetida à leitura feminina ou masculina.¹⁸¹

A autora não problematizou o fato de que seus entrevistados apresentavam um filtro, uma visão generificada da circulação do jornal na família, e que suas falas tendiam a reiterar essa "oposição tradicional" entre público e privado, mais que apontar as prováveis tensões existentes nesse campo. A origem social do grupo entrevistado também estava relacionada com seus julgamentos, pois, como a própria autora constatou em outro momento, entre os trabalhadores era recorrente a visão da leitura como um desperdício de tempo, "um prazer reservado àqueles que não se definiam por sua relação ao trabalho"¹⁸². Assim, inicialmente, eles negaram que liam, sobretudo romances. Somente ao longo da conversa, evidências contrárias vinham à tona, indicando que eram leitores assíduos e interessados¹⁸³. Os entrevistados repuseram, portanto, preconceitos de classe e gênero ao falar dos seus hábitos de leitura no contexto familiar, o que certamente não correspondia às experiências de leitura reais.

No início do século XX, a circulação de imagens estereotipadas sobre leitoras, bem como sobre leitores de classes populares, era bastante ampla. Em certa medida, essas

¹⁸¹ Thiesse, Anne-Marie. *Le Roman du quotidien: lecteurs et lectures populaires à la Belle Époque*. Paris: Éditions du Seuil, 2000 [1984], pp.13-4, tradução minha.

¹⁸² *Idem*, p.27.

¹⁸³ Ainda sobre essa questão, ver Lyons, Martin. "Les nouveaux lecteurs au XIXe. Siècle: femmes, enfants, ouvriers" in Cavallo, Guglielmo e Chartier, Roger (dir.) *Histoire de la lecture dans le monde ocidental*. Paris: Éditions Seuil, 2001, pp.329-430.

imagens poderiam servir como um parâmetro, empregado para organizar as prioridades de leitura de diferentes sujeitos. Elas também poderiam ser uma referência para aqueles que buscavam se apresentar publicamente como leitores adequados, no sentido de se ocuparem de assuntos e textos adequados à sua classe e ao seu sexo. Em termos de análise histórica, portanto, é pertinente refletir sobre como esses estereótipos foram mobilizados em situações específicas, suas ressignificações, bem como as intenções envolvidas. Entretanto, eles são pouco eficientes para pensar sobre como diferentes leitores, ao ter um jornal em mãos, selecionaram as matérias que ocupariam sua atenção de forma mais detida. Essas escolhas poderiam ser direcionadas pelas ênfases do próprio produto impresso: a escolha dos títulos, a disposição dos textos, as fórmulas de publicidade. Mas, acima de tudo, elas eram condicionadas pelas experiências de vida de cada leitor.

Além disso, os jornais diários não eram apenas lidos, mas comentados, compartilhados, criticados. Nesse sentido, é interessante recuperar outra leitura feminina apresentada no livro *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, referente à reação de Dona Felismina às notícias sobre a questão dos sapatos obrigatórios:

- Diga-me uma coisa "Seu" Caminha: há uma lei que obriga todos a andarem calçados?
- Há uma postura municipal.
- Mas é verdade isso mesmo? Pois então todos, todos?
- Na rua, é. Por que se assusta?
- Dizem que as folhas falam nisso e que até, contam aí, que quem tiver pé grande tem que sofrer uma operação para diminuir os pés, como os chinas... É verdade?
- Qual! É balela! Quem lhe contou?¹⁸⁴

Dona Felismina era uma “velha mulata” que trabalhava como lavadeira e morava na mesma casa de cômodos onde residia Isaías. Ela era a única pessoa com quem ele mantinha relações e, por meio de quem “sabia da vida daquele vasto cortiço”¹⁸⁵. A contrapartida era que ela se sentia à vontade para pedir informações sobre as notícias que circulavam pelas folhas da cidade, principalmente aquelas que a atingiriam diretamente, assim como aos seus pares, sendo bastante comentadas pelos moradores daquele velho casarão. Ademais, desde que o encarregado da casa de cômodos havia descoberto que Isaías trabalhava na redação

¹⁸⁴ Barreto, Lima. *Recordações(...)*, op.cit., p.244-5.

¹⁸⁵ Barreto, Lima. *Recordações(...)*, op.cit., p.242.

de *O Globo*, as raparigas ali residentes apelidaram-no de "o jornalista", a despeito de ser um mero contínuo¹⁸⁶. Provavelmente, também era com base nessa informação que sua lavadeira vinha lhe pedir esclarecimentos.

As notícias e os boatos sobre esse assunto assustavam os moradores do cortiço também pelo viés racial, como sugere a menção aos "chinas". Nesse sentido, é interessante contrapor esse receio à operação para diminuir os pés com a descrição de um "preto velho", que aparecera no cais em uma recepção promovida pelo jornal. Entre as características dessa figura, além da "fisionomia simiesca", estavam os "pés espalmados", associados à sua condição racial¹⁸⁷. Logo, a obrigatoriedade de uma suposta cirurgia para reduzir os pés era uma medida que atingiria principalmente os negros e os mestiços, como a lavadeira e a grande maioria de seus vizinhos. No romance, a história do sapato fazia referência à lei de vacinação obrigatória de 1904 sendo que, em ambos os casos, houve uma exasperada reação popular contra as medidas legislativas¹⁸⁸.

Avaliando a situação, Isaías oscilava entre a afirmação de que "as vociferações da minha gazeta tinham produzido o necessário resultado" e a ponderação de que ninguém "é capaz de medir e avaliar as múltiplas reações que as nossas palavras podem operar nos outros quando transmitidas"¹⁸⁹. A própria leitura feita pela lavadeira de Isaías, baseada no que "dizem as folhas" e no que "contam por aí", mostrava que eram inúmeras as possibilidades de interpretação, nem sempre consoantes com as intenções dos autores dos textos impressos. Também mostrava seu interesse por política ou, ao menos, por mudanças legais que influenciariam diretamente a sua vida.

O debate político era, portanto, acessível a todos, homens e mulheres que, com diferentes objetivos, buscavam se informar sobre as principais controvérsias públicas, fosse por meio dos jornais, fosse através de conversas com amigos e vizinhos. Nesse sentido, as

¹⁸⁶ Barreto, Lima. *Recordações(...)*, *op.cit.*, p.99.

¹⁸⁷ Barreto, Lima. *Recordações(...)*, *op.cit.*, p.249.

¹⁸⁸ Posteriormente, historiadores buscaram entender as motivações dos rebelados em novembro de 1904, não raro apontando a ignorância popular em relação aos efeitos da vacinação ou enfatizando que a revolta era a única forma de participação política encontrada pelos não-cidadãos no início do período republicano. Sevcenko, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 1993 e Carvalho, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. Partindo da análise das concepções de doença e cura entre povos africanos, Sidney Chalhoub mostrou que a "revolta da vacina" estaria muito mais relacionada aos conhecimentos tradicionais que à ignorância da população que, de resto, já havia passado por outras campanhas de vacinação durante o período imperial. Chalhoub, Sidney. *Cidade febril - cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia Das Letras, 1996.

¹⁸⁹ Barreto, Lima. *Recordações(...)*, *op.cit.*, p.266 e p.222-3, respectivamente.

disputas entre homens da imprensa, nas quais concepções políticas se mesclavam com questões pessoais, devem ter tido grande repercussão entre todas as classes sociais. Os próprios envolvidos nesses confrontos buscavam ampliar seu acesso ao público, tanto para angariar apoiadores, quanto para restaurar sua honra publicamente. Assim, a honra sexual, tema central para a organização familiar e para a definição de nação no início do período republicano¹⁹⁰, também operava a hierarquização dos homens da imprensa, assim como influenciava a forma como seriam vistos e julgados por seus leitores.

¹⁹⁰ Ver Esteves, Martha Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989 e Caulfield, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro, 1918-1940*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

CAPÍTULO II

PROTEÇÃO E EMANCIPAÇÃO

Para abrir a primeira edição do ano de 1903, o *Correio da Manhã* buscava “dirigir ao público a mesma palavra de fé e de confiança no futuro, com que nos apresentamos na arena jornalística, há quase dois anos”. Ostentando sua condição de independência em relação ao governo e aos partidos políticos, o artigo garantia que:

(...) o único estímulo que nos fortalece, é o que nos vem da alma popular. Esta nos dá testemunho de que a nossa consciência não nos engana, quando nos diz que temos, até hoje, sido fiéis à nossa missão, e que não traímos, uma só vez, a lealdade prometida nesta campanha de reconstrução moral que empreendemos, constringidos ante a desgraça que acabrunhavam [sic] a Pátria.¹⁹¹

Ao celebrar o *Correio da Manhã* e sua trajetória, esse texto também destacava o que considerava como compromisso do jornal com os interesses populares. Afinal, sua principal missão estava relacionada a uma “reconstrução moral” da política, graças à postura crítica em relação às autoridades públicas. Essa atitude, tida como fundamental para recuperar a credibilidade do regime republicano, também permitiria salvar e elevar a “Pátria”. O vocabulário político usado para explicar essa missão era familiar a todos os moradores do Rio de Janeiro naquele momento. Isso porque, desde as últimas décadas do século XIX, concepções de honra e nação vinham sendo mobilizadas para legitimar uma série de políticas públicas. Agregadas a argumentos científicos e a noções de progresso, as idéias de moralização e de engrandecimento nacional justificavam as campanhas de saneamento e de reforma urbana que, entre outros objetivos, pretendiam conferir uma aparência civilizada à capital do país¹⁹². Em nome desses ideais, violências e arbitrariedades eram praticadas cotidianamente contra a população, sobretudo nas camadas mais pobres¹⁹³.

¹⁹¹ *Correio da Manhã*, "Ave!", 01/01/1903, p.1.

¹⁹² Segundo Schettini, desde a década de 1870 “argumentos de moralidade sexual e saúde pública foram mobilizados para legitimar a intervenção dos poderes públicos nos âmbitos até então considerados privados das vidas das pessoas, como as relações sexuais e a autoridade senhorial”. In Schettini, Cristiana. “*Que tenhas teu corpo*”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006, p.135.

¹⁹³ Caulfield, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro, 1918-1940*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000, pp.118-28.

Ao invés de empregar esses conceitos para julgar as práticas e as escolhas dos cidadãos comuns, o *Correio da Manhã* buscou se diferenciar de outros órgãos de imprensa ao reivindicar, ao menos retoricamente, que tais critérios morais fossem usados para avaliar a atuação dos homens públicos, sobretudo aqueles que ocupavam os cargos do poder executivo. De certo modo, como os editores do jornal, os homens e mulheres comuns que se manifestaram através da grande imprensa, ainda que contassem com espaços de expressão bem mais restritos, também sentiram necessidade de definir uma identidade política para si e, não raro, recorreram a esses mesmos parâmetros para justificar sua participação nesse meio de comunicação e defender seus pontos de vista. Assim, nas cartas enviadas à redação do *Correio da Manhã*, os conceitos de honra e nação eram importantes para criar um espaço de legitimidade para o assunto abordado e para o próprio autor da missiva. Baseados nesses preceitos, alguns leitores e leitoras discutiam tanto os limites quanto as obrigações do poder público, assim como buscavam definir quais seriam os direitos dos cidadãos e os significados da liberdade no pós-abolição. Nesse contexto, a imagem recorrentemente utilizada por eles de que os moradores da capital vinham sendo tratados como escravos pelas autoridades buscava denunciar injustiças e solicitar mudanças, empregando a imprensa como uma mediadora entre a população e o governo, isto é, como um meio eficiente para expressão e exercício da cidadania. Nesse processo, questões de ordem privada se mesclavam àquelas consideradas públicas e o suporte impresso era usado por cidadãos para redefinir os limites entre público e privado, assim como suas imbricações.

Por sua vez, os colaboradores e os jornalistas também eram instados a construir individualmente seu próprio papel político, algo que perpassava diferentes gêneros jornalísticos: artigos de opinião, reportagens, contos, crônicas e romances em folhetim. Entretanto, afirmar a autonomia enquanto autor poderia implicar, em algumas situações, coisificar o outro e falar em seu nome. Assim, metáforas da escravidão também foram mobilizadas por escritores para mostrar a inaptidão de certos sujeitos em negociar suas próprias condições de trabalho e, logo, a necessidade de que grupos letrados intervissem por eles. Normas de gênero também foram usadas na definição dessas identidades, mobilizando concepções sobre papéis masculinos e femininos para justificar determinadas posturas e argumentos. Isso foi feito tanto por homens quanto por mulheres que, com objetivos distintos, quase sempre associavam seus pontos de vista ao progresso da raça e da

nação. Dessa forma, algumas mulheres letradas, sem contestar abertamente versões sobre a fragilidade feminina, conseguiram se afirmar politicamente na imprensa – ou por meio da imprensa – conquistando visibilidade e adeptos para as causas que defendiam. No início do século XX, temas como serviço de higiene, instrução pública e trabalho doméstico possibilitavam diferentes associações entre honra pessoal, honra familiar e honra nacional, tanto em textos de jornalistas, quanto na correspondência enviada à redação da folha. Nesse contexto, teorias raciais, que informavam os debates sobre as hierarquias naquela sociedade, influenciaram, de formas distintas, as colaborações da escritora Julia Lopes de Almeida e da operária Elisa Scheid em jornais de ampla circulação.

A demanda de direitos marcou, enfim, a trajetória de alguns dos escritores da grande imprensa, que conferiam sentidos específicos à idéia de emancipação no início do período republicano, estabelecendo possibilidades e limites para as reivindicações. Essa característica, constante na trajetória de colaboradores e leitores da grande imprensa, ficava ainda mais evidente em conjunturas específicas, como em momentos de enfrentamento direto entre a população e as autoridades.

1. A nação com justificativa: críticas e demandas

Entre todos os jornais diários do Rio de Janeiro, o *Correio da Manhã* foi o principal veículo de oposição à lei de vacinação obrigatória de 1904. Por isso, Isaías Caminha se inquietava sobre a responsabilidade desse jornal em relação aos “acontecimentos de novembro”, mais conhecidos como Revolta da Vacina¹⁹⁴. Apesar de não ser possível fazer essa correlação, já que foi um movimento complexo e acionado por diferentes fatores políticos e sociais, é inegável a postura crítica do periódico em relação ao serviço de higiene ao longo de todo aquele ano¹⁹⁵. A aprovação de um novo regulamento sanitário¹⁹⁶ foi tema recorrente dos artigos de Gil Vidal, nos quais era referido como “Código de

¹⁹⁴ No livro de Lima Barreto, a Revolta da Vacina foi representada como os protestos contra uma lei que tornava o uso de sapatos compulsório. Sobre suas avaliações, conforme vimos no capítulo anterior, conferir Barreto, Lima. *Recordações(...)*, *op.cit.*, p.266 e p.222-3.

¹⁹⁵ Para diferentes abordagens sobre a Revolta da Vacina, ver Sevcenko, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 1993; Carvalho, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; Chalhoub, Sidney. *Cidade febril - cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia Das Letras, 1996, Pereira, Leonardo. *Barricadas da Saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

¹⁹⁶ Decreto 5156 de 08 de março de 1904. Definia quais eram “os serviços sanitários a cargo da União”.

Torturas”, por causa de seus “excessivos rigores e injustificáveis violências”¹⁹⁷. Além de criticar o governo federal, o autor comentava as reações a essa medida, tanto de grupos organizados, quanto de outros jornais¹⁹⁸.

Em seções variadas do *Correio da Manhã*, eram relatados os prejuízos causados pelas desinfecções das casas, que estragavam móveis e sujavam paredes. Além disso, o procedimento deixava um forte odor de enxofre no ambiente, o que afetaria a saúde de seus moradores e também a vida de animais de criação. Baseadas nas reclamações que eram levadas à folha, essas descrições enfatizavam a falta de cuidado dos funcionários da higiene, assim como procedimentos arbitrários e violentos, incluindo multas excessivamente altas e até prisões¹⁹⁹. Essas questões também foram abordadas em crônica assinada por Braz Vadio que contava a história de “uma família em apuros”. Afinal, depois da desinfecção, além da morte das galinhas no quintal, todos os moradores e criados tiveram uma forte diarreia, o que acarretou sérios problemas, como o fim do noivado da filha mais velha, a reprovação na escola dos filhos mais novos e a inviabilidade do pai assumir o emprego indicado por um amigo. Como conclusão, o cronista afirmava:

Foi uma desgraça, concluiu o Sebastião, mas também, quem, na casa da vítima, fala em higiene ou em mata-mosquitos está arriscado a ser sacudido pela janela fora além do que, a família toda passou-se para a monarquia, inclusive o sr. Pantaleão, que é republicano histórico, não desta república, que não é a que ele e o Tiradentes sonharam, como ingenuamente acrescentava a d. Candinha.²⁰⁰

Características comuns a outras crônicas do período, como a mistura entre ficção e realidade, assim como de humor e política, eram empregadas pelo autor: para criar a história da família de Pantaleão, mobilizava aspectos reais sobre a visita da inspeção de

¹⁹⁷ *Correio da Manhã*, "O despotismo sanitário" de Gil Vidal, 14/03/1904, p.1. Ver também *Correio da Manhã*, "Ainda o Código de Torturas" de Gil Vidal, 12/03/1904, p.1.

¹⁹⁸ Logo após a assinatura do decreto, a Associação União dos Proprietários de Padaria convocava uma reunião para discutir os termos do regulamento e levar uma representação ao governo da República. Entre outras medidas, o regulamento determinava que as padarias deveriam ter o solo revestido de asfalto com leito de concreto, assim como mesas de mármore e sem armários, sendo que os estabelecimentos que não investissem nesses melhoramentos dentro de três meses seriam fechados. *Correio da Manhã*, "O Código de Torturas", 26/03/1904, p.2. Para os comentários de Gil Vidal a esse respeito, ver "A reação" de Gil Vidal, 20/03/1904 e "Justo descontentamento" de Gil Vidal, 04/04/1904, p.1, ambos no *Correio da Manhã*. Para as críticas à postura da *Gazeta de Notícias*, ver *Correio da Manhã*, "Corrigir, não embair" de Gil Vidal, 22/03/1904, p.1.

¹⁹⁹ Ver *Correio da Manhã*, "Código de Torturas", 03/06/1904 e 30/06/1904.

²⁰⁰ *Correio da Manhã*, "Uma família em apuros" de Braz Vadio, 14/06/1904, p.2.

higiene, o que vinha sendo abordado nas reclamações publicadas no próprio jornal, mas conferindo-lhes um aspecto caricatural, com vistas a provocar o riso. A menção ao regime político, além de opor república e monarquia, também buscava enfatizar a existência de diferentes projetos republicanos e como a administração do então presidente Rodrigues Alves, através de medidas como o novo regulamento, corrompia a liberdade dos cidadãos e assumia aspectos ditatoriais. Isso também foi o tema de uma carta dirigida ao redator da folha:

Desde que não podemos fugir à tirania a que nos reduziram, ao menos, sr. Redator, contemos com a sua intercessão perante os tirânicos, a cuja piedade temos que recorrer. Ninguém pode fazer uma idéia das violências e brutalidades a que está sujeita uma família pobre nesta capital. Os médicos da higiene, quando sabem que não entram num palacete, mas numa casa humilde, mostram-se de uma ardidesa (sic) e um desdém pela dignidade pessoal dos moradores que não sabemos como é que ainda se tem paciência para sofrer tanto. Quantas vezes, o pudor, o melindre ofendido têm ímpetos de repelir pela violência as violências que eles perpetuam friamente como senhores supremos. Nós outros, os pequenos, já não temos lar. A cabana do preto velho nos tempos do império merecia mais respeito!(...) ²⁰¹

A evocação das violências equiparava o controle que os médicos pretendiam ter sobre os pobres àquele anteriormente exercido pelos senhores sobre os escravos. Na verdade, a metáfora destacava que, diferente dos negros durante a escravidão, os pobres do Rio de Janeiro estavam privados de direitos básicos no alvorecer republicano, sem espaço para negociação frente à ação das autoridades públicas. A fim de questionar os rumos da República, a tirania do atual governo também era contraposta ao respeito existente durante o Império. O eixo de todas essas críticas era a defesa da honra, na medida em que o autor da carta deslocava a ênfase dos prejuízos materiais para aqueles de ordem moral. Mais que a casa, sua dimensão simbólica para a instituição da família era vista como o principal alvo das atrocidades praticadas, sendo seus membros atacados em sua dignidade e em seu pudor. Essa denúncia ganhava maior amplitude naquele contexto, no qual a honra familiar era apontada, pelas autoridades e por teóricos, como a base da própria honra nacional ²⁰². Essa

²⁰¹ *Correio da Manhã*, "Pobreza desventurada", 07/08/1904, p. 2.

²⁰² Caulfield, Sueann. *Em defesa da honra (...)*, op.cit., p.26.

também seria a tônica de outra missiva publicada meses mais tarde, quando os protestos contra a vacinação obrigatória já tomavam conta das ruas da cidade:

Escrevem-nos:

Exploradas em todas as esferas da sua múltipla atividade, as classes produtoras do país são perseguidas em seu próprio domicílio por um governo que lança mão de todos os processos para jungir a nação inteira ao seu capricho e à sua cobiça.

Procurando um meio de abafar pelo medo e pela morte a voz que brada contra a nossa ruína financeira e política, ou sequer dos sonados e pinícios bajulatórios, foi o governo do sr. Rodrigues Alves procurar na ciência pedantesca de charlatões insaciáveis a revivescência da inquisição jesuítica.

Mas a nação brasileira está bem certa que entre o Santo Ofício e a higiene do sr. Oswaldo Cruz há um monstruoso contraste, quer quanto aos meios, quer quanto aos fins. (...) a inquisição pedantesca do sr. Oswaldo Cruz, ao contrário, visa transformar o lar doméstico em vil prostíbulo, sempre às escancaras e à mercê de qualquer cafajeste e o corpo da mulher brasileira em massa, inerme e despudorada para contemplação e exames voluptuosos de seus miseráveis comparsas. (...)

Por esta monstruosa legislação fica a Mulher Brasileira reduzida a uma posição inferior a da meretriz antes do governo do sr. Rodrigues Alves. Há dois anos passados, no lupanário mais soez só entrava quem a sua dona queria autorizar e o corpo da mulher impudica só era dado a quem lhe aprazia. E hoje?...

A lei facilita a qualquer pilantra, armado de um anel de [palavra ilegível] ou sem ele, munido de um título de nomeação para o novo Santo Ofício, entrar e percorrer a casa da família, esquadrinhar os mais íntimos recessos e diante do pai, do esposo, do filho, [palavra ilegível] qualquer senhora a exhibir seu corpo para verificar se está ela atacada de tal moléstia, catalogada no índice da inquisição como infecciosa. (...) ²⁰³

A comparação com a inquisição buscava mostrar o que as inspeções médicas tinham de mais retrógrado, visando contestar o poder da ciência e da lei em questão. A reprovação à política de Rodrigues Alves e à ciência de Oswaldo Cruz era feita por meio da descrição do tratamento dispensado aos cidadãos sob a ordem desses homens. Para isso, a figura da “mulher brasileira” era central, pois personificava o ataque à honra de todos os membros da família. Como argumentou Sueann Caufield, a sexualidade feminina era o principal elemento dos debates que buscavam definir legalmente a honra familiar, associada a

²⁰³ *Correio da Manhã*, "Afronta à Família Brasileira", 16/11/1904, p. 2.

concepções sobre normas de gênero e nacionalidade²⁰⁴. Na carta acima, essas idéias eram articuladas para questionar a legitimidade dos funcionários da higiene, assim como para denunciar a vulnerabilidade das famílias cariocas sob a administração de autoridades tirânicas.

Ao ler essas missivas, supostamente enviadas para redação, publicadas sem assinatura alguma e em total conformidade com os argumentos emitidos em outras seções do *Correio da Manhã*, é possível questionar sua veracidade. Esses textos poderiam ter sido escritos pelos próprios redatores, na tentativa de conferir maior densidade às reclamações que vinham sendo publicadas em todo o jornal. Além disso, como destacou Leonardo Pereira, a justificativa moral acabou sendo um mote recorrente entre os jornalistas que pretendiam ser porta-vozes do povo durante a Revolta da Vacina, “projetando sobre eles suas próprias crenças e aspirações”²⁰⁵. Porém, ainda que falsos, esses registros apresentam aspectos relevantes para pensar as formas de intervenção nas folhas diárias naquele período.

Nos dois textos, havia a imagem da imprensa como um meio que garantiria a expressão de pessoas comuns. Afinal, a partir de suas experiências e observações, os supostos autores dessas cartas buscavam o socorro de um periódico, através do qual expunham suas críticas ao governo e solicitavam reparações. Remeter aos conceitos de honra e nação conferia legitimidade aos formuladores dessas demandas, assim como aos assuntos abordados. Com diferentes ênfases, essa forma de intervir publicamente foi empregada para denunciar e buscar a solução de questões específicas, sempre conferindo-lhes o caráter de uma ameaça a toda a sociedade brasileira, ainda que em circunstâncias menos agitadas da política republicana. Para perceber as nuances, é preciso ler as missivas, reais ou fictícias, tendo em vista o contexto em que foram publicadas e as intenções dos envolvidos nesse processo, ou seja, como possíveis leitores se posicionavam em relação ao

²⁰⁴ Caulfield, Sueann. *Em defesa da honra (...)*, op.cit., p.35.

²⁰⁵ Pereira, Leonardo. *Barricadas da Saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002, pp.24-5. Também é importante destacar que a “justificativa moral” foi o principal ponto de discordância na interpretação dada à Revolta da Vacina pelos historiadores José Murilo de Carvalho e Sidney Chalhoub. Analisando discursos de positivistas, o primeiro considerou que o “caráter moralista” havia sido o substrato comum de todos os grupos que se envolveram na revolta. Sidney Chalhoub, por sua vez, questionou o que havia “para além do pressuposto de que o tipo burguês de obsessão com o comportamento e a honra feminina possa ser simplesmente generalizável para toda a sociedade”. Ver, respectivamente, Carvalho, José Murilo de. *Os bestializados (...)*, op.cit., p.131 e Chalhoub, Sidney. *Cidade febril (...)*, op.cit., p.100.

que estava sendo publicado no periódico e como os redatores poderiam se aproveitar dessas eventuais participações do público.

Nesse sentido, é pertinente destacar a carta enviada pela professora Ernestina Fagundes Varella ao *Correio da Manhã*, em março de 1903:

Escrevem-nos:

No orçamento municipal o sr. Prefeito, dando verba somente para cinqüenta professores elementares, mostrou claramente o intuito de extinguir ilegalmente cinqüenta escolas elementares, cujo número é de cem. Para esse fim encarregou o diretor da Instrução primária do município de dar *destino* às cinqüenta professoras que deviam ficar fora do orçamento. O sr. Medeiros, para que a coisa não ficasse muito revoltante, chamou por edital todos os professores elementares à exame e fez um simulacro de concurso onde ele foi o único examinador. (...) Ora, a signatária destas linhas não *foi dispensada* nem reprovada pois que não compareceu ao fantástico concurso (...) Firme no meu direito e a conselho do meu prezado tio o dr. Busch Varella, reabri as aulas da escola a meu cargo, comunicando esse fato ao sr. Dr. Inspetor escolar do meu distrito.²⁰⁶

A irmã do conhecido poeta Fagundes Varela, com o qual havia publicado um volume de poesias em 1878, empregava o jornal para publicizar seu descontentamento²⁰⁷. Na eminência de ser onerada por uma ação da prefeitura, qualificada como ilegal pela professora, ela questionava o procedimento do diretor de instrução pública, Medeiros e Albuquerque, que havia sido responsável por um exame irregular. Por meio da carta, ela buscava justificar publicamente atos de desobediência: o não comparecimento ao exame e a decisão de manter a escola a seu cargo em funcionamento, o que era definido como um direito que deveria ser reconhecido pelas autoridades pertinentes. Além de buscar resolver um problema pessoal, o tom de denúncia, com ênfase em sucessivas ilegalidades, conferia um sentido social aos seus escritos. Essa perspectiva se acentua na medida em que se considera o conteúdo de outros textos publicados no *Correio da Manhã* naquele momento, mostrando que, ao recorrer a esse periódico, Ernestina não fizera uma escolha ingênua ou casual.

A municipalização da instrução pública e suas reformas, particularmente aquelas levadas a cabo por Medeiros e Albuquerque, vinham sendo abordadas em longos artigos

²⁰⁶ *Correio da Manhã*, "Instrução Municipal", 10/03/1903, p.2, grifos no original.

²⁰⁷ Eleutério, Maria de Lourdes. *Vidas de romance: as mulheres e o exercício de ler e escrever no entresséculos. 1890-1930*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005, pp.46-50.

nesse jornal. Além da série citada no capítulo anterior, publicada no início de 1902, Alfredo Gomes, ex-diretor da Escola Normal, foi o autor de outros artigos nessa folha, sempre com teor crítico em relação ao ensino municipal. Em fevereiro de 1903, o seu alvo era o tipo de formação dispensada para as jovens professoras no Pedagogium. Criado em 1890, com o intuito de ser um museu pedagógico e reunir dados sobre o ensino no país, o Pedagogium sofreu reestruturações importantes quando a instrução pública passou para a esfera municipal, em 1897²⁰⁸. Entre as mudanças realizadas, havia um curso de aperfeiçoamento para normalistas recém-formadas. Alfredo Gomes era contra o conteúdo ministrado nesse curso, que considerava inútil para o desempenho do magistério primário, e à forma empregada, com cansativas aulas noturnas para professoras que haviam trabalhado durante todo o dia. Além disso, o considerava um “suborno” às professoras, que só frequentavam as aulas para receberem uma gratificação. Assim, afirmava:

Analise-o [o Pedagogium], pois, eu e o leitor, pedagogicamente; vejamos os desastres que de sua manutenção resultam para a disciplina municipal; observemos os absurdos que provêm de sua persistência clamorosamente inútil, pelourinho a que se atam as pobres normalistas, vítimas do crime de se terem diplomado sob o nefasto regime do decreto n. 844. (...) O que admira é que o sr. Dr. Passos ainda não tivesse derrubado com uma penada de sua mão firme esse edifício de embustes pedagógicos, máscara de suborno disfarçado, graças à qual se tem perpetuado a misérrima agonia do magistério, sufocado entre as garras de um tirânico feitor.²⁰⁹

Dispendioso para o município e sem validade do ponto de vista pedagógico, o curso era mais um dos equívocos de Medeiros e Albuquerque, que abusava de suas prerrogativas e assumia caráter tirânico. O autor do artigo buscava mostrar os problemas da lei proposta pelo diretor de instrução, apontando-a como mais uma evidência de sua incapacidade para ocupar o cargo. Alfredo Gomes ainda reforçava essas críticas ao propor a perspectiva das normalistas, representando-as como vítimas que sofriam o cerceamento de sua liberdade, assim como castigos indevidos. Nesse sentido, solicitava uma atitude do prefeito para

²⁰⁸ Ver Gondra, José Gonçalves. “O veículo de circulação da pedagogia oficial da República: a *Revista Pedagógica*” in *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 78, n. 188-190, jan.- dez, 1997, pp. 374-395. Segundo o autor, a *Revista Pedagógica* (1890-1896) foi um dos produtos do Pedagogium. Em 1897, o Pedagogium, assim como toda a organização da Instrução Pública, passou da esfera da União para a da municipalidade. Nesse contexto, a revista passou a se chamar *Educação e Ensino – Revista Pedagógica da Instrução Pública Municipal do Distrito Federal*, sendo que apenas o primeiro número da nova publicação foi localizado na Biblioteca Nacional.

²⁰⁹ *Correio da Manhã*, “Pedagogium” de Alfredo Gomes, 15/02/1903, p.2.

mudar a situação. A publicação nesses termos, responsabilizando o diretor por cometer injustiças contra as professoras, dialogava com a forma como Ernestina expressaria seus descontentamentos um mês mais tarde, ainda que o foco dessa professora tenha sido outro. Em ambos, também havia a concepção de que a qualidade do ensino público estava sendo negligenciada pelas autoridades municipais, o que teria consequências negativas em escalas maiores, tal qual o conselheiro Álvaro J. Oliveira havia publicado em meados de 1902:

Nenhum assunto merece maiores cuidados dos Poderes Públicos do que a instrução popular. (...) E para contrabalançar a influência de um meio atrofiador, onde tão raros são os casos dessas grandes virtudes, dessas energias cívicas que valem proveitosíssimas lições, que penetram as almas dos jovens e os levam a amar os heróis e a mais adorar a pátria comum que os produziu; (...) seria mister que nas escolas pudessem esses jovens, ainda puros, isolar-se, e, no meio de preceptores honestos, dignos, respeitáveis e respeitados, cultivar seu coração, sua inteligência e sua atividade, a fim de um dia bem servirem à pátria. (...) Quando ele [professor] sente que, em vez dessa obediência voluntária, que eleva e dignifica, exige-se dele a obediência de escravos; quando, em vez de superiores hierárquicos, destinados a lhe facilitarem o exercício de suas nobres funções, encontra tiranetes, pseudo-senhores, que timbram em desprestigiar essas funções, introduzindo a desconfiança, que gera uma fiscalização degradante, e procuram nivelar os bons aos maus, pretendendo obter de todos o cumprimento de seus deveres pela instituição do terror: é claro que, em semelhantes circunstâncias, o ensino deve sofrer(...) ²¹⁰.

Nesse trecho, retirado do primeiro artigo de uma série que durou até dezembro de 1902 no *Correio da Manhã*, o autor enfatizava a importância da instrução para difundir valores cívicos e patrióticos. Assim, ao associar o tratamento dispensado aos professores à qualidade do ensino ministrado, considerava os docentes como peça chave desse processo de formação da nacionalidade. No limite, a desmoralização dos docentes, tratados como escravos pelo diretor de instrução, colocava em risco a própria construção da nação. Nesse caso, não se tratava de ataques à honra sexual, mas de enfatizar a falta de autoridade moral para que os professores cumprissem sua missão cívica. O uso da escravidão como metáfora, com o fim de fazer referência aos funcionários submetidos ao diretor de instrução, colocava em destaque a desmoralização que advinha com a “fiscalização degradante” e com a “instituição do terror”, ameaçando a honestidade, a dignidade e a respeitabilidade de todos os professores. A exaltação da educação, como meio de garantir o “futuro da pátria” e a

²¹⁰ *Correio da Manhã*, “Instrução Pública” de Álvaro J. Oliveira, 25/06/1902, p.1.

verdadeira democracia, tão claramente elaborada nesse artigo, seria inserida em uma rede de interlocução entre colaboradores e leitores naquele momento²¹¹.

Nesse último caso, para se defender das acusações apresentadas pelo conselheiro, Medeiros e Albuquerque buscou desqualificar suas críticas e alegou que seu contraditor apenas queria expressar as insatisfações de uma “parenta”, a professora Maria Peçanha de Magalhães Reis. Segundo o diretor, ela não havia concordado com a mudança de sua escola para outro prédio e, por isso, solicitou que Álvaro J. Oliveira interviesse publicamente a seu favor²¹². O conselheiro assumiu o parentesco, mas negou que estivesse defendendo apenas aquela professora ou que o fizesse por motivos pessoais. Para ele, a imposição da mudança de prédio a que ela havia sido submetida era apenas mais um exemplo da tirania sofrida por todos professores da capital, recorrentemente onerados em seus direitos, sendo um deles o da “inamobilidade”²¹³. Mais uma vez, portanto, o jornal era empregado como um veículo para reivindicar direitos e discutir quais deveriam ser os limites do poder público, interpretando questões pessoais através dos conceitos de honra e nação.

Alguns aspectos chamam atenção por serem recorrentes, como a caracterização das autoridades públicas, federais ou municipais, como tirâncias ou ditatoriais. Reforçando essas impressões, a legislação era vista como inadequada, conferindo poderes excessivos aos homens públicos, ou como alvo de desrespeito por parte desses mesmos sujeitos. Nesse contexto, algumas pessoas resolveram recorrer à imprensa para reivindicar proteção, criticar medidas legislativas ou os responsáveis por sua aplicação e denunciar tudo aquilo que considerassem injusto. Coagida entre abusos legais e ilegais, parcelas da população esperavam encontrar na imprensa um meio de reivindicar direitos, enfatizando que esses não deveriam ser condicionados por parâmetros científicos ou em decorrência de limitações orçamentárias, mas organizados segundo padrões morais compartilhados²¹⁴. Apropriando-se de argumentos recorrentes nos discursos oficiais, como a defesa da moralidade e o

²¹¹ No próprio *Correio da Manhã*, ver “Pelas crianças” de Souza Bandeira, 04/07/1901 e “Livros e leitura” de José Veríssimo, 29/01/1902. Ver também Müller, Maria Lúcia Rodrigues. *As Construtoras da Nação: as professoras primárias na Primeira República*. Rio de Janeiro: Tese de doutorado, UFRJ, 1998.

²¹² *Correio da Manhã*, “Instrução Municipal”, Medeiros e Albuquerque, 09/07/1902, p.1.

²¹³ *Correio da Manhã*, “Instrução Municipal”, Álvaro J. Oliveira, 12/07/1902, p.1.

²¹⁴ Acredito que seja possível falar em “economia moral” dos reivindicadores por direitos na imprensa, adaptando a expressão cunhada por E. P. Thompson na década de 1970. Ver Thompson, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp.151-202.

engrandecimento da nação, as críticas mesclavam-se a denúncias nos diferentes fóruns de debate abertos nos jornais diários²¹⁵.

Outro elemento recorrente era o uso da escravidão como metáfora para fazer referência ao tratamento dispensado pelas autoridades aos cidadãos. Indevidamente castigados, sem direito à privacidade e à liberdade de escolha, os leitores publicizavam que eram tratados como escravos pelo Estado e pelo município. Remetendo às críticas da escravidão que vinham sendo vinculadas na imprensa desde meados do século anterior, o próprio poder público era representado como um dos principais entraves à civilização e ao progresso, pois mantinha uma relação marcada pela violência e pelo não reconhecimento de direitos, mesmo daqueles garantidos durante o sistema escravista²¹⁶. Como mostrou Cristiana Schettini, muitas das referências à escravidão no início do período republicano eram uma forma de entender “novos” problemas por meio de “velhas” chaves de compreensão²¹⁷. Seguindo as sugestões dessa autora, que analisou as especificidades dos discursos sobre tráfico de escravas brancas no Brasil, é possível entender outros sentidos dessa metáfora naquele período e como foi empregada nas folhas diárias, fosse para demarcar identidades, fosse para buscar definir direitos legítimos.

2. “Escravizadas”: trabalho doméstico, gênero e metáforas da servidão

Em nome da moralidade pública e da defesa dos cidadãos, um leitor do *Correio da Manhã* esperava que fosse aprovado um regulamento para o serviço doméstico na capital republicana. Em abril de 1904, ele enviou uma carta ao jornal nos seguintes termos:

Escrevem-nos:

²¹⁵ O estudo do *Correio da Manhã* foi priorizado, mostrando os diálogos entre colaboradores e leitores no trato de questões específicas. Também buscamos relacionar isso à própria retórica do jornal, que se auto-intitulava um militante dos interesses populares e um severo crítico da política institucionalizada, observando como os leitores se aproveitaram disso no momento de formularem críticas, denúncias e reivindicações. Por outro lado, acreditamos que os argumentos mobilizados nas cartas enviadas à redação do *Correio da Manhã* poderiam aparecer em outros títulos da grande imprensa carioca daquele período, com especificidades tendo em vistas as características de cada um desses periódicos e as intenções dos seus editores.

²¹⁶ Como argumentou Humberto Fernandes Machado, “especialmente a partir da década de 1880, as elites intelectuais vinculavam na imprensa idéias que exaltavam o ‘progresso’, a ‘civilização’ e a necessidade de eliminar a escravidão, responsável pelo atraso do Império, assim como os resquícios da sociedade colonial”. Ver Machado, Humberto F. “Imprensa e identidade do ex-escravo no contexto pós-abolição” in Neves, Lúcia; Morel, Marcus; Ferreira, Tânia (orgs.) *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A e Faperj, 2006, p.142.

²¹⁷ Schettini, Cristiana. “*Que tenhas teu corpo*”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006, p.109.

O sr. dr. Pereira Passos que tantos melhoramentos tem feito, tantas reformas tem efetuado, pondo em prática medidas úteis, salutareis, higiênicas e morais, não poderá por mais tempo deixar de organizar o serviço doméstico, por efeito de lei ou postura municipal, da qual resulte um regulamento que garanta os indivíduos que se empregam no serviço doméstico e que, ao mesmo tempo, corrija os males consequentes da falta dessa medida.

(...) Esse ramo de trabalho [serviço em casas de família] explorado por numerosa classe, é uma partícula do organismo da nossa sociedade, porquanto, penetrando no lar, faz circular o vício, o crime, a depravação, sendo o veículo do germen, maléfico, que enfraquece e atrofia a família. (...)

Existem em outros países leis que regem o serviço doméstico, sujeitando os criados à matrícula; obrigando-os a terem uma caderneta na qual lhes é abonado o comportamento pelos patrões, tendo os sinais fisionômicos, número de matrícula, profissão, idade, estado, nacionalidade, residência, etc.

Não será tempo de adotar uma medida igual, que venha influir nos nossos costumes, corrigindo ao mesmo tempo a vadiagem, a embriaguez, o furto, o roubo, a prostituição?

Por outro lado encontrarão os criados garantias para recepção dos seus salários, bom trato, e dando-lhes vantagens e não permitindo que sejam vítimas de ilegalidades. (...) ²¹⁸

Diferente das considerações de Ernestina Fagundes Varella, Alfredo Gomes e outros leitores ²¹⁹, que se indignavam com a inércia da prefeitura, esse correspondente optava por outra abordagem, iniciando por destacar as realizações de Pereira Passos e os sentidos gerais da política republicana. Também é interessante que tenha sugerido um regulamento municipal no mesmo momento em que o jornal empreendia uma forte campanha contra o regulamento sanitário, feito pela União e aplicado especificamente no Distrito Federal, enfatizando como essa medida havia cerceado a liberdade e piorado a vida de todos. A despeito dessas diferenças, a carta remetia à necessidade de proteger a família, sobretudo de ameaças de ordem moral. Tendo em vista o exemplo de outros países, a regulamentação do serviço doméstico na capital brasileira limitaria a circulação do vício, do crime e da depravação, mantendo os cidadãos honrados a salvo desses perigos. Apesar de alegar que a medida também beneficiaria os criados, seus interesses eram colocados em segundo plano e a associação entre pobreza e contravenção evidenciava que a perspectiva adotada era aquela dos patrões ²²⁰. Patrões e criados viviam, afinal, uma fase difícil de reorganização das relações de trabalho, na qual sobressaíam as divergências de interesses.

²¹⁸ *Correio da Manhã*, “Serviço doméstico – regulamentação”, 12/04/1904, p.3.

²¹⁹ Ver “Instrução Pública Municipal” em 15/01/1904 e “Os escândalos da Normal – para o ilustre dr. Passos ler e julgar” em 18/01/1904, ambos no *Correio da Manhã*.

²²⁰ Sobre a associação entre pobreza e perigo para a sociedade, ver *Chalhoub, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Ainda assim, para promover a seção de anúncios, os redatores do *Correio da Manhã* também afirmavam que era possível conjugar as necessidades de patrões e criados, sobretudo mediando a relação entre eles:

Atendendo à quadra difícil que atravessamos, e *desejando especialmente auxiliar aos desfavorecidos da fortuna que buscam colocação*, resolvemos facultar ao público o anúncio em nossa folha, mediante diminuta retribuição, isto é, o de casas a 300 rs. e o de criados a 200 rs. desde que não exceda de três linhas²²¹.

O *Correio da Manhã*, folha de larga circulação, *no intuito de tornar-se um jornal útil, principalmente às famílias*, resolveu estabelecer o preço de 200 rs. por anúncio de criado e o de 300 rs. pelo de casa a alugar, não excedendo de três linhas.²²²

Com o duplo objetivo de colaborar com os "desfavorecidos da fortuna", que poderiam ofertar sua mão-de-obra, e as "famílias", que apresentariam as suas demandas, a seção estava aberta por preços módicos²²³. Cada anúncio era composto por informações sumárias sobre os envolvidos, suas características e necessidades. Em três linhas, eram mencionados os serviços oferecidos ou solicitados – arrumar casa, serviços leves, cuidar de crianças – assim como o perfil dos patrões – casal sem filhos, crianças pequenas, pessoa sozinha. Também havia informações pessoais sobre os trabalhadores, em sua maioria mulheres, cujas idades e origens, além de qualidades subjetivas, vinham devidamente expressas²²⁴. Como destacou Sandra Graham, a contratação de criados envolvia “considerações mais sutis que custo e disponibilidade”²²⁵, uma vez que esses trabalhadores estariam em estreito contato com a família e a intimidade de seus patrões.

Durante o império, a condição – escrava ou livre – e a cor das mulheres eram características cuidadosamente consideradas, sendo predominante a preferência por criadas

²²¹ *Correio da Manhã*, "Casas e criados", 02/07/1901, p. 1 e 2, grifos meus.

²²² *Correio da Manhã*, 05/07/1901, p.2, grifos meus.

²²³ Em meados do ano seguinte, esses anúncios foram oferecidos gratuitamente pelo *Correio da Manhã*. Ver os dias 15, 16, 17/06/1902.

²²⁴ A título de exemplo, ver anúncios publicados na terceira página do dia 25/06/1901: "Aluga-se uma moça para arrumar casa e mais serviços leves, para trabalhar na rua Visconde de Sapucaí, n.154"; "Aluga-se uma senhora de idade para um casal sem filhos, na rua da Imperatriz, n.69"; "Aluga-se uma menina portuguesa de 12 anos na rua da Passagem, n.24"; "Precisa-se de uma mocinha para cuidar de crianças e mais serviços leves; na rua de S. Luiz Gonzaga, n.95, chácara, casa A. São Cristóvão"; "Precisa-se de uma menina de 12 a 14 anos para ama seca e alguns serviços leves que seja *carinhosa*, na rua Gonçalves Dias, n.4", grifo meu.

²²⁵ Graham, Sandra. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.35.

livres e brancas²²⁶. A jovem Julia Lopes, antes de se casar com o escritor Felinto de Almeida e de se consagrar como escritora de sucesso no país, sugeria às leitoras da *Gazeta de Campinas*, em março de 1884, que “não ponhas escravas na tua casa”²²⁷. Para ela, o ideal seria ter uma criada sadia, robusta e asseada, que “fará o que três *negras* de tua mãe não fazem”. Mas essas condições não eram garantias e, com a perspectiva do fim da escravidão, a situação dos patrões ficava cada vez mais delicada. Na análise de Graham, o final da década de 1880 apresentava o seguinte panorama:

Ironicamente, à medida que as mulheres livres, tão solicitadas nas décadas anteriores, se tornavam mais disponíveis, os patrões se faziam mais inquietos. As criadas não eram mais membros do lar, mas estranhas cuja presença era perturbadora e nas quais não se podia confiar. Tão logo eram contratadas, iam embora, ‘alegando contrariedades’ ou buscando salários mais altos em outros lugares.²²⁸

O sentimento de “suspeição generalizada” era agravado com a percepção de que as relações entre patrões e criadas se tornavam cada vez mais impessoais e mercantilizadas²²⁹. Ao longo do século XIX, trabalhadores escravos e livres conviveram como criados em casas de família, desempenhando diferentes funções. Porém, com o fim da escravidão, havia a necessidade de estabelecer novos acordos para organizar as relações de trabalho e, nesse contexto, houve inúmeros debates sobre a necessidade de leis que regulassem o serviço doméstico na capital do país²³⁰. Prevendo rígida fiscalização dos trabalhadores, cujos dados e históricos seriam registrados em cadernetas, esses projetos também

²²⁶ Analisando discursos médicos e racistas, Maria Elizabeth Carneiro mostrou como a preferência por amas-de-leite poderia recair especificamente sobre mulheres negras em meados do século XIX, o que contrariava a tendência predominante. Carneiro, Maria Elizabeth Ribeiro. *Procura-se “preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa”: uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca (1850-1880)*. Brasília: tese de doutorado UnB, 2006, pp.239-40.

²²⁷ *Gazeta de Campinas*, “As nossas casas II – Os criados” de Julia Lopes, 09/03/1884, p.1, grifo no original. Oriunda de uma família rica, Julia Lopes iniciou sua carreira de escritora graças aos incentivos paternos e, posteriormente, de seu marido, o escritor português Felinto de Almeida. Eleutério, Maria de Lourdes. *Vidas de romance: as mulheres e o exercício de ler e escrever no entresséculos. 1890-1930*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005, p.74.

²²⁸ Graham, Sandra. *Proteção e obediência (...), op. cit.*, p.134.

²²⁹ Sobre a noção de “suspeição generalizada” ver Chalhoub, Sidney. *Visões da liberdade: uma história dos últimos anos da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp.175-248.

²³⁰ Em pesquisa aos documentos do poder municipal do Rio de Janeiro, produzidos entre 1880 e meados da década de 1890, Flávia Fernandes de Souza localizou 19 projetos apresentados à Câmara Municipal sobre essa questão. Souza, Flávia Fernandes de. *Para casa de família e mais serviços: o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado UERJ, 2010, p.170.

estabeleciam normas de “contrato” entre empregadores e empregados. Porém, sempre houve forte resistência a essas propostas de regulamento, tanto por parte das criadas, insatisfeitas com o cerceamento de sua liberdade, quanto por parte dos patrões, desgostosos com a intervenção das autoridades públicas nesse domínio. Assim, apesar da criação da matrícula geral do serviço doméstico em 1896 (decreto n.284 de 15 de junho de 1896), essa lei não chegou a ser colocada em prática²³¹.

Mas a convivência entre patrões e criadas continuava a chamar a atenção e os jornais diários, com os anúncios e as intervenções de leitores e colaboradores, eram espaços privilegiados para esse debate²³². Na ausência ou ineficiência de regulamentos, os jornalistas também poderiam julgar e exigir soluções apropriadas para situações de conflito. Assim, sob o título de “Escravizadas”, uma matéria do *Correio da Manhã* de setembro de 1901 questionava a forma como algumas meninas órfãs, confiadas ao cuidado de chefes de família, estavam sendo exploradas como “criadas de servir”:

Muitas vezes, também, a pobre menina vai para uma casa onde se não tem nenhuma consideração com o seu estado de orfandade e poucos anos; onde exatamente por isso, a exploram como uma verdadeira máquina produtora de trabalho. (...) As criadas são diferentes dessas menores desamparadas porque as primeiras sabem cobrar, limitam as horas de serviço e não se submetem a desaforos. As menores, por sua vez, trabalham em excesso e chegam a sofrer castigos corporais (...) Embora tal defesa, já o *Correio da Manhã* tencionasse fazê-la, pois o caso é desgrazadamente importante, essa carta veio provar que nem para todo o público passa despercebida a existência dessas infelizes, cujo cativo é tão digno de piedade como o extinto em 13 de maio de 88. (...) o *Correio da Manhã*, jornal que estará sempre espontânea e desinteressadamente ao lado de todos os oprimidos, jornal que a toda a parte onde se cometer uma injustiça, uma arbitrariedade, uma violência, há de levar o seu protesto; aqui está para defender essas pobres escravizadas, que nem por que o destino lhes arrebatou o amparo dos pais ou de um parente compassivo, deixam de ter direito, na aridez da vida, a uma pequena parcela de liberdade e de ventura.²³³

A partir da denúncia recebida através de uma carta, os jornalistas buscavam justificar sua intervenção na relação entre patrões e menores, alegando que essas últimas eram incapazes de negociar e estabelecer suas próprias condições de trabalho. Para chamar

²³¹ Ver Souza, Flávia Fernandes de. *Para casa de família (...)* op. cit., pp. 179-215.

²³² Essas questões também eram discutidas na seção policial, com uma série de casos sobre criadas infiéis ou patrões exploradores. Como exemplo, ver *Correio da Manhã*, “Criada que foge”, 18/10/1906, p.3.

²³³ *Correio da Manhã*, “Escravizadas”, 23/09/1901, p.4.

a atenção dos leitores, a condição de “escravizadas” era reforçada por meio da menção de características negativas associadas à escravidão, como trabalho em excesso e castigos corporais. Enfim, com o objetivo de zelar pela liberdade e pelo futuro das meninas, o periódico dava publicidade àquela situação de exploração. Dias mais tarde, outra notícia, sob o mesmo título, informava que novas denúncias haviam chegado à redação, graças às quais o jornal conseguia publicar os nomes dos culpados e das vítimas, além de solicitar que fosse aberto um inquérito para maiores esclarecimentos²³⁴.

Em seguida, os jornalistas assumiram uma postura investigativa, passando a se ocupar da história de Clara Triguer, filha de alemães, “de lindos cabelos louros, que emolduravam um rostinho simpático, de olhos azuis e fina tez embranquiçada (sic)”²³⁵. Quando ficou órfã, aos 14 anos, foi entregue aos cuidados do Capitão Barros que, por sua vez, encaminhou-a como criada na casa de um comerciante português. Para satisfazer seus “instintos bestiais”, esse homem lhe roubou “a virgindade e a honra”, forçando a ingestão de remédios abortivos diversas vezes, o que provocou febre e ataques que culminaram na internação da menina em um hospício. Após a publicação desse artigo, a esposa do referido comerciante foi à redação do jornal, a fim de contestar a versão apresentada. A partir de então, a conduta sexual de Clara passava a ser apreciada e julgada, com vistas a livrar o patrão das acusações²³⁶.

Mesmo diante dessas declarações, o *Correio da Manhã* manteve a acusação e garantiu que recebia mais cartas, além de ter acolhido outras órfãs, que também haviam sofrido a “influência perniciosa do perverso sedutor”²³⁷. Chama a atenção o fato da protagonista dessa história ostentar cabelos loiros e olhos azuis em um momento em que a maior parte das criadas era negra ou mestiça. Mas priorizar esse caso pode ter sido uma

²³⁴ *Correio da Manhã*, “Escravizadas”, 25/09/1901, p.3. Em relação às órfãs, muitos jornais diários faziam campanhas para arrecadar fundos destinados às instituições que cuidavam dessas meninas. Em troca, faziam visitas regulares, publicando suas avaliações sobre as condições de vida nessas casas. O engajamento da imprensa nesse tipo de filantropia foi a origem de um processo aberto em 1897 contra Basílio de Moraes, o responsável por uma dessas instituições, cuja defesa no tribunal foi feita por seu próprio filho, o advogado Evaristo de Moraes. Além de não zelar pela manutenção do prédio, das condições de higiene e da alimentação de suas protegidas, Basílio de Moraes também era acusado de ter abusado sexualmente de muitas delas. A repercussão desse caso foi enorme e, provavelmente, influenciou a cobertura de casos similares nos anos subsequentes. Sobre o julgamento de Basílio de Moraes, ver Mendonça, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes: tribuna da república*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, pp.19-44.

²³⁵ *Correio da Manhã*, “Sedutor e algoz – uma série de crimes”, 26/09/1901.

²³⁶ Além de afirmar que os dados publicados foram fornecidos por inimigos de seu marido, a sra. Ilda Gomes de Almeida disse que “não podia absolutamente garantir o pudor da menina”, pois várias vezes encontrou-a em companhia de tropeiros. *Correio da Manhã*, “Sedutor e algoz – uma série de crimes”, 28/09/1901.

²³⁷ *Correio da Manhã*, “Sedutor e algoz – uma série de crimes”, 01/10/1901.

escolha estratégica por parte dos jornalistas, no sentido de enfatizar o absurdo de tal relação de trabalho em tempos republicanos. Notícias sobre Clara pararam de ser publicadas subitamente e o caso ficou inconcluso, sendo que notas esparsas sobre outras órfãs apareceram de forma pontual a partir de então²³⁸. Apesar de enfatizar o papel de vítima das meninas e sua fragilidade, o periódico incentivava a participação dessas órfãs exploradas, assim como de leitores dispostos a denunciar, envolvendo muitos deles na própria composição das notícias. Porém, nesses textos jornalísticos, havia sempre uma tensão entre falar em nome de alguém e dar voz a esse sujeito. Nas séries citadas, por mais que fosse aberto espaço às jovens exploradas, eram os jornalistas que selecionavam, organizavam e redigiam o conteúdo a ser publicado, visando conquistar leitores e ampliar as vendas. A metáfora da escravidão também permitia que os autores desses textos reafirmassem sua agência e seu papel de protetores, em contraste com a anomia e a reiterada situação de dependência das meninas. A construção dessas identidades estava informada por determinadas concepções de gênero, segundo as quais as mulheres precisavam que homens zelassem por sua honra, seus direitos e, inclusive, por sua subsistência, o que era reforçado na reportagem pela questão da menoridade²³⁹.

Como encerramento dessa pequena campanha jornalística, talvez seja possível apontar a publicação do conto “Evandra”, do livro *Contos de Além-Túmulo*, de Cardoso Júnior. Tratava-se do relato de um homem que, quando jovem, havia investido contra uma menina órfã, que fora criada como sua irmã. Acanhada inicialmente, Evandra acabara cedendo a seu superior, por amor e por respeito, consentindo com o defloramento. Nas palavras do narrador, ela “tinha as brandas maneiras de uma escrava tímida e receosa, que só a medo fita o senhor”. O fim trágico da moça, que se suicidou após ser recriminada pelos pais do jovem, não significou o fim da história. Além da aparição fantasmagórica da suicida em seu quarto, ele teve que lidar com a constatação de que sua noiva, a bela Lucia, não era virgem. Assim, a vitimização da menor era acompanhada, no registro literário, pela punição do seu malfeitor, tal como almejava o jornal. Diversão e informação se cruzavam nesse conflito sobre os limites da autoridade patronal, usando a literatura para discutir direitos.

²³⁸ *Correio da Manhã*, “Uma história triste – órfã desgraçada”, 23/10/1901 e “Uma infeliz”, 03/11/1901.

²³⁹ Sobre a relação entre mulheres, escravidão e supostas incapacidades femininas, políticas e econômicas, ver Stanley, Amy Dru. *From Bondage to Contract: wage labor, marriage and the market in the age of slave emancipation*. New York: Cambridge University Press, 1998, pp. 1-59.

Mais uma vez, entretanto, a protagonista dessa história tinha suas ações apagadas, encontrando no sobrenatural a única possibilidade de enfrentamento aos seus superiores.

Essas não eram, porém, as únicas representações femininas vinculadas na imprensa cotidiana daquele período. Muitas vezes, os mesmos jornalistas que se arvoravam em defensores de uma suposta fragilidade do sexo feminino se viam obrigados a descrever mulheres valentes, independentes e cheias de autonomia, capazes de fazer “uma revolução” por conta própria caso se sentissem desrespeitadas²⁴⁰. Ainda assim, a proposta de proteger algumas “desamparadas da fortuna” conferia poder aos homens de imprensa, contribuindo para reforçar sua autoridade e, em certas ocasiões, conferindo repercussão às reivindicações das próprias envolvidas. Em outubro de 1901, quando a Câmara Municipal abriu a discussão de um projeto de lei que proibia a lavagem de roupas em cortiços e previa a criação de lavanderias coletivas, com cobrança de taxas para suas frequentadoras, o médico Manoel Vitorino criticou essa proposta na seção de honra do *Correio da Manhã*. Há tempos, os projetos de regulamentação do trabalho doméstico estavam atrelados aos debates sobre saúde pública²⁴¹. Assim, para explicar seu descontentamento com uma medida que, ao menos teoricamente, melhoraria as condições de higiene na cidade, esse médico mobilizou argumentos de ordem social e moral. Ele considerou, em primeiro lugar, injusto que fossem impostas “condições àquilo que sempre se exerceu com a mais ampla liberdade”, enfatizando ainda “todas as vantagens e direitos das democracias”. O momento de crise, a falta de emprego e as dificuldades financeiras da população levavam o autor a concluir que “medidas dessa natureza, em momento tão doloroso, não são simplesmente inoportunas e inexplicáveis, são revoltantes e cruéis”. Ainda destacou que:

O ente mais simpático e digno de amparo na família legítima ou não do proletário é a sua companheira, a mãe de seus filhos. Essa pobre mulher vive de manhã à noite a mourejar, a fazer todo o serviço da casa, e ainda a ganhar alguma coisa, cosendo ou lavando e engomando. As medidas que se procuram decretar vão perturbar o retraimento e pudor desse trabalho. Quem já viu uma dessas lavanderias coletivas ou públicas, que Zola tão fielmente descreveu no *Assomoir*, sabe que é aí que

²⁴⁰ Esse foi o caso de Ignez, descrita como capaz “fazer uma revolução”. *Correio da Manhã*, “Valentona”, 27/11/1901. Sobre outras “valentonas”, ver 02/12/1901 e 27/02/1902 no mesmo jornal. Apresentadas em um registro literário específico, essas histórias da seção policial eram destinadas ao entretenimento e a críticas veladas, sendo um precioso indício sobre as experiências dessas mulheres.

²⁴¹ Souza, Flávia Fernandes de. *Para casa de família (...)* op. cit., p.155.

se lavam não só as imundícies de peças de roupas, com as coisas sujas, que o soalheiro apregoa e propaga. (...) ²⁴²

As descrições de Zola em um romance que relatava a decadência de uma família operária embasavam suas reflexões sobre papéis de gênero na família. Remetendo à influência negativa do meio sobre o indivíduo, Manoel Vitorino defendia que as lavadeiras deveriam permanecer no espaço doméstico, mais seguro e apropriado às mulheres. Dessa forma, ao argumentar contra a proposta do Conselho Municipal, usava idéias sobre honra e nação, assim como preconceitos de gênero e classe, que também legitimariam a restrição da presença feminina no espaço público. Ainda nesse sentido, é pertinente observar que mencionou apenas lavadeiras inseridas em um contexto familiar, enquanto mães e companheiras, sem considerar a existência de trabalhadoras que organizavam suas vidas de outras formas. A família era um elemento importante para garantir o caráter daquelas mulheres, como foi retomado no seguinte trecho:

O velho tipo escravizado à ignorância e aos preconceitos dos tempos, que se perpetuava na história erigindo as pirâmides do Egito, os templos de Brahma, as catedrais cristãs, os castelos do feudalismo, transformou-se nessa criatura mais ou menos sociável, frequentemente rude, leal e sincera, de instintos honestos e bons, que se o vício não lhe perturba a razão ou o sentimento, vive para o carinho dos filhos ou para os desvelos maternos. ²⁴³

Ao comentar sobre o sistema escravista de um passado distante, o médico inseria os brasileiros em um longo processo de evolução, elencando características que provariam a sua superioridade em relação ao “velho tipo escravizado”. Mais adiante, porém, o autor denunciava as condições de moradia na cidade, dizendo que muitos cariocas viveriam “como nos antigos porões dos navios negreiros [onde] se estivava a mercadoria africana”. Representada como uma herança distante ou empregada como metáfora para a realidade de muitos trabalhadores, a escravidão era uma referência importante para pensar sobre as mudanças no mundo do trabalho e sobre os direitos que deveriam ser mantidos – ou reivindicados – no início do período republicano. Ao equiparar órfãs e lavadeiras a escravas, jornalistas e colaboradores também forjavam identidades, buscando delimitar os

²⁴² *Correio da Manhã*, “O pequeno trabalho” de Manoel Vitorino, 22/10/1901, p.1

²⁴³ *Correio da Manhã*, “O pequeno trabalho” de Manoel Vitorino, 22/10/1901, p.1

papéis que deveriam ser desempenhados por eles próprios e aqueles que cabiam a essas mulheres. Muitas delas, claro, não se resignaram à condição de vítima: no caso abordado por Manoel Vitorino, por exemplo, e a despeito de sua insistência em glorificar a domesticidade feminina, uma comissão de lavadeiras decidiu tomar parte nos protestos organizados por uma associação operária, indo ao Conselho Municipal para entregar uma mensagem contra a medida²⁴⁴. Entretanto, mesmo que baseada em ficções e idealizações, a criação de uma identidade política era fundamental para os autores de textos jornalísticos, sobretudo para as mulheres que se dedicavam a essa empreitada.

3. Nação, trabalho e raça em Julia Lopes de Almeida

Os anúncios de emprego, apesar de bastante frequentes, não eram vistos como uma forma segura de contratar trabalhadores para o serviço doméstico, sobretudo mulheres²⁴⁵. A protagonista do romance *A Intrusa*, publicado como folhetim do *Jornal do Commercio* em 1905, foi alvo da suspeita de todos os personagens da trama, que consideravam que sua resposta ao anúncio de um homem viúvo seria um claro indício de sua falta de honestidade. Os amigos e parentes de Argemiro, autor do referido anúncio no romance, também o recriminaram, alegando que não era correto abrigar uma “intrusa” em sua casa e que ele deveria ter usado outros meios para preencher o cargo de governanta, com referências de conhecidos ou certificados²⁴⁶. Tratava-se, afinal, do perigo de contágio, físico e moral, da família em questão²⁴⁷.

Nesse enredo, o tema do trabalho doméstico voltava à atenção de Julia Lopes de Almeida que, à época da publicação desse folhetim era uma importante escritora no contexto literário da época. Autora de inúmeros romances e coletâneas de contos e crônicas, quase todos publicados previamente na imprensa, ela também colaborava de forma eventual em diversos periódicos, inclusive no jornal carioca *O Paiz*²⁴⁸. Segundo

²⁴⁴ *Correio da Manhã*, “Lavanderias Coletivas – o pão do povo”, 22/10/1901. Os jornalistas do *Correio da Manhã* também se posicionaram contra o projeto em uma pequena série de notícias sob esse mesmo título naqueles dias, além de publicar a mensagem feita pela Associação Comemorativa do Primeiro de Maio.

²⁴⁵ Sobre a falta de segurança em relação aos anúncios de criadas, ver também Graham, Sandra. *Proteção e obediência (...)*, op. cit., pp. 32-3. Sobre a quantidade e eficiência desses anúncios, ver Souza, Flávia Fernandes de. *Para casa de família (...)* op. cit., pp. 70-80.

²⁴⁶ Ver, entre outras situações, Almeida, Julia Lopes de. *A Intrusa*. Porto: Livraria Simões Lopes, 1935 [1908], p.17, p.23, p.54 e p.135.

²⁴⁷ Ver Graham, Sandra. *Proteção e obediência (...)*, op. cit., pp. 127-156.

²⁴⁸ Inicialmente, Julia Lopes de Almeida publicou os volumes de contos: *Contos Infantis* (1886) e *Traços e Iluminuras* (1887). Em seguida, os romances: *Memórias de Marta* (1889), *A Família Medeiros* (1892) e *A*

Sônia Roncador, as reflexões sobre os criados e sua relação com os patrões seriam um dos eixos principais de sua obra²⁴⁹. Afinal, as construções literárias das criadas, recorrentes em toda a produção de Julia Lopes de Almeida, funcionavam como um “contraponto social e racial ao modelo ideal da mulher burguesa doméstica”²⁵⁰. Essa última, educada segundo padrões higiênicos, teria plena consciência de suas responsabilidades conjugais e maternas, desempenhando o papel de civilizadora no universo doméstico²⁵¹. Assim, assumiria tarefas como o aleitamento e a educação dos filhos, relegando às criadas, devidamente orientadas, os serviços mais degradantes.

Na construção de sua própria imagem, a escritora enfatizava que era uma mãe zelosa, dedicada ao marido e à administração da casa, conciliando sua carreira com o desempenho de sua missão doméstica²⁵². Toda essa descrição vinha acompanhada pela advertência de que a educação feminina era fundamental, tanto para que as mulheres pudessem exercer adequada influência moral dentro do lar, quanto para que tivessem um trabalho digno em caso de necessidade. No seu artigo de estréia na revista *A Mensageira*, em 1897, Julia Lopes de Almeida articulava esses pressupostos quanto à instrução das mulheres a um projeto de nação:

Os povos mais fortes, mais práticos, mais ativos e mais felizes são aqueles onde a mulher não figura como mero objeto de ornamento; em que são guiadas para as vicissitudes da vida com uma profissão que ampare num dia de luta, e uma boa dose de noções e conhecimentos sólidos que lhe aperfeiçoem as qualidades morais. Uma mãe instruída, disciplinada, bem conhecedora dos seus deveres, marcará, funda, indestrutivelmente, no espírito do seu filho, o sentimento da ordem, do estudo e do trabalho, de que tanto carecemos. Parece-me que são esses os elementos de progresso e de paz para as nações.²⁵³

Desde a década de 1870, o debate sobre educação feminina envolvia diferentes setores da sociedade e uma miríade de argumentos contraditórios, ora reforçando a

viúva Simões (1897), além da coletânea de crônicas intitulada *Livro das Noivas* (1896). No início do século XX, houve a publicação de diversos volumes, como os romances *A Falência* (1901), *A Intrusa* (1908), entre outros.

²⁴⁹ Roncador, Sônia. *A doméstica imaginária: literatura, testemunhos e a invenção da empregada doméstica no Brasil (1889-1999)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008, p.19.

²⁵⁰ Roncador, Sônia. *A doméstica imaginária (...), op. cit.*, p.50.

²⁵¹ Roncador, Sônia. *A doméstica imaginária (...), op. cit.*, pp.20-2.

²⁵² Eleutério, Maria de Lourdes. *Vidas de romance (...), op. cit.*, p. 84.

²⁵³ *A Mensageira: revista literária dedicada à mulher brasileira*, “Entre amigas” de Julia Lopes de Almeida, 15/10/1897, pp.3-5.

domesticidade, ora a emancipação da mulher²⁵⁴. No início do século XX, inúmeras discordâncias continuavam a se acumular em torno dessa questão, sobretudo em reflexões sobre a legitimidade do trabalho feminino fora de casa. No artigo citado, Julia Lopes de Almeida defendia uma instrução das mulheres que viabilizasse tanto o desempenho dos papéis domésticos tradicionais, quanto a formação profissional. Aliás, várias de suas obras de ficção apresentavam protagonistas desprovidas de amparo masculino, paterno ou marital. Nelas, discutia-se a possibilidade de mulheres sozinhas, ou com uma família a seu cargo, estruturarem suas vidas – e, inclusive, se recuperarem moralmente – através do trabalho honesto²⁵⁵. Tão importante quanto a educação e o trabalho femininos, era sua intenção de associar o tratamento dispensado às mulheres à condição da nação. No trecho acima, redigido sob a ótica evolucionista, a autora afirmava que a situação feminina não só espelhava o grau de desenvolvimento dos povos, como seria uma condição para seu progresso.

Ao contrapor essas considerações com outros textos de Julia Lopes de Almeida, é possível questionar se ela se referia às mulheres em geral, independente da classe social e da cor da pele, ou se limitava esse projeto político àquelas de origem burguesa, preferencialmente brancas. Isso porque, na sua interpretação, os ex-escravos eram seres limitados, já que a escravidão era um “terreno árido”, incapaz de fornecer “água como a cristalina e leve, destilada gota a gota de uma rocha antiga”²⁵⁶. Além disso, em várias de suas obras, concepções racistas foram usadas para caracterizar, física e moralmente, seus personagens. No romance *A Intrusa*, a protagonista Alice, branca e educada, sofria as armações do vilão Feliciano, negro e imoral. A oposição entre eles tinha origens na convivência doméstica, por ocuparem posições diferenciadas no quadro de funcionários da casa de Argemiro. O criado Feliciano, que “aprendera a ler na mesma cartilha da sua antiga Yayá”, falecida esposa do dono da casa, sentia que a recém-chegada governanta Alice “o desprestigiara diante dos outros que ele dominara antigamente como senhor”. Mas, para

²⁵⁴ Ver Daniela Magalhães. *Fábrica de contos: ciência e literatura em Machado de Assis*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, pp.180-192 e Bernardes, Maria Thereza Caiuby Crescenti. *Mulheres de ontem? Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988, pp.21-39.

²⁵⁵ Além de *A Intrusa*, isso também ocorria no romance *Memórias de Marta* e *A Falência*. Nesse último, a esposa e as filhas assumiram a manutenção da casa após o suicídio do pai. Camila, a referida esposa, também decidiu abandonar o amante e se dedicar exclusivamente à vida familiar.

²⁵⁶ Almeida, Julia Lopes. *O Livro das Noivas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves & C., 1914 [1896], p.120.

além desse conflito de trabalho, havia a questão racial, conforme se observa nas ponderações do criado:

Revoltado contra a natureza que o fizera negro, odiava o branco com o ódio da inveja, que é o mais perene. Criminava Deus pela diferença das raças. Um ente misericordioso não deveria ter feito de dois homens iguais dois seres dissemelhantes! (...) Branca! Era a mulher branca que ele preferia, desprezando com asco as de sua raça. A superioridade daquela que ia toc-toc na sua frente, exasperava-o. O seu humor inalterável, os seus hábitos de asseio e de ordem não lhe tinham dado ensejo para a intriguinha fácil e perturbadora.²⁵⁷

A cor da pele exteriorizava a diferença do caráter, a superioridade do branco em oposição à inferioridade do negro. Essa distinção estaria relacionada à natureza, e não à história ou aos condicionantes sociais, o que levava o personagem a censurar Deus pela “diferença das raças”. Assim, para compor o estado de ânimo de Feliciano, Julia Lopes de Almeida mobilizava concepções do darwinismo social, segundo o qual “a humanidade estaria dividida em espécies para sempre marcadas pela ‘diferença’”²⁵⁸. Nesse processo de naturalização das diferenças sociais, a cor da pele daquele criado era associada a características como “ardiloso” e “vingativo”, em contraposição à imagem da mulher branca e seus “hábitos de asseio e ordem”. Mas essa perspectiva não havia sido claramente adotada em outros romances, nos quais a autora mobilizava visões contraditórias sobre personagens de descendência africana e sobre as teorias raciais. Além disso, essas questões apareciam majoritariamente nas falas de personagens, não sendo possível definir com clareza qual a posição da própria Julia Lopes sobre esses assuntos.

Em *A viúva Simões*, por exemplo, publicado na *Gazeta de Notícias* em 1895, a criada Simplicia era descrita como uma mulatinha de “olhos pequenos, perspicazes e terríveis”, que roubava e chantageava a dona da casa, além de ser muito “assanhada”. Como Feliciano, tratava-se de uma “cria de casa”, que tirava proveito da sua condição para, secretamente, fazer uso das comidas e dos luxos de seus patrões. A cozinheira Benedita, por sua vez, era retratada de forma positiva, como uma ex-escrava que se mantivera fiéis aos antigos senhores e que reprovava o comportamento da jovem criada, tratando-a com

²⁵⁷ Almeida, Julia Lopes de. *A Intrusa*. Porto: Livraria Simões Lopes, 1935 [1908], pp.179-80.

²⁵⁸ Schwarcz, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 [1993], p.62.

desprezo. A lavadeira Ana, de origem alemã, era vista como excessivamente exigente pela patroa, por pedir um novo aumento no ordenado a cada mês. Além dessas mulheres, um copeiro de luxo francês e um jardineiro português completavam o quadro de criados, não sendo fácil para a viúva “dirigir pessoal tão diferente em raças e em educação”. Nesse sentido, Simplícia, que não queria ser chamada de “negrinha” ou “mulatinha”, mas de “moça morena”, era apresentada como o exemplo acabado da degeneração racial e moral. Mas, diferente das considerações feitas por Feliciano, não havia uma formulação explícita sobre questões raciais, diferença e evolução nesse romance. Assim, na descrição da casa da viúva Simões, predominava a perspectiva da luta de classes, já que, em geral, “esta história de criadas é um inferno!”²⁵⁹.

Já no romance *A Falência*, publicado em 1901 pela editora A Tribuna, as diferenças físicas eram abertamente tratadas em termos raciais, com associações de características anatômicas àquelas de ordem moral. Sancha, “a negrinha órfã que Dona Itevilna explorava”, era descrita como “um dos últimos rebentos dessa raça que vai desaparecendo”, além de causar repugnância por sua “estupidez, a humildade, a cor, a forma, o cheiro”. Diante disso, Ruth “perguntava a Deus (...) porque a criara, a ela, tão branca e tão bonita, e fizera com o mesmo sopro aquela carne de trevas, aquele corpo feio da Sancha imunda?”, em uma formulação muito próxima àquela empregada pelo criado Feliciano em *A Intrusa*. Por sua vez, a criada Noca, “mulata antiga da família”, gozava de grande prestígio entre os patrões por sua experiência, seu conhecimento de remédios, sua capacidade de interpretar sonhos e sua fidelidade. Mesmo assim, quando não correspondia às gentilezas de Nina, órfã branca agregada à família, o narrador considerava que “a culpa era do sangue, da sua raça, que menos estima os superiores quanto mais estes a afagam”. A autora, que criticara o sistema escravista, tinha dificuldade para vislumbrar qual seria o papel de negros e negras no pós-abolição, oscilando entre a valorização dos vínculos senhoriais e a afirmação da degenerescência como fato da natureza²⁶⁰.

²⁵⁹ Nesse mesmo romance, havia outras imagens positivas de negros quando Luciano, após viver muito tempo longe do Rio, andava pela Lapa. Ele sentia falta das “formosas baiana, muito limpas”, que se habituara a ver na infância, admirando-se por encontrar tão poucas “pretas” nas ruas daquele bairro. Em contrapartida, constatava a proliferação de “caras estrangeiradas”, quase todas brancas, entre as quais se destacavam as de “turcos imundos”. Havia, portanto, a idéia de que tanto negros quanto brancos poderiam se sobressair por suas qualidades ou por seus defeitos.

²⁶⁰ Oliveira, Ingrid Silva. “O olhar sobre o negro na literatura brasileira do pós-abolição: uma análise do romance *A Intrusa* de Júlia Lopes de Almeida” in *Revista Eletrônica Cadernos de História*, vol. X, ano 5, n.2, dezembro de 2010, p.33. Sobre o contexto de publicação do romance *A Família Medeiros*, no qual

Em contrapartida, buscava reunir em Alice, protagonista de *A Intrusa*, todas as características da mulher doméstica ideal, que seria a peça-chave para a moralização da família e, conseqüentemente, da nação. Afinal, ao enfrentar uma situação financeira difícil, após a morte dos pais, essa personagem soube usar sua educação para conseguir um bom emprego, dando um “belo exemplo de resignação e trabalho”²⁶¹. Além de administrar a casa com todo esmero, ela cuidava da educação da filha do patrão, incutindo-lhe valores morais que a tornavam “menos selvagem e mais humana”²⁶². Tratava-se, portanto, de um modelo para as leitoras, que deveriam se inspirar em seu comportamento discreto, caridoso, econômico e atento às tarefas domésticas. Um dos aspectos mais importantes da caracterização de Alice talvez fosse justamente a sua capacidade de governar criados, conseguindo um equilíbrio tênue entre rigidez e condescendência. Apesar de viver um período marcado por inúmeras reestruturações nos contratos de trabalho, ela havia conseguido encontrar uma perfeita “polidez de mando”²⁶³. Nessa personagem, enfim, a autora sintetizava muitas de suas idealizações sobre o papel social das mulheres naquela sociedade, o que pretendia transmitir para seu público.

Mas, dificilmente as leitoras reais seriam como o ideal traçado pela autora, porque poderiam ser diferentes em vários aspectos, desde a cor da pele e a origem familiar, até o nível de educação e as estratégias de sobrevivência. Por causa do próprio suporte de publicação, esses romances contavam com ampla difusão entre o público carioca. Com a exceção de *A Falência*, os romances citados foram publicados no rodapé de grandes jornais diários que, entre o final do século XIX e o início do XX, contavam com uma significativa circulação na cidade. Símbolo da popularização da imprensa brasileira na década de 1870, a *Gazeta de Notícias* não só mantinha o perfil de ser uma folha barata, popular e com leitura leve, como fez de seu sucesso um incentivo para que outros diários seguissem seu exemplo²⁶⁴. O *Jornal do Commercio*, por sua vez, apesar de ter mantido seu caráter conservador e de ser o jornal mais caro da cidade, também passou por mudanças editoriais em meados da década de 1900, com o objetivo de facilitar a leitura e de inserir mais

denunciava os horrores da escravidão e defendia a abolição, ver De Luca, Leonora. “O ‘feminismo possível’ de Júlia Lopes de Almeida” in *Cadernos Pagu* (12), 1999, p.284.

²⁶¹ Almeida, Julia Lopes de. *O Livro das Noivas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves & C., 1914 [1896], p.16.

²⁶² Almeida, Julia Lopes de. *A Intrusa*. Porto: Livraria Simões Lopes, 1935 [1908], p.114.

²⁶³ Almeida, Julia Lopes. *O Livro das Noivas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves & C., 1914 [1896], p.121.

²⁶⁴ Pereira, Leonardo. *O Carnaval das Letras. Literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004 [1994], p.39.

reportagens²⁶⁵. Além disso, cada exemplar publicado circulava entre vários leitores, mesmo dentro de uma mesma casa, passando dos patrões aos criados (ou vice-versa). A publicação em folhetim também permitia que os rodapés fossem recortados e colecionados, a fim de serem relidos ou emprestados posteriormente, sendo que todas essas características do material impresso influenciavam as práticas de leitura²⁶⁶.

Além dessa questão, os temas abordados também colaboravam para ampliar a repercussão desses romances, pois tinham ampla importância para diferentes parcelas da sociedade naquele momento. Tanto elites letradas, ansiosas em relação ao futuro da nação, quanto pessoas de diferentes classes sociais, apreensivas quanto aos seus próprios futuros, se interessavam por entender as mudanças nas relações de trabalho, assim como os usos de teorias raciais e de concepções de gênero para justificar limites e possibilidades de atuação. Então, caso Julia Lopes de Almeida idealizasse uma leitora branca e de origem burguesa, mesmo que empobrecida, suas histórias não se restringiriam a essas destinatárias, tendo atingido espectro muito maior, lidas, comentadas e apropriadas por uma diversidade enorme de mulheres e homens. Os sentidos, enfim, que seriam conferidos à sua obra estavam fora de seu controle e dependiam, em larga medida, das expectativas e experiências de cada leitor naquele momento²⁶⁷.

Aliás, a própria Julia Lopes de Almeida deveria ter consciência das características de seu público, assim como das inúmeras resistências que encontraria às suas mensagens. Escritora consagrada, ela nunca deixou de justificar o seu trabalho como escritora e sua ativa participação em diversos periódicos. Afinal, a julgar pelas suas origens familiares, ela não precisava, como muitas de suas protagonistas, trabalhar para garantir a sua subsistência ou de sua família²⁶⁸. Seu principal objetivo, comum a outros escritores da virada do século,

²⁶⁵ Barbosa, Marialva. *Os donos do Rio. Imprensa, Poder e Público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000, p.43.

²⁶⁶ Sobre o hábito de recortar e colecionar os folhetins, ver Thiesse, Anne-Marie. *Le Roman du quotidien: lecteurs et lectures populaires à la Belle Époque*. Paris: Éditions du Seuil, 2000 [1984], capítulo 1. No Brasil, no final da década de 1900, alguns jornais imprimiam os folhetins como páginas de livros, que poderiam ser recortadas sem comprometer a leitura de outras partes do jornal. Ver, a título de exemplo, *Correio da Manhã*, 24/04/1909, p.5. Sobre a importância da materialidade dos materiais impressos, ver as discussões desenvolvidas em inúmeros trabalhos de Roger Chartier, para o qual “não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler”. Chartier, Roger. *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p.127.

²⁶⁷ Nos anos seguintes, quando as leitoras respondiam as enquetes dos jornais diários, que não raro versavam sobre o trabalho feminino, elas forneciam indícios acerca de leituras possíveis para esses enredos. Essas questões são abordadas nos próximos capítulos, com a análise dessas enquetes dirigidas ao público feminino.

²⁶⁸ Ver Rio, João. “Um lar de artistas” in Rio, João. *Momento Literário*. Rio de Janeiro: Editora Garnier, s.d. Trata-se da entrevista feita por João do Rio com Julia Lopes de Almeida e seu marido Filinto de Almeida.

era usar a literatura, assim como sua veiculação através da imprensa, para cumprir uma missão civilizadora²⁶⁹. Nesse sentido, e em diálogo com as discussões de seu tempo, Julia Lopes de Almeida se propôs a realizar uma reflexão sistemática sobre o papel social das mulheres, reunindo argumentos favoráveis tanto ao desempenho das funções de mãe e esposa no universo doméstico, quanto à educação e ao trabalho femininos. Para isso, ora naturalizava, ora politizava as diferenças biológicas, conforme sua intenção de reafirmar ou questionar determinadas hierarquias sociais.

Como vimos acima, nas citações dos romances e crônicas, a racialização dos criados vinha acompanhada por um apelo às donas-de-casa, para que assumissem uma postura de autoridade em relação aos seus subalternos, regendo a casa segundo padrões higiênicos e morais²⁷⁰. A afirmação de que a administração dos serviços domésticos era uma tarefa essencialmente feminina implicava, por sua vez, na naturalização das diferenças de gênero²⁷¹. A biologia servia, portanto, como justificativa para que funções sociais fossem delimitadas, definindo os negros como inferiores, associando as mulheres ao espaço doméstico e atrelando a própria construção do sexo àquela dos papéis de gênero²⁷². Essa naturalização das diferenças raciais e sexuais buscava reforçar as hierarquias existentes enfatizando a importância de sua manutenção para a ordem no pós-abolição. Por outro lado, ao associar o desempenho das funções de mãe e esposa à modernização da nação, Julia Lopes de Almeida fazia o exercício de politizar as diferenças sexuais, pois atribuía ao sexo

Além da descrição da casa, havia comentários da autora sobre seu processo de produção, condicionado pelos ritmos domésticos.

²⁶⁹ Pereira, Leonardo. *O Carnaval das Letras (...)*, *op.cit.*, pp.25-56.

²⁷⁰ Segundo Schwarcz, “a percepção da ‘diferença’ é antiga, mas sua ‘racialização’ é recente. Ou seja, é apenas no século XIX, com as teorias raciais, que a apreensão das ‘diferenças’ transforma-se em projeto teórico de pretensão universal e globalizante. ‘Naturalizar as diferenças’ significou, nesse momento, o estabelecimento de correlações rígidas entre características físicas e atributos morais. (...) os modelos deterministas raciais foram bastante populares, em especial no Brasil”. Schwarcz, Lília M. *O espetáculo das raças (...)*, *op.cit.*, pp.64-5.

²⁷¹ Para Anne McClintock, “o estatuto das mulheres enquanto indivíduos entrou na teoria liberal clássica como um dilema central. Para que as mulheres, como os escravos e as crianças, tivessem negados seus direitos à liberdade e à propriedade, um trabalho ideológico precisava ser feito. A solução está na distinção entre público e privado. (...) a exclusão das mulheres do individualismo possessivo, foi justificada como derivada da lei natural, não da lei política.”. A autora também fez interessantes reflexões sobre a tendência de racializar a diferença de classe e de sexo na Inglaterra Vitoriana. McClintock. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p.265 e pp.166-72, respectivamente.

²⁷² Como aponta Nancy Stepan, “a diferença de gênero foi estabelecida não sobre a diferença natural, ontológica, dos corpos, mas em um domínio político e cultural”. Stepan, Nancy. “Race, Gender, Science and Citizenship” in *Gender & History*, v. 10, n.1, April, 1998, p.43.

feminino um papel importante na definição dos rumos nacionais, o que permitiria elevar o status da mulher e justificar a importância de sua instrução²⁷³.

A diferença sexual, que se configuraria como um aspecto central das reivindicações por direitos das mulheres, era significada por essa escritora de formas distintas e complementares²⁷⁴. Porém, ainda que defendesse a educação feminina, não formulava essa necessidade em termos de direitos, esquivando-se do debate sobre a exclusão das mulheres da cidadania e de outras garantias civis. Em contrapartida, a referência à diferença sexual era importante para justificar sua participação na imprensa, sendo a base de seu projeto político. Assim, recorria às suas observações enquanto mulher – culta, mãe e escritora – para incitar outras leitoras “ao progresso, ao estudo, à reflexão, ao trabalho e a um ideal puro que as nobilite e as enriqueça, avolumando os seus dotes naturais”²⁷⁵. Mas essa pretensa contribuição de Julia Lopes de Almeida à nação, perpassada por preconceitos de raça, classe e gênero, não era uma exclusividade. Como ela, outras colaboradoras de jornais diários, não tão célebres e educadas quanto a autora, também se viram instadas a remeter à diferença sexual e ao engrandecimento da pátria, fosse para justificar os seus usos do suporte impreso, fosse para legitimar seus próprios pontos de vista.

4. Índios e mulheres: gênero e raça na imprensa

Apesar de sua intensa participação na imprensa, inclusive em importantes jornais diários do Rio de Janeiro, Julia Lopes de Almeida não colaborou ou publicou folhetins no *Correio da Manhã*. A sua aproximação com o periódico governista *O Paiz*, grande concorrente da folha dirigida por Edmundo Bittencourt, é um dos elementos que ajuda a entender essa ausência. Sua estréia nesse periódico ocorreu com a publicação de um conto na seção destinada à literatura, em dezembro de 1884, ou seja, dois meses após o

²⁷³ Para outra forma de articular essa demanda, ver a obra do médico baiano Tito Lívio de Castro. Baseado em teorias raciais, ele defendia a educação feminina como princípio básico da evolução das mulheres que, na sua visão, eram intelectualmente inferiores aos homens. Almeida, Ana Maria Araújo. *Um “mestiço irrecusável”: Tito Lívio de Castro e o pensamento cientificista no Brasil do século XIX*. Belo Horizonte: Dissertação em História, UFMG, 2008, pp.81-5.

²⁷⁴ Sobre essa questão, além do artigo de Nancy Stepan citado acima, ver Scott, Joan. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002 [1996]. As historiadoras discutem o paradoxo enfrentado pelas mulheres que, para reivindicarem direitos restritos aos homens, buscavam enfatizar a irrelevância das diferenças biológicas mas, ao mesmo tempo, precisavam falar em seu próprio nome, remetendo à mesma diferença que pretendiam negar.

²⁷⁵ *A Mensageira: revista literária dedicada à mulher brasileira*, “Entre amigas” de Julia Lopes de Almeida, 15/10/1897, p.4.

lançamento d'*O Paiz*²⁷⁶. Nos anos seguintes, a vida dessa escritora passou por inúmeras mudanças, com o retorno de sua família para Portugal em 1886, o casamento com o escritor Filinto de Almeida em 1887 e a vida em São Paulo a partir de 1889, onde o marido exerceu os cargos de diretor-chefe de *O Estado de São Paulo* e de deputado estadual²⁷⁷. Todos esses fatores, além das sucessivas gestações, concorreram para que suas colaborações n'*O Paiz* fossem esparsas ao longo de todo esse período. Mas, na década de 1900, quando se encontrava estabelecida na capital, foi responsável por uma seção semanal nesse diário de grande circulação²⁷⁸. Essa longa trajetória enquanto colaboradora d'*O Paiz* parece indicar, portanto, uma identificação com o próprio projeto desse jornal e seu posicionamento político.

De forma análoga, é possível supor que a postura oposicionista do *Correio da Manhã* pode ter afastado outros colaboradores, receosos de associarem seu nome a esse periódico ou que nutriam desavenças pessoais e políticas com seus administradores. Muitos escritores, porém, não viam problemas em colaborar em jornais de diferentes tendências, como a própria escritora Carmem Dolores, cuja prioridade era “jornalizar para viver”²⁷⁹. Em determinadas circunstâncias, aliás, o posicionamento político desse periódico pode ter funcionado como um atrativo para que fosse escolhido por alguns colaboradores. Esse parece ter sido o caso de Elisa Scheid, autora de uma série de sete artigos publicados no *Correio da Manhã* entre dezembro de 1901 e janeiro de 1902. Sob o título de “Índios Brasileiros”, ela pretendia fazer ouvir o “frágil brado feminino”, solicitando que os poderes públicos atentassem para a situação dos índios no país, “atestado vivo do nosso atraso social”²⁸⁰. Para justificar seu interesse pela questão indígena, assim como sua participação na imprensa generalista, ela usou tanto argumentos nacionalistas quanto aqueles que

²⁷⁶ *O Paiz*, “A Irmã Cristina” de Julia Lopes, 06/12/1884, p.2. *O Paiz* havia sido fundado em 01/10/1884 e também contava com a colaboração da escritora portuguesa Maria Amália Vaz de Carvalho, autora da seção “Conversas Lisbonenses”, impressa de uma a quatro vezes por mês.

²⁷⁷ De Luca, Leonora. “O ‘feminismo possível’ de Júlia Lopes de Almeida”, op.cit., pp.284-5. Na estadia paulistana, ainda ficou grávida três vezes, sendo que dois desses bebês morrem pouco após o nascimento.

²⁷⁸ Nessa época, o jornal apregoava que “*O Paiz* é a folha de maior tiragem e de maior circulação da América do Sul”. Ver Barbosa, Marialva. *Os donos do Rio.(...), op. cit.*, p.50. Em meados da década de 1900, a folha estava sob a direção de Alcindo Guanabara, grande incentivador da colaboração feminina. Além de Julia Lopes de Almeida, Carmem Dolores também manteve uma seção hebdomadária a partir de 1906 até sua morte em 1910. Ver Vasconcellos, Eliane. “Carmem Dolores” in Dolores, Carmem. *Crônicas 1905-1910*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998, pp.11-20.

²⁷⁹ *Correio da Manhã*, “Carta Aberta a Jachinto” de Carmem Dolores, 24/03/1908, p.1. Entre 1907 e 1910, Carmem Dolores colaborou tanto para o *Correio da Manhã*, quanto para *O Paiz*, mantendo seções semanais nos dois jornais.

²⁸⁰ *Correio da Manhã*, “Índios Brasileiros” de Elisa Scheid, 12/12/1901, p.2.

remetiam ao fato de ser mulher, iniciando seu primeiro artigo com as seguintes considerações:

Como o velho fidalgo da Picardia, firme, inabalável na crença do êxito feliz de uma santa cruzada, como ele humilde, obscura, porém fervorosa e sincera, nos umbrais desse sacrossanto Vaticano – a imprensa que é o abrigo de todos os sentimentos generosos – levanto um brado em favor desses brasileiros que, no fundo de remotos sertões, vivem no mais desumano olvido.²⁸¹

Além da qualificação da própria escritora e de sua causa, em prol de um grupo específico de “brasileiros”, havia uma caracterização do suporte empregado para expressar suas idéias: a imprensa. Entretanto, nesse e em outros artigos, não havia menção alguma ao *Correio da Manhã* ou explicações sobre como aqueles escritos acabaram sendo publicados justamente nesse periódico. Afirmava simplesmente que sua intenção era falar aos "poderes que governam"²⁸², para que tomassem uma atitude imediata, e aos "homens de letras"²⁸³, a fim de encontrar um patrono que a substituísse. Então, ela havia escolhido a imprensa por entender que esse era um veículo privilegiado para atingir a homens que, de diferentes formas, detinham o poder. Mas, somada à preocupação de se fazer ouvir por esses senhores, havia uma avaliação crítica do governo federal:

Frágil brado de uma frágil mulher! De uma brasileira! Quem o ouvirá? Quem? Os poderes que governam que compreendem a necessidade inadiável de por um termo a esse tristíssimo atestado vivo do nosso atraso social, que, na presente quadra de agonia da nossa lavoura, em que diariamente ventila a questão magna da emigração, gasta tesouros de energia e onera a nação no empenho de importar um elemento etnográfico muito inferior a esse que possuímos, e que pela mais condenável das desídias temos desprezado. (...) E o que vem ser a esse estrangeiro que a velha Europa nos envia? (...) esse que atravessa o Atlântico em demanda do nosso berço natal – ou vêm guiado pela ambição que aponta-lhe (sic) um Eldorado e a promessa de próspero regresso, ou são os repudiados da pátria, os nulos, os viciosos.²⁸⁴

Ainda que não mencionasse o nome de Campos Salles, era contra seu governo que o brado dessa mulher se levantava, em tom de alerta e de crítica. Para ela, o incentivo à

²⁸¹ *Correio da Manhã*, "Índios Brasileiros" de Elisa Scheid, 12/12/1902, p.2.

²⁸² *Correio da Manhã*, "Índios Brasileiros" de Elisa Scheid, 12/12/1901, p.2.

²⁸³ *Correio da Manhã*, "Índios Brasileiros" de Elisa Scheid, 25/12/1901, p.2.

²⁸⁴ *Correio da Manhã*, "Índios Brasileiros" de Elisa Scheid, 12/12/1901, p.2.

imigração européia, além de ocorrer em detrimento da integração dos índios à sociedade, constituía uma medida desnecessária e degradante para o país. Como a maior parte dos outros colaboradores do jornal de Edmundo Bittencourt, Elisa Scheid vinha a público discutir os problemas e deficiências daquela administração presidencial, uma postura que não seria tão bem acolhida em periódicos governistas como *O Paiz*. Mas isso não quer dizer que os colaboradores do *Correio da Manhã* se expressassem de forma uníssona. Prova disso pode ser vista na contraposição do argumento de Elisa Scheid ao editorial de Gil Vidal, publicado meses mais tarde, em que defendia a imigração como "imprescindível para o nosso desenvolvimento e a nossa civilização"²⁸⁵. O mote desse texto, por sua vez, era solicitar a intervenção da União nas obras de saneamento da capital federal, cujas condições de salubridade haviam sido duramente criticadas no relatório de um comissário italiano, enviado para estudar o estado das colônias no Brasil. Assim, entre tensões e desacordos, a oposição ao governo de Campos Salles perpassava todo o *Correio da Manhã* daquele período, constituindo um elemento importante para entender a participação de Elisa nas colunas do periódico.

Enquanto Julia Lopes de Almeida usava o espaço do jornal para discutir a educação, a profissionalização e a atuação feminina no contexto doméstico, sem jamais se posicionar em relação ao governo federal, Elisa Scheid adotava uma estratégia bastante distinta. A despeito dessas diferenças, as duas usavam a nação como justificativa de seus pontos de vistas e refletiam sobre quais seriam as características naturalmente femininas. Elisa Scheid, porém, apresentava outra particularidade pois, além de não ser uma literata conhecida, nem poder ostentar o desempenho dos papéis de mãe e esposa, buscava discutir a situação dos índios em termos de direitos²⁸⁶:

Na minha soledade – pois que posso afirmar que passo através da vida sem que me impressionem as exteriorizações mundanas – há ainda alguma cousa santa, que tem o poder de uma prece, que há de

²⁸⁵ *Correio da Manhã*, "A Política", Gil Vidal, 13/06/1902, p.1.

²⁸⁶ Elisa Scheid era filha de Sabina Scheid e do engenheiro residente da Estrada de Ferro da Central do Brasil Henrique Scheid. Quando ele faleceu, em março de 1896, sua esposa solicitou os "favores do montepio pelo falecimento de seu marido". Com o falecimento de dona Sabina, em 1934, Elisa e sua irmã Ana Maria solicitaram que a pensão da mãe fosse revertida em seus nomes, já que as duas eram solteiras. Quando Elisa faleceu, provavelmente em 1938, não houve herdeiros para assumir o seu montepio. Dessas informações, parece plausível concluir que Elisa Scheid não foi casada, nem teve filhos. Ver *Diário Oficial da União*: 19/04/1896, p.1856 (sobre pedido d. Sabina), 24/03/1934, p.5659 (sobre pedido Ana Maria e Elisa Scheid); 11/02/1938, p.1832 (convocação herdeiros de Elisa Scheid); 05/10/1945, p.7542 (sobre leilão público dos bens de Elisa Scheid).

sempre lutar contra a prepotência do tempo que há de mesmo perdurar à mão vandálica do destino: a visão radiosa da pátria na plenitude da sua independência, soberana, sublime; e é esse nativismo intransigente que traz-me até esta coluna para pugnar pelos direitos dos legítimos filhos do Brasil. Não tem certeza de êxito o estreante que apresenta-se em cena: subjuga-o de certo natural receio; e quando esse estreante é uma mulher... porém, se é tradicional e de universal aplauso o cavalheirismo e gentileza dos nossos patrícios, para que esta reticência?²⁸⁷

O que a motivava a falar publicamente em defesa dos índios era o desejo de contribuir com a independência e soberania da pátria. Expondo seus receios por conjugar a qualificação de estreante e de mulher, ainda solicitava a generosidade dos seus leitores. Mas, o emprego de uma retórica marcada pela religiosidade, com a qual as mulheres de família eram comumente associadas, não impediu que enfatizasse que era preciso tirar a questão indígena do domínio da Igreja:

Quanto sacrifício, quanta abnegação a desses missionários sublimes cuja passagem generosa tem deixado traços luminosos nas legendas indígenas! (...) Conquanto eu curve-me submissa e oscule reverente a fimbria da túnica desses heróis- mártires que talvez a esta mesma hora andam de taba em taba levando o verbo da crença, não é a catequese o meu ideal, porque é lenta, morosa pelos recursos exíguos de que dispõe. Eu sonho um outro meio de chamar o índio à nossa comunhão – um meio mais rápido, mais energético em que entremos esforços patrióticos dos poderes supremos da nação e o concurso fraternal do povo. Recebamos das mãos dos missionários esses meigos catecúmenos e, depois do ósculo da paz, prelibemos com eles no banquete social os vinhos generosos das nossas regalias civis.²⁸⁸

Apesar do tom respeitoso em relação ao trabalho dos missionários, ela era contrária à perspectiva de que a integração social dos índios permanecesse relegada à Igreja. Ao fazer isso, tocava em uma questão delicada, relacionada à separação entre Igreja e Estado, feita nos primeiros anos do regime republicano. Mostrava, assim, a incoerência de que essa mudança na legislação não fosse acompanhada por um projeto leigo para os índios²⁸⁹. A ausência de políticas públicas nesse domínio ficava patente quando representantes de algumas tribos visitavam a capital, com vistas a pedir ferramentas e educação, assim como

²⁸⁷ *Correio da Manhã*, "Índios brasileiros", 23/12/1901, p.2, grifo meu.

²⁸⁸ *Correio da Manhã*, "Índios Brasileiros", 23/12/1901, p.2.

²⁸⁹ Bigio, Elias dos Santos. *Programa(s) de índio (s): falas, contradições, ações interinstitucionais e representações sobre índios no Brasil e na Venezuela (1960-1992)*. Brasília: Tese de Doutorado em História UnB, 2007, p.22.

mediação dos conflitos com proprietários vizinhos de suas terras²⁹⁰. Nesses momentos, havia uma enorme dificuldade em determinar quais autoridades públicas deveriam receber e cuidar desses visitantes, que não raro acabaram sendo hospedados em delegacias ou na repartição central da polícia²⁹¹. Elisa Scheid, em nome do dever patriótico, ainda lembrava que era preciso compartilhar com os índios as "nossas regalias civis", e não apenas os ensinamentos da religião. Assim, a autora defendia que eles fossem incorporados à civilização como trabalhadores. Assumindo-se como parte do "banquete social", Elisa Scheid não questionava o status da mulher na legislação republicana, tão silenciosa quanto ambígua em relação aos direitos políticos das cidadãs²⁹². Por outro lado, parecia reforçar algumas concepções sobre as incapacidades femininas:

(...) nobre e patriótico como é esse assunto porque, entre tantos e distintíssimos homens de letras, tantos luzeiros, não encontrará ele um patrono que – tomado de comisseração pela pouquidade de minha competência, pela *inabilidade do espírito feminino para tais causas* – o cultive como ele merece? (...) está pois a arena preparada: com braçadas de flores eu espero esse patriótico campeão. Tecendo-lhe as coroas do triunfo, preparando-lhe as palmas de uma glória legítima, *desempenharei a minha missão no meu verdadeiro papel*, e estará satisfeita a minha consciência. Não foi de certo a humilde camponesa de Orleans que bateu os ingleses – foi o inato cavalheirismo gaulês dos seus companheiros que não viram nela a visionária, e compreenderam-lhe bem *a alma feminina sempre subjugada pelo sentimento*.²⁹³

O "patriótico campeão" esperado com flores pela autora seria um "homem de letras" que, em seu lugar, passaria a liderar a campanha em defesa dos índios. Homem e conhecido, ele seria digno de uma "glória legítima", enquanto ela voltaria ao seu "verdadeiro papel" na sombra, reconhecendo que aquela batalha não lhe cabia. Ela se comparava a Joana d'Arc e esperava que, apesar de ter sido apresentada por uma mulher, a emancipação dos índios fosse tratada com o merecido respeito. Buscou se enquadrar

²⁹⁰ Ver *O Paiz*, "O Capitão Sepé", 09/07/1896, p.1 e *Cidade do Rio*, "Os Pynagés", 11/09/1902.

²⁹¹ Sobre o alojamento, ver *O Paiz*, "Sepé, Cumancé & C.", 11/07/1896, p.2 e *O Paiz*, "Índios Pynages", 11/09/1902, p.2. Para uma ótima análise desses eventos, ver Corrêa, Mariza. *Antropólogos e Antropologia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, pp.107-139.

²⁹² A começar pela questão do voto feminino que, apesar de provocar debates na constituinte, se manteve como um dos silêncios da Constituição de 1891. Ainda que a intenção tenha sido de deixar subentendido que o voto era restrito aos homens, a redação final abriu brechas para que algumas mulheres tentassem se alistar como eleitoras em eleições locais e nacionais, o que sempre lhes foi negado. Hahner, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, pp.77-87

²⁹³ *Correio da Manhã*, 25/12/1901, p.2, grifos meus.

plenamente no modelo de uma mulher "honesta", pois ostentava características como fragilidade, sentimentalismo e necessidade de apoio masculino. Nesse sentido, as recorrentes menções às limitações naturais de seu sexo acabavam por constituir uma estratégia para desarmar os leitores e não afrontar os homens públicos que buscava atingir. Aos seus olhos, parecia ser justamente essa conformação a um determinado modelo de mulher que poderia conferir legitimidade e força aos seus argumentos na causa defendida. Ao manipular determinados atributos de gênero, ela poderia ter mais sucesso para mobilizar as pessoas, principalmente homens influentes, a seu favor, ampliando suas possibilidades de sucesso. Como ela própria diz em relação aos índios, "é de admirar a sua tática, assombrosa a sua estratégia dentro de fracos limites sem dúvida"²⁹⁴.

Porém, ao contrário do que pode parecer, Elisa Scheid não foi nem a primeira nem a única brasileira interessada pela causa indígena naquele período. Em 1896, um grupo de cinco índios Xerentes chegou ao Rio de Janeiro para pedir auxílios ao governo federal. Naquela ocasião, eles visitaram a redação d'*O Paiz*, com o objetivo de publicizarem as suas demandas. Segundo esse mesmo jornal, a história comoveu a professora Leolinda Daltro²⁹⁵, que chegou a entregar um requerimento ao presidente da República, oferecendo-se para ir lecionar para os índios em Goiás. Na visão dos redatores, as palavras dos índios sobre a falta de instrução na tribo havia tocado seu "coração de mãe", sendo que o governo deveria aceitar "jubiloso a sua comovedora oferta"²⁹⁶. Entretanto, a "bela proposta" foi negada pelo poder público e, diante dessa situação, a professora decidiu pedir uma licença de saúde e seguiu viagem com os índios, iniciando uma árdua aventura pelo interior do país. Quando voltou ao Rio de Janeiro, no final de 1900, passou a articular a criação de uma associação para a proteção dos índios, se posicionando abertamente contra a "catequese clerical"²⁹⁷.

Dessa breve retrospectiva, feita a partir do estudo de Mariza Corrêa, é possível observar semelhanças e diferenças entre Elisa Scheid e Leolinda Daltro. Ambas se

²⁹⁴ *Correio da Manhã*, "Índios brasileiros", 23/12/1901, p.2. Ao usar palavra "estratégia" não pretendo negar que Elisa Scheid realmente poderia acreditar nessas limitações, mas apenas enfatizar como ela conseguiu articular essas características para fundamentar sua argumentação, mesmo que se visse como um sujeito histórico limitado pelo sexo.

²⁹⁵ A trajetória dessa mulher foi cuidadosamente estudada pela antropóloga Mariza Corrêa, a partir da análise de uma publicação organizada pela própria Leolinda, intitulada *Da catequese dos índios no Brasil (notícias e documentos para a história) 1896-1911* e publicada no ano de 1920. Ver Corrêa, Mariza. *Antropólogas e Antropologia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, pp.107-139.

²⁹⁶ *O Paiz*, "Missionária", 26/07/1896, p.2.

²⁹⁷ Corrêa, Mariza. *Antropólogas e Antropologia* (...), op.cit., p.126.

dirigiram às autoridades em favor dos índios, buscando angariar adeptos e afastando-se das iniciativas religiosas. Porém, enquanto uma fez exortações indiretas ao governo por meio da imprensa, publicando uma série de artigos em um jornal de oposição, a outra recorreu diretamente ao presidente da República e, uma vez negada sua proposta, partiu para o sertão por conta própria. Para isso, contou com o apoio de jornais paulistanos, que abriram listas de subscrição para arrecadar fundos e materiais para sua viagem. *O Paiz*, inconformado com a indiferença governamental, dava publicidade e apoio à carta do Dr. Plínio Teixeira de Carvalho:

Os óbices apresentados à pretensão de D. Leolinda Daltro que, cheia dos mais santos intuitos deixa o seu lar, abandona seus filhos aos quais estremece de amor e sujeita-se às agruras de uma viagem quase impossível, são improdcentes; porquanto os pequenos favores que pede pouco valem contrapostos aos sacrifícios a que pretende votar-se para difundir a instrução por aqueles que instantemente a solicitam, a fim de que possam pouco a pouco sacudir o obscurantismo, enveredando pela senda da civilização.²⁹⁸

Enquanto os críticos a recriminavam por deixar seus filhos e, dessa forma, colocar o papel de mãe em segundo plano²⁹⁹, esse homem procurava enfatizar seu sofrimento, assim como a importância de sua missão civilizadora. Sem marido, ela foi acompanhada na sua longa viagem pelo seu filho mais velho, obrigado a adaptar sua vida aos planos da mãe³⁰⁰. Aos olhos da sociedade, era fundamental que ela tivesse um acompanhante homem, preferencialmente um familiar, sobretudo porque ainda era moça e bonita. Ainda que não tenha se definido como uma “frágil mulher”, para retomar os termos de Elisa Scheid, ela buscava se cercar de garantias quanto à sua honestidade e de sua conformação a certos papéis de gênero³⁰¹. Então, se ela abandonava os próprios filhos, como lembrava o missivista acima, era para promover a civilização entre os primeiros filhos da pátria, em um

²⁹⁸ *O Paiz*, “Missionária”, 02/08/1896, p.2.

²⁹⁹ Corrêa, Mariza. *Antropólogas e Antropologia* (...), op.cit., p.118-24.

³⁰⁰ O livro publicado por Leolinda Daltro em 1920 era aberto com um pedido de desculpas a “meu filho Alfredo”, em que explicava que ele havia perdido o emprego de praticante de 1ª. Classe do Correio, em São Paulo, para acompanhá-la em sua viagem, além de ter abandonado os estudos na Faculdade de Direito pelo mesmo motivo. Na interpretação da autora, ele havia interrompido sua carreira e o seu futuro por causa da decisão materna. Ver Daltro, Leolinda. *Da catechese dos índios no Brasil (notícias e documentos para a história) 1896-1911*. Rio de Janeiro: Typographia da Escola Orsina da Fonseca, 1920, pp.V-VI.

³⁰¹ “Todo o álbum de Leolinda é uma eloquente defesa prévia de uma possível leitura de seu comportamento como inadequado a uma senhora, e não só chefes e autoridades regionais atestam seu bom comportamento como também suas esposas”. Corrêa, Mariza. *Antropólogas e Antropologia* (...), op.cit., p.138.

sinal de sacrifício, desapego e de profundo patriotismo. Apesar de Elisa Scheid não ter feito nenhuma referência à empreitada levada a cabo por Leolinda Daltro quando publicou a série de artigos no *Correio da Manhã*³⁰², havia uma argumentação de fundo que lhes era comum, já que tanto uma quanto a outra buscavam se afirmar publicamente enquanto porta-vozes da causa indígena e, por esse viés, discutiam o papel da mulher no engrandecimento da nação. Ao procederem dessa forma, elas não apenas mobilizavam concepções de gênero, mas também debatiam sobre raça.

Em estudo sobre a origem do movimento feminista estadunidense e sua relação com conceitos racistas, Louise Newman constatou que idéias sobre progresso social, natureza feminina e diferença racial viabilizaram a atuação de algumas mulheres no espaço público em finais do século XIX, assim como seu empoderamento. Nesse período, cientistas estadunidenses, como Lester Ward, Otis Mason e Charlotte Perkins Gilman, reformulavam preceitos evolucionistas sobre as próprias mulheres, relativizando sua inferioridade em relação aos homens, enfatizando sua importância para a evolução da espécie e reinterpretando a analogia entre o sexo feminino e as raças inferiores³⁰³. Ainda segundo a autora:

(...) a ansiedade social sobre a presença de grupos não-brancos na sociedade norte-americana naquele momento, combinada com o desenvolvimento de teorias sócio-científicas na década de 1880, tornou possível que mulheres brancas da elite exercessem um poderoso papel social como trabalhadoras da civilização³⁰⁴.

³⁰² No livro de Daltro, no qual reunia notícias e artigos publicados na imprensa sobre sua vida junto aos índios, havia a publicação de um artigo que, supostamente, teria sido assinado por Elisa Scheid. Originalmente publicado em *O Dia* de 17 de maio de 1901, o artigo “Cruzadas” elogiava a iniciativa de Daltro e era assinada por “Paladina”. No livro, ao lado do pseudônimo, foi impresso o nome de Elisa Scheid entre parêntesis, indicando que ela era a autora do referido artigo. Assim, o silêncio de Elisa Scheid sobre a trajetória de Leolinda Daltro na série publicada no *Correio da Manhã* não era fruto de seu desconhecimento, mas de uma escolha, talvez por não querer se associar, naquele contexto específico, às ações de Leolinda Daltro. Ver Daltro, Leolinda. *Da catechese dos índios no Brasil* (...), *op.cit.*, pp.355-356.

³⁰³ Segundo Louise Newman, “mulheres brancas, que foram vistas previamente por evolucionistas como Charles Darwin e Hebert Spencer como inferiores aos homens – e, consequentemente, responsáveis por retardarem o progresso da civilização – foram subitamente transformadas por teóricos como Lester Ward, Otis Mason, and Charlotte Perkins Gilman em ‘conservatórios raciais’”. Newman, Louise Michelle. *White women’s rights: the racial origins of feminism in the United States*. Oxford: Oxford University Press, 1999, p.17. Sobre analogias entre mulheres e raças inferiores no discurso científico, ver Stepan, Nancy. “Raça e Gênero: o papel da analogia na ciência” in Hollanda, Heloísa Buarque (org.) *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, pp.72-98.

³⁰⁴ Newman, Louise Michelle. *White women’s rights* (...), *op. cit.*, p.52.

As teorias evolucionistas teriam fornecido a base científica, assim como justificativa moral e política, para que algumas mulheres assumissem a responsabilidade de levar civilização e cidadania àqueles tidos como racialmente inferiores. Então, essa suposta superioridade racial de algumas mulheres, sobretudo aquelas de classes média e alta, legitimaria sua atuação enquanto missionárias leigas em terras indígenas ou, ainda, seu engajamento em associações reformistas, com vistas a zelar pela inserção social de negros, imigrantes e trabalhadores pobres em geral. Graças a isso, elas ganharam visibilidade e influência junto a líderes políticos e religiosos³⁰⁵, permitindo que a construção de uma identidade política na esfera pública. Assim, no início do século XX, a noção de que a “mulher é uma força civilizatória” passou a ser um slogan comum entre todos os segmentos do movimento pelos direitos da mulher nos Estados Unidos, sendo empregada com objetivos diversos por diferentes grupos³⁰⁶.

No Brasil, a ampla divulgação de teorias raciais a partir de década de 1870 também gerou uma reflexão sistemática sobre as “raças inferiores” e seu destino³⁰⁷. Apesar do aparente consenso de que negros e índios estavam destinados ao desaparecimento, eram inúmeras as discordâncias acerca dos efeitos da mestiçagem, que poderia ser interpretada como benéfica, pois garantiria um caráter específico à nação, ou negativa, devido à difusão de características inferiores entre toda a população. Intrinsecamente ligado ao debate sobre a identidade nacional, as teorias raciais passaram a ser recorrentemente empregadas para analisar questões sociais e orientar políticas públicas. Um bom exemplo dessa associação entre ciência e política aconteceu com a fundação da Associação de Antropologia e Assistência Criminal em 1892, cujos membros buscavam estudar o uso de tecnologias científicas para aperfeiçoar as formas de controle social³⁰⁸.

Apesar de não apresentarem a questão indígena em termos raciais, evitando discutir a inferioridade dos índios ou as consequências da miscigenação, Leolinda Daltro e Elisa

³⁰⁵ Apesar da secularização das missões em terras indígenas, elas se mantiveram relacionadas a preceitos cristãos. Newman, Louise Michelle. *White women's rights (...)*, op. cit., p.29.

³⁰⁶ Newman, Louise Michelle. *White women's rights (...)*, op. cit., p.53.

³⁰⁷ Schwarcz, Lilia. *O Espetáculo das raças (...)*, op. cit., pp.23-42 e Monteiro, John. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese de Livre Docência, Departamento de Antropologia, UNICAMP, 2001, pp.170-179.

³⁰⁸ Cunha, Maria Gomes da Cunha. *Intenção e Gesto. Pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro (1927-1942)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002, p.27 e ss. Em 1894, um serviço de identificação antropométrica passou a funcionar na repartição central de polícia do Rio de Janeiro, sendo reorganizado entre 1899 e 1900 na forma de um Gabinete Antropométrico.

Scheid tinham conhecimento dos debates científicos correntes à época. Na forma como articularam seus argumentos, é possível observar como se posicionavam em relação a alguns desses debates e como empregaram pressupostos raciais para justificar sua própria atuação. Em primeiro lugar, ambas acreditavam que os índios eram capazes de evoluir e, portanto, de se tornarem civilizados. A educação e o trabalho seriam os meios para que fossem inseridos na sociedade e passassem a ter direitos civis – e até políticos³⁰⁹. Nesse ponto, se afastavam de teóricos que não acreditavam na capacidade evolutiva de grupos indígenas e, por isso, propunham o extermínio de algumas etnias³¹⁰.

Esse reconhecimento de certas capacidades dos índios não impedia que Leolinda Daltro e Elisa Scheid também os vissem como inferiores. De forma análoga às ativistas estadunidenses do mesmo período, elas partiam do pressuposto de que seu próprio modelo de civilização era um ideal a ser alcançado, por ser supostamente superior a qualquer forma de organização social indígena. Enquanto representantes do mundo civilizado, elas assumiam a missão, quase maternal, de tutelar os índios, a fim de que fossem capacitados e pudessem evoluir. Partindo dessa perspectiva, elas praticamente desconsideraram os costumes daqueles povos e suas demandas específicas, não raro obscurecendo a diversidade existente entre diferentes nações indígenas e apresentando-os, ora de forma idealizada, ora de forma infantilizada³¹¹. Então, além de afirmar a incapacidade e a falta de autonomia dos

³⁰⁹ Em sua série, Elisa Scheid enfatizou os direitos civis, sem mencionar os políticos. Já Leolinda Daltro buscou educar os índios e conseguiu qualificá-los como eleitores.

³¹⁰ Faça referência a Herman Von Ihering, diretor do Museu Paulista a partir de 1895 e defensor do extermínio dos índios Kaingang. Ver Schwarcz, Lília. *O Espetáculo das raças (...), op. cit.*, pp.78-83. Em uma das reuniões da Associação de Proteção e Auxílio dos Silvícolas do Brasil, fundada em setembro de 1908, Leolinda Daltro se manifestou publicamente contra Von Ihering. Ver Corrêa, Mariza. *Antropólogas e Antropologia (...), op.cit.*, p.128. Elisa Scheid descreveu a existência de tribos "nativamente ferozes, refratárias a todo o influxo da civilização, como os Paricis e Paritintins do Mato Grosso e os Caripunas e Acanga-Pirangas do Amazonas". Mas, em suas descrições, essas tribos ferozes eram apontadas como exceções, pois defendida que, em sua grande maioria "o índio brasileiro possui inteligência lúcida e de eficaz aproveitamento". *Correio da Manhã*, "Índios brasileiros", 23/12/1901, p.2.

³¹¹ Como exemplo, é possível citar a reação de Leolinda Daltro ao pedido de Horace Lane, diretor da Escola Americana e entusiasta da viagem dessa professora. Inspirado pela ação de suas compatriotas, responsáveis pelos primeiros movimentos em prol dos índios nos Estados Unidos, Lane solicitou que Leolinda anotasse as informações relativas a cada tribo que conhecesse, por acreditar que a publicação dessas descobertas ajudaria a promover a causa. Porém, como destacou Mariza Corrêa, ela estava "mais interessada na missão política do que na etnográfica" e articulava a construção de uma "república indígena", em que estivessem indistintamente agrupados os Tapirapé, Xavante, Carajá, Xerente, Krahó e Javaé. Ver Corrêa, Mariza. *Antropólogas e Antropologia (...), op.cit.*, p.124. Elisa Scheid, por sua vez, com um conhecimento muito mais teórico que prático, provavelmente adquirido em conversas com engenheiros excursionistas da Estrada de Ferro Central do Brasil, chegou a mencionar algumas das aptidões específicas de tribos distintas. Em um artigo, citou a agricultura dos Mundrucus, dos Xavantes, dos Xerentes e dos Cayapós; a manufatura das redes das mulheres Carajós; os artefatos em penas dos Apiacás; a extração de borracha dos Mojos e Baurés, ver *Correio da*

índios para reivindicarem seus próprios direitos, elas mesmas passaram a definir quais os direitos que lhes seriam pertinentes, tendo em vista seu próprio projeto de civilização³¹².

Essas características foram representadas em uma charge do *Jornal do Brasil* em setembro de 1902, quando uma nova excursão indígena chegou à capital, dessa vez dos Pynagés. Dias antes, *O Paiz* havia noticiado a chegada desses índios, comentando que haviam recebido uma visita de Leolinda Daltro, “o que muito os contentou”³¹³. O jornal *Cidade do Rio* também havia feito referência a essa visita, mas cometeu um erro ao chamar a professora de “D. Leolina Barros”³¹⁴. Porém, a atuação mais emblemática dessa militante nesse segundo episódio aconteceria dias mais tarde:



- ... Estamos de acordo?

- De acordo.

- Nesse caso fico com os enfermos, com a condição de que seus companheiros partam hoje para sua aldeia natal!... Já é tempo de que termine a especulação de apresentá-los ao público, como se fossem aborto da natureza!

Jornal do Brasil, “Uma boa Brasileira”, 18/09/1902, p.1

Manhã, “Índios brasileiros”, 12/12/1901, p.2. A maior parte de suas referências, porém, eram feitas ao “índio brasileiro” de forma genérica, além de enfatizar características idealizadas. Como outros defensores dos índios naquele período, remetia ao “índio histórico”, matriz da nacionalidade no início do século XIX. Ver Monteiro, John. *Tupis, Tapuias e Historiadores (...)*, op.cit., p.170.

³¹² Por outro lado, os relatos de expedições indígenas à capital permitiam observar suas reivindicações frente ao governo republicano, assim como os conflitos existentes entre os próprios índios. Em setembro de 1902, a intervenção da professora junto à comissão Pynagé gerou desacordos entre seus membros, pois uma parte não quis se submeter aos seus cuidados, enquanto outros concordaram em ficar sob a tutela da “Mamãe Grande”, como passou a ser chamada. Esses últimos foram acolhidos em sua casa e cuidadosamente educados, sendo que alguns chegaram a ser registrados como eleitores e se tornaram sócios fundadores da União Cívica Brasileira. Esses frutos do trabalho de Leolinda Daltro, ao mesmo tempo em que mostravam a pertinência de sua atuação, conferiam autonomia àqueles homens, inclusive em relação à própria professora que, mesmo letrada, não conseguiria se registrar como eleitora naquele contexto. Corrêa, Mariza. *Antropólogas e Antropologia (...)*, op.cit., p.125.

³¹³ *O Paiz*, “Índios Pynages”, 11/09/1902, p.2.

³¹⁴ *Cidade do Rio*, “Índios Pynages”, 11/09/1902, p.2.

Após visitar os índios, Leolinda Daltro decidiu defendê-los, por considerar que estavam sendo indevidamente expostos, além de mal assistidos, pelas autoridades públicas. Na charge, ela aparecia à frente dos índios, impedindo que eles próprios fossem vistos, além de ter sido desenhada um pouco maior que seus protegidos. Fazendo a mediação entre o grupo e as autoridades, ela negociava qual seria o destino daqueles índios, responsabilizando-se por cuidar dos que estivessem doentes. De forma mais ou menos velada, concepções racistas sobre os índios, sua capacidade evolutiva e sua inferioridade enquanto raça, conferiam legitimidade à sua atitude. Por outro lado, a despeito do protagonismo e da exposição pública, a professora mantinha uma postura maternal e, dessa forma, o diálogo com certos padrões de gênero³¹⁵.

Essa última característica, aliás, seria comum tanto à Leolinda Daltro quanto à Elisa Scheid, nas formulações que buscaram difundir sobre si mesmas e sobre os índios³¹⁶. Essa aparente contradição, também constatada por Louise Newman em relação às ativistas estadunidenses, seria um dos principais fundamentos de sua atuação³¹⁷. Segundo a análise de Newman, ao recorrer à diferença racial, essas mulheres enfatizavam sua semelhança em relação aos homens de sua própria raça e, conseqüentemente, sua capacidade de desempenhar a missão civilizadora que se propunham³¹⁸. Mas isso não implicou que

³¹⁵ Leolinda Daltro reproduziu essa caricatura (ver p.397) em seu livro, analisando-a no prefácio, como a “síntese da minha atitude nos acontecimentos que se desenrolaram, e essa síntese me honra porque revela os meus sentimentos e preocupação constante pela causa dos indígenas”. Ver Daltro, Leolinda. *Da catechese dos índios no Brasil (...)*, op.cit., p. XXI. A outra caricatura publicada no livro (ver p.509) omitia as legendas originais, nas quais Leolinda Daltro era criticada por meio da fala de Zé Povo que, ao ouvir o pedido de jugilação dirigido ao presidente Affonso Pena, dizia “Pegou no bico da chaleira, conselheiro! Aproveite a oportunidade e, por Deus, despache esta mulher cacete com seus eternos índios de cabeleira, em procissão pelas ruas da capital!...”. Ver *O Malho*, ano VIII, n.339, 13/03/1909, p.45. Sobre o contexto de publicação e a metáfora do “pega na chaleira”, ver capítulo 4.

³¹⁶ Como vimos, Leolinda Daltro buscava se cercar de garantias sobre sua honestidade e Elisa Scheid enfatizava sua fragilidade e seu sentimentalismo. Quanto aos índios, Leolinda Daltro buscou alfabetizar os homens, além de ministrar-lhes outras disciplinas como francês e matemática, enquanto ensinava as índias apenas a lavar, bordar e costurar. Ver Corrêa, Mariza. *Antropólogas e Antropologia (...)*, op.cit., p.126. Ao falar da importância do trabalho indígena, Elisa Scheid fez referência apenas aos homens, sem mencionar as mulheres. Acredito que, mais que usar o termo “índios” de forma universalizante, como referência a homens e mulheres, a autora buscou limitar espaços de atuação, identificando o homem como provedor do lar. Sobre a difusão da idéia do homem provedor nesse período, ver Joshi, Chitra. “Para além da polêmica do provedor: mulheres, trabalho e história do trabalho” in *Mundos do Trabalho*, v.1, n.2, 2009, pp.147-170.

³¹⁷ Segundo ela, “reformadoras brancas continuaram a acreditar que o progresso social e racial dependia da infusão da diferença sexual em raças sexualmente homogêneas por meio da educação da mulher primitiva, de forma que se tornasse mais delicada, mais passiva, mais subserviente, e mais feminina.” Newman, Louise Michelle. *White women’s rights (...)*, op. cit., p.36.

³¹⁸ Newman, Louise Michelle. *White women’s rights (...)*, op. cit., p. 54.

negligenciassem as diferenças entre os sexos, nem se distanciassem dos papéis de gênero convencionais³¹⁹. Assim, alcançavam projeção pública sem serem vistas como ameaças às hierarquias sociais baseadas no sexo e no gênero e reforçando, por sua vez, aquelas baseadas no critério racial.

No caso de Leolinda Daltro e Elisa Scheid, apesar de dialogarem com conceitos de raça e de gênero, nenhuma dessas questões foi formulada de maneira explícita. Diferente das norte-americanas, elas não se intitularam expressamente como “brancas”, tampouco enquanto parte da elite social. Ainda assim, assumiram a identidade de mulheres civilizadas, capazes de exercer uma missão civilizadora fora dos limites do lar, sem jamais negar ideais de domesticidade associados ao caráter feminino. No caso das brasileiras, suas iniciativas eram ações isoladas, que não contavam com uma rede de apoio de outras mulheres organizadas. Isso permite entender as dificuldades enfrentadas por elas para, de fato, empreender ações em prol dos índios, assim como as resistências manifestadas por vários setores da sociedade³²⁰. Para rebater essas dificuldades, Leolinda Daltro e Elisa Scheid buscaram mobilizar o discurso científico para conseguir criar um espaço de legitimidade, assim como um papel político, para si mesmas. Assim, a despeito de seus fracassos na defesa dos índios, elas conseguiram alcançar visibilidade e reunir simpatizantes. Sem dúvida, essas experiências foram importantes para que comesçassem a articular grupos, assumissem posições de liderança e passassem a reivindicar seus próprios direitos, enquanto mulher ou operária. Assim, nas movimentadas eleições de 1910, Leolinda Daltro conseguiu organizar a “Junta Feminil pró-Hermes/Wenceslau”, fundando em seguida o Partido Republicano Feminino³²¹. Já Elisa Scheid teve papel fundamental na União Operária do Engenho de Dentro a partir de 1904, sendo a primeira presidente do Partido Operário Independente em 1905³²².

³¹⁹ Newman, Louise Michelle. *White women's rights (...)*, op. cit., p.134.

³²⁰ Principalmente Leolinda Daltro, que foi alvo da ironia de jornalistas em reportagens, crônicas e charges. Também foi criticada por Lima Barreto, no romance *Numa e Ninfa*. Ver Corrêa, Mariza. *Antropólogas e Antropologia (...)*, op.cit., p.125, p.139 e pp.65-90.

³²¹ Em 1934, ela ainda se candidatou à constituinte. Corrêa, Mariza. *Antropólogas e Antropologia (...)*, op.cit., pp.132-9. Sobre as particularidades das eleições de 1910, ver Borges, Vera Lúcia Bogéa Borges. *A Batalha Eleitoral de 1910*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

³²² Ver Fraccaro, Gláucia. *Morigerados e revoltados: trabalho e organização de ferroviários da Central do Brasil e da Leopoldina (1889-1920)*. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 2008, pp.73-81. Fundada por operários das oficinas do Engenho de Dentro da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) em 1899, a união mesclava mutualismo, sindicalismo e incentivo à educação. Seus estatutos determinavam que “o número de sócios é ilimitado e sem distinção de nacionalidade, sexo, cor, religião ou opinião política, sendo porém,

Enquanto sócia dessa associação, o nome de Elisa Scheid foi impresso nas seções operárias de diferentes jornais, assim como naquelas dedicadas aos bairros suburbanos, que passavam por mudanças e intenso crescimento populacional naquele início de século³²³. Envolvidas na organização de festas beneficentes, outras mulheres se engajaram nessa associação³²⁴. Escrever para a grande imprensa também continuou sendo uma forma de Elisa Scheid publicizar sua militância. Assim, entre 1903 e 1904, escreveu uma série de artigos sobre a causa operária no *Jornal do Brasil*³²⁵. Nessa época, em suas exortações aos operários, reafirmava normas de gênero, como a importância da cultura do caráter no lar doméstico. Segundo ela, “na santidade do convívio materno que a educação da família planta na alma do homem as raízes profundas do caráter que há de governar toda a sua vida”. Ela, que se dedicava a difundir a instrução entre os operários³²⁶, valorizava a educação doméstica como um “sacratismo (sic) dever da família”:

Sem lar, sem pão, sem instrução, sem nada possuir sobre a terra o homem honrado verdadeiro e justo, possui no seu caráter uma fortuna muito superior à coroa que refulge na frente do mais opulento dos monarcas: se o poder deste exerce influência efêmera sobre um povo, o daquele exerce influência real, poderosa e duradoura na vida inteira da humanidade.

Ainda que tenha mencionado a importância do “convívio materno”, sua preocupação central era definir o que seria “o homem honrado”, na tentativa de promover esse ideal entre os operários aos quais se dirigia³²⁷. Para isso, também associava essa

necessário que seja operário ou proletário”. Um de seus principais objetivos era “defender pelos meios legais os direitos da classe em geral e especialmente de seus sócios, promovendo-lhes todas as garantias e os seu bem estar”. Batalha, Claudio. *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p.280-81.

³²³ Sobre essas questões, ver Miyasaka, Cristiane Regina. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)*. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 2008.

³²⁴ *Gazeta de Notícias*, “Os subúrbios”, 17/06/1905, p.3

³²⁵ Em uma conferência aos operários, feita em março de 1904 na sede da União Operária do Engenho de Dentro, Elisa Scheid afirmava que “inicie há mais de um ano, pelas colunas fidalgas do *Jornal do Brasil*, uma série de artigos, cujo fim era recomendar-vos a gratidão pública, pela narração verídica de fatos heróicos observados na vossa vida e sacrifícios”. *União Operária*, 01/05/1904, pp.5-6.

³²⁶ Há dados sobre a participação de Elisa Scheid na União Operária do Engenho de Dentro a partir de 1904, quando integrou a Comissão de Redação e Instrução dessa associação.

³²⁷ A União Operária era pluriprofissional, sendo que grande parte de seus membros trabalhava como operário na EFCB, ou seja, no setor de locomoção. A primeira contratação de uma mulher aconteceu em 1882, quando foi aberta uma escola primária anexa às oficinas da EFCB localizadas no bairro de Engenho de Dentro. Segundo Gláucia Fraccaro, eram poucas as mulheres contratadas pela companhias de estrada de ferro naquele período. Sobre a divisão do trabalho na EFCB e a contratação da professora, ver Fraccaro, Gláucia. *Morigerados e revoltados (...), op.cit.*, pp.17-47. Em 1909, o Ministério da Fazenda exigia que a professora

questão à grandeza da pátria, afirmando que a educação doméstica era “o mais robusto alicerce do engrandecimento social que buscais”. Como Julia Lopes de Almeida, ela mobilizou concepções de gênero e de nação para legitimar seus argumentos. Entretanto, diferente dessa autora, não se ateve a idealizações sobre o papel feminino e silenciou sobre a herança da escravidão negra no pós-abolição. Essas ausências contrastavam, entretanto, com sua insistência em mencionar e discutir a “emancipação”, tanto em relação aos índios quanto aos operários.

5. “Sou eu a Nação”: os sentidos da emancipação

“Para trás! Senhores usurpadores de direitos, para trás!... O hilote de Esparta diz hoje como Luiz XIV: ‘Sou eu a Nação’”
“Operários” Elisa Scheid, *União Operária*, 01/05/1904, p.2.

Quando Elisa Scheid publicou a série “Índios do Brasil”, fez referência à necessidade de "emancipação do índio", apontando o trabalho como a via mais segura de integração e de torná-los "cidadãos úteis a sua pátria":

Quando encetei essa jornada em prol da emancipação do índio, mantinha a robusta esperança de que o governo, deixando-se levar por uma das suas mais belas prerrogativas – a justiça, essa virtude austera e sublime, voltasse os olhos para os pátrios sertões povoados de entes sensíveis e inteligentes, privados de todos os seus direitos, coactos em todas as suas aspirações.³²⁸

Mais adiante, nesse mesmo artigo, afirmava que "não há razões morais e sociais que justifiquem esse menosprezo em que tem vivido o índio" e mencionava, enfim, o procedimento necessário para que participassem na sociedade civilizada: "estabeleçam-se núcleos nos diversos estados para agremiar os índios e abram-se-lhes a porta por onde a humanidade entrou na civilização – o trabalho". Quase três anos mais tarde, ao se referir à condição do operário, ponderava:

Maria Amélia Jacobina, “aposentada, da escola primária anexa às oficinas do Engenho de Dentro, da Estrada de Ferro Central do Brasil” provasse seu tempo de serviço público. *Diário Oficial da União*, 21/02/1909, p.1624.

³²⁸ *Correio da Manhã*, "Índios brasileiros", 25/12/1901, p.2.

Todos os dias falamos em emancipação do operário. Qual o sentimento verdadeiro dessa maviosa frase? Interpreta ela a idéia de o libertar de um poder superior? O isentar de uma tutoria? O eximir da menoridade? O conduzir à autonomia?...

Como tudo isso é belo! Como traduz carinhosamente o amor da espécie, mas... como também é arriscado! Há nessas divinas palavras a insensatez do pai que, sem ter preparado o filho para a luta pela existência, o liberta do pátrio poder, abrindo-lhe amplamente as portas e bradando: "segue feliz e contente: o mundo te pertence, e ele é imenso, lindo e opulento!".

Com o cérebro transbordando de um ideal portentoso, ele segue cheio de risonhas esperanças – mas, a senda é juncada de espinhos; as urzes são mais abundantes que as rosas...

Operários! – a instrução, somente a instrução de ordem intelectual e de ordem moral pode vos preparar para a conquista desses dois pólos radiosos: a "emancipação" e a "liberdade"³²⁹

Trabalho e instrução figuravam como os meios para que índios e operários, respectivamente, alcançassem a emancipação. Tão importante quanto a independência financeira era aquela de ordem moral, para que esses sujeitos tivessem discernimento, conseguissem fazer suas próprias escolhas e garantissem sua inserção social. Em ambos os casos, também havia a associação entre liberdade, garantia de direitos e engrandecimento da pátria, como também é possível ler na epígrafe. Chama atenção o fato de que muitos dos argumentos de Elisa Scheid, inclusive o vocabulário escolhido, se aproximavam daqueles difundidos em periódicos que propugnavam os "direitos da mulher" no final do século XIX, como o jornal *O Sexo Feminino*³³⁰. Essa publicação feminina se dirigida tanto aos homens, "legisladores, governistas, pais de família", quanto às mulheres, para que se conscientizassem de que eram vítimas de uma configuração social injusta, na qual seus direitos legítimos não eram reconhecidos³³¹. Destacava que o "sexo frágil" vivia subjugado e oprimido, sendo que o meio para mudar essa realidade era a educação feminina. Baseada nessas premissas, "a idéia principal é a de abrir todas as carreiras ao nosso deprimido sexo"³³². Na visão da redatora de *O Sexo Feminino*, as mulheres encontravam-se presas à esfera privada, sendo erroneamente tratadas como "um traste de casa"³³³ e excluídas do

³²⁹ "Liberdade!", Elisa Scheid, *A União Operária*, 01/05/1904, p.3.

³³⁰ Fundado na cidade mineira de Campanha em 1873, *O Sexo Feminino* era dirigido pela professora Francisca Diniz. Ao mudar-se para a capital federal em 1875, ela trouxe consigo esse "semanário dedicado aos interesses da mulher".

³³¹ *O Sexo Feminino*, 29/07/1875 e 22/07/1875, respectivamente. Francisca Diniz mencionava recorrentemente a "emancipação da mulher" e sua incansável defesa dos "interesses da mulher, cujos direitos tem sido tão descuidadosamente tratados pelo nosso governo". *O Sexo Feminino*, 14/09/1873, p.1.

³³² *O Sexo Feminino*, 22/07/1875, p.2.

³³³ *O Sexo Feminino*, 01/09/1873. Ver 29/07/1875, p.2: "a mulher é próximo, não é cousa, traste de casa, etc."

"plano geral da concorrência da civilização"³³⁴. Ao longo da publicação do periódico, a educação se configurou como o meio por excelência para que as mulheres tomassem consciência dos seus direitos³³⁵ e pudessem se capacitar para o futuro, graças ao exercício de uma profissão³³⁶. "Emancipação", afinal, estava relacionada com independência, como destacava a própria redatora:

O que é emancipar uma Nação? É quebrar as cadeias que a manietam que tolhem o seu progresso moral e material. É tirar-lhe a tutela e fazê-la reger-se com leis apropriadas às suas necessidades. É, enfim, destruir a semi-escravidão que a avilta e priva-a da senda da civilização. Bem, assim do mesmo modo, quando a mulher for educada e se achar livre dos prejuízos em que a ignorância a imbuíu: quando a heroína na família tornar-se rainha e não escrava, a sociedade caminhará rapidamente na senda do dever. Ela trará o fruto do trabalho inteligente, porém leve, a riqueza material para a família, de quem é soberana, ou deve sê-la.³³⁷

Comparar a emancipação da nação à emancipação do sexo feminino foi um procedimento adotado desde a criação do jornal que, não por acaso, havia sido lançado no dia 07 de setembro. Por meio do acesso à educação física, moral e intelectual, a mulher poderia participar ativamente da sociedade e, inclusive, mudar seu status no ambiente familiar, passando de "escrava" a "rainha", isto é, assumindo a organização do lar, além de estar capacitada para contribuir com sua manutenção. Conclui, enfim, que "a mulher educada em sãs doutrinas leva sempre o homem ao apogeu de glória, e a mal educada ao abismo dos crimes e desgraças". Assim, ela defendia que fossem criados "estabelecimentos de ensino superior, para as mulheres" e internatos "para a classe desfavorecida da fortuna; para as filhas do povo"³³⁸. Após a proclamação da República, o periódico de Francisca Diniz passou a se chamar *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, destacando nesse contexto a associação entre emancipação e igualdade de direitos³³⁹.

³³⁴ *O Sexo Feminino*, 22/07/1875, p.2.

³³⁵ "(...) quando os olhos do espírito do espírito culto de todas as mulheres virem as injustiças (...) formaremos uma cruzada que tudo vencerá" *O Sexo Feminino*, 07/09/1873, p.2.

³³⁶ "(...) mães de família assim formadas prepararão a mocidade que *futuramente* possa ornar as diversas carreiras a que pode aspirar *um moço* ou *uma moça* desde a mais alta escala social até o mais modesto emprego oficial" *O Sexo Feminino*, 14/09/1873, p.1.

³³⁷ *O Sexo Feminino*, 29/07/1875, p.1.

³³⁸ *O Sexo Feminino*, 22/07/1875, p.2.

³³⁹ *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, 15/12/1889, p.1. Essa "terceira fase" da publicação durou até 1896. Para essa e outras informações, ver Duarte, Constância Lima. "Feminismo e Literatura no Brasil" in *Estudos Avançados*. 17 (49), 2003, p. 156.

A despeito da semelhança entre a forma de argumentar empregada nesse periódico, publicado a partir de meados da década de 1870, e aquela usada por Elisa Scheid na grande imprensa nos primeiros anos do século XX, é preciso atentar para as diferenças de contexto. Entre 1870 e 1880, o movimento abolicionista ganhou força e projeção no Brasil³⁴⁰. Naquele momento, Francisca Diniz se apropriava de um vocabulário abolicionista, mas conferia outros sentidos à noção de emancipação. Afinal, ao invés de falar de escravos e defender sua conversão em trabalhadores livres, usava essa expressão para propor uma reorganização moral da sociedade, em que as mulheres tivessem direito ao estudo, ao trabalho e fossem valorizadas enquanto civilizadoras, além de definir a educação como uma função feminina. Nos anos 1900, quando a abolição era um fato consumado, a necessidade de falar em emancipação passava por um debate sobre como o caráter do trabalho livre e os direitos desses trabalhadores. Quando Elisa Scheid elaborou seus argumentos nesses termos, parecia indicar que, mesmo com a mudança no regime do trabalho, havia muitas formas de não ser livre e independente naquela sociedade. Apesar de não ter mencionado os negros, usava um parâmetro marcado pelo problema das relações de trabalho no Brasil. Porém, ao buscar definir meios para que sujeitos excluídos adquirissem autonomia, Elisa Scheid também colocou condições para sua inserção social, reforçando concepções conservadoras de que o exercício da cidadania e o acesso a direitos demandariam uma preparação prévia³⁴¹. Nos anos subsequentes, essa perspectiva também esteve presente em muitas das discussões sobre mudanças legislativas e direitos das mulheres na grande imprensa.

³⁴⁰ Azevedo, Elciene. *O direito dos escravos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

³⁴¹ Para essa discussão, ver Cunha, Olívia Gomes e Gomes, Flávio (orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, pp.7-19.

CAPÍTULO III

DEBATENDO OS PRÓPRIOS DIREITOS

Em sua fundação, o *Correio da Manhã* se definiu como um jornal de oposição ao governo Campos Salles³⁴². No início de 1902, o periódico também se manifestou contra a candidatura de Rodrigues Alves, descrita como uma imposição de seu antecessor, uma vez que a nação "não tem o direito de votar"³⁴³. Mais que posicionamentos circunstanciais, as críticas a esses homens refletiam os ataques da folha à própria "política dos governadores". Com o intuito de combater a intervenção de elites locais na política nacional, os editores defendiam a revisão da Constituição. Nesse sentido, além da publicação de artigos e de denúncias, o *Correio da Manhã* mobilizou outras estratégias, como o plebiscito interno organizado em 1905:

Vai, em breve, reunir-se a convenção para escolher o substituo do sr. Rodrigues Alves na presidência da República. Como é sabido, essa convenção nada absolutamente exprime, porque é composta de criados e escravos do governo central e das oligarquias estaduais que nos envergonham e nos desgraçam. A vontade popular não tem a menor influência nesse resultado: a convenção vai única e exclusivamente cumprir as ordens dos senhores e mandões de cada um dos seus membros. É uma mentira, uma falsidade, com a qual não podem concordar os que desejam o bem e o progresso do país. Nós, porém, vamos fazer aqui a verdadeira convenção, pedindo o voto do povo para saber quem deve ser o futuro presidente. A todos os cidadãos livres rogamos pois responder às seguintes perguntas: Primeira: - Tomando a República como coisa séria e moralizada, qual deve ser o futuro presidente? Segunda: - Considerando-a como uma comédia, uma coisa ridícula e imoral, quem, melhor, nas condições de ocupar a presidência? Os votos serão publicados diariamente, podendo cada um dos eleitores dar os fundamentos da sua escolha, os quais serão inseridos regularmente nas nossas colunas.³⁴⁴

Os editores propunham um processo alternativo e paralelo para a escolha de um candidato à presidência da República. Defendiam que, mesmo sem nenhuma validade legal,

³⁴² Além de ser contra a corrupção da imprensa patrocinada por Campos Salles, o jornal alegava expressar a própria "oposição popular". *Correio da Manhã*, "Oposição Popular" de Edmundo Bittencourt, 17/07/1902, p.1.

³⁴³ *Correio da Manhã*, "Manifesto Inaugural" de Edmundo Bittencourt, 16/11/1902, p.1.

³⁴⁴ *Correio da Manhã*, "Qual deve ser o futuro presidente?", 05/02/1905, p.1.

esse plebiscito seria mais verdadeiro e condizente com a “vontade popular”³⁴⁵. Enquanto os membros da convenção eram caracterizados como “criados” e “escravos” sem autonomia, que apenas cumpriam as ordens de seus superiores, o periódico convocava os “cidadãos livres”, para que respondessem às perguntas propostas e fundamentassem suas escolhas com os argumentos que considerassem pertinentes. Com espaço para a participação, os leitores passaram a compartilhar sua opinião sobre os presidenciáveis, debatendo seu caráter e sua contribuição para o futuro do país. Entre essas intervenções, porém, os organizadores explicavam as razões de apurar alguns votos em separado:

EM SEPARADO: Entre nós, as senhoras não têm direito de voto – o que é, realmente, uma injustiça. Por esse motivo, apuramos em separado os sufrágios que se seguem, tendo o cuidado de conservar a adorável ortografia das gentis votantes.³⁴⁶

Depois desse esclarecimento, eram apuradas as cartas de algumas participantes que, embora apresentassem votos individualizados, se identificaram coletivamente como "senhoras e senhoritas de Botafogo, leitoras do *Correio da Manhã*". No dia seguinte, sob a mesma advertência, eram apresentadas as correspondências de "uma morena de Petrópolis" e de "senhoras e senhoritas de Petrópolis [que] imitando as Turquesas e Violetas de Botafogo, resolveram tomar parte na escolha do primeiro magistrado da nação"³⁴⁷. A referência aos locais de moradia dessas senhoras era uma ostentação de sua condição de classe e funcionava como uma forma de demarcar sua diferença em relação a outros grupos excluídos do direito de voto, sobretudo os pobres e analfabetos. Essas pequenas manifestações femininas, por outro lado, contrastavam com a grande quantidade de votos de homens ou grupos masculinos³⁴⁸. Naquele momento, a idéia de que a interdição do voto às mulheres era uma injustiça estava longe de ser um consenso. Logo após a proclamação

³⁴⁵ Vários dos participantes elogiaram a iniciativa nesse mesmo sentido, por acreditarem que seu resultado seria mais legítimo que o da própria eleição republicana. O participante A. Andrade, entendia o plebiscito, como um documento legítimo da vontade popular, permitindo "que fiquem, ao menos, nas páginas do jornalismo independente e patriota e como subsídios para o futuro historiador, os protestos daqueles que ainda prezam a honra e estremecem a Pátria". *Correio da Manhã*, 04/03/1905, p.1.

³⁴⁶ *Correio da Manhã*, 11/02/1905, p.1.

³⁴⁷ *Correio da Manhã*, 12/02/1905, p.1.

³⁴⁸ Não foi feito um balanço do número de cartas recebidas, mas Lauro Sodré, o candidato que recebeu mais votos para assumir a presidência de uma “República Séria”, teve 3.694 votos. O Visconde de Ouro Preto ficou em segundo lugar, com 1.098 e Rui Barbosa teve 1.040. Já para a “República de Comédia”, Campos Salles ficou em primeiro lugar, com 1.923 votos; seguido por Bernardino de Campos, com 1.796 e por Lauro Müller, com 673. Ver *Correio da Manhã*, 18/03/1905, p.1.

da República, por exemplo, mulheres educadas solicitaram que seus nomes fossem incluídos na lista eleitoral³⁴⁹. A defesa do voto qualificado feminino também foi empregada pela advogada Myrthes de Campos, para pedir a sua nomeação enquanto eleitora em 1903³⁵⁰. Porém, nenhuma dessas solicitantes teve sucesso quando suas demandas atingiram instâncias superiores.

No plebiscito sobre o futuro presidente, algumas leitoras vislumbraram a possibilidade de exporem seus votos e de participarem do debate político. A acolhida inicial dessas intervenções femininas não significou, entretanto, uma abertura irrestrita das páginas do *Correio da Manhã* às mulheres. Nos anos seguintes, é possível observar como os editores desse periódico se esforçaram para definir assuntos femininos, sobre os quais seria legítimo que o público feminino externasse as suas opiniões. Em contrapartida, mesmo que limitassem as matérias destinadas ao escrutínio das leitoras, não conseguiam prever as reações e as apropriações que seriam feitas e como, independente dos temas em debate, algumas mulheres conseguiam discutir outras questões de seu interesse por meio do jornal. A partir dessa chave de leitura, é possível entender os múltiplos sentidos de dois concursos femininos propostos por essa folha em 1907, um sobre as preferências das leitoras quanto ao uso do bigode masculino e outro em torno de uma nova lei do divórcio. Essas enquetes femininas propiciaram o debate sobre os significados de masculino e feminino, sobre direitos e trabalho, sempre em diálogo com o conteúdo publicado em revistas dirigidas a públicos específicos ou jornais de cunho generalista. Assim, mais que idéias prontas sobre qual deveria ser o papel feminino na sociedade republicana, a grande imprensa dava publicidade a visões contraditórias sobre esse tema. Essas intervenções também fomentaram o debate em torno das definições de feminismo, o que permitia imaginar possibilidades para que as mulheres também pudessem se identificar como “cidadãos livres”.

³⁴⁹ Schettini, Cristiana. "Os senhores da alegria: a presença das mulheres nas Grandes Sociedades carnavalescas cariocas em fins do século XIX" in Cunha, Maria Clementina Pereira. *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, p.327.

³⁵⁰ Sobre esse episódio ver *Correio da Manhã*, “Capacidade eleitoral da Mulher”, 10/05/1903, p.2.

1. De como conjugar moda e política

No plebiscito sobre o futuro presidente do Brasil, não havia restrições explícitas sobre quem poderia participar³⁵¹. Alguns votantes aproveitaram a oportunidade para dar vazão a demandas específicas, organizar meetings em suas cidades ou reunir grupos de discussão³⁵². Inúmeros participantes do plebiscito também equipararam a república existente até então com aquela de comédia, sem perder a oportunidade de criticar e ridicularizar algumas figuras públicas, como o ex-presidente Campos Salles³⁵³. De diferentes formas, portanto, a iniciativa do *Correio da Manhã* fomentou o debate público, sempre com uma perspectiva crítica em relação ao processo eleitoral vigente³⁵⁴.

Ainda que as perguntas orientassem os votantes, não havia um modelo de resposta pré-estabelecido e eles poderiam se manifestar como bem entendessem, inclusive fornecendo explicações sobre os motivos de sua participação. Assim, Eduardo Pena afirmava que "moço, cheio de fé no futuro da minha pátria, dele não posso descrever, enquanto puder divisar no nosso horizonte político um homem da estatura moral de Lauro Sodré"³⁵⁵. Esse era o mesmo desejo de Antonio Ferreira que se apresentava como um "humilde operário" e considerava a iniciativa do jornal sábia e oportuna³⁵⁶. Outros correspondentes buscaram destacar as características essenciais de um bom presidente.

³⁵¹ Como avaliou José Murilo de Carvalho, além do direito ao voto ser restrito aos alfabetizados, o que limitava os eleitores a 20% da população carioca em 1890, o processo eleitoral costumava ser bastante violento e atribulado. Assim, muitas pessoas não podiam votar e muitas não queriam votar, temendo as consequências de seu envolvimento nesse processo. Carvalho, José Murilo. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, pp. 84-90.

³⁵² Pedro Marçal Coelho escreve de Itacurussa e diz: "aproveito a ocasião para o seguinte: há um decreto do exmo. Presidente proibindo a construção de cercadas para apanhar peixe, mas nesta localidade já existe três cercadas para apanhar peixe abusando assim da lei, que a proíbe", *Correio da Manhã*, 09/02/1905. Manoel A. de Oliveira escreve de Santo Antonio de Carangola e diz: "tendo eu alguma influência nesta localidade, consegui relalizar um 'meeting' em 12 do corrente, para levantar candidatura do eminente sr. Lauro Sodré (...)", *Correio da Manhã*, 17/03/1905. Para o envio de um único voto e justificativa em nome de um grupo, ver, entre outros, *Correio da Manhã*, 23/02/1905, p.1.

³⁵³ Nesse sentido, o advogado Aquilino do Amaral Filho argumentava: "considerando a República como comédia (infelizmente assim tem sido), voto em Campos Salles, o iniciador da política dos governadores", *Correio da Manhã*, 13/02/1905. Ver também o voto de Antonio Flora: "para a República de comédia voto em qualquer tartufo igual aos que têm dirigido os destinos do Brasil desde 89 a 905, como, por exemplo, no caricato Campos Salles", *Correio da Manhã*, 17/02/1905 e de C.G. de Souza: "para uma República de comédia, a escolha do presidente seria infelizmente fácilima. O geral desses políticos, que por toda a parte abundam, pode servir. Não preciso mandar-lhe o meu voto", *Correio da Manhã*, 19/02/1905.

³⁵⁴ O *Correio da Manhã*, por exemplo, havia firmando o compromisso de apurar os votos com a máxima lisura, com atualização praticamente diária "Na apuração de ontem, deu-se um erro tipográfico, que muito lamentamos. O número de votos do sr. Campos Salles para a república de comédia era de 128, no entanto, por engano do compositor, saíram 218. Achamos do nosso dever publicar esta retificação, para provar a lisura com que está sendo feita a contagem dos votos". *Correio da Manhã*, 11/02/1905.

³⁵⁵ *Correio da Manhã*, 16/02/1905.

³⁵⁶ *Correio da Manhã*, 15/02/1905.

Então, ainda sobre Lauro Sodré, somos informados de que ele era escolhido por ser o "exemplo de homem público", cuja vida particular abrangia "todas as virtudes que formam a sua grande felicidade de verdadeiro patriota e de esmerado chefe de família"³⁵⁷. Dessa forma, virtudes públicas se combinavam àquelas de ordem privada para compor o perfil do presidente ideal. Porém, esse intercâmbio entre público e privado não parecia aceitável quando mulheres ocupavam o papel de votantes.

O *Correio da Manhã* publicou apenas quatro cartas enviadas por mulheres na apuração do plebiscito para escolha do presidente. É bastante provável que muitos outros votos femininos tenham chegado à redação, não só porque as leitoras "imitavam" umas às outras, mas também porque, como foi dito em outra oportunidade, havia "sede intensa de concursos neste século"³⁵⁸. O último voto feminino publicado mantinha uma postura dúbia que parecia incomodar os organizadores do plebiscito: "Sr. Caro redator. Para presidente da República seria eu desejo o sr. Antonio Prado e da República de mentira o sr. Manoel de Carvalho Pitombo, que é o moço de quem eu gosto. Da sua criada. Esther"³⁵⁹. Naquela época, Antonio Prado era intendente da cidade de São Paulo e teve uma votação significativa, ficando em quinto lugar na apuração final feita pelo *Correio da Manhã*, com mais de 400 votos. Esther não mencionou o local de sua residência e nem invalidou seu voto, mas aproveitou a ocasião para expor outras preferências, que fugiam à alçada do plebiscito. Entretanto, independente do que tenham escrito, a intervenção de mulheres em si parecia comprometer a seriedade da votação e, provavelmente por essa razão, o jornal optou por não mencionar as demais manifestações femininas que chegaram à redação.

Se o primeiro plebiscito aberto ao público masculino nas páginas do *Correio da Manhã* tinha um objetivo abertamente político, a primeira enquete feminina organizada por esse mesmo jornal tinha como matéria um assunto de aparência bastante frívola, o que parecia reforçar a separação generificada das esferas pública e privada. A partir de fevereiro de 1907, sob o título de "curso original", as leitoras do *Correio da Manhã* eram convidadas a dizer se preferiam seus maridos, irmãos ou noivos com ou sem bigode. Tratava-se, portanto, de um debate sobre preferências e hábitos em voga, o que não destoava do conteúdo dirigido ao público feminino na grande imprensa naquele momento.

³⁵⁷ *Correio da Manhã*, 01/03/1905 (voto de Francisco de Paula Aguiar).

³⁵⁸ *Correio da Manhã*, 03/03/1907 (voto de A.R.).

³⁵⁹ *Correio da Manhã*, 11/02/1905.

Afinal, nos primeiros anos do século XX, alguns dos jornais diários do Rio de Janeiro mantinham seções femininas sobre moda e comportamento.

A coluna “Modas” do *Jornal do Commercio* era redigida por uma correspondente radicada em Paris, que se dirigia às “gentis leitoras” com o objetivo de apresentar-lhes a descrição de figurinos, sobretudo os utilizados pelas senhoras da elite³⁶⁰. Por sua vez, o *Jornal do Brasil* vinculava a seção “Palestra Parisiense”, que tinha a mesma estrutura e era acompanhada com ilustrações dos modelos descritos. Sua autora ainda respondia a algumas inquietações das leitoras, o que deixava claro que aconselhar sobre vestimentas também significava orientar o comportamento feminino no espaço público³⁶¹. Essas seções, que em certa medida popularizavam o conteúdo de revistas de modas mais caras³⁶², pressupunham a existência de um público feminino ávido por consumir produtos e hábitos estrangeiros e, para isso, disposto a seguir as recomendações vindas da civilizada capital francesa.

Apesar de manter como referência temas ligados à moda e a hábitos civilizados, o “curso original” operava mudanças significativas. Em primeiro lugar, ele permitia que as próprias leitoras expressassem e defendessem suas idéias, ao invés de apenas reproduzirem padrões estéticos e de comportamento. Do papel de consumidoras passivas, elas passavam a ser vistas como sujeitos capazes de externar opiniões e debater. Além disso, não se tratava de tematizar as *toilettes* femininas, mas a aparência dos homens que, naquela ocasião, ficaria sob o crivo e a preferência das mulheres. Essas particularidades em relação às seções femininas da grande imprensa brasileira estavam relacionadas às referências mobilizadas. Afinal, como explicitavam os próprios editores, a inspiração para

³⁶⁰ Como exemplo, ver *Jornal do Commercio*, “Modas”, 03/01/1900, p.1.

³⁶¹ No início de setembro de 1901, a autora anunciava quealaria do luto para crianças, já que “escrevem-me sobre o assunto”. Nessa mesma palestra, discursava sobre a “utilidade de saber envelhecer”, pois “saber viver, e saber vestir-se segundo sua idade, as circunstâncias da vida, constituem dois grandes problemas”. *O Paiz*, “Palestra Parisiense”, 01/09/1901, p.5. Em outro texto, dava “conselhos sobre como devia ser a convivência entre moços e moças que constituíam *ensemble* nos convescotes, passeios, esportes náuticos, etc.”. *O Paiz*, “Palestra Parisiense”, 20/10/1901, p.3.

³⁶² Com suas especificidades, essas seções da grande imprensa dialogavam com o modelo das revistas de modas que circulavam então, como o periódico *Brazil Elegante: jornal de modas das famílias brasileiras*, sob propriedade e direção de A. F. Reynaud. Repleto de belas gravuras, esse jornal era composto por textos que, ainda que não assinados, remetiam à autoria feminina. Ver, entre outros, *O Brazil Elegante*, 16/05/1898, p.1. Comparando os valores de números avulsos e assinaturas, é possível considerar que as colunas de modas dos jornais diários promoviam a popularização desse tipo de conteúdo. Afinal, se a qualidade e variedade dos desenhos impressos era melhor em revistas especializadas, isso tinha um custo maior sobre o produto final. Enquanto o número avulso de um jornal cotidiano custava em torno de 100 réis, *Brazil Elegante*, publicação quinzenal, custava 2.000 réis. O preço da assinatura de um diário era um pouco superior ao da revista em 1904 (a assinatura anual do *Correio da Manhã* custava 30.000 réis enquanto a do *Brazil Elegante* era de 26.000 réis).

essa proposta havia sido a "bela revista" *Femina* que, no início daquele mês de fevereiro, lançara uma enquete nos mesmos moldes. Mais que reproduzir a idéia, o *Correio da Manhã* usava as ilustrações e a diagramação da revista francesa, praticamente com a tradução do texto original.



Correio da Manhã, 24/02/1907, p.1, excerto.



Femina, n.145, 01/02/1907, p.57.

A revista *Femina* havia sido lançada em Paris em 1901, repleta de imagens, *mise-en-page* inovador e boa impressão em papel *glacé*. Era uma publicação de luxo, cuja intenção era atingir as mulheres que tinham criados e pertenciam às famílias burguesas. Assim, tanto na aparência quanto no conteúdo se distinguia de revistas femininas populares, que tinham formatação tradicional e textos repletos de conselhos domésticos, como *Le Petit Écho de la Mode*³⁶³. Voltados para as atualidades mundanas, os concursos constituíam uma importante estratégia dos editores de *Femina* para cativar as leitoras. De diferentes tipos e temas, com direito a prêmios para as ganhadoras, os concursos constituíam uma atividade essencial do serviço comercial da revista³⁶⁴. O discurso de Madame Daniel Lesueur, pronunciado no banquete em comemoração ao sexto aniversário do periódico, dava idéia do impacto da publicação à época de seu lançamento, assim como da importância da participação das leitoras na revista:

³⁶³ Cosnier, Colette. *Les Dames de Femina: un féminisme mystifié*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009, pp.15-46.

³⁶⁴ Cosnier, Colette. *Les Dames de Femina (...)*, *op.cit.*, p.24.

Uma revista nova!... Um magazine!... Mas já havia tantos!... Uma publicação para jovens mulheres!... Especialidade inferior, fastidiosa!... Elas já não tinham seus jornais de moda? A *Cozinheira modelo*? A *Biblioteca Rosa*? Se elas desejassem parecer mais eruditas, bastaria pegar as revistas e os livros de seus irmãos, de seus maridos. Toda publicação feminina era devotada a uma paisagem cinza, a um aborrecimento casto, a uma mediocridade de dar pena. Contra essa opinião que vinha do passado, Pierre Lafitte soube reagir – e, numa medida exata, difícil de encontrar. Daí vem seu sucesso fulgurante. (...) Uma existência ativa, intelectual, moderna se abriu à juventude feminina. O sucesso foi imenso. (...) Nós constatamos isso pela qualidade das cartas que recebemos de todas as partes, no valor dos concursos dos quais o público só conhece os ganhadores, mas nos quais nós apreciamos um levantar de idéias, uma emulação de talentos, completamente imprevisíveis nas jovens de antigamente, que se preocupavam apenas com tecidos. (...) Bem, essas cartas, esses concursos, essas questões, tudo isso não existia antes de *Femina*. Tudo isso não existiria sem *Femina*.³⁶⁵

É preciso desconfiar dessa imagem construída para a revista, já que o intuito do discurso era justamente celebrar e enfatizar suas glórias e de seu fundador, o jornalista Pierre Latiffe. Para isso, a oradora traçava um panorama extremamente negativo da imprensa feminina anterior ao lançamento de *Femina*, assim como das demais leituras destinadas às mulheres. Diante dessa situação, as leitoras ficariam sem alternativas, tendo que recorrer aos livros e revistas masculinos. Então, *Femina* teria aparecido com o objetivo de suprir a falta de uma publicação feminina inteligente e moderna, sendo inegável seu sucesso do ponto de vista comercial³⁶⁶. Mas Madame Lesueur considerava a iniciativa bem sucedida em outro aspecto: no seu impacto positivo sobre as leitoras. Evidência disso eram as cartas recebidas em resposta aos concursos propostos pelo periódico. Porém, essa melhora na qualidade da escrita e das idéias das participantes passava despercebida ao público leitor, pois apenas o nome e a resposta da vencedora eram publicados no jornal. Na enquete sobre os bigodes, por exemplo, estipulava-se que as respostas deveriam ter, no mínimo, 25 linhas e que apenas uma, a melhor, seria publicada e sua autora ganharia um prêmio em dinheiro.

Além disso, em conformidade com a idéia de propor uma “existência ativa, intelectual, moderna” às leitoras, esse concurso estava longe de se restringir a uma simples questão de moda ou preferências, mas dialogava diretamente com o contexto político da

³⁶⁵ *Femina*, "Toast à *Femina*", n.146, 15/02/1907, p.75, tradução minha.

³⁶⁶ Lançada em 1901, manteve publicações quinzenais até 1914.

época, envolvendo debates sobre mudanças na legislação e nas relações de trabalho. Isso porque, na França, os bigodes não eram uma escolha do indivíduo, mas uma distinção social que teimosamente perdurava naquele início de século, tendo sido motivo de greve para algumas categorias de trabalhadores³⁶⁷. Indícios sobre isso vinham na crônica intitulada "O bigode" de R. de Flers e de A. de Caillavet, publicada no mesmo número em que foi feita a proposta do concurso.

No início dessa crônica, Eugène, o mordomo *bien stylé* da casa, solicitava uma conversa com o seu patrão, o Barão de Saint-Lubin. Quando esse lhe ofereceu a oportunidade, o criado indagava se ele havia lido o *Journal de Gens de Maison*. Por se tratar de um periódico desconhecido do aristocrata, Eugène oferecia uma breve descrição da publicação, cuja particularidade era ser escrita e organizada pelos próprios domésticos. O que o criado queria mesmo dizer era que, conforme noticiado no referido jornal, a categoria reivindicava o direito ao bigode, na tentativa de apagar os sinais de servidão. Por isso, a partir de então, ele comunicava que também queria ter o seu bigode, notícia que era recebida com espanto pelo barão e sua esposa:

Mme. De Saint-Lubin: Ah! Você está brincando? Um mordomo barbado. Isso seria ridículo!

Eugène: Peço que pondere (...) todo o pessoal está de acordo comigo: condutores, lacaios...

Saint-Lubin: E a cozinheira também, sem dúvida?

Eugène: Essa piada é engraçada, não muito original, mas engraçada. Enfim, o senhor barão há de reconhecer que seria estranho que após termos tomado a Bastilha não tivéssemos o direito de...

Saint-Lubin: Está bem, tenha barba e bigode; mas chame o barbeiro imediatamente.

Eugène: Por que senhor?

Saint-Lubin: Para me barbear.

Mme. De Saint-Lubin: Você, querido? Que idéia!

Saint-Lubin: Exatamente. No momento em que os criados tomam nossas cabeças, eu tomo a deles.

Eugène: Ah! Mas, com licença! Se o senhor barão tirar seu bigode, eu desisto do meu também.

Mme. De Saint-Lubin: Como?

Eugène: Isso mesmo. Nosso objetivo não seria mais alcançado. O que nós queremos? Igualdade.
(...)³⁶⁸

³⁶⁷ Mihaely, Gil. "Um fio de diferença: masculinidades no mundo do trabalho, 1870-1910" in *Anos 90*, Porto Alegre, v.14, n.25, julho de 2007, pp.17-35.

³⁶⁸ *Femina*, "La moustache" de R. de Flers e de A. de Caillavet, n.145, 01/02/1907, p.56, tradução minha.

Naquele momento, tensões entre criados e seus senhores passavam por distinções físicas que, como ficava patente no trecho sobre a cozinheira, remetiam a questões de gênero. Segundo o historiador Gil Mihaely, os bigodes funcionavam como sinal de distinção social, mas também como símbolo de virilidade e poder, sendo marca fundamental entre os militares. As associações entre domesticidade e feminino reforçavam a idéia de que os homens envolvidos no desempenho de atividades domésticas seriam efeminados e, logo, inferiores. A falta desse adorno entre os criados domésticos, assim como entre os mensageiros do Banco da França e os garçons de bares e cafés, também colocava barreiras à integração dessas categorias no próprio movimento de trabalhadores, assim como da construção de redes de solidariedade entre elas.

Nesse contexto, em dezembro de 1906, o deputado francês Antide Boyer apresentava um projeto de lei segundo o qual "o uso de bigodes concerniria à vida privada, ou seja, a uma escolha pessoal, a um direito inalienável do homem"³⁶⁹. Seis meses mais tarde, os padeiros, seguidos por outros profissionais ligados ao ramo da alimentação, entrariam em greve pelo direito ao bigode. Então, o concurso sobre os bigodes, proposto pela revista francesa em fevereiro de 1907, dialogava diretamente com essa situação, que envolvia o questionamento da naturalização das diferenças sociais e a hierarquização dos tipos de trabalho conforme correspondessem a códigos masculinos ou femininos. Tratava-se ainda da definição e reivindicação de direitos e de como o Estado deveria intervir na regulação de relações de trabalho, sobretudo aquelas estabelecidas no universo privado, entre criados e seus senhores.

Na crônica analisada, e ainda na tentativa de coagir o Barão a aceitar sua decisão, o mordomo também lembrava que haviam sido colegas de liceu e que, inclusive, ele havia sido aprovado no *baccalauréat* antes de seu atual superior. Mais um argumento em defesa da "igualdade" e da supressão de marcas de distinção artificiais. Até aquele momento, por cortesia, ele nunca mencionara que haviam sido "camaradas" no passado. Quando Eugène saiu de cena, chegou o senhor Thiullier-Méreuil, amigo da família e membro da Academia de Inscrições e Belas-Artes, importante instituição acadêmica francesa. Esse, por sua vez, passava a defender a manutenção do uso do bigode pelo Barão:

³⁶⁹ Mihaely, Gil. "Um fio de diferença" (...), *op.cit.*, pp.30-1.

Thiullier-Méreuil: Se barbear, meu amigo! Mas é um assassinato! Você renunciaria a essa barba grisalha, a este triunfante bigode! Não faça isso, seria uma pena.

Saint-Lubin: Por quê? Está na moda. Nada mais parisiense, já que tem o jeito americano.

Thiullier-Méreuil: Sim, eu sei. Se Cristóvão Colombo descobrisse hoje o Novo Continente, ele se barbearia logo ao desembarcar. Não importa, sua resolução me parece incompreensível e deplorável.

Mme. De Saint-Lubin – Mas por quê?

Thiullier-Méreuil: Bem, porque, eu posso garantir para vocês, tive apenas um desejo na vida! Não era entrar no Instituto... Era simplesmente ter um belo bigode loiro.

Mme. De Saint-Lubin: Oh! Não, caro mestre!

Thiullier-Méreuil: Sim, madame. (...) ³⁷⁰

Membro de uma importante instituição acadêmica, o que lhe conferia o reconhecimento de "mestre" por parte da baronesa, Thiullier-Méreuil confessava sua frustração ante o fato de não ter o símbolo de distinção e virilidade representado pelo bigode. Havia ainda a menção à influência americana, ironizada e rejeitada tanto pelo barão quanto por seu interlocutor. Na proposta do concurso, a revista qualificava a cara raspada como uma "moda, que nos vem da América ou da Inglaterra" e oferecia as imagens dos rostos de personalidades parisienses nas duas versões, para que as leitoras pudessem comparar e expressar suas preferências. Especificava-se, portanto, que as participantes falariam sobre seu gosto em relação à aparência de seus maridos, irmãos ou noivos. Mas, ao mesmo tempo, os editores também traziam a perspectiva política para o concurso, ao alertarem que "os senhores R. de Flers e A. de Caillavet consagraram sua crônica a essa grave questão", o que indicava que as escolhas das participantes não estariam descoladas de considerações de classe e de gênero. Ainda que distantes dos debates legislativos franceses, as leitoras do *Correio da Manhã* também usaram o tema do bigode para debater a realidade brasileira e alguns de seus problemas, promovendo a intersecção entre moda e política em seus próprios termos e nem sempre de forma consciente.

2. Adaptando fórmulas e temas

Ao trazer o concurso para o Brasil, algumas tensões trabalhistas específicas se perdiam, já que o bigode não constituía uma distinção fundamental entre diferentes categorias de trabalhadores. Por outro lado, as intervenções das leitoras brasileiras

³⁷⁰ *Femina*, "La moustache" de R. de Flers e de A. de Caillavet, n.145, 01/02/1907, p.56, tradução minha.

apresentavam diferentes concepções sobre como diferenças sexuais e raciais deveriam organizar os mundos do trabalho, remetendo a argumentos científicos e à afirmação da identidade nacional. As respostas das votantes, aliás, se tornaram acessíveis porque os editores brasileiros alteraram o formato de exposição das cartas e a dinâmica da apuração. Sem determinar o número de linhas que as leitoras deveriam escrever, o *Correio da Manhã* decidiu publicar diferentes contribuições por um determinado período, suprimindo as premiações às melhores respostas, aspecto central da proposta francesa. Então, apesar de ter recebido o nome de "concurso", os organizadores cariocas se aproximaram mais de uma enquete ou de um plebiscito, cuja única recompensa às participantes seria ver seu nome impresso no jornal de domingo – para aquelas que, obviamente, não se escondiam sob um pseudônimo³⁷¹. Ao fazer isso, o público em geral poderia acompanhar os conflitos entre as participantes, sendo que um dos objetivos da folha parece ter sido justamente esse: alimentar as polêmicas e, com isso, o interesse do leitorado em geral.

As mudanças operadas na importação do concurso para o *Correio da Manhã*, assim como a proposta de novas enquetes femininas, colocavam em evidência o esforço do periódico em dialogar com iniciativas semelhantes de outros jornais da grande imprensa carioca. O “Concurso Original” veio no caderno literário, constituído pelas primeiras páginas da edição de domingo, sempre repletas de textos literários e de imagens. Essa disposição copiava a mesma fórmula adotada pela *Gazeta de Notícias* naquele período, cujos editores conferiam uma ênfase especial à literatura e à fotografia na abertura das edições domingueiras. No início de fevereiro de 1907, a *Gazeta de Notícias* também havia proposto uma enquete feminina, mas que ocupava uma pequena coluna de um número de terça-feira:

Como ainda outro dia os jornais noticiassem a formatura de várias damas e o desejo progressivo das senhoras brasileiras de abraçar uma profissão liberal, um dos redatores da *Gazeta* lembrou-se de escrever uma nota contra tal movimento. No outro dia, começaram a chegar cartas, cartas de almas femininas indignadas. (...) Dez, vinte, cinquenta cartas neste estilo fez-nos imaginar uma porção de cousas, inclusive a de que a índole da mulher brasileira estava transformada e que na Escola de Medicina, em vez de meninas da terra, dava uma pessoa de cara com anarquistas e nibilistas russas.

³⁷¹ Como declarou a leitora Clotilde Mendonça, “senti um desejo ardente de também expor a minha opinião, se bem que sem valor, mas que virá, pelo menos, satisfazer a minha vaidade”. *Correio da Manhã*, 26/05/1907.

Como resolver a dúvida? Indagando? Interrogando? Era o único meio. Rabiscamos à pressa num *book-note* estas duas perguntas:

1º. Se de novo de vos encontrásseis nas mesmas condições de antes da vossa carreira, tendo a escolher o lar ou a vida pública, qual das duas existências seria a preferida?

2º. Admitindo que tenhais uma filha, qual o destino que lhe desejais?

Era definitivo. Ficamos convencidos de ter feito duas perguntas complexas e, como era domingo, começamos a visitar as senhoras doutoras, artistas, etc. (...)

Apenas como seria incompleta a reportagem feita por entrevistas, juntemo-lhes a correspondência. (...) as nossas leitoras podem enviar a sua valiosa opinião, respondendo as nossas duas perguntas, em carta fechada, dirigida a Curiosity.³⁷²

A reação inesperada e indignada das leitoras havia feito com que os redatores se colocassem uma série de questões sobre a mulher brasileira e sua profissionalização. Em uma enquete improvisada, saíram para recolher as impressões de mulheres que haviam escolhido a "vida pública" em detrimento do "lar", inquietos sobre como pretendiam orientar suas filhas. Tratava-se de questionar a índole das interrogadas, assim como das leitoras que se manifestassem por meio de cartas. Na estréia, apresentavam entrevistas feitas com a Mlle. S..., "médica, operadora, *toute la lyre* da ciência e inteligentíssima", e a Sra. Lucila Peres, "a atriz brasileira de maior talento e de esplendente beleza". Dias mais tarde, apresentavam uma segunda leva de respostas, dessa vez dando abertura às opiniões das leitoras³⁷³. Porém, não houve mais menções a essa enquete nos dias subseqüentes, nem explicações sobre o destino do "maço de cartas" endereçado à redação.

Apesar dessa interrupção súbita, a *Gazeta de Notícias* não estava sozinha no questionamento sobre o trabalho feminino e o perfil da mulher brasileira, seus anseios e suas transformações naquele início de século. Em abril de 1906, o jornal *O Paiz* já havia proposto aos seus leitores uma reflexão sobre "como deve ser educada a mulher":

O Paiz abre entre os seus leitores um plebiscito para solução deste grave problema social. A mulher deve ser educada para pelo casamento ser sustentada pelo homem; ou para tornar-se hábil a prover a sua própria subsistência pelo seu trabalho? Se admitis a primeira hipótese, em que consiste a

³⁷² *Gazeta de Notícias*, "As mulheres nas carreiras liberais", 05/02/1907, p.2.

³⁷³ *Gazeta de Notícias*, "As mulheres nas carreiras liberais", 09/02/1907, p.2.

educação feminina para o casamento? Se preferis a segunda, quais são os gêneros de trabalho em que a mulher pode, sem decair, ganhar a vida nessa terra?³⁷⁴

Como a enquete da *Gazeta de Notícias*, a questão formulada pelos editores de *O Paiz* girava em torno do trabalho feminino. Porém, enquanto a *Gazeta* abordava o aumento do número de mulheres que desempenhavam profissões liberais, o *Paiz* indagava se as mulheres deveriam ser capazes de “prover a própria subsistência” e, nesse sentido, quais seriam os tipos de trabalho que poderiam desempenhar sem colocar em risco sua honestidade. Se a profissionalização feminina implicava o abandono das tarefas domésticas, a necessidade de “ganhar a vida” remetia à realidade de mulheres que desempenhavam diferentes trabalhos não especializados, com o fim de manterem a si próprias e a suas famílias. Assim, ainda que o plebiscito de *O Paiz* incentivasse os leitores a pensarem sobre uma situação ideal, colocando a educação feminina como uma condição indispensável tanto à vida doméstica quanto ao exercício de atividades remuneradas, o periódico abordava questões bastante controversas, como a existência de mulheres que não eram sustentadas por homens e viviam de forma independente.

Ao longo do mês de abril de 1906, as respostas a esse plebiscito ocuparam lugar de destaque no jornal *O Paiz*, publicadas nas primeiras ou segundas páginas e com periodicidade praticamente diária. Diferente da *Gazeta de Notícias*, tratava-se de uma proposta destinada ao público em geral e que foi bastante explorada pelo periódico. Por outro lado, algumas das características da *Gazeta*, como a elaboração de um caderno literário e a idéia de solicitar a colaboração das leitoras, não passaram despercebidas aos editores do *Correio da Manhã*. Afinal, ao adaptar o concurso elaborado pela revista francesa para esse periódico, eles também buscavam se valer das experiências de sucesso da grande imprensa brasileira. Também é pertinente observar que essas iniciativas anteriores, destinadas às leitoras ou sobre assuntos relacionados à vida social das mulheres, apresentavam um tema recorrente e polêmico: o trabalho feminino.

³⁷⁴ *O Paiz*, “Como deve ser educada a mulher?”, 10/04/1906, p.1. Paralelo a esse plebiscito, aberto a homens e mulheres, o periódico propunha “concursos para moças”, direcionado para as jovens leitoras. Em meados de abril de 1906, foi anunciada a vencedora do concurso que julgaria a melhor frase de cartão postal. *O Paiz*, “Concurso para moças”, 12/04/1906, p.2. O segundo concurso para moças solicitava que respondessem “como deve ser o vosso noivo?” e, o terceiro, para que elessem o seu poeta favorito. A cada apuração, os editores publicavam as respostas vencedoras e as menções honrosas de cada concurso. *O Paiz*, 06/05/1906, p.7 e 09/05/1906, p.3, respectivamente.

A discussão sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho, tanto sobre o acesso a diferentes profissões, quanto sobre a necessidade de exercerem atividades remuneradas, ocupava a ordem do dia naquele período. À medida que estudantes do sexo feminino solicitavam seu ingresso no ensino superior, antigas e novas questões sobre o trabalho feminino ganhavam cada vez mais publicidade³⁷⁵. Além de expor a fragilidade do ideal das esferas separadas, a atuação das mulheres enquanto profissionais liberais despertava uma série de temores sobre o futuro, sobre a competitividade entre os sexos e sobre a manutenção da honra de mulheres independentes.

Paralelo a isso, tendo em vista a necessidade de reestruturar as relações de trabalho no pós-abolição, o cotidiano de trabalhadoras pobres passou a ser visto com renovada desconfiança por parte das autoridades republicanas. Ainda que a circulação dessas mulheres fosse algo comum no cenário urbano desde tempos imemoriais, sua presença passou a ser vista como um problema e como alvo da suspeição de políticos, médicos e policiais naquele momento³⁷⁶. Aos olhos dos homens da ciência e da lei, a natureza das ocupações exercidas e a falta de um endereço fixo não só dificultavam a qualificação dessas mulheres como trabalhadoras honestas e disciplinadas, como evidenciava sua vulnerabilidade do ponto de vista sexual³⁷⁷. Não raro, portanto, elas foram representadas como uma fonte de degenerescência física e moral para toda a sociedade, ou seja, como uma indesejável herança do passado escravista, em total dissonância com a capital civilizada que as reformas urbanas pretendiam construir³⁷⁸.

Se os debates sobre as trabalhadoras pobres conduziam a reflexões sobre o caráter nacional, o mesmo acontecia em relação às profissionais liberais, com associações

³⁷⁵ O direito das mulheres de frequentarem faculdades de medicina foi reconhecido legalmente em 1879, por meio do decreto 7247 de 19 de abril. Fabíola Rohden mostrou como essa profissionalização feminina no campo da medicina se relacionava com discussões sobre a ginecologia no Brasil, assim como as decorrentes questões morais que implicavam a relação entre o médico-homem e a paciente-mulher. Ver Rohden, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009 [2001], pp.90-99. O direito de mulheres frequentarem o ensino superior se estendeu aos demais cursos em 1892, com o decreto n.9311, de 25 de outubro.

³⁷⁶ Soihet, Rachel. *Condição feminina e formas de violência (...)*, op. cit., pp.27-79; Esteves, Martha Abreu. *Meninas perdidas(...)* op.cit., pp.35-114; Caulfield, Sueann. *Em defesa da honra (...)*, op. cit., pp.51-107.

³⁷⁷ Garzoni, Lericé. “Nas fronteiras do não-trabalho: trabalhadoras pobres e as definições de vadiagem no início do século XX”. in *Revista Mundos do Trabalho*, v.1, n.2, 2009, pp.65-95.

³⁷⁸ Graham, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro. 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp.127-156.

contraditórias de argumentos políticos e científicos³⁷⁹. Assim, enquanto os defensores das estudantes as saudavam como ícones do progresso brasileiro e símbolo do avanço do país nesse domínio, em uma postura evolucionista³⁸⁰, os que se opunham à profissionalização feminina remetiam à frágil natureza das mulheres e sua importância no universo familiar, enfatizando como o seu acesso à profissão significaria uma ameaça à organização da sociedade e à própria nação³⁸¹.

Nas enquetes dirigidas ao público feminino organizadas pelo *Correio da Manhã* em 1907, o tema do trabalho feminino não foi abordado de forma direta, mas permeou todas as discussões propostas. Assim, tanto no concurso sobre o bigode quanto naquele, lançado meses mais tarde, sobre o divórcio, as leitoras construíram formulações sobre como o sexo definia – ou era definido por – comportamentos e papéis sociais. Na busca por estabelecer quais as atividades deveriam ser desempenhadas por homens e quais aquelas que cabiam às mulheres, a concepção do homem provedor foi constantemente posta à prova. Também havia a tentativa de refletir sobre as especificidades do contexto nacional e muitas participantes remetiam à escravidão com diferentes intenções, ora para remeter a uma

³⁷⁹ Sobre os argumentos recorrentemente mobilizados no debate sobre o ingresso de mulheres no ensino superior francês, ver Rennes, Juliette. *Le mérite et la nature: une controverse républicaine: l'accès des femmes aux professions de prestige, 1880-1940*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 2007. No Brasil, a despeito das leis que garantiam o acesso feminino ao ensino superior, as estudantes enfrentaram inúmeras resistências por parte de seus colegas, assim como dificuldades para conseguirem exercer as profissões nas quais haviam se formado. Nesse sentido, o caso da advogada Myrthes de Campos foi exemplar. A despeito da decisão do Supremo Tribunal Federal em 1899, que reconhecia o direito das mulheres diplomadas de exercerem a advocacia, a advogada Myrthes de Campos só foi aceita como membro do Instituto dos Advogados do Rio de Janeiro em 1907. Sobre essas questões, ver artigos “Direitos da Mulher”, do jornal *O Paiz* entre dezembro de 1899 e janeiro de 1900 e os artigos intitulados “Mulher-Advogada” publicados no *Correio da Manhã* em junho de 1907, respectivamente. Sobre os debates no instituto quanto a essa questão, ver Guimarães, Lucia e Ferreira, Tânia. “Myrthes Gomes de Campos (1875-?): Pioneirismo na luta pelo exercício da advocacia e defesa da emancipação feminina” in *Gênero*, v.9, n.2, 2009, pp.135-151. Também há comentários sobre essas questões em Moraes, Evaristo. *Reminiscências de um rábula criminalista*. Rio de Janeiro. Belo Horizonte: Editora Briguier, 1989, pp. 121-6. Para um cuidadoso estudo sobre as inúmeras resistências encontradas por artistas do sexo feminino para ingressarem na Escola Nacional de Belas Artes, assim como para serem reconhecidas enquanto profissionais, ver Simioni, Ana Paula Cavalcanti. *Artista. Pintoras e escultoras acadêmicas brasileiras*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2008, especialmente o segundo capítulo. Para o final da década de 1910, ver as polêmicas em torno da posse de Bertha Lutz no concurso do Museu Nacional, em 1918, em Soihet, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 2006, pp.17-8.

³⁸⁰ A mesma forma de argumentar era usada nos Estados Unidos no mesmo período. A historiadora Louise Newman observou que “aqueles que simpatizavam com o movimento das mulheres viam as mudanças no status da mulher como uma manifestação do progresso evolucionário, um sinal de que a civilização nos Estados Unidos era igual às mais avançadas civilizações européias e muito superior em relação às culturas primitivas da Ásia e da África”. Newman, Louise Michelle. *White women's rights: the racial origins of feminism in the United States*. Oxford: Oxford University Press, 1999, p.22, tradução minha.

³⁸¹ Sobre a presença desse debate no último carnaval do período imperial, ver Schettini, Cristiana. “Os senhores da alegria” (...), *op. cit.*, pp.324-332.

realidade absolutamente superada, ora como uma metáfora útil para pensar sobre outras políticas de dominação. Por outro lado, apesar de aspectos recorrentes, essas duas enquetes apresentavam temas bastante distintos. Enquanto a preferência por bigodes aparentava ser uma questão atemporal, relacionada apenas ao gosto pessoal de cada mulher, a discussão sobre o divórcio havia sido proposta a partir de projetos de lei que, ao cogitarem a dissolubilidade dos casamentos civis, alterariam a natureza das uniões e seus destinos legais, assim como os direitos de homens e mulheres.

3. Dos bigodes aos maridos: o voto das leitoras

No carnaval carioca de 1891, uma das Grandes Sociedades apresentou um carro de idéias intitulado "As mulheres votam", no qual figuravam várias mulheres barbadas. Como destacou Cristiana Schettini, ao mesmo tempo que ridicularizava as mulheres que lutavam pelo direito feminino ao voto, essa iniciativa acabava por conferir publicidade a esse movimento, expondo a instabilidade social e política daquele período³⁸². Alguns jornalistas também adotaram essa tendência de abordar as reivindicações femininas sob o prisma da ridicularização e da inversão sexual. Assim, a revista *Fon Fon* de janeiro de 1908 mencionava a publicação de uma obra cuja autora defendia o direito das senhoras usarem barbas, comentando ironicamente que "estes egoístas dos homens até agora tem tido o monopólio desse distintivo capilar"³⁸³.

Ao lado desses usos com fins de crítica social e política, o tema da diferença sexual foi algo recorrente nas teses de medicina produzidas a partir de meados do século XIX. Nesses trabalhos, havia o esforço de elencar as características físicas e morais de cada sexo e difundir a idéia de que o rompimento desses limites, assim como a inversão dos atributos naturais de cada sexo, significaria o caos social³⁸⁴. Segundo Fabíola Rohden, “apesar de natural, biológica e pré-determinada, a diferença mostrava-se também instável e passível de ameaças”, sendo que os médicos assumiam o papel de zelar pela manutenção de uma “ordem natural”, buscando classificar e controlar qualquer tipo de desvio³⁸⁵.

³⁸² Schettini, Cristiana. "Os senhores da alegria" (...), op.cit., pp.326-7.

³⁸³ *Fon-Fon*, 04/01/1908, n.39, p. 23.

³⁸⁴ Ver Rohden, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009 [2001], p.21.

³⁸⁵ *Idem*, pp.14-5.

Muitas das leitoras que participaram do concurso do *Correio da Manhã* em 1907 retomaram essa idéia de que o bigode fazia parte da natureza masculina e, por isso, era fundamental para distinguir os homens das mulheres. Como outras características físicas, o bigode se prestava a uma categorização hierarquizada das diferenças sexuais, justificando os diferentes papéis sociais de homens e mulheres. Assim, na esteira dos preceitos médicos, elas defenderam o uso do bigode por considerarem ameaçadora a existência de "homens efeminados"³⁸⁶ ou "homens-mulheres"³⁸⁷, questionando: "um chefe de família sem bigode, que respeito infundirá em seus filhos?"³⁸⁸. Tratava-se, enfim, de um "dístico do sexo forte", que não só conferia um aspecto atraente, másculo e sem o ar infantil, como inspirava o respeito necessário ao cumprimento de determinadas funções sociais³⁸⁹. Era justamente o contraste entre masculino e feminino que essas leitoras buscavam sustentar por meio de sua defesa do bigode:

É estranhável que, enquanto as mulheres se masculinizem, trajando a moda dos homens, estes se efeminizam, tirando os bigodes e usando paletós com talhe na cintura para salientar os quadris como são os que se trazem agora.³⁹⁰

As mudanças na aparência e no comportamento assustavam algumas participantes do concurso que, influenciadas por discursos científicos, almejavam identificar e manter uma suposta ordem natural àquela sociedade. Nesse mesmo sentido, outras faziam considerações mais elaboradas sobre a temática, o que permitia observar as tensões dessa argumentação:

(...) nós pobres representantes do sexo que os homens entenderam denominar fraco e belo! Pois, realmente, se somos fracas e belas, necessariamente devem os homens em tudo concorrer para que sejam evidentemente fortes, ufanos pelos dotes possantes que lhes facultou a natureza e conseqüentemente aos olhos de todas as mulheres mostrarem que secundam a decisão da criação humana. (...) Devemos pois ser humildes comparadas todas ao garbo, força e musculatura masculinas, a cuja pujança está confiada nossa existência e a defesa de nossa fragilidade. Para isso,

³⁸⁶ *Correio da Manhã*, 24/04/1907, voto de Kivia Policeno.

³⁸⁷ *Correio da Manhã*, 14/04/1907, voto de Clotilde de Azevedo.

³⁸⁸ *Correio da Manhã*, 31/03/1907, voto de Maria Clélia de Melo e Silva e 14/04/1907, voto de Arminza de Azevedo Lima.

³⁸⁹ *Correio da Manhã*, 03/03/1907, voto de Isaura; 07/04/1907, voto de Elisa de Silva; 10/03/1907, voto de Amélia Moreira e 10/03/1907, voto de Josefina.

³⁹⁰ *Correio da Manhã*, 10/03/1907, voto de Marlysia.

porém necessário é que exista um contraste flagrante entre o homem e a mulher, contraste com que a natureza dotou o homem, dando a sua fisionomia a barba espessa ou o lindo bigode. Só com isso o homem vencer-nos-á. (...) A beleza e elegância é nossa; a nossa fragilidade tão apregoada que contraste, portanto, com a compostura viril do homem, com sua beleza natural de uma barba bem tratada, no imponente e arrojado bigode bem frisado, ou finalmente no fino e aveludado buço negro, que até ao adolescente dá a verdadeira e nobre figura do *homem de verdade*³⁹¹

Em defesa do bigode, a leitora passava a apontar uma série de características que deveriam ser ostentadas pelos homens, como garbo, força, musculatura, virilidade. Mais que desejáveis porém, esses atributos eram fundamentais para que as mulheres se definissem, de fato, pela fraqueza, elegância e beleza. Ao mesmo tempo que reafirmava a condição de provedor do homem e seu papel de protetor da mulher, ela também denunciava a instabilidade dessa suposta superioridade masculina. Na sua visão, o sexo definia os homens e suas funções sociais, ou seja, seria como uma base para o gênero. Entretanto, como apontou Rodhen, essa leitora não via o sexo como algo definitivo e isento de ameaças. Pelo contrário, aparências e hábitos pareciam fundamentais para que os limites da diferença sexual fossem respeitados. Outras leitoras criticaram essa postura e questionaram abertamente a concepção de que as relações de dominação estariam condicionadas por atributos físicos. Assim, M. Fonseca ironizava: "se das barbas que depende o respeito dos seus futuros filhos aos futuros maridos, aconselho que se casem antes com um urso ou melhor... com um bode!"³⁹². A falta de consenso entre as participantes nos fornece indícios sobre as brechas existentes em relação à definição do sexo masculino e da masculinidade, o que também era observado nos anúncios publicitários dos jornais:

³⁹¹ *Correio da Manhã*, 21/04/1907, voto de J.M.S., grifo no original.

³⁹² *Correio da Manhã*, 28/04/1907.

CINTURÃO ELECTRIC DO DR. M. T. SANDEN
DE NOVA YORK
 Privilegiado nos países estrangeiros e na República das Estados Unidos do Brasil
 PATENTE N. 2408



Cada bateria de meu aparelho é garantida por um anno e pela fim de commum com as avies chamadas baterias electricas que por ali se vendem.
 Cura todas as molestias nervosas. RHEUMATISMO, DYSPEPSIA, MOLESTIAS DOS RINS, DO FIGADO E MOLESTIAS DAS SENHORAS, ETC., ETC.

ATTESTADO
CURADA DA SCIATICA
 Paris, Lemgo, 18 de janeiro de 1902.
 Ilmo. sr. Dr. M. T. Sanden,
 Rio de Janeiro.

Ilmo. sr. — Há alguns dias vim escrever a pedido da exma. ora. d. Etelvina Olyntha Nogueira, em resposta da vossa carta de 7, 17 e 27 do proximo passado meo, participando-vos que estava de posse do Cinturão e que já fazia uso do mesmo, e como não tive resposta, nem ella da recepção, venho de novo sciificat-vos e bem assim dizer-vos com grande satisfação que a vossa doente já abandonou as meditas, e anda bem regularmente, tendo os joelhos quasi desinchados.
 Sem mais, subscrevo-me com estima e consideração
 de V. S.
 Amro. Alto e Apdo.,
 (Assinado) Trinda Correa Dias Junior,

Caso não possais vir, mandas lincar ou pedir por escriptos meus folhetos descriptivos "VIGOR" e "SAUDE NA NATUREZA" os quais se-vosio enviados gratuitamente a vossa residência, com a minha devida.

55, Rua Gonçalves Dias -- Rio de Janeiro
 Das 7 horas da manhã ás 5 da tarde — Domingos, das 7 ao meio dia
 BREVES ABERT. SEXTAS-FEIRAS d'hoje
 O Cinturão é remittido registrado, posto gratis, para qualquer parte da Republica

Correio da Manhã, 29/01/1902.

Tornae-vos um homem!
 De que natureza?
 De qual direcção?

Enchei este "coupon", abaixo, e pela volta do correio, enviar-vos-ei meus folhetos.

"VIGOR" E "SAUDE"
 Anhem-se estes folhetos de informações para os homens.

Nome _____

Residencia _____

Dr. M. T. SANDEN
55 GONÇALVES DIAS 55
 Rio de Janeiro

Correio da Manhã, 18/07/1902.

O cinturão elétrico destinava-se à cura de "todas as moléstias nervosas, reumatismo, dispepsia, moléstias dos rins, do fígado e moléstias das senhoras, etc., etc.". A carta anexada ao primeiro anúncio relatava a satisfação da sra. dona Etelvina Olyntha Nogueira com o aparelho. Conforme apresentado em caixa alta, ela estaria "curada da ciática" graças ao cinturão. No final, anunciava-se a possibilidade de envio de folhetos explicativos, intitulados "Vigor e Saúde". O anúncio do mesmo produto publicado meses mais tarde, com o cupom a ser preenchido pelos interessados, também se referia ao envio do folheto. Dessa vez, porém, a estratégia do cupom e o recorte do público-alvo eram diferenciados. A partir do evocativo "tornai-vos um homem", a publicidade remetia a certas características físicas que condicionavam a masculinidade, como vigor, saúde e potência sexual.

Entretanto, contrariando as expectativas de muitas leitoras, o musculoso garoto propaganda do primeiro anúncio estava sem bigode. Provavelmente, a imagem havia sido enviada da matriz, localizada em Nova York, onde era moda a cara raspada. A cópia dos hábitos americanos e ingleses em relação à barba também foi abordada pelas participantes do concurso. Maria Clélia, por exemplo, garantia que:

(...) estes belos e gentis jovens da atualidade, da moda enfim, abolissem tão chic ornamento tornar-se-ia até estranho. E que diriam os ingleses? Que os meus conterrâneos quizeram imitá-los; eu, porém, é que não consentiria isso, pois que assim ficaria firmada a nossa qualificação de macacos (segundo a opinião dos argentinos).³⁹³

³⁹³ Correio da Manhã, 07/04/1907.

Da identidade masculina à identidade nacional, o bigode era debatido calorosamente por essas mulheres que buscavam reunir os melhores argumentos para defender a sua posição. A menção à rivalidade entre Brasil e Argentina, que existia há muito tempo, não raro acompanhada de trocas de ofensas através da imprensa desses dois países, era significativa³⁹⁴. Afinal, nesse contexto, a qualificação de "macaco" era particularmente incômoda, pois fazia referência à ascendência africana da maior parte dos brasileiros, em uma época na qual parcelas da elite investiam em políticas de branqueamento da população nacional, com forte incentivo à imigração européia.

Para rebater as idéias dessa última participante, porém, a leitora Dudu Coelho considerava que "a inteligência de um povo está em grande parte em saber fazer uma seleção perfeita entre o que há de bom e ruim, adaptável e desprezível das outras nações, assimilando as primeiras, desprezando as últimas"³⁹⁵. Outras, por sua vez, buscavam associar o bigode a uma característica transcendente da "civilização ocidental", superior às demais raças. A associação entre natureza e caracteres físicos mesclava, portanto, superioridade não apenas em termos de gênero, mas também de raça³⁹⁶. Em uma perspectiva evolucionista, todas essas intervenções compartilhavam o esforço de apagar a herança da escravidão, usando o bigode – tanto sua adoção quanto seu abandono – como indício do grau de progresso brasileiro frente aos países mais desenvolvidos.

Outro ponto fundamental do debate, motivo de controvérsia entre as escritoras, era a relação entre bigode e saúde. Se para algumas o bigode conferia um aspecto mais másculo, para Solange Sorel tratava-se de um "foco de micróbios", uma "coisa anti-higiênica"³⁹⁷ a ser rejeitada por moços e velhos. Franciscolina Durão também considerava a cara raspada muito mais higiênica e recomendável³⁹⁸. A partir dessas declarações, essas senhoras passaram a ser alvo de ataques e de contra-argumentações, assim como de simpatias. Então, para justificar seu posicionamento, Herminia Pinto considerava necessário dizer que apoiava "em tudo a opinião de D. Franciscolina Durão"³⁹⁹. Por outro lado, Eloya

³⁹⁴ Ver Silva, Raphael Frederico Acioli Moreira da. "Os macaquitos na bruzundanga: racismo, folclore e nação em Lima Barreto (1881-1922)" in Chalhoub, Sidney; Neves, Margarida de Souza e Pereira, Leonardo Affonso de Miranda. *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005, pp.159-197

³⁹⁵ *Correio da Manhã*, 21/04/1907.

³⁹⁶ *Correio da Manhã*, 28/04/1907, votos de Isabel Desmarais Costa e Maria Desmarais Costa.

³⁹⁷ *Correio da Manhã*, 03/03/1907.

³⁹⁸ *Correio da Manhã*, 17/03/1907.

³⁹⁹ *Correio da Manhã*, 14/04/1907.

Guimarães Junior ironizava sugerindo que D. Franciscolina deveria raspar o próprio cabelo para ser mais higiênica⁴⁰⁰. Para rebater a fala de Solange Sorel, Albertina Ribeiro lembrava:

que o curioso assunto que serviu de tema àquele concurso concernia à parte sã da nossa sociedade que é representada pelo *high-life* brasileiro e constituído por *ours finest gentlemens* (sic), e foi assim que *plus part des dames* ou *demoiselles, women, lady* ou *wife*, soube corresponder ao apelo dos sectários do assunto em correspondência. O pessimismo da ilustre concorrente completamente apaixonada pela inovação do *style* que constitui nos jovens o rasparem os seus eflúvios e sedosos bigodinhos, classifica-os de foco de micróbios (por mais asseados que sejam) e de anti-higiênicos! O equívoco da minha antagonista é manifesto; e para chegarmos em resultados convincentes basta em contraposição lembrar-lhe que, se a gloriosa corporação médica que adora a profissão que abraçou mesmo por um fenômeno conseqüente alcançasse a possibilidade de alojamento nos seus bigodes de animalículos bacteriológicos, por um sentimento de conservação próprio, quando não o fosse extensivo à sociedade em geral, teria agitado essa questão, e não vacilaria em raspá-los; aconselhando como medida de higiene, salutar e profilática a extinção dos bigodes (...)⁴⁰¹

Albertina rebatia os argumentos de sua "antagonista" por várias formas. Primeiro, tentava delimitar o público-alvo do concurso, que na sua concepção não dizia respeito aos desgrenhados bigodes populares, mas àqueles do "high life" carioca. Em seguida, desqualificava o procedimento de evocar a ciência apenas para justificar um gosto, ou seja, uma preferência. Por fim, lembrava que os membros da "gloriosa corporação médica", ciosos pela manutenção da higiene e de sua própria saúde, tinham bigodes e não recomendavam sua extinção. Para ela, se os homens autorizados a falar em nome da ciência não faziam ressalvas ao referido adorno, uma mulher sem os mesmos estudos estaria completamente desautorizada a empregar tais termos.

Assim, Albertina sugeria limites de classe e de gênero, promovendo a desqualificação de outras participantes do concurso. Sua visão, porém, não era compartilhada por outras mulheres que remeteram cartas ao jornal. Assim, Adelina Rein, residente em Engenho de Dentro, vinha pedir acolhida para uma "obscura filha da classe laboriosa" e votava pela cara raspada por "discernimento próprio"⁴⁰². Iracema Santos, por sua vez, mencionava a "teoria da higiene moderna", sugerindo aos drs. Oswaldo Cruz e

⁴⁰⁰ *Correio da Manhã*, 24/03/1907.

⁴⁰¹ *Correio da Manhã*, 10/03/1907.

⁴⁰² *Correio da Manhã*, 21/04/1907.

Azurem Furtado a criação de um "batalhão queima bigodes, semelhante do mata mosquitos", o qual ela mesma poderia comandar, extinguindo "bigodinhos e bigodões, sedosos ou não"⁴⁰³. No Rio de Janeiro na virada para o século XX, a higiene era um tema de interesse geral e sempre presente nos debates políticos. Após grandes epidemias do século XIX, a municipalidade e o Estado conferiram muito poder aos médicos, fosse para intervir na organização da cidade, fosse para controlar a vida de seus habitantes. Como denunciava o próprio *Correio da Manhã*, em nome da ciência, as autoridades estabeleceram leis severas, como a vacinação obrigatória em 1904, ou projetos que não beneficiavam diretamente a população, como as reformas urbanas. Os argumentos científicos, aparentemente neutros, eram empregados para justificar as decisões arbitrárias e elitistas dos políticos⁴⁰⁴. Então, mais que evocar a ciência para justificar seus gostos, as leitoras abordavam uma matéria muito presente em suas vidas e, pela via do concurso, participavam desse debate de fundo político, contestando os limites estabelecidos sobre o que mulheres poderiam discutir.

Essas controvérsias nos chegaram apesar da seleção feita pelos redatores, que censuraram algumas cartas por falta de espaço e outras por conterem "insinuações escabrosas"⁴⁰⁵. Ainda assim, esses embates entre as leitoras evidenciavam que, abertas as páginas do jornal à participação feminina, seria difícil delimitar a classe social das votantes, assim como suas formas de expressão. Por outro lado, por mais discordâncias que tivessem, essas mulheres conheciam a dinâmica dos debates na imprensa, rebatendo as críticas de diferentes formas, que iam da argumentação à ridicularização, tal como os debates travados entres jornalistas ou colaboradores. Não é possível dizer em que medida as respostas a essa enquête correspondiam à expectativa dos editores do *Correio da Manhã*, mas o seu desenvolvimento surpreendeu as próprias participantes:

Quando há tempo li, no vosso conceituado órgão o 'concurso original', não dei a mínima importância, perdoe a minha franqueza, e não pensei jamais, que a *questão* chegasse ao ponto que chegou. Tenho acompanhado as opiniões de minhas patrícias, e como vejo que até *polêmica* tem causado tão

⁴⁰³ *Correio da Manhã*, 07/04/1907 e 21/04/1907.

⁴⁰⁴ Chalhoub, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁴⁰⁵ *Correio da Manhã*, 28/04/1907.

singular Concurso, venho muito humildemente, se assim me ajudar a vossa boa vontade de ouvir-me, dar muito pálida a minha opinião, o meu... voto.⁴⁰⁶

Com a mesma franqueza que havia considerado o concurso sem importância, essa leitora voltava atrás e pedia que sua participação fosse inserida. O fato de ter gerado polêmicas havia despertado o seu interesse pelo debate, independente do assunto em si. Finda essa enquete, o *Correio da Manhã* iniciou outra sobre o divórcio. Na proposta, os editores do jornal manifestavam seu entusiasmo com a repercussão do primeiro concurso feminino:

O êxito colossal alcançado pelo nosso "Concurso Original" leva-nos a abrir um novo *certamen*, de não menor interesse e de grande atualidade, para o qual convidamos as nossas gentis leitoras a dar a sua valiosa opinião.

Trata-se do *Divórcio*, questão palpitante e de extraordinário alcance moral e sociológico.

A questão já tem sido brilhantemente discutida no Congresso Nacional pelo sr. Érico Coelho, em tese de doutoramento pelo sr. James Darcy e, na imprensa, por vários espíritos de eleição, entre outros o de *Carmem Dolores* a nossa ilustre colaboradora.

Recebermos com prazer os votos das nossas leitoras, sobre tão momentoso assunto.⁴⁰⁷

O sucesso levava à abertura de outro concurso nos mesmos moldes, ainda que sobre um tema totalmente diferente. Na proposição, havia uma série de referências a discussões recentes sobre o divórcio. Afinal, em 1893, o então deputado Érico Coelho havia proposto o primeiro projeto de revisão do casamento civil e, em 1898, o advogado James Darcy apresentou uma tese de doutorado sobre o mesmo tema⁴⁰⁸. Outro famoso projeto de divórcio, não mencionado na proposta, foi elaborado pelo senador Martinho Garcez e discutido em 1900⁴⁰⁹. A menção a Carmem Dolores e suas opiniões controversas visavam incentivar a participação das próprias leitoras, cujos julgamentos ocupariam lugar de destaque na folha a partir de então.

⁴⁰⁶ *Correio da Manhã*, 28/04/1907, grifos no original.

⁴⁰⁷ *Correio da Manhã*, "O Divórcio: novo concurso do *Correio da Manhã*", 12/05/1907, p.1.

⁴⁰⁸ Ver *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893, vol.II, sessão 20/06/1893, pp.322-333 e Darcy, James F. *Theses*. Rio de Janeiro: Typographia da Revista Catholica, 1898 [exemplar disponível para consulta na Biblioteca Carvalho de Mendonça da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ]. Porém, em seus mandatos posteriores, esses dois homens não fizeram novas proposições nesse sentido: em seu mandato de senador, entre 1906 e 1909, Érico Coelho não voltou ao tema do casamento civil e, James Darcy, como deputado estadual (1901-1905) e federal (1903-1908) não tratou do divórcio.

⁴⁰⁹ Ver *Anais do Senado*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900, vol. I, sessão 30/07/1900, pp. 270-282.

A diferença em relação ao tema do primeiro concurso foi destacada por algumas participantes. Maria Dalila de Pinto afirmou que apreciou a idéia da enquete anterior e "ainda mais este agora em que trata-se(sic) de um caso muito sério"⁴¹⁰. Clélia Funny também vinha dar o seu "voto para essa tão momentosa questão do divórcio"⁴¹¹. A seriedade do assunto atraiu a atenção de algumas mulheres:

É com pressurosa boa vontade, sr. Redator, que atendo a este segundo rufar de caixas do simpático *Correio da Manhã*. Ao primeiro, se bem que correspondesse melhor à denominada *futilidade feminina* (amável frase do sexo forte) não atendi; quanto a este, porém, que mais de perto afeta à mulher perante a família e perante a sociedade, não me era lícito silenciar.⁴¹²

Acompanhei com curiosidade e pouco interesse o originalíssimo concurso que abristes sobre a conveniência ou gosto do uso ou não do bigode. Digo que acompanhei sem interesse, porque penso que o bem estar da mulher não depende de seu noivo ou esposo possuir *basto e sedoso bigode*. (...) venho nesta despretensiosa carta pedir-vos publicar o que penso sobre a palpitante questão que tão de perto interessa ao sexo feminino, sempre mal compreendido e menos prezado pelos homens, ou seja o chamado *sexo forte*..."⁴¹³

Clélia Régis, a autora do primeiro excerto citado, se negou a participar de um concurso que reforçava a associação entre futilidade e feminino. Por outro lado, considerou importante se manifestar sobre o divórcio, que afetava as mulheres em sua relação com a família e com a sociedade. No mesmo sentido, Maria Ferreira Magalhães, autora do segundo trecho, associava o primeiro concurso à curiosidade, enquanto o segundo realmente interessaria à mulher. A oportunidade de usar jornal também era vista como algo positivo, que permitiria ampliar o diálogo entre homens e mulheres. Buscando intervir na própria estrutura do concurso, uma leitora anônima sugeria que ele fosse aberto aos dois sexos e que, além disso, o jornal disponibilizasse uma cédula para facilitar a apuração⁴¹⁴. Por preverem as discordâncias e os debates, os editores mantiveram a postura de publicar não só os votos, como as opiniões das participantes. Porém, a questão sobre a seleção do

⁴¹⁰ *Correio da Manhã*, 02/06/1907, voto de Maria Dalila de Pinto.

⁴¹¹ *Correio da Manhã*, 02/06/1907, voto de Clélia Funny.

⁴¹² *Correio da Manhã*, 02/06/1907, voto de Clélia Régis, grifo no original.

⁴¹³ *Correio da Manhã*, 09/06/1907, voto de Maria Ferreira Magalhães, grifo no original.

⁴¹⁴ *Correio da Manhã*, 09/06/1907, voto de M.D.

público se mantém, o que nos leva a contextualizar a inserção do concurso sobre o divórcio em um debate mais amplo sobre o tema.

4. Casamento civil: amor, contrato e história

Em outubro de 1901, um projeto de lei sobre possíveis equivalências entre casamentos civis e religiosos tramitava na câmara dos deputados. Desde janeiro de 1890, com a aprovação do decreto que promulgava as uniões civis (decreto 181 de 24/01/1890), o Estado deixara de reconhecer os efeitos legais de casamentos religiosos. A partir de então, os casais que se uniam apenas pelo sacramento do matrimônio, sem comparecer diante da justiça, encontraram uma série de problemas no momento de dividir os bens e de reconhecer os herdeiros. Tendo em vista essas questões, assim como o debate parlamentar, colaboradores do *Correio da Manhã* usavam a seção de honra do jornal para discutir os sentidos do casamento civil e seu impacto sobre a sociedade brasileira.

O médico Manoel Vitorino foi o primeiro a se manifestar e publicou um artigo em que defendia que o sacramento do matrimônio, realizado pela Igreja, deveria ter validade legal, o que automaticamente regularizaria a situação de inúmeras famílias⁴¹⁵. Na sua concepção, além de evitar confusões e de ser coerente com “as nossas tradições e costumes”, essa medida seria mais acessível e segura que confiar a instituição familiar à frágil burocracia republicana, repleta de falhas e corrupção. Para rebater esses argumentos, o advogado Souza Bandeira enfatizava que a obrigatoriedade do casamento civil “já está fora de combate”, reforçando a importância da separação entre temporal e espiritual, assim como da não concessão de quaisquer privilégios a grupos religiosos⁴¹⁶. Segundo ele, o papel do Estado frente àqueles que, mal aconselhados ou ignorando a lei, não haviam se casado civilmente era “convencê-los de que devem ir ao pretor”.

Em alguns momentos, a própria imprensa trabalhou nesse sentido, usando notícias para mostrar que o casamento civil era uma condição imprescindível para ter acesso a determinados direitos. A história de Ana Julia da Conceição, por exemplo, foi narrada com os mínimos detalhes:

⁴¹⁵ *Correio da Manhã*, “A família brasileira” de Manoel Vitorino, 15/10/1901, p1.

⁴¹⁶ *Correio da Manhã*, “Abelhas e casamento” de Souza Bandeira, 28/10/1901, p.1.

Em 12 de dezembro de 1891 esta senhora contraiu casamento com o seu compatriota Antonio Cabral, cujo ato religioso se realizou na freguesia de Santana, como se vê da respectiva certidão. Ignorando por completo a falta de garantias, perante a lei, que semelhante matrimônio lhe traria mais tarde, Antonio Cabral e Ana Julia não se lembraram de legalizar o ato, certos de que se achavam bem casados. Deste consórcio existem três filhos, Filomena, José e Alfredo, que, por circunstâncias da lei do casamento civil, estavam também desprotegidos para todos os efeitos. Neste estado viveu a família até que adoecendo gravemente o seu chefe, Julia procurou zelar pelos seus interesses e de seus filhos, visto como o casal possuía o barracão em que residem, à rua da Capela n.29, estação da Piedade. Começou aí a sua desilusão, porquanto ela se certificou do erro em que elaborou, deixando de se casar civilmente. Bem ensinada, e já em terrível desespero, procurou a referida senhora os meios necessários para ser feito o casamento de acordo com o decreto n.181 de 1890. (...)⁴¹⁷

Para inspirar outros leitores tão desinformados quanto Ana Julia, o jornalista não só relatava todo o percurso dessa mulher, como enfatizava seu fim trágico. Afinal, quando passou a reivindicar o casamento civil, o escrivão da 13ª. pretoria criou uma série de barreiras à regularização de sua condição, o que levou a requerente a enlouquecer após a morte do marido, causando "dolorosa impressão à vizinhança". Além de ter um caráter pedagógico, alertando as famílias modestas sobre a importância do casamento civil, essa notícia denunciava o comportamento do funcionário público envolvido, pois revelava que ele havia praticado um suborno. A menção a esse e outros casos de corrupção reforçava as críticas quanto à falta de confiabilidade das repartições públicas, mostrando os empecilhos a serem enfrentados pelos cidadãos para garantir direitos legítimos, com o constante risco de serem enganados ou roubados por autoridades desonestas⁴¹⁸.

A despeito dessas dificuldades, a submissão aos preceitos legais, com o registro de casamentos na pretoria ou na delegacia, era algo bastante valorizado por muitas jovens pobres e suas famílias, como mostraram Martha Abreu e Sueann Caulfield em suas pesquisas sobre crimes sexuais entre o final do século XIX e o início do XX⁴¹⁹. Para as ofendidas que depuseram em processos desse caráter, estar legalmente casada poderia

⁴¹⁷ *Correio da Manhã*, "Crueldade", 17/07/1903, p.2.

⁴¹⁸ Ver *Correio da Manhã*, "Miséria no foro", 13/07/1907, p.1. Nessa matéria, o jornal denunciava que "grande número de casamentos celebrados em 1898-99 e 1900 na 5ª. Pretoria não podem ser provados, isto é, não têm existência jurídica ou legal", já que nos livros havia folhas arrancadas ou registros sem assinatura do pretor.

⁴¹⁹ Ver Esteves, Martha Abreu. *Meninas perdidas(...)* op.cit., pp.185-190; Caulfield, Sueann. *Em defesa da honra (...)*, op. cit., pp.216-226. Sobre a transição para o casamento e alguns dos sentidos conferidos a esse processo pelas mulheres nos Estados Unidos, ao longo do século XIX, ver Hartog, Hendrik. *Man and Wife in America: a history*. Cambridge: Harvard University Press, 2002, p.42.

adquirir sentidos diversos, como se libertar do controle dos pais, ter reconhecimento social e respeitabilidade. Essa valorização, entretanto, não invalidava os arranjos matrimoniais alternativos, sem reconhecimento legal ou religioso. Os jornais diários daquele período estavam repletos de histórias de amásios, amantes e amancebados, sobretudo nas colunas policiais⁴²⁰. Além de estratégia para atrair leitores, a recorrência de relatos de agressões, ofensas e separações entre casais de trabalhadores indicava, a um só tempo, a centralidade e o caráter instável das uniões amorosas em suas vidas⁴²¹.

Na cobertura de crimes motivados por questões amorosas, quanto mais alta a classe social do casal envolvido, maior destaque a notícia receberia na imprensa. Aqueles ocorridos em bairros nobres da cidade, como o "drama de Botafogo" ou a "tragédia da Tijuca", ocupavam a primeira página, com direito a descrições minuciosas e investigativas⁴²². O mesmo ocorria em relação a crimes que envolviam figuras célebres, como o assassinato de Euclides da Cunha pelo amante de sua esposa em 1909, referido no *Correio da Manhã* e em outros periódicos como "tragédia da Piedade"⁴²³. A abordagem de casos de adultério também era frequente em textos de ficção divulgados pela imprensa. Eles traziam a descrição de decepções e fraquezas femininas no casamento ou o constrangedor reencontro de casais após a separação, entre outros temas⁴²⁴. No teatro, também eram

⁴²⁰ O enredo dessas notícias era construído com base nas informações recolhidas nos livros de ocorrência das delegacias policiais e abarcavam casos muito diversos, não raro acompanhados por juízo de valor dos jornalistas. Sob títulos como "Marido perverso", havia casos como o de Irineu Luiz da Costa que, por ter "suas razões", havia desconfiado e agredido a esposa, criada em uma casa no mesmo bairro onde o casal morava, o Engenho de Dentro. *Correio da Manhã*, 08/06/1902, p.2. Em outra nota policial, Arcanja de Jesus foi descrita como "uma mulherzinha que não guarda desaforos" e que desferiu golpes de navalha contra seu ex-amante na rua. *Correio da Manhã*, "Na Polícia e nas ruas – Mulher valente – cacetadas e navalhadas", 26/09/1902, p.2.

⁴²¹ A falta de reconhecimento legal e religioso não invalida a importância dessas uniões, principalmente do ponto de vista analítico. Afinal, como destacou Sharon Marcus, "o sentido do casamento não se esgota em sua definição legal, e formas de casamento socialmente aceitas e que existiam fora da lei informavam as mudanças legais dessa instituição". No caso, a autora estuda como o reconhecimento público de casamentos entre mulheres da alta sociedade, mesmo que não reconhecidos em lei, influenciaram as reformas legais sobre divórcio na Inglaterra em meados do século XIX. Marcus, Sharon. *Between Women: friendship, desire and marriage in Victorian England*. Princeton: Princeton University Press, 2007, p.194.

⁴²² *Correio da Manhã*, 05/01/1905, "Drama de Botafogo", p.1. O jornal acompanha a investigação do crime até o final do ano, ver 27/12/1905, p.2. *Correio da Manhã*, 26/04/1906, "Uma tragédia no alto da Tijuca". Repercussões sobre o caso foram encontradas até fevereiro do ano seguinte, por ocasião do julgamento do envolvido, ver 27/02/1907, p.1.

⁴²³ *Correio da Manhã*, 17/08/1909, "Tragédia da Piedade – Euclides da Cunha", p.2. No dia anterior, quando houve a primeira notícia do crime, o título era "A tragédia de ontem – Euclides da Cunha assassinado" e vinha na primeira página do jornal.

⁴²⁴ Como exemplo, ver *Correio da Manhã*, "Confidência" de Coelho Netto, 27/07/1902, no qual o célebre literato relatava as confissões da elegante Alice: sua decepção com seu marido, que era excessivamente respeitoso, fazia com que ela correspondesse aos apertos de mão do galanteador Zico, cuja "brutalidade" fazia

veiculadas peças sobre essa temática, assim como aquelas com referência aos debates franceses sobre o divórcio⁴²⁵. Como afirmou o historiador Francis Ronsin em relação à França oitocentista, se existiam casais felizes naquele momento, descrever sua existência pacífica estava absolutamente fora de moda⁴²⁶.

Entretanto, se o decreto de 1890 previa a separação de corpos e de bens como recurso aos casais insatisfeitos, ele não concedia o direito de que homens e mulheres legalmente separados estabelecessem novas uniões civis. Assim, a exemplo do sacramento do matrimônio consagrado pela Igreja Católica, o casamento civil era orientado pelo princípio da indissolubilidade. Na prática, isso não impedia que novos vínculos se estabelecessem entre cidadãos egressos do casamento civil, mas limitava o acesso a direitos, como o reconhecimento dos filhos de uniões posteriores.

Essa contradição da legislação, à sombra de um preceito religioso, influenciava as visões sobre o caráter do casamento e os papéis dos cônjuges. No romance *A Intrusa*, a personagem Dona Pedrosa, ao encontrar com Marianinha Serpa em um restaurante, segredava à sua filha que “esta senhora é casada com um médico e tem dele não sei quantos filhos... abandonou a família e participou agora a toda a gente o seu casamento com este...”, destacando que o marido abandonado “também se casou com outra”. Diante dessas revelações, a filha ponderava:

Ela cuidara sempre que os laços do matrimônio eram indissolúveis... A grande poesia do casamento parecia-lhe estar na perpetuidade do amor e na perpetuidade do voto. Que era o casamento, então? Um contrato quebradiço, sujeito a ser violado no primeiro amuo? As idéias embaralhavam-se-lhe na cabeça. Ainda na véspera discutira-se à mesa, em sua casa, a lei do divórcio. E o próprio pai afirmara que ela jamais seria decretada no Brasil...⁴²⁷

com que ela se entregasse a "sonhos voluptuosos". Ver também *Correio da Manhã*, "Deveres de Ofício" de Carmem Dolores, 04/02/1907, p.1. Após emprestar o consultório para que o amigo tivesse uma conferência amorosa, o médico Márcio descobriu que a mulher era sua ex-esposa, que havia deixado há três anos, “por motivos de leviandade dela”.

⁴²⁵ Ver *Correio da Manhã*, "Réjane" de H.M., 25/07/1902, p.1. Crítica da atuação da atriz francesa na peça *Divorçons!*, escrita por Sardou e Nanjac em 1880, quatro anos antes da aprovação da lei do divórcio na França.

⁴²⁶ Ronsin, Francis. *Les divorciaires: affrontments politiques et conceptions du mariage dans la France du XIXe. Siècle*. Paris: Éditions Aubier, 1992, p.11. Histórias de casais, com suas diferentes maneiras de lidar com situações de conflito ou desunião, eram empregadas inclusive na publicidade impressa nos jornais. Ver, por exemplo o anúncio das "Pérolas de Essência de Terebenthina Clertan" intitulado "Quantos casais", anunciando como o produto poderia salvar uma união ameaçada, *Correio da Manhã*, 03/07/1902, p.3.

⁴²⁷ Almeida, Julia Lopes de. *A Intrusa*. Porto: Livraria Simões Lopes, 1935 [1908], p.131.

Ao questionar se o casamento era um contrato, suscetível de mudanças, ou um vínculo indissolúvel, regido por leis transcendentais, as reflexões da moça sintetizavam aspectos centrais dos debates jurídicos da época. A dissolubilidade do casamento, por exemplo, era a base de projetos de lei sobre o divórcio propostos em 1893 e em 1900⁴²⁸. Definir o casamento como um contrato, por sua vez, significava delimitar os direitos e as obrigações de maridos e esposas, reconhecendo que, uma vez desrespeitados esses deveres mútuos, o acordo entre eles poderia ser desfeito. Porém, organizar o casamento segundo a lógica do contrato que, ao menos teoricamente, regeria todas as trocas comerciais e de trabalho livre, poderia ser algo bastante incômodo⁴²⁹. Ao observar as hesitações de um juiz ante um caso de divórcio, iniciado no Nebraska em 1951, o historiador Hendrick Hartog avaliou como poderia ser problemático pensar o casamento como uma troca, em que mulheres forneciam obediência (ou sexo) por suporte financeiro. Ele também questionava as percepções dos contemporâneos sobre isso, indagando se “reduzir o casamento a nada além de um cálculo, a um documento no qual se equilibravam direitos e deveres, seria negar seu significado moral, religioso, cultural e político, seu romance e seu mistério”⁴³⁰.

No debate travado no *Correio da Manhã* em outubro de 1901, Souza Bandeira, defensor do casamento civil, buscou enfatizar as particularidades desse contrato, apontando sua subordinação ao amor. Ao longo do século XIX, grande parte das uniões matrimoniais legítimas foi resultado de acordos pecuniários entre pais de família, com destaque para a concessão do dote⁴³¹. Desde as últimas décadas oitocentistas, porém, fazia sentido para os

⁴²⁸ Projetos de leis sobre esse tema foram apresentados em 1893, pelo deputado Érico Colho, e em 1900, pelo senador Martinho Garcez, ver, respectivamente *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893, vol.II, sessão 20/06/1893, pp.322-333 e *Anais do Senado*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900, vol. I, sessão 30/07/1900, pp. 270-282.

⁴²⁹ Sobre a noção de contrato no período de emancipação dos escravos nos Estados Unidos, ver Stanley, Amy Dru. *From Bondage to Contract: wage labor, marriage and the market in the age of slave emancipation*. New York: Cambridge University Press, 1998, cujos argumentos serão discutidos adiante.

⁴³⁰ Hartog, Hendrik. *Man and Wife (...), op.cit.*, p.11.

⁴³¹ Ao estudar as mudanças na concessão do dote no Brasil, a historiadora estadunidense Muriel Nazzari identificou, entre escritores e jornalistas, uma série de argumentos contra essa prática na década de 1870. Segundo seus críticos, o dote colocava o dinheiro acima do amor e corrompia os homens, transformando-os em caça-dotes. Ao longo do século XIX, com a progressiva extinção dessa prática, novas expectativas se criaram em torno do papel de homens e mulheres no casamento. Nazzari, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

contemporâneos pensar sobre as primazias do amor⁴³². Nesse sentido, o advogado Souza Bandeira destacava:

E porque o casamento tem por base o sentimento mais indisciplinado e menos susceptível de peias, o amor, que Schopenhauer considerava o misterioso medianeiro do gênio da espécie promovendo a aproximação dos casais, com o fim único de perpetuar a humanidade, toda a intervenção do Estado no assunto deve se limitar ao que for absolutamente indispensável para assegurar os interesses da coexistência social, ficando às forças inconscientes da natureza o mais decisivo papel, neste ato tão importante da vida humana.⁴³³

Na sua formulação, era como se as características do amor condicionassem a própria intervenção do Estado no domínio do casamento. Se o amor era um sentimento suscetível, a legislação deveria estabelecer regras não só para a união de casais, mas para as separações e os novos encontros amorosos. Assim, sem contrariar a natureza e o progresso da humanidade, as determinações legais serviriam apenas para garantir o bem público. O sentimento amoroso não era algo a se negligenciar pois, mesmo aqueles que lutavam pelo restabelecimento do status do casamento religioso buscavam conciliar seus projetos a concepções sobre o amor. O artigo do deputado católico Joaquim Inácio Tosta, publicado no *Correio da Manhã* no mesmo período, usava os seguintes termos:

Confessamos que, excepcionalmente, a lei do amor que prende os dois corações se despedaça; a vida em comum sob o mesmo teto constitui um martírio sem par; o casamento torna-se um tormento; a família oferece o doloroso espetáculo de um corpo em dissolução e a felicidade doméstica não existe... (...) A Igreja permite o que é possível conceder humanamente: os cônjuges separam-se, quebram a cadeia material que os prende, vão viver distantes cada um no meio social de que é digno, sem atritos, sem torturas morais e ofensas pessoais de todo momento.⁴³⁴

⁴³² Clóvis Beliváquia, autor do projeto do Código Civil apresentado em 1901, mas que só seria aprovado em 1916, também buscava, segundo Sueann Caulfield, “adaptar o direito civil ao que entendida por uma família moderna – uma família constituída por amor e respeito mútuo e não pela arcaica ‘base egoística da autoridade’”, embora também defendesse a supressão da liberdade individual das mulheres em favor da família. Ver Caulfield, Sueann. *Em defesa da honra (...), op. cit.*, p.64.

⁴³³ *Correio da Manhã*, “Abelhas e casamento” de Souza Bandeira, 28/10/1901, p.1.

⁴³⁴ *Correio da Manhã*, “Salvemos a Família” de J. Inácio Tosta, 31/10/1901, p.1. Em 1910, Tosta era Diretor Geral dos Correios e tentou proibir a circulação de periódicos do “gênero alegre”, o que teve ampla repercussão na imprensa. A análise desse episódio mostra a relação entre Igreja, gênero e controle social. Ver Pereira, Cristiana Schettini. *Um gênero alegre: imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898-1916)*. Campinas, Unicamp, Dissertação de Mestrado, 1997, pp.80-98.

Reforçando os argumentos de Manoel Vitorino, Tosta era adepto da fórmula de que “o que Deus uniu o homem não separa”, ou seja, de que o casamento era incontestavelmente “regido pela lei divina, que não se dobra aos caprichos e às paixões humanas”. Ainda assim, se via na contingência de admitir, ressaltando seu caráter de exceção, a susceptibilidade da “lei do amor”. Diante desse fato, a Igreja concedia apenas a separação de corpos e de bens, mas não a dissolução do vínculo matrimonial e, conseqüentemente, a possibilidade de um novo casamento. Além de condizente com a “lei divina”, essa resolução também seria mais moral e civilizada, evitando a dissolução da família:

O espírito de destruição continua a soprar rijo, como tempestuoso furacão, por sobre o areópago dos legisladores nacionais, ameaçando a dissolução da família brasileira. Os filosofantes (sic) sem Deus, e, mais que todos, os regalistas do antigo regime, os que mais se irritam com as conquistas civilizadoras da Igreja, e querem a todo transe deprimir o catolicismo, não descansam um só momento na campanha da dissolução da família pela dissolubilidade do vínculo conjugal.⁴³⁵

Tosta buscava enfatizar o papel da Igreja no sentido de difundir a civilização, argumentando que a negação dessa verdade seria um retrocesso. Essa referência também remetia à afirmação de uma versão da história do casamento no Ocidente, com o objetivo de reforçar a importância do sacramento do matrimônio na moralização da sociedade e da família. Nas discussões sobre o divórcio, articular o problema em termos históricos foi um recurso mobilizado com diferentes sentidos ao longo do tempo e dependendo das intenções de seus autores. Os debates ocorridos no final do Antigo Regime francês sobre essa questão fornecem um bom exemplo nesse sentido. Por um lado, os defensores do divórcio argumentavam que a indissolubilidade do casamento havia sido criada pela Igreja Católica apenas em meados do século XVI e que, portanto, não se tratava de um dogma da religião, mas de uma decisão essencialmente política, que negava a experiência de todas as grandes civilizações precedentes, nas quais o divórcio havia sido uma prática comum. Por outro lado, a Igreja buscou “combater as alegações históricas e teológicas dos divorciários”, na

⁴³⁵ *Correio da Manhã*, “Salvemos a Família” de J. Inácio Tosta, 31/10/1901, p.1.

tentativa de provar que ultrajes à sua doutrina teriam consequências sociais terríveis, como o fim das instituições familiares e do próprio Estado⁴³⁶.

No Brasil, a regulamentação do casamento civil em 1890, fez com que alguns católicos também adotassem argumentos históricos, com ênfase em uma abordagem evolucionista. Assim, tomavam a família estabelecida segundo os preceitos da Igreja Católica como o auge da civilização ocidental, tal qual afirmou Tosta em seu artigo. Nesse sentido, o divórcio seria um atraso, rumo à desmoralização de toda a sociedade⁴³⁷. Os defensores do divórcio, por sua vez, também analisavam “a marcha evolutiva dos acontecimentos” e essa foi uma das linhas de argumentação de Pardal Mallet, no panfleto intitulado *Pelo divórcio!*, publicado em 1894. Com o objetivo de questionar os adversários do projeto do deputado Érico Coelho, ele dizia que o Brasil “não precisa percorrer de estado em estado a trajetória evolutiva dos outros povos para lhes apropriar as atuais condições do bem-estar individual e cívico”⁴³⁸. Por isso, traçava um quadro da evolução das organizações familiares ao longo do tempo, iniciando com a pré-história até a Revolução Francesa, além de apontamentos sobre suas variações através do espaço. A partir desse esquema, concluía:

Ora pois! Diante dos fatos, diante da etnografia e diante da história, desaparece esse espantalho de uma família, ideal e absoluta, imutável e eterna, em cujo nome proibam qualquer inovação e principalmente protestem contra a decretação do divórcio. – Não toquem na instituição da família! Ainda dirão? Mas por quê? O progresso e a vida não tem feito outra coisa senão modificá-la⁴³⁹.

Ao reconhecer que a família, enquanto um fenômeno social e humano, estava em constante mutação, Mallet também hierarquizava os diversos “estados” evolutivos, considerando a promiscuidade dos primitivos como uma escala zero, enquanto a monogamia estabelecida pela civilização ocidental seria a condição “mais perfeita”⁴⁴⁰. O

⁴³⁶ Ronsin, Francis. *Les divorciaires(...)*, op.cit., pp.11-12.

⁴³⁷ Argumentos evolucionistas também foram usados nos debates em torno dos Matrimonial Causes Act, aprovado na Inglaterra em 1857. Essa lei tirava os processos de divórcio das mãos da igreja e fazia com que o casamento fosse tratado como um contrato, não como um sacramento. Segundo Sharon Marcus, “opponentes e proponentes do casamento contratual compartilhavam a noção de que esse tema precisava ser entendido em termos de uma narrativa progressiva da civilização”. Marcus, Sharon. *Between Women (...)*, op.cit., p.216.

⁴³⁸ Mallet, Pardal. *Pelo Divórcio!* Rio de Janeiro: Fauchon & Cia., 1894, p.10.

⁴³⁹ Mallet, Pardal. *Pelo Divórcio!* op.cit., p.37.

⁴⁴⁰ Essa era apenas uma forma de avaliar. Estudos antropológicos alimentaram as polêmicas em torno do caráter do casamento em meados do século XIX na Inglaterra, fornecendo elementos que poderiam

reconhecimento legal da dissolubilidade do casamento civil, por sua vez, seria uma mudança extremamente positiva, que conduziria a um novo estágio de evolução. Tomar a Revolução Francesa como um marco temporal também indicava a tendência de adotar o país como um modelo de civilização, o que não impedia que também apresentasse perspectivas críticas à própria lei do divórcio na França, aprovada em 1884⁴⁴¹. Citando Herbert Spencer, Mallet condenava o excesso de dispositivos legais e defendia uma proposição de divórcio “mais radical”, inspirada no primeiro projeto de lei apresentado pelo deputado francês Alfred Naquet em 1876⁴⁴².

Muitos dos apelos do literato brasileiro flertavam com a idéia de “amor livre”, algo que era associado à imoralidade e à prostituição pelos críticos do casamento civil e do divórcio⁴⁴³. Na concepção de Mallet, entretanto, o “amor livre” contribuiria para melhorar a vida em sociedade, extirpando vícios e crimes. Paralelo a essas polêmicas, as discordâncias em torno do amor em geral, assim como de seu impacto sobre os relacionamentos, estavam associadas a diferentes concepções sobre como conjugar natureza humana e civilização, de forma a preservar a espécie e proporcionar a sua evolução. Nesse contexto, também cabiam conjecturas sobre os sentidos da diferença sexual e de gênero, algo que não passou despercebido às leitoras que enviaram cartas ao concurso sobre o divórcio.

fundamentar ou abalar a visão da monogamia como o auge da civilização. Sob influência da obra de Darwin, os primeiros antropólogos ingleses investiram em estudos sobre a família, enfrentando várias contradições sobre uma suposta “natureza humana”. Segundo a Sharon Marcus, “se a sociedade primitiva começou com incesto, casamento consanguíneo, promiscuidade, casamentos comunitários, infanticídio e poligamia, então não era possível universalizar o incesto como um tabu, nem argumentar que o casamento indissolúvel, monogâmico e hierárquico era fundamental na natureza humana ou na sociedade humana. Porque os antropólogos sabiam que múltiplas formas de casamento poderiam compor um sistema cultural e social, aqueles que acreditavam que o casamento indissolúvel e monogâmico representava um avanço na civilização eram colocados na extraordinária posição de ter que explicar o que fazia esse tipo de casamento mais civilizado que seus antecedentes. Ao fazer isso, eles também se posicionavam nos debates contemporâneos sobre casamento como contrato, e seus posicionamentos eram frequentemente discordantes”. Marcus, Sharon. *Between Women (...)*, op.cit., p.220, tradução minha.

⁴⁴¹ A primeira lei do divórcio na França foi aprovada em 1792, sendo revogada em 1816. O divórcio foi tema de inúmeros debates ao longo do século XIX, envolvendo figuras como Emile Girardin e Alexandre Dumas Filho. Ronsin, Francis. *Les divorciaires(...)*, op.cit. Sobre as críticas de Mallet às restrições da Lei Naquet de 1884 ver Mallet, Pardal. *Pelo Divórcio!* op.cit., p.90.

⁴⁴² Mallet, Pardal. *Pelo Divórcio!* op.cit., p.25.

⁴⁴³ Irritado com os projetos de lei sobre o divórcio, Tosta afirmava: “melhor fora terem descido francamente ao amor livre, poético, romântico, libado a largos sorvos à sombra da lei...” in *Correio da Manhã*, “Salvemos a Família” de J. Inácio Tosta, 31/10/1901, p.1. Para outro artigo no mesmo sentido, ver *Correio da Manhã*, “O divórcio” de Viriato de Medeiros, 17/08/1901, p.3. Nesse artigo, avaliando o projeto de lei, o divórcio era caracterizado como a proclamação dos direitos do “amor livre”, que “rebaixa o homem à categoria de bruto animal” e convertia o casamento em “prostituição legal”.

5. Contratos, direitos e trabalho

Estou daqui, senhor jornalista, a ler nos vossos olhos espertos a fina malícia que os anima. Quisestes, avivando uma questão por várias faces interessante, lançar à mais ampla discussão um problema cuja solução tem sido, a vosso ver, descurada. Previstes que seria fácil, e com razão. Para isso buscastes interessar o feminino e viestes pedir às legiões de preopinantes, que somos nós, o voto fundamentado sobre a matéria. O mesmo foi que dizer: "abri polémicas!" e soltar num campo de flores famintas abelhas longamente aprisionadas, com a recomendação escusada: "farta-vos!". Os voejos tontos, as ferroadas, meu senhor, aí vem. Não é que sejamos nós, as damas, maribondos de puas venenosas, e sintamos prazer em nos contrariarmos, em nos mortificarmos, em nos desfazermos umas das outras; não. Mas, meu senhor, é tão rara a ocasião de poder, nesta terra, uma mulher jogar as armas argutas e travar as suas contendidas na imprensa! Tão difícil se nos antolha o ensejo de espalhar das colunas de um jornal bem lido idéias ou... ressentimentos! Tão escassos se nos apresentam esses momentos de gritar de alto a nossa opinião – em geral só respeitada entre a cozinha e a copa (...)⁴⁴⁴

Ao redigir seu voto para o concurso do *Correio da Manhã*, Carmem A. Villa-Lobos refletiu nos termos acima, buscando inferir as intenções dos homens que haviam feito aquela proposta. A questão do divórcio, que vinha sendo amplamente debatida, ganharia nova abordagem com aquele convite às leitoras. De forma estratégica, alegava que as mulheres não tinham muitas possibilidades de discutir suas idéias fora do ambiente doméstico, o que justificaria os "voejos tontos" e as "ferroadas" que povoariam as páginas da imprensa. Nesse sentido, destacava que as discordâncias entre as participantes não decorreriam de um suposto caráter feminino, mas pelo fato de serem "famintas abelhas", a quem raramente era aberto um "campo de flores". Como ela, as leitoras não estavam alheias à gravidade do assunto tratado e conseguiram mobilizar, com muita desenvoltura, argumentos de peso em suas reflexões.

O caráter contratual do casamento civil, por exemplo, foi motivo de acirrada controvérsia e conduziu a indagações como: "por que motivo todos os contratos podem ser rompidos, e o casamento, que sem o amor sincero não é mais do que um simples contrato, há de permanecer indissolúvel, na sua base de papel e tinta, prejudicando interesses?"⁴⁴⁵. Dessa forma, apontava-se a incoerência da lei, argumentando que o fato do casamento ser um acordo peculiar, já que orientado pelo amor, só fazia reforçar a necessidade do reconhecimento legal de sua dissolubilidade. Apesar dessa argumentação contundente, a

⁴⁴⁴ *Correio da Manhã*, 26/05/1907, voto de Carmem A. Villa-Lobos.

⁴⁴⁵ *Correio da Manhã*, 26/05/1907, voto de Aimée Laif.

autora dessa questão era contra o divórcio, por temer que essa medida viesse “proteger o adultério e aumentar o número das profissionais do amor”. Seus receios quanto à manutenção de certa ordem moral estavam acima de qualquer lógica legislativa ou instabilidade amorosa. Mas essa seria apenas uma forma de conceber o problema, pois legislação, amor e moral foram temas recorrentes ao longo do concurso, sendo que inúmeras participantes usaram a idéia de contrato para pensar direitos, trabalho feminino e igualdade entre homens e mulheres.

A associação da reivindicação dos direitos das mulheres à luta pelo divórcio não seria, aliás, uma particularidade brasileira. Ao acompanhar os debates que antecederam a aprovação do divórcio na Inglaterra, a pesquisadora Sharon Marcus concluiu que não era apenas a dissolubilidade das uniões que estava em jogo, mas a própria noção de igualdade. Afinal, baseado na teoria liberal clássica, o contrato pressupunha um acordo entre indivíduos iguais e livres. Transplantado para o campo das uniões amorosas, isso poderia significar uma melhora na condição das esposas em relação aos maridos, colocando a lei a serviço da autonomia e da liberdade das mulheres⁴⁴⁶. Assim, em meados do século XIX, algumas militantes feministas inglesas viram a possibilidade de, por meio da mudança legislativa, transformar o casamento em um verdadeiro contrato. Naquele contexto, o direito das mulheres casadas às suas propriedades e aos seus salários foi uma das principais reivindicações⁴⁴⁷.

Na enquete do *Correio da Manhã*, algumas leitoras defenderam que o divórcio permitiria “alcançar os nossos direitos” e que seria um “verdadeiro benefício à mulher”⁴⁴⁸.

⁴⁴⁶ Segundo Sharon Marcus, apesar das críticas recentes, que enfatizaram as exclusões e desigualdades viabilizadas pela teoria do contrato, é preciso observar as apropriações feitas naquele momento específico, quando militantes feministas usaram a idéia do contrato para reivindicar liberdade. A partir de suas análises, ela concluiu que “feministas argumentavam que casamento não era verdadeiramente contratual porque, ao se casarem sob a lei inglesa, as mulheres desistiam da igualdade (pois esposas não eram iguais aos maridos), da autonomia (esposas ficavam sob a personalidade legal do marido), e liberdade (esposas poderiam obter um divórcio apenas em condições muito restritas)”. Marcus, Sharon. *Between Women (...)*, op.cit., p.215, tradução minha.

⁴⁴⁷ Para Sharon Marcus, o primeiro passo para a aprovação dessa reforma foi a petição de Barbara Leigh Smith em 1856, que solicitava a mudança da lei que regia a propriedade das mulheres casadas. A pesquisadora Mary Poovey, por sua vez, destacou a repercussão do divórcio de Caroline Norton, em 1836, no qual ficava patente a injustiça da lei inglesa no que tange aos direitos de propriedade das esposas. Os panfletos que Caroline Norton publicou em 1854 e 1855, com base em sua experiência, também teriam tido grande influência nas discussões sobre a nova lei. Em ambos os casos, o acesso das esposas à propriedade era algo fundamental. Ver Poovey, Mary. “Covered but not bound(...)”, op.cit. Sobre a luta pelo divórcio no movimento feminista francês, que se organizou a partir de 1860, ver Ronsin, Francis. *Les divorciaires(...)*, op.cit., pp.158 e seguintes.

⁴⁴⁸ *Correio da Manhã*, 26/05/1907, voto de Hermelinda e 11/08/1907, voto de LPC, respectivamente.

Porém, diferente do que foi observado em relação à atuação feminista na Inglaterra, a idéia de igualdade foi usada apenas para criticar o divórcio, remetendo aos perigos que a subversão de diferenças sexuais e de gênero poderia acarretar à sociedade⁴⁴⁹. Por outro lado, durante a enquete, a liberdade foi apontada como a base da construção de um possível status de igualdade entre homens e mulheres. Além disso, com exceção de mulheres que se declararam roubadas ou enganadas por seus maridos⁴⁵⁰, controvérsias sobre a propriedade não foram abordadas de forma direta pelas leitoras do jornal⁴⁵¹. Em compensação, não faltaram reflexões sobre a situação das mulheres após a separação, em relação à honra e, sobretudo, à subsistência. Ao lado da noção de liberdade, que encontrou grande ressonância entre as defensoras do divórcio pleno, o acesso das brasileiras a fontes de renda foi central entre as “divorciárias” que se manifestaram por meio do *Correio da Manhã*. Como declarava Jurema:

Bem poucos têm sabido avaliar que, na contingência da luta pela vida, é muito difícil o papel da mulher, sobretudo da mulher brasileira. Oriunda de um meio onde imperam preconceitos de toda a espécie, dificilmente a mulher honesta ousa enfrentá-los, na campanha em prol da sua liberdade e subsistência. Posto que, a sociedade moderna já vá libertando a mulher do interior do lar (*que se é o tabernáculo da família, é muitas vezes, teatro das mais pungentes e dolorosas misérias*), contudo, preciso se torna que uma lei seja feita para proteger aquelas que a boa sorte abandona.⁴⁵²

As idéias dessa leitora sobre as dificuldades encontradas pelas mulheres na “luta pela vida” eram condizentes com as opiniões emitidas por Carmem Dolores durante o

⁴⁴⁹ *Correio da Manhã*, 26/05/1907, voto de Aimée Laif em 26/05/1907 (“Não quero dizer que a mulher venha masculinizar-se; pelo contrário, a meu ver, quanto mais ela se igualar ao homem, mais concorrerá para a corrupção do meio em que vive. Porque desta igualdade, ela alcançando por macaquear-lhe a liberdade dos atos, acabará por imitar-lhe os vícios, e a mulher que fuma, veste-se de homem e fala sobre política... perde por completo o seu sexo”).

⁴⁵⁰ *Correio da Manhã*, 07/07/1907, voto de Theresa Henriqueta das Dores e 21/07/1907, voto de Maria Carolina Bandeira da Cunha.

⁴⁵¹ Como analisou Sueann Caulfield, “é importante reconhecer que os direitos de custódia e de propriedade por parte das mulheres casadas nas tradições jurídicas ibéricas herdadas pelo Brasil eram muito mais abrangentes que em muitas nações européias da época. Já durante as Ordenações Filipinas, os maridos e as esposas eram parceiros igualitários (meeiros) na propriedade familiar, e o consentimento da esposa era imprescindível para efetivar transações importantes. Esses dispositivos mantidos no código civil de 1916, juntamente com o sistema de herança forçada, contrastavam com as tradições patrilineares, como as do direito consuetudinário anglo-saxão, que garantiam aos maridos total liberdade testamentária e poder absoluto sobre os bens comuns do casal”. Caulfield, Sueann. *Em defesa da honra (...), op. cit.*, p.65. Sobre essa questão na França, ver Rochefort, Florence. “À propos de la libre-disposition du salaire de la femme mariée: les ambiguïtés d’une loi (1907)”. In *Clio: Histoire, Femmes et Société*, 7, 1998.

⁴⁵² *Correio da Manhã*, 21/07/1907, voto de Jurema X.

plebiscito lançado pelo jornal *O Paiz* no ano anterior, em abril de 1906. Em uma de suas crônicas, ao responder sobre quais “os gêneros de trabalho em que a mulher pode, *sem decair*, ganhar a vida em nossa terra”, a colaboradora afirmou com convicção que “nenhum” porque “os nossos costumes (...) não admitem ainda a mulher que trabalha”⁴⁵³. Da mesma forma, Jurema acreditava que a desconfiança sobre a honestidade da mulher que exercia atividades remuneradas, especialmente aquelas fora do ambiente doméstico, era vista como uma restrição a muitas de suas contemporâneas. Teoricamente, a incompatibilidade entre honra e trabalho tornava o casamento uma obrigação feminina. Ao estabelecerem uniões civis, essas últimas abririam mão de sua liberdade e da luta por sua própria subsistência, que passaria a ser uma responsabilidade do marido. Em troca, passaria a exercer tarefas domésticas e o cuidado dos filhos, assegurando seu status “mulher honesta” perante a sociedade.

As formulações de Jurema poderiam ser interpretadas por meio do conceito de “divisão sexual do trabalho”, cujas bases teóricas foram forjadas no início da década de 1970 por sociólogos franceses. O objetivo desses estudiosos era denunciar a invisibilidade, a não-remuneração e a naturalização da enorme quantidade de trabalho desempenhada pelas mulheres no âmbito doméstico⁴⁵⁴. Segundo essa lógica, o trabalho assalariado fora de casa representaria um avanço na condição feminina, pois significaria sua independência econômica e sua capacidade de escolher as atividades que desempenharia. No campo da historiografia, entretanto, Louise Tilly e Joan Scott apresentaram uma pesquisa empírica com ressalvas a essas formulações teóricas:

A maior parte das teorias dos anos 1970 insistia sobre a relação entre o trabalho assalariado e a melhora do status da mulher; o “trabalho” (palavra geralmente não definida, mas significando implicitamente trabalho pago) era apresentado como uma solução à reclusão da mulher à casa e sinônimo de sua independência. Nós pensamos que tal correlação era muito simples, porque ela não

⁴⁵³ “Assim mesmo as professoras já lograram subir um pouco na cotação social. As médicas vão impondo-se pouco a pouco... Mas as dentistas e as advogadas estão custando a ganhar terreno. E quanto às escritoras, ai, santo nome de Jesus! Que horror!... Coitadinhas delas!...” *O Paiz*, “A Semana” de Carmem Dolores, 08/04/1906, p.1.

⁴⁵⁴ Hirata, Helena e Kergoat, Danièle. “Novas configurações da divisão sexual do trabalho” in *Cadernos de Pesquisa*, v.37, n.132, 2007, pp.597-8. As autoras também reconhecem que, com o tempo, a expressão perdeu sua força conceitual e passou a ser empregada como uma forma de descrever a realidade ao longo do tempo.

considerava a complexidade da história social e econômica; afinal de contas, o salário não havia sido suficiente, historicamente, para conferir autonomia ou um status mais elevado aos trabalhadores.⁴⁵⁵

A partir de suas pesquisas sobre o trabalho feminino entre os séculos XVIII e XX, na França e na Inglaterra, essas autoras concluíram que o trabalho assalariado não havia melhorado a posição social das mulheres, nem causado mudanças em suas relações familiares. Nesse sentido, elas alertaram que a maior visibilidade das mulheres no setor terciário, a partir das últimas décadas do século XIX, não representou um aumento significativo da mão-de-obra feminina nesse período, como alegaram militantes dos direitos das mulheres. Essa versão, apesar de reiterada por muitos historiadores, idealizava os empregos femininos como um avanço, como um reflexo de novas crenças quanto às capacidades das mulheres e como uma etapa importante rumo à sua emancipação política. Porém, apagava as experiências da maior parte das mulheres, assim como de sua inserção nos mundos do trabalho desde muito tempo⁴⁵⁶.

Essas conclusões ajudam a pensar sobre o Brasil do início do século XX porque, a despeito da encruzilhada moral identificada por Jurema, muitas mulheres sustentavam a si e suas famílias com o seu próprio trabalho. Naquele período, o acesso de algumas jovens a cursos superiores dava ainda maior visibilidade a essa presença feminina no mercado de trabalho. O gritante descompasso com o modelo idealizado, baseado na separação das esferas, abria espaço para questionar os preconceitos existentes em relação ao trabalho feminino em diferentes domínios. Além disso, como reconhecia a própria leitora em questão, nem todas as esposas tinham sorte em suas uniões amorosas, pois muitas delas estavam longe de ser sinônimo de respeito, estabilidade e segurança, sobretudo financeira. O que não ficava claro na exposição de Jurema era como, afinal, a lei do divórcio seria uma proteção às mal casadas. A partir de uma “hipótese-exemplo”, a leitora Celina Régis ponderava:

⁴⁵⁵ Tilly, Louise et Scott, Joan. *Les femmes, le travail et la famille*. Paris: Petit Bibliothèque Payot, 2006 [1976], p.11, tradução minha. Para um trabalho recente, também baseado em dados empíricos, em que o sentido unívoco dessas teorias foi amplamente questionado, ver McClintock. *Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010 [1995], especialmente pp.201-270. Nesse estudo sobre a Inglaterra Vitoriana e suas colônias, Anne McClintock observou como os contemporâneos lidaram com a questão do trabalho doméstico e sua remuneração, assim como sua importância para estruturação do próprio império inglês.

⁴⁵⁶ Tilly, Louise et Scott, Joan. *Les femmes, le travail et la famille, op.cit.*, pp.255-6. No trecho acima, Tilly e Scott também alertavam sobre as contradições inerentes ao próprio trabalho assalariado, sem avançar sobre as tensões de gênero nesse domínio, mas sugerindo um campo profícuo para análises futuras.

Sobre a seguinte hipótese-exemplo baseia-se a minha opinião: - uma moça casa-se e o marido que, em princípio era todo ternura e amor, por um motivo qualquer ou sem ele, muda de procedimento e inflige maus tratos à esposa indefesa (...). Que fazer? É evidente que só porá termo a esta situação instável, uma separação plena e completa. Suponhamos mais que a moça é de família pobre, porém decente, e que só com inúmeros sacrifícios poderá sustentá-la; e que ela, finalmente, não tenha as habilitações suficientes para sua própria manutenção. Achar-se-á então, a desvalida, neste dilema acabrunhador: ser pesada à família ou arcar com um labor insano, para prover o seu sustento. E como subterfúgio a esse dilema terrível, que se abre muita vez a porta falsa da infâmia.⁴⁵⁷

Para defender a mudança legal, ela mencionava não só a questão da violência doméstica, como a situação da jovem desquitada, construindo conjecturas sobre como garantiria seus meios de subsistência. Entre a falta de recursos da família e seu próprio despreparo para trabalhar, a saída que se apresentava era a “porta falsa da infâmia”. A esse triste desfecho, a dissolubilidade do vínculo conjugal acenava com a possibilidade de um segundo casamento, através do qual a desventurada protagonista poderia encontrar um esposo honrado, que a respeitasse e lhe fornecesse os meios de sobrevivência. Por isso, Celina defendia o divórcio como uma medida em prol da honestidade feminina.

Outra leitora, Adélia de Oliveira Lima, imaginou um enredo semelhante, envolvendo uma menor órfã seduzida e, na seqüência, abandonada pelo marido. “Atirada a mais crua miséria” e “sem meio algum de viver honestamente”, ela acabaria na mancebia, o que a leitora classificava como necessariamente ruim. Mais uma vez, uma nova lei do divórcio teria um efeito moralizador, pois permitiria que ela reconstruísse sua vida ao lado de outro homem dentro da legalidade⁴⁵⁸. Em suas conjecturas, Celina e Adélia faziam referência a moças pobres, que não poderiam contar com o amparo da família caso se vissem desprovidas do apoio marital. Mas essa perspectiva, que buscava agregar critérios

⁴⁵⁷ *Correio da Manhã*, 02/06/1907, voto de Celina Régis.

⁴⁵⁸ “Suponhamos, por exemplo, que um desses indivíduos, em cujo coração não se abriga nenhuma das boas qualidades que distingue o homem do bruto. Ora, muito bem. Um dia, porém à força de lábia e hipocrisia, capta a confiança e a simpatia duma jovem de 16 anos, órfã de pais... No fim dum ano, se tanto, o tal sujeito, sob qualquer pretexto, abandona a esposa, atirando-a na mais negra miséria. Alentai bem que eles estão indissolivelmente casados. Em tal caso, pois, que fazem a polícia, o governo ou a sociedade? A pobre vítima é honesta, é boa, mas foi atirada à mais crua miséria, sem profissão, enfim, sem meio algum de viver honestamente... Que fazem em casos tais a polícia e os irredutíveis defensores dessa virgem corpórea – a indissolubilidade? Isso simplesmente: cruzam os braços e dão as costas, deixando-lhe aberta entretanto a porta da mancebia. (...) Benvinda seja pois a santa lei da liberdade. Que venha, mas que seja sabiamente instituída, de modo a garantir e defender a mulher contra a perversidade e cupidez dos homens”. *Correio da Manhã*, 02/06/1907, voto de Adélia de Oliveira Lima.

de gênero e classe, falava mais sobre as intenções das autoras, que sobre a realidade de mulheres das classes baixas. Afinal, a ênfase na ausência familiar e na suposta incapacidade para o trabalho ajudava a conferir dramaticidade às trajetórias imaginadas, nas quais a nova lei do divórcio teria um papel redentor. Para isso, essas leitoras não hesitaram em projetar algumas angústias femininas próprias da classe média sobre suas pobres protagonistas desamparadas⁴⁵⁹.

Com suas proposições, enfim, as leitoras Jurema, Celina e Adélia reafirmavam que o casamento era um contrato, no qual a obrigação do homem era prover o sustento da esposa, ou seja, um contrato baseado na hierarquização da diferença sexual. Ao permitir um segundo casamento, o divórcio não só protegeria a mulher da “perversidade” e da “cupidez” de homens violentos ou irresponsáveis, como abriria caminho para que encontrassem novos maridos. Apesar de muitos contemporâneos apontarem a necessidade de promover a educação feminina, sobretudo aquela que permitisse o desempenho de atividades remuneradas, essa idéia definitivamente não estava na perspectiva dessas leitoras⁴⁶⁰. Preocupadas em garantir a inserção social e a subsistência de egressas de uma separação, elas não definiram a independência feminina como um problema a ser resolvido, já que reforçavam a hierarquia dentro do casal e reivindicavam proteção. Para elas, o caráter contratual do casamento não pressupunha, nem fomentaria, a igualdade entre marido e esposa. Pelo contrário, tratava-se de reafirmar as diferenças associadas a concepções generificadas de homem e mulher, público e privado, provedor e dependente.

⁴⁵⁹ Isso não quer dizer que todas as participantes da enquête fossem oriundas da mesma classe social. Escrevendo do bairro operário "Fábrica de Chitas", Hermelinda M. defendeu o divórcio "como o único meio digno que possuímos de alcançar os nossos direitos". Maria Dalila Pinto, apesar de moradora do "Catete", se definiu como uma "moça simples", justamente por não ter costume de aparecer no jornal. Provavelmente, Maria Dalila se referia às colunas sociais, repletas dos nomes senhoras e senhoritas em seus elegantes eventos sociais. Por meio do concurso, mulheres que habitualmente não tinham seus nomes registrados em outras seções do jornal – nem na parte social, nem na parte policial – se tornaram visíveis para seus contemporâneos, apropriando-se da palavra escrita com diferentes objetivos. *Correio da Manhã*, 26/05/1907, voto de Hermelinda M. e 02/06/1907, voto de Maria Dalila de Pinto.

⁴⁶⁰ No plebiscito do jornal *O Paiz*, por exemplo, inúmeras leitoras e leitores defenderam uma educação feminina que viabilizasse o desempenho de atividades remuneradas. Como exemplo, cito a resposta de E. Araújo: “julgo portanto que a mulher deve ser tão bem educada quanto o homem porque ela desse modo seguirá a carreira que lhe convier, casará se quiser e, caso seja infeliz com o matrimônio, recorrerá à ciência que é, em meu modo de pensar, superior ao amor e ao dinheiro” em 14/04/1906. Entre as participantes da enquête do divórcio, porém, apenas Abelina Uribe Rocha defendeu a educação feminina para o trabalho, mas de forma contraditória, pois concluía que a mulher instruída deveria ser “a sacerdotiza do lar”. *Correio da Manhã*, 18/08/1907. Olívia de Freitas também solicitava que fossem abertas “as portas da ciência” às mulheres, para que superassem sua condição de ignorantes e inconscientes, mas sem menção alguma ao trabalho feminino. *Correio da Manhã*, 02/06/1907.

Definindo o segundo casamento como uma alternativa para as mulheres, essas leitoras pareciam bastante conformadas com a manutenção dessa estrutura desigual.

Do ponto de vista legal, o decreto 181 já estabelecia que um dos efeitos do casamento civil era “obrigar o marido a sustentar e defender a mulher e os filhos”⁴⁶¹. Porém, como descrito acima, essa regra poderia ser descumprida, colocando as esposas em uma situação delicada e indefinida. Dessa forma, ainda que concebessem o casamento como um contrato fundado na diferença sexual, as histórias contadas por essas leitoras acabavam por mostrar os limites dessa concepção. Afinal, reconheciam que muitos homens se recusavam a assumir as responsabilidades conjugais. Essa era uma percepção compartilhada por outros leitores naquele período que, nas enquetes da grande imprensa, tentavam entender os motivos que levavam tantos maridos em potencial a terem horror ao casamento e, entre aqueles que se casavam, por que a maior parte não cumpria seu papel de provedor⁴⁶².

No plebiscito de *O Paiz*, o leitor Afonso Castro atribuía esse problema à vida elegante e considerava que “os casamentos (...) se realizam menos frequentemente na classe média”, uma vez que “devido ao meio em que os rapazes dessa classe vivem e foram educados, são obrigados a manter certa aparência decente, que nem sempre os vencimentos dos lugares que ocupam permitem”⁴⁶³. Se os salários desses rapazes elegantes eram

⁴⁶¹ Ver artigo 56, parágrafo 5 do decreto 181. O mesmo decreto também estabelecia que, entre os documentos necessários para solicitar o divórcio, estaria “a declaração da contribuição, com que cada um delles concorrerá para a criação e educação dos mesmos filhos, ou da pensão alimentícia do marido á mulher, si esta não ficar com bens suficientes para manter-se”. Ver artigo 85, parágrafo 4 desse mesmo decreto. Entretanto, como destacava Magdalena Lackau: “Dirão que na separação judicial do nosso código é obrigatória a pensão dada pelo ex-marido a mulher quando ela merece; mas, como podem forçar a um homem que, muitas vezes, por ser um ébrio, um libertino ou vagabundo obrigou a pobre mulher pelo seu mau comportamento a separar-se, por faltar-lhe como todo o necessário para o lar (sendo quase sempre um pródigo fora de casa) a tornar-se daí em diante regenerado, trabalhador e assim concorrer para a manutenção da mesma família que ele foi o primeiro a dar causa para a dissolução dela?!... Não será isso um absurdo?!...”. *Correio da Manhã*, 21/07/1907, voto de Magdalena Lackau.

⁴⁶² Essa resistência masculina ao casamento também era questionada pela escritora italiana Matilde Serão, editora da revista *La Settimana* no início do século XX. Ver *Settimana: rassegna di lettere, arti e scienze*, “Perchè le ragazze non si maritano?” de Matilde Serão, 11/05/1902, anno I, n.3, pp.161-6. Em setembro de 1902, ela lançou uma enquete sobre o divórcio nos mesmos moldes daquela publicada no *Correio da Manhã* em 1907, publicando opiniões das leitoras favoráveis e contrárias ao divórcio. Ver *Settimana: rassegna di lettere, arti e scienze*, “Si domanda, alle donne”, Matilde Serão, 21/09/1902, anno I, n.22, pp.161-2 e “Le donne hanno risposto”, 05/10/1902, ano I, n.24, pp.321-334. O correspondente do *Correio da Manhã* escreveu um artigo sobre essa iniciativa, ver *Correio da Manhã*, “A mulher italiana e o divórcio” de Antonio Bandeira, 22/11/1902, p.1. Tentei traçar algumas comparações entre a proposta brasileira (1907) e a italiana (1902) em um artigo provisoriamente intitulado “Définitions du mariage dans *A Luta* (1911) de Carmem Dolores et dans *O Giovanino, o la morte* (1889) de Matilde Serão”.

⁴⁶³ *O Paiz*, 13/04/1906.

insuficientes para manter um estilo de vida e sua aparência, ingressar em um casamento significaria dividir ainda mais os resultados de seu trabalho e, logo, diminuir seu poder de consumo e sua posição social.

Contra esse tipo de opinião, a leitora Elza se revoltava por meio do mesmo plebiscito, questionando: “por que nas pequenas cidades onde não há clubs, nem teatros, nem parques e nem rapazes elegantes, observa-se a mesma crise matrimonial?” e asseverava que isso ocorria “por causa do egoísmo do homem, do seu desamor ao trabalho”⁴⁶⁴. Por sua vez, no concurso sobre o divórcio do *Correio da Manhã*, Clélia Funny garantia que “o celibatário, essa granguena moral na sociedade, formando uma classe de egoístas com verdadeiro terror ao elo indissolúvel, vivendo unicamente para si, tem como causa única, aparente e confessável – a indissolubilidade do elo matrimonial”, atribuindo ao divórcio definitivo a resolução desse problema.⁴⁶⁵

A idéia de que os homens não pretendiam trabalhar, sobretudo para manter famílias, preferindo a vida solitária e o uso de seus recursos financeiros em benefício próprio, tinha explicações distintas para cada uma das leitoras. Enquanto Elza lembrava a falta de amor ao trabalho, Clélia alegava o temor suscitado pela indissolubilidade do elo. Apesar dessas diferenças, ambas reconheciam não só uma “crise matrimonial”, mas também empecilhos para que os maridos fossem provedores. Quanto a essa última questão, Carmem Dolores afirmava:

O marido, que outrora era a única fonte da subsistência da mulher, hoje, espicaçado pelas dificuldades brutais da existência material, falta frequentemente a essa obrigação ou até é ele quem se deixa sustentar pela parte fraca do casal. Todos sabem que é comum no homem moderno o papel de desempregado ou pretendente crônico. (...) Outras vezes, o maganão sacode o corpo ao peso da família que aumenta... É epicurista, é artista, é assim, é assado, e inventa pretextos para alijar a carga e ir gozar o seu dinheiro, sem compartilha-lo com ninguém. Ora como esses casos se amiudam agora muito com a obliteração do senso moral dos grandes centros, com a implacabilidade das cruéis lutas pela vida e com o desenvolvimento do egoísmo feroz, por efeito dessas mesmas lutas – cumpre, acho eu, que na educação para o casamento, que é toda de avassalamento, o corretivo de um preparo completo para qualquer eventualidade futura.⁴⁶⁶

⁴⁶⁴ *O Paiz*, 12/04/1906.

⁴⁶⁵ *Correio da Manhã*, 02/06/1907.

⁴⁶⁶ Ver *O Paiz*, “A Semana” de Carmem Dolores, 08/04/1906, p.1.

Além de homens individualistas ou acomodados, a escritora também mencionava as “dificuldades brutais da existência material” e a “implacabilidade das cruéis lutas pela vida”. Para ela, as próprias condições de trabalho explicavam a decadência moral e o crescimento do egoísmo generalizado. Dessa forma, ainda que ensaiasse uma explicação economicista, Carmem Dolores acabava por denunciar que a instabilidade da vida doméstica era um dos reflexos das contradições do próprio trabalho assalariado. Analisando o contexto dos Estados Unidos no pós-emancipação, Amy Dru Stanley discutiu como trabalho assalariado e casamento foram inicialmente concebidos como dois tipos de contratos que se reforçavam mutuamente. Isso porque o exercício do papel de provedor promovia o ideal do trabalhador disciplinado, capaz de estabelecer contratos na esfera pública⁴⁶⁷.

Essas construções idealizadas, entretanto, não condiziam com as experiências de muitos assalariados, que tinham seu poder de barganha extremamente limitado, salários insuficientes para a manutenção de famílias e, conseqüentemente, esposas e filhos empregados em atividades remuneradas. Como constataram os críticos da época, patrões e empregados não eram iguais no momento de negociar as condições de trabalho, tampouco eram igualmente livres para escolher os rumos de suas vidas. Além disso, os acordos entre eles não seriam regulados por valores morais, mas pelas leis do mercado, o que nem sempre proporcionava condições dignas de subsistência. As dificuldades enfrentadas pela família trabalhadora, enfim, evidenciavam a fragilidade do próprio contrato enquanto base da liberdade dos trabalhadores.

Tendo em vista essa realidade, a partir de meados do século XIX, feministas norte-americanas passaram a questionar o casamento como um contrato baseado na diferença sexual, buscando definir relações mais igualitárias entre os sexos, tanto no âmbito doméstico, quanto no mercado de trabalho. Estabelecendo comparações entre esposas, escravas e prostitutas⁴⁶⁸, essas militantes defendiam que o homem não deveria monopolizar

⁴⁶⁷ Stanley, Amy Dru. *From Bondage to Contract: wage labor, marriage and the market in the age of slave emancipation*. New York: Cambridge University Press, 1998.

⁴⁶⁸ Para usos da escravidão enquanto metáfora da condição feminina nos Estados Unidos ver Newman, Louise Michelle. *White women's rights (...), op. cit.*, p.5. Segundo essa autora, abolicionistas das décadas de 1840 e 1850 enfatizavam as semelhanças entre seu próprio status sob um regime patriarcal e a condição do negro sob a escravidão, como se as mulheres vivessem uma opressão similar a dos escravos, mas devido ao seu sexo. Após a Guerra Civil, porém, ao invés de enfatizar essa “vitimização comum”, as militantes pelos direitos da mulher passaram a apregoar sua superioridade racial e cultural em relação aos egressos da escravidão, assim como aos imigrantes.

o controle dos recursos financeiros dentro da família. Também denunciavam que a união de um casal fundamentada pelo ideal do contrato estaria necessariamente contaminada pela lógica do mercado⁴⁶⁹.

Entre as participantes que se manifestaram através das enquetes promovidas pela imprensa brasileira no início do século XX, nenhuma delas adotou uma postura semelhante a dessas feministas norte-americanas. Isso não quer dizer, porém, que não tivessem consciência das contradições inerentes à definição do casamento como contrato, especificamente naquele momento de reestruturação das relações de trabalho. Como as militantes estrangeiras, a maior parte das leitoras reconheceu que o casamento não era apenas um relacionamento do âmbito privado, mas uma instituição política, influenciada por transformações legais e econômicas, assim como potencialmente capaz de promover mudanças nesses domínios. Como veremos a seguir, algumas dessas leitoras também reivindicaram igualdade dentro da união civil, ainda que por caminhos tortuosos e, não raro, coniventes com a dependência feminina.

6. Contratos, direitos e honra sexual

Enquanto algumas defensoras do divórcio se voltavam para a realidade de mulheres pobres, outros “divorciários” refletiam sobre o caráter das uniões feitas nas classes média e alta. Nesse sentido, Pardal Mallet denunciava que “o casamento já é um contrato mercantil de justaposição de fortunas e influências”, sendo o “mercantilismo que faz as emboscadas matrimoniais”⁴⁷⁰. Erroneamente tratado como um pacto mercantil, já que orientado pelos interesses econômicos e sociais dos pais das jovens e dos futuros maridos, o casamento praticamente prescindia da vontade da noiva e da afinidade entre o casal. Se, ao longo do século XIX, muitas uniões matrimoniais foram condicionadas pela concessão do dote, a supressão desse hábito não significou o fim de arranjos velados, com vistas a vantagens pecuniárias ou políticas. Para os críticos, essa forma de estabelecer vínculos conjugais seria um ótimo argumento em prol de uma nova lei do divórcio⁴⁷¹.

⁴⁶⁹ Stanley, Amy Dru. *From Bondage to Contract (...)*, op.cit., pp. 230-7 e 258-263. Sobre as conexões existentes entre a “economia sexual” do lar e do mercado, ver também Isenberg, Nancy. *Sex and citizenship in Antebellum America*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, pp.155-190.

⁴⁷⁰ Mallet, Pardal. *Pelo Divórcio!* op.cit., p.13 e p.85, respectivamente.

⁴⁷¹ Ao estudar as mudanças ocorridas na concessão do dote no Brasil, Muriel Nazzari identificou, entre jornalistas e escritores, uma série de argumentos contra essa prática a partir da década de 1870. Segundo esses críticos, o dote colocava o dinheiro acima do amor e corrompia os homens, transformando-os em caça-dotes.

De forma semelhante, Cunha Mendes, autor do folhetim “A divorciada”, publicado na revista *Kosmos* entre setembro e novembro de 1907, retomava o mesmo tema no volume *Os divorciados*, lançado em 1908. Nesse último, os pais de Linda a convenceram a contrair casamento com um engenheiro rico, colocando o amor em segundo plano. Após a união, a vida da jovem sob teto conjugal se tornou um verdadeiro martírio, sendo que sem “meios para arcar com o poder marital, se insubordinar contra a inclemência paterna e conseguir proteção da lei”, o recurso da separação de corpos e bens lhe era inacessível⁴⁷². O narrador concluiu que estava condenada a “entregar-se contra todos os princípios naturais e morais ao homem abominado”⁴⁷³. A história de Linda exemplificava a triste realidade de muitas contemporâneas, que acabavam sendo conduzidas ao adultério:

É mais fácil a mulher virtuosa trair o marido do que qualquer senhora, mesmo de costumes licenciosos, entregar-se pela força, sem simpatia e sem interesse, a qualquer homem. Entretanto esta humilhação que repugna a todas as almas femininas, foi imposta a Linda, como tem sido e continua a ser imposta por gananciosos progenitores a muitas filhas ingênuas e puras, vendendo disfarçadamente a virgindade delas a genros detestáveis e ricos. E a sociedade que admite esse tráfico, recusa às vítimas o direito de reabilitação, e protesta contra uma lei de divórcio⁴⁷⁴.

Ao descrever mulheres forçadas a manter relações sexuais com homens que não haviam escolhido, e com os quais não tinham nenhum tipo de afinidade, assim como pais que vendiam a virgindade de suas filhas, o autor buscava denunciar esses casamentos arranjados como uma verdadeira prostituição pois, no limite, tratava-se da troca de sexo por dinheiro, mesmo que ocorresse sob o manto da legalidade e das convenções sociais. O uso da expressão “tráfico” não era casual e servia para criticar a hipocrisia de uma sociedade que, em nome de uma suposta ordem moral, era conivente com a humilhação das esposas.

Com a extinção da prática, havia se consolidado a idéia do marido provedor, mais que administrador da fortuna trazida pela esposa. Essa configuração teria proporcionado mais liberdade ao homem para a escolha de sua esposa, assim como mais autoridade dentro da casa. Ver Nazzari, Muriel. *O desaparecimento do dote* (...), op.cit. Ao denunciar a existência de acordos velados entre progenitores e noivos, assim como de uniões feitas com base em interesses pecuniários, Pardal Mallet e Cunha Mendes atribuíam a esses procedimentos a origem dos casamentos infelizes e, logo, viam o divórcio como uma necessidade.

⁴⁷² Mendes, Cunha. *Divorciados*. Rio de Janeiro: Papelaria de Almeida Marques & C., 1908, p.101.

⁴⁷³ Mendes, Cunha. *Divorciados*, op.cit., pp.104-5. Sobre os altos custos de um processo de separação de corpos e bens, ver *Correio da Manhã*, 26/05/1907, voto de Maria das Infelicidades.

⁴⁷⁴ Mendes, Cunha. *Divorciados*, op.cit., pp.185.

Naquele momento, a expressão também remetia tanto ao passado escravista, marcado pelo comércio de trabalhadores negros, quanto aos relatos de tráfico de escravas brancas que, a exemplo do que se observava nos casamentos arranjados, envolviam exploradores inescrupulosos e prostitutas vitimizadas como personagens⁴⁷⁵. Em ambos os casos, o autor reforçava o paralelo entre escravidão e prostituição, a fim de mostrar como uma nova lei do divórcio poderia promover a “reabilitação” dessas esposas. Durante a enquete do *Correio da Manhã*, algumas participantes também exploraram a metáfora da escravidão para discorrer sobre a situação das mulheres casadas:

Não posso absolutamente compreender como ainda há mulheres que sejam contra o divórcio, quando deviam ser elas as primeiras a aclamá-lo, pois que são elas as que mais sofrem com os maus casamentos, e a elas, que a sociedade repele ao primeiro passo dado em falso, sendo quase sempre o marido o primeiro culpado desta desgraça. Devem ser criaturas bem inferiores de espírito, as que supõem ter os maridos presos pelo casamento quando são elas as únicas prisioneiras, e muitas delas bem castigadas, aliás! O marido que se julga mal casado tem a liberdade de constituir outro lar, que apesar de ilegítimo a sociedade não o crimina. E a mulher, qual o recurso que tem para livrar-se de um mau casamento!? Separar-se do marido, e se não tiver família e estiver sem recursos pecuniários, sujeitar-se a ser criada de servir, se não tiver outra aptidão para ganhar honradamente seu pão. Não é, pois, muito preferível o divórcio, que permite a mulher infeliz libertar-se do jugo matrimonial, a viver eternamente infeliz, ou como muitas procurando nos braços dos amantes a felicidade que não encontram no lar, manchando, assim, o nome do esposo e dos inocentes filhinhos? (...) Falo por experiência própria, por ter sofrido por muitos anos um martírio atroz para suportar honradamente a horrível corrente que me aprisiona. É fácil de calcular a ansiedade com que espero que seja sancionada a lei do divórcio, a grande lei libertadora da Escrava-Mulher⁴⁷⁶.

A indissolubilidade prendia as esposas ao vínculo matrimonial, equiparando-as a escravas submetidas aos senhores. Os maridos, por sua vez, contavam com mais liberdade, pois eles não sofreriam o mesmo tipo de exclusão social caso construíssem novas famílias. Aos olhos da sociedade, o casamento serviria para regular a vida sexual feminina, sem ter a

⁴⁷⁵ Sobre os sentidos do emprego do vocabulário da escravidão para fazer referência ao comércio internacional de prostitutas, ver Schettini, Cristiana. “*Que tenhas teu corpo*”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006, pp. 131-40.

⁴⁷⁶ *Correio da Manhã*, 14/07/1907, voto de Uma Infeliz.

mesma pretensão em relação aos homens⁴⁷⁷. Entretanto, os castigos impostos às esposas teriam o efeito contrário, isto é, estimulariam a proliferação dos casos de adultério. Como Cunha Mendes, a autora dessa carta argumentava que, na maioria das vezes, o envolvimento da esposa com amantes era culpa do próprio marido, avaliação que expunha a fragilidade moral da união civil indissolúvel. Assim, justamente porque eram tratadas como escravas, as esposas tendiam à devassidão, mas não poderiam ser responsabilizadas por isso. A existência de um duplo padrão moral, enfim, vitimizava as mulheres e promovia sua corrupção.

Ao escolher o pseudônimo “uma infeliz” e declarar que seu casamento significava um “martírio atroz”, essa mulher definia uma identidade para si. Como ela, outras votantes também se assumiram como vítimas de casamentos infelizes ou “divorciadas”, sendo que algumas delas não hesitaram em falar de suas próprias experiências e ressentimentos, a fim de fornecer evidências sobre os martírios causados pela indissolubilidade da união civil⁴⁷⁸. Essa exposição de tristezas tinha um objetivo político pois, apesar de remeter a questões pessoais, clamava por mudanças na realidade social e jurídica⁴⁷⁹. Ainda mais porque, além de falar de suas vidas, muitas delas também remetiam aos impactos sociais do divórcio, como é possível constatar no trecho acima.

Essa leitora ainda mencionava a questão da subsistência após a separação de corpos e de bens, enfatizando a decadência social e a falta de alternativas das mulheres

⁴⁷⁷ Debates sobre a sexualidade masculina também eram condicionados por questões de raça e classe, havendo um esforço (nem sempre bem sucedido) das autoridades públicas e médicas de promover um maior controle sobre trabalhadores pobres e negros. Sobre isso, ver El Far, Alessandra. “Crítica social e idéias médicas nos excessos do desejo: uma análise dos romances para homens dos finais do século XIX e inícios do XX” in *Cadernos Pagu*, 28, 2007, pp. 285-312. Remodelar o comportamento sexual masculino foi um dos principais objetivos da New York Female Moral Reform Society em meados do século XIX, a fim de combater qualquer forma de licenciosidade. Ver Smith-Rosenberg, Carroll. “Beauty, the Beast, and the Militant Woman” in *Disordely conduct: visions of gender in Victorian America*. Oxford: Oxford University Press, 1985, pp.109-128. Apesar de não discutir essa questão abertamente, Pardal Mallet parecia ser conivente com a idéia de que homens e mulheres deveriam viver sua sexualidade apenas dentro do casamento, que significaria “o equilíbrio único e honesto das relações sexuais”. Ver Mallet, Pardal. *Pelo divórcio!* op.cit., p.78.

⁴⁷⁸ Ver os votos de Maria das Infelicidades em 26/05/1907, Theresa Henriqueta das Dores em 07/07/1907 e Uma infeliz em 14/07/1907.

⁴⁷⁹ Essa era a postura da própria Carmem Dolores que, sendo viúva, defendia uma nova lei do divórcio “na ânsia altruista de uma salvação para as suas irmãs infelizes”. *Correio da Manhã*, “Conversando...” de Carmem Dolores, 03/05/1907, p.1. Sobre como as experiências pessoais moldaram o discurso político de Caroline Norton nas vésperas da aprovação do divórcio na Inglaterra, ver Poovey, Mary. “Covered but not bound: Caroline Norton and the 1857 Matrimonial Causes Act” in *Feminist Studies*, v.14, n.3, 1988, pp.467-485. Sobre como o relato de experiências foi importante em periódicos feministas francesas dos primeiros anos do século XX, ver Klejman, Laurence e Rochefort, Florence. *L'égalité en marche: le féminisme sous la Troisième République*. Paris: Ed. Des Femmes Antoinette Fouque, 1989, p.88.

desquitadas. A dissolubilidade da união civil abria outras possibilidades para que essas mulheres reorganizassem suas vidas, mesmo que fosse por meio de um segundo casamento. Tão importante quanto a questão material, era o status social das divorciadas. Como essa leitora, outras participantes da enquête também acreditavam que uma nova lei do divórcio era fundamental para mudar a condição da “pobre desquitada” que, naquela conjuntura, era julgada socialmente como um “ente desprezível”⁴⁸⁰. Por isso, “as vantagens do divórcio resultam mais em favor da mulher”, pois os homens “já gozam de todas as regalias da liberdade sem prejuízo de sua reputação”⁴⁸¹. Em *Divorciados*, um advogado ponderava:

As leis, calcadas nos usos e costumes de família, servem por incoerência para proteger os homens e perseguir as mulheres: o senhor, separado de sua esposa, pode livremente unir-se a uma companheira sem que a sociedade o ofenda, sem que o estigmatize, sem que o condene ao ostracismo: a senhora que, separada por justa causa do marido, se ligar a outro homem, será desclassificada, repelida pela gente que se diz honesta, humilhada pela hostilidade da virtude social. É a grande diferença...⁴⁸²

A fala do personagem construído por Cunha Mendes reproduzia as percepções de algumas participantes da enquête do *Correio da Manhã*. Afinal, elas acreditavam que a aprovação de uma nova lei do divórcio, além de promover a moralização da família e da sociedade, tornaria os processos de separação mais honestos e igualitários. A metáfora da escravidão também era usada para enfatizar o peso da indissolubilidade especificamente para as mulheres que, livres do vínculo matrimonial, poderiam se igualar ao homem, ao

⁴⁸⁰ “Não há sr. redator, situação mais triste, desgraçada e acabrunhadora do que a de uma infeliz mulher que, não podendo mais suportar os maus tratos, físicos ou morais, do homem com o qual se ligou, se vê forçada a separar-se dele!!! ‘Torna-se quase um ente repulsivo!...’ E nesse ponto disse a verdade a vossa ilustre colaboradora Carmem Dolores (...) a pobre desquitada?! Como não tem um braço forte para ampara-la, nem um RESIGNADO ao seu lado, torna-se pernicioso no conceito da maioria da sociedade... Por isso seria necessário que viesse o divórcio e assim tantas vítimas teriam o direito de esperar dias melhores. Quantas pessoas, tão infelizes hoje, poderiam ser felizes amanhã por meio de um segundo casamento!”. *Correio da Manhã*, 21/07/1907, voto de Magdalena Lackau, grifo no original.

⁴⁸¹ “Quem fala contra o divórcio não sabe quantas desgraças se ocultam sob o sorriso hipócrita da felicidade, quantas lágrimas! Quantas dores profundas! (...) Se a mulher não teve uma educação moral superior, que a impeça de degradar-se, oh! Cai nos braços dos amantes e engana o marido. Não é isto pior e mais degradante para a mulher? (...) Não será melhor que essa mulher, infeliz no seu lar ache uma solução digna para a sua desgraça? Não será muito mais moral que separando-se de seu esposo, ela possa constituir nova família em vez de cair na prostituição, como tantas vezes tem acontecido? Não será melhor para o homem, separar-se da esposa que não ama, deixando-a honesta e livre, do que ser vítima do adultério? As vantagens do divórcio resultam mais em favor da mulher, e elas ainda se voltam contra o benefício que lhes querem fazer, é incrível! Os homens têm em geral uma vida livre, não necessitam do divórcio, pois que já gozam de todas as regalias da liberdade sem prejuízo de sua reputação”. *Correio da Manhã*, 07/07/1907, voto de Isaura, grifo meu.

⁴⁸² Mendes, Cunha. *Divorciados*. (...), op.cit., p.182.

menos diante do casamento e de suas consequências⁴⁸³. Uma vez divorciados, ambos gozariam dos mesmos direitos perante o Estado e a sociedade. Para os homens, não haveria grande mudança, já que a legislação seria usada para proteger as mulheres, destruindo a “grande diferença” no julgamento social destinado a desquitados de sexos distintos. Assim, ainda que a maioria das defensoras do divórcio não falasse abertamente em igualdade entre homens e mulheres, nem problematizasse a dependência feminina, elas discutiam modos de igualar o acesso a determinados direitos e, por meio da lei, intervir na balança das desigualdades sexuais⁴⁸⁴. Dessa forma, muitas participantes da enquete se apropriavam da ficção do “homem provedor” para reivindicar uma mudança legal que lhes possibilitasse o acesso a um direito civil. Nesse contexto, o uso da escravidão como metáfora da condição das esposas reforçava a concepção de que a indissolubilidade do vínculo matrimonial deveria ser superada.

A separação de corpos apresentava um dilema moral para os egressos do casamento: ou manter a castidade, ou desrespeitar o código dos bons costumes⁴⁸⁵. Como destacaram inúmeras leitoras, o fardo dessa escolha era particularmente pesado para as mulheres, que automaticamente passavam a ser alvo de desconfiança da sociedade, sofrendo uma série de discriminações por não estarem dentro dos limites das relações sexuais legítimas. Além disso, como destacou a leitora Olívia de Freitas, se viam na contingência de contrariar a sua própria natureza:

A lei da separação dos bens, tal como a temos, e a que dão, improcedentemente, o nome de divórcio, sobre ser nimamente imoral, é grandemente estúpida. Esta sim, deve ser repudiada, deve ser banida. E somos nós, as mulheres, que mais sofremos as conseqüências desastradas dessa lei monstruosa e repugnante. Impedida de *amar livremente, de contrair novo casamento com que lhe aprouver, forçada a revoltar-se contra os próprios instintos naturais*, a mulher é, d'ora em diante, um ente inútil à sociedade, se não é nocivo, quase sempre. É uma flor que se estiola, sem deixar perfume nem semente. Se ela, porém, obedece aos seus instintos, isto é, se quer viver, amar, ser mulher enfim, a

⁴⁸³ “É triste, sr. Redator, que em nosso meio, ainda haja espíritos atrasados, ao ponto de preferirem o cativo à LIBERDADE (...) Isabel, a Redentora, libertou a mulher escrava. Affonso Pena – liberte a mulher escravizada” *Correio da Manhã*, 14/07/1907, voto de Martha de Oliveira; “Acompanho as notas das minhas dignas patrícias, que tão brilhantemente têm, nestas colunas, defendido o divórcio, que é a emancipação da Mulher-Escrava!...” *Correio da Manhã*, 11/08/1907, voto de Joana Helena.

⁴⁸⁴ Como afirmou Albertina Ribeiro, era preciso uma lei do divórcio que “garanta de parte a parte, os seus direitos e sem a quebra da dignidade para qualquer dos cônjuges”. *Correio da Manhã*, 07/07/1907, voto de Albertina Ribeiro.

⁴⁸⁵ Sobre essa formulação, ver Mendes, Cunha. *Divorciados*. (...), *op.cit.*, pp.113-4.

sociedade volta-lhe as costas, repele-a, e ela, então, louca, desesperada por esse desprezo, precipita-se na primeira vala e, daí ao charco, à lama... E eis uma mulher nociva. Enquanto o homem pode muito bem viver, amar, gozar, porque a sociedade o acolhe e todos os lares se abrem para o receber. Que contradição!... *O divórcio é, portanto, moralizador, porque equipara os direitos*, restitui à mulher o dever de amar, de viver sem constrangimento, sem imoralidade. Ela deixa de ser nociva para ser útil. É um degrau que se sobe na escada que nos levará à *emancipação – o maior e mais sublime dos problemas para a perfectibilidade*.⁴⁸⁶

Na virada para o século XX, o discurso médico buscava enfatizar os riscos do exercício de uma sexualidade desregrada, buscando elencar os sinais de degenerescência física dos excessos do desejo⁴⁸⁷. Ainda assim, a referência aos instintos sexuais masculinos continuava a ser um argumento de defesa nos processos de crimes sexuais⁴⁸⁸. Ao analisar a revista de “gênero alegre” *Rio Nu*, publicada nesse mesmo período, a historiadora Cristiana Schettini também identificou usos políticos do reconhecimento de instintos sexuais femininos. Apesar de redigidas com objetivo de excitar um público leitor masculino, histórias protagonizadas por mulheres que não conseguiam resistir aos seus instintos poderiam ser lidas de outras formas, pois “quanto mais misógino o conto se torna, mais ele é obrigado a reconhecer, ainda que nos marcos dessa mesma lógica misógina, a existência de desejos sexuais nas mulheres, e as injustiças sofridas por elas numa organização social em que este desejo é sistematicamente ocultado”⁴⁸⁹. Na argumentação de Olívia de Freitas, a menção aos “instintos naturais” da mulher também tinha um sentido político, pois buscava equiparar a natureza masculina à feminina no que tange à manifestação de impulsos sexuais. Logo, tratava-se de enfatizar a injustiça dos preconceitos contra a mulher, os perigos advindos com essa contenção exagerada e a urgente necessidade do reconhecimento social da sexualidade feminina, assim como a invenção de outras formas socialmente aceitas de sua expressão.

⁴⁸⁶ *Correio da Manhã*, 02/06/1907, voto de Olívia de Freitas, grifos meus.

⁴⁸⁷ Alessandra El Far mostrou como os “romances para homens” desse mesmo período, influenciados por idéias científicas, proclamavam os perigos de uma sexualidade desenfreada, sempre marcados por concepções de raça, gênero e classe. Ela também como a construção das características físicas dos personagens ficcionais reproduziam termos e preceitos do discurso médico. El Far, Alessandra. “Crítica social e idéias médicas” (...), *op.cit.*

⁴⁸⁸ Ver Esteves, Martha Abreu. *Meninas perdidas(...)* *op.cit.* e Caulfield, Sueann. *Em defesa da honra (...)*, *op.cit.*

⁴⁸⁹ Schettini, Cristiana. *Um gênero alegre: imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898-1916)*. Campinas: Dissertação de Mestrado Unicamp, 1997, p.145.

Como outras participantes dessa enquete do *Correio da Manhã*, Olívia de Freitas defendeu que o divórcio promoveria a moralização. Diferente, porém, de muitas leitoras, ela mencionou abertamente a equiparação de direitos como uma consequência positiva dessa nova lei, assim como condição imprescindível para que manifestasse seu efeito moralizador. Na sua visão, a mudança legal garantiria às mulheres um direito já adquirido pelos homens pelos usos e costumes, promovendo novas formas de inserção feminina na sociedade. Interessante observar como ela conseguiu articular uma proposição sobre instintos à questão dos direitos, porque esse foi um ponto de discórdia entre aqueles que defendiam uma nova lei do divórcio publicamente.

Desde a primeira apresentação da tese de Marcílio Teixeira de Lacerda no Instituto da Ordem dos Advogados, a escritora Carmem Dolores o apoiou e usou o espaço da seção de honra do *Correio da Manhã* para esse fim⁴⁹⁰. Porém, discordou da ênfase do advogado na “questão física da reprodução da espécie”, por considerar que essa abordagem inferiorizava o assunto, “rebaixando-o a uma esfera animal”⁴⁹¹. Para a escritora, o divórcio deveria ser tratado como um problema jurídico-social, cuja aprovação estava relacionada à promoção da justiça, não a necessidades físicas. Nesse sentido, a leitora Olívia de Freitas parece ter buscado um meio termo, falando tanto sobre instintos femininos quanto sobre a equiparação de direitos.

Para reforçar sua argumentação, ela ainda apontava a aprovação da lei como uma etapa rumo à emancipação das mulheres que, no seu entendimento, corresponderia a um estado social mais avançado. Como os homens públicos que discutiam o casamento civil, as votantes da enquete também traçaram histórias evolutivas para sustentar seus posicionamentos. Dentre elas, algumas acreditavam que uma nova lei do divórcio teria consequências terríveis, como o aumento da “imoralidade”, a “perversão social”, a “extinção do lar”, a “destruição da família”, a “infelicidade eterna da mulher” e até o “fim da humanidade”⁴⁹². Em apoio a essas visões apocalípticas havia o argumento, tão bem sintetizado pela leitora Joaquina da Silva Néder, de que “o estatuto jurídico da monogamia

⁴⁹⁰ *Correio da Manhã*, “Conversando...” de Carmem Dolores, 03/05/1907, p.1

⁴⁹¹ *Correio da Manhã*, “Conversando...” de Carmem Dolores, 22/05/1907, p.1. Contrário ao divórcio, o colaborador Adão Bertholdo também criticou a tendência da tese de Marcílio Teixeira Lacerda de “animalizar” o casamento, ver *Correio da Manhã*, “O divórcio” de Adão Bertholdo, 09/08/1907, p.1 e 13/08/1907, p.1.

⁴⁹² Ver os votos de M. Dalila em 02/06/1907, Francisca Elliot em 02/06/1907, Vera em 09/06/1907, Paulina Silva em 09/06/1907, Mlle. Thèrese E. em 30/06/1907, A. Lelari em 30/06/1907, Uma nortista em 07/07/1907, Isabel em 14/07/1907, todos no *Correio da Manhã*.

indissolúvel é a ultima expressão da perfeição moral, é o melhor monumento jurídico de todos que a humanidade tem produzido"⁴⁹³.

Outras participantes, porém, defenderam que o divórcio permitiria regenerar a sociedade, suprimir sofrimentos e colocar um fim às tragédias passionais, não raro citando a experiência de países mais adiantados, nos quais a medida já havia sido adotada⁴⁹⁴. Tratava-se de uma apropriação de histórias evolutivas em defesa de uma mudança legislativa pois, para elas, a indissolubilidade do casamento era uma “uma instituição arcaica, retrógrada e tirânica”⁴⁹⁵. Com o intuito de reforçar esse coro, Analia Queiroz Costa, por exemplo, adotava uma perspectiva comparativa, assegurando que “há 100 vezes mais prostituição e abuso do casamento em países católicos romanos onde não existe o divórcio, que nas terras acatólicas onde existem leis de divórcio”⁴⁹⁶.

Filiada a essa segunda corrente, Olívia de Freitas considerava a emancipação feminina como um indício dessa evolução social. Nesse sentido, seus argumentos coincidiam com muitos daqueles expressos por Pardal Mallet em seu panfleto *Pelo divórcio!*, no qual defendia que o progresso da sociedade dependia do pleno reconhecimento dos direitos das mulheres. Para ele, o divórcio proporcionaria “a moralidade da família e o respeito da mulher pela aplicação única e exclusiva da Liberdade” e, após fazer uma longa exposição sobre o casamento ao longo da história, concluía que “não só a instituição familiar tem sido constantemente variável, passando pelas modificações as mais complexas, mas estas se fazem pela emancipação gradual da mulher, cuja evolução é a própria evolução do progresso humano”⁴⁹⁷. Segundo ele, os doutores da Igreja definiram a indissolubilidade do casamento em tempos primitivos porque, naquele momento, “o casamento não era a harmonia de dois interesses equipotentes, porque então a mulher era cousa e o casamento só cogitava em regularizar a conveniência do marido”⁴⁹⁸. Buscando definir o casamento como uma união entre iguais,

⁴⁹³ *Correio da Manhã*, 19/05/1907, voto de Joaquina da Silva Néder.

⁴⁹⁴ Ver os votos de Maria das Infelicidades em 26/05/1907, Martha de Oliveira em 14/07/1907, Alice Munsch em 28/07/1907, Hermiclinda Guimarães em 28/07/1907, L.P.C. em 11/08/1907, Abelina Uribe Rocha em 18/08/1907, todos no *Correio da Manhã*.

⁴⁹⁵ *Correio da Manhã*, 02/06/1907, voto de Celina Régis. Ela ainda ironizava: “Considerar-se o casamento como um ato divino, e por isso mesmo eterno, ficava bem no tempo dos cavaleiros andantes, em que tudo era mito e utopia”. No mesmo sentido, Albertina Ribeiro alegava que a realidade pregada pela Igreja era uma ficção, ver voto em 07/07/1907.

⁴⁹⁶ *Correio da Manhã*, 02/06/1907, voto de Analia Queiroz Costa.

⁴⁹⁷ Mallet, Pardal. *Pelo Divórcio!* op.cit., p.27 e p.35, respectivamente.

⁴⁹⁸ Mallet, Pardal. *Pelo Divórcio!* op.cit., p.78.

Mallet retomava a idéia do contrato, identificando entre os burgueses do século XVIII os fundamentos da “família moderna”, baseada “na reciprocidade equitativa dos esposos, iguais e aliados diante do trabalho comum”⁴⁹⁹.

Muitas das concepções defendidas por Mallet inspiravam-se naquelas formuladas pelo francês Alfred Naquet ao longo das três últimas décadas do século XIX. Como foi dito acima, Naquet foi o autor do projeto de lei sobre o divórcio francês, aprovado em 1884. Antes dessa data, porém, ele havia apresentado outras propostas e o próprio Mallet, ao escrever uma lei mais radical que aquela elaborada pelo deputado Érico Coelho, assumia que sua fonte de inspiração havia sido o projeto de Naquet datado de 1876. Em 1869, porém, Naquet havia sido condenado à prisão pela publicação de *Religion, Propriété, Famille*, no qual defendia a supressão do casamento e o estabelecimento do matriarcado. Naquele momento, portanto, ele considerava o divórcio como o recurso de uma sociedade falida. Após quatro meses de prisão e o exílio na Espanha, ele regressou à França e conseguiu retomar sua vida política. Voltando atrás em relação a algumas idéias publicadas, ele lançou um programa em 1875 defendendo o restabelecimento do divórcio e “o direito das mulheres gerirem seus próprios bens, instaurarem processos e serem do ponto de vista civil – senão do ponto de vista político, para o qual elas ainda não estão maduras – iguais aos homens, suas companheiras livres, ao invés de escravas”⁵⁰⁰. Ao longo de sua trajetória, portanto, Naquet manteve uma postura em prol da igualdade civil de mulheres e homens que parece ter influenciado profundamente Pardal Mallet.

A defesa do amor livre foi outro aspecto comum ao pensamento desses dois homens pois, apesar de Naquet não ter se manifestado sobre o tema em seus projetos de lei, ele promoveu esse preceito na publicação de 1869⁵⁰¹. No panfleto de Pardal Mallet, havia referências esparsas e elogiosas ao “amor livre”, assim como a outros pensadores franceses

⁴⁹⁹ Mallet, Pardal. *Pelo Divórcio!* op.cit., p.34.

⁵⁰⁰ Sobre as mudanças de Naquet em relação ao divórcio, ver Ronsin, Francis. *Les divorciés(...)*, op.cit., pp.181-205. O programa de Naquet de 1875 foi publicado em *Le Temps*, 10/09/1875.

⁵⁰¹ Segundo o autor, “retire esse caráter de santidade que foi impresso ao casamento, remova o estigma que se associou a qualquer união sexual fora da união legal, revele o amor livre, e as causas determinantes do aborto e do infanticídio serão consideravelmente diminuídas”. Naquet, Alfred. *Religion, Propriété, Famille*. Paris: s.e., 1869, p.281, tradução minha. Na enquete sobre o divórcio do *Correio da Manhã*, Octávia Bueno usou os casos de matricidas como um argumento a favor do divórcio: “ultimamente é de assombrar os casos publicados nos diários em que as moças honradas são forçadas pela sociedade a serem matricidas; algumas, para ocultarem a vergonha, praticam os mais monstruosos crimes e às vezes pagam caro, porque pagam com a própria vida, como ultimamente a viúva de um bravo, que tão triste exemplo deu à nossa bela sociedade, ensinando as adúlteras, quem nem sempre a ciência oculta íntimos crimes”. *Correio da Manhã*, 30/06/1907, voto de Octávia Bueno.

que defenderam essa causa, como Émile de Girardin, Saint Just e Benoît Malon⁵⁰². Naquele momento, a defesa do “amor livre” também circulava na imprensa libertária brasileira, como o jornal paulistano *Amigo do Povo*, cuja intenção era difundir e promover princípios anarquistas. Para isso, seus editores não hesitaram em empregar a literatura com sentido pedagógico, inclusive para abordar temas polêmicos como o “amor livre”⁵⁰³:

- Aquela história do *amor livre*. Não, aquilo é que eu não posso aprovar. (...)
- (...) Tu dizes que não aprovas as nossas teorias a respeito da *união livre* e isso significa que não compreendeste todo o lado altamente moral da nossa afirmação.
- Moral?! Mas tu não vês que o vosso amor plural é o non-plus-ultra da imoralidade, é a prostituição legalizada?
- Amor *plural*! Prostituição legalizada! Mas quem te disse tal? Ora vamos! Falemos sério: deixa esses palavões e verás que a família, como está hoje constituída, é um foco de imoralidade, incompatível como o nosso título de *animais racionais*. Que a união íntima de dois seres de sexo diverso seja uma necessidade, não o discutamos; mas esta união sexual torna-se imoral e detestável quando não tenha por *único* motivo o amor, a afeição entre dois seres. Se a dois jovens, que se uniram, vem a faltar a afeição recíproca, devem por ponto nas suas relações íntimas, que se tornaram imorais, anti-naturais...⁵⁰⁴

Como destacou Cláudia Baeta, “o diálogo abre espaço para um discurso não libertário, o que propicia um esforço da personagem anarquista para convencer a outra do acerto de seus ideais”⁵⁰⁵. Os proponentes do “amor livre” não defendiam nenhum tipo de contrato entre o casal, já que “nenhuma coerção, nenhum cálculo, nenhuma combinação os

⁵⁰² Mallet, Pardal. *Pelo Divórcio!* op.cit., p.73 (referência a Saint Just), p.69 (referência a Émile de Girardin) e p.94 (referência a Benoît Malon). Alguns autores acreditaram que Alfred Naquet e Benoît Malon foram membros da Aliança Internacional da Democracia Socialista, fundada por Mikhail Bakunin em 1868. Porém, o estudioso K. Steven Vicent encontrou cartas de Malon em que ele admitia ter conhecido Bakunin, mas negava sua participação nesse grupo. Ver Vicent, K. Steven. *Between Marxism and Anarchism: Benoît Malon and French Reformism Socialism*. Los Angeles: University of California Press, 1992, pp.12-13.

⁵⁰³ Sobre o sentido pedagógico de textos literários na imprensa libertária, ver Leal, Cláudia Baeta Feierabend. *Anarquismo em verso e prosa: literatura e propaganda na imprensa libertária em São Paulo (1900-1916)*. Campinas: Dissertação de Mestrado, 1999. Especificamente sobre *O Amigo do Povo*, ver Toledo, Edilene. “Em torno do jornal *O Amigo do Povo*: os grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século” in *Cadernos AEL*, n.8/9, 1998, pp.89-112.

⁵⁰⁴ *O Amigo do Povo*, “Livres amor (diálogo entre operários)” de J. Lleros, 06/03/1904, p.2. Cláudia Leal analisou esse diálogo em Leal, Cláudia Baeta Feierabend. *Anarquismo em verso e prosa (...)*, op.cit., pp.29-30.

⁵⁰⁵ Cláudia Leal analisou esse diálogo em Leal, Cláudia Baeta Feierabend. *Anarquismo em verso e prosa (...)*, op.cit., pp.29-30.

liga para sempre”⁵⁰⁶. Apesar dos anarquistas não serem a favor do divórcio, uma vez que não aceitavam o casamento nos termos burgueses, seus argumentos foram usados por aqueles que se propunham a defender uma nova lei sobre o assunto. No diálogo, por exemplo, as referências a relações sexuais “não-naturais” ecoavam algumas das considerações de Cunha Mendes, como vimos acima. Além disso, ao admitir a necessidade da “união íntima de dois seres de sexo diverso”, esse trecho também dialogava com as proposições de Olívia de Freitas sobre os “instintos naturais” femininos. Na enquete sobre o divórcio, a leitora Camélia apresentou uma argumentação próxima a libertária, argumentando ser contra o divórcio por questionar a própria prática do casamento:

É preciso triunfar na vida: *o amor forte e completo vence sempre; e para ele não há casamento e não há, portanto, divórcio, essa porta falsa na parede falsa do matrimônio. (...) A mulher necessita de educação e de liberdade: à semelhança do homem, o seu casamento deve ser a apoteose do seu verdadeiro amor – o amor dos trinta anos.* Antes, na juventude, na mocidade, ela deve ter o seu amor-experiência, o amor-prazer, e como estado definitivo, sem erro possível, sem curiosidade perturbadora, sem venalidade ou interesse deprimentes, submissões vergonhosas e falsas aspirações de liberdade, casar-se e ter o seu lar sadio e perfeito para o resto da existência. Com o divórcio nunca chegaremos ao ideal: vêm os erros precoces, a pressa, a confusão, as ilusões, as venalidades, os negócios de honra e de família, todas as misérias comuns que buscam no casamento uma solução de momento na esperança de divórcio a miséria maior que encampa tudo⁵⁰⁷.

Mais uma vez, o amor era apresentado como o elemento principal para determinar a união entre homem e mulher, capaz de se sobrepor às “misérias comuns”. Em sua argumentação, Camélia ainda defendia a promoção da igualdade entre os sexos, garantindo que ambos tinham as mesmas necessidades e que o respeito a essa premissa era uma condição para o futuro do casal. Ao mesmo tempo, fazia reivindicações específicas em relação às mulheres, exigindo mais educação e liberdade para que pudessem fazer suas próprias experiências antes da união definitiva com um homem, evitando erros e ilusões. Em vários aspectos, portanto, é possível identificar pontos de contato da opinião dessa leitora com argumentos professados na imprensa libertária ou por defensores do amor livre, a começar pela descrença na lei.

⁵⁰⁶ Ver *O Amigo do Povo*, “O Amor Livre” de Nomades, 13/02/1904, p.4.

⁵⁰⁷ *Correio da Manhã*, 26/05/1907, voto de Camélia.

Outras leitoras, ainda que não tão incisivas quanto Camélia, também questionaram a aplicação da lei e expressaram desconfianças a respeito das intenções do corpo legislativo, sobretudo por ser formado apenas por homens. Assim, Maria Ferreira Magalhães votou pelo divórcio, mas alertou que era “preciso muito critério e completa abstenção de paixões ao representante do povo para legislar sobre o divórcio”⁵⁰⁸. Maria Carolina Bandeira Cunha, outra participante, aproveitava a ocasião para pedir uma lei mais rígida porque, apesar de ter passado por um processo de separação de bens e corpos, denunciava que nunca havia sido intimada para tal fim. Ela usava o espaço fornecido pelo jornal para acusar seu marido que, por ser advogado, havia cometido uma “falsidade”, além de alegar que no Brasil “não conhecemos justiça!!”⁵⁰⁹. Nesse mesmo sentido, Laura Carneiro Ramos desejou “que se mantenha o decreto n.181 de 24 de janeiro de 1890, que lembra a separação de corpos e de bens e não se procure imitar, pelo menos agora, um país adiantado onde a justiça é um fato, uma religião, podemos mesmo dizer, como é a Suíça”⁵¹⁰.

A leitora que se identificou como Brasileira foi ainda mais pessimista e considerou que “no meu país acho que não deve existir, porque as leis não passam de uma farsa”, sendo que “se elas fossem respeitadas, [o divórcio] *devia existir*”⁵¹¹. Carmem A. Villa-Lobos, por sua vez, temia os efeitos de uma lei feita por homens:

Assim, meu senhor, deixemos-nos de novidades. Fiquemos por aqui mesmo enquanto as condições não mudarem, enquanto não houvermos conquistado no parlamento, entre os graves juízes, entre os administradores, entre os poderosos, lugares e influência. Enquanto a mulher não estiver preparada para dizer o que quer, e como o quer, enquanto não intervier ativa e diretamente na vida da sociedade política, no tocante a seus interesses, tão respeitáveis como os do homem, afigure-se-me mais seguro optar pelo statu quo. Nada de inovações que bem podem ser cavalos de Tróia...Nossa posição de fracas é desfavorável, mantidas injustamente em plana inferior; o homem tem tudo, nós nada; o homem é o déspota, nós as indefesas; embora! Não vá ser pior amanhã! A mulher que estude, compare, medite na sua missão, diferente da missão do homem e mais elevada, e se habilite, pleiteie os seus direitos legítimos, e, pela educação, há de chegar à igualdade que almeja e o seu triunfo será

⁵⁰⁸ "Pensando assim e tendo confiança no Poder Legislativo, composto na sua maioria de respeitáveis chefes de família, voto abertamente pelo divórcio que virá tirar de uma posição difícil dois esposos que não puderam se compreender." *Correio da Manhã*, 09/06/1907, voto de Maria Ferreira Magalhães.

⁵⁰⁹ *Correio da Manhã*, 21/07/1907, voto de Maria Carolina Bandeira da Cunha. Mais informações sobre o processo de divórcio dessa mulher foram encontradas no *Diário Oficial da União* nos dias 09/01/1906, página 141 e 21/03/1906, página 1607. Interessante observar como essa leitora se apropriou da enquete para publicizar uma situação de injustiça, expondo seu nome o comportamento de seu marido.

⁵¹⁰ *Correio da Manhã*, 23/06/1907, voto de Laura Carneiro Ramos.

⁵¹¹ *Correio da Manhã*, 09/06/1907, voto de Brasileira.

estável e perene. É o caminho a seguir: nada de divórcio elaborado pelo homem, que é uma espécie de outorga de favor⁵¹²

Ao demonstrar receio pelo resultado de uma lei de criação masculina, Carmem imaginava o dia em que mulheres estivessem ocupando altos cargos políticos. Naquele momento, notícias sobre “vitórias” do feminismo em países estrangeiros eram publicadas nos jornais diários, não sendo absurda a proposta de cogitar mudanças semelhantes no Brasil⁵¹³. Porém, essa leitora fazia projeções a longo prazo, estabelecendo a educação feminina como uma condição para a luta por direitos. Diferente dos homens, elas precisariam se preparar para participar ativamente na esfera pública, trabalhando ou debatendo direitos. Nesse sentido, apesar de denunciar a injustiça das desigualdades entre homem e mulher, Carmem também enfatizava como o sexo condicionava a missão de cada um, buscando na biologia a base da ordem social. Assim, ao ver a lei como um vetor de mudanças futuras, essa leitora buscava caminhos para construir igualdade sem ameaçar a diferença, problema recorrente na própria definição de feminismo.

7. Feminismo, trabalho e classe

Nem todas as mulheres que participaram da enquete sobre o divórcio colocaram seu verdadeiro nome como assinatura, preferindo criar pseudônimos que lhes conferissem identidade ou lhes fornecessem proteção. Na mesma época, a escritora Emília Moncorvo Bandeira de Melo, que havia estreado no *Correio da Manhã* no final de 1906, empregava o pseudônimo de Carmem Dolores nos artigos publicados na seção de honra, reproduzindo o mesmo padrão que já havia adotado no jornal *O Paiz*. Entretanto, mesmo em se tratando de uma figura pública, o pseudônimo ainda lhe conferia um “anonimato relativo”, como ela mesma relatava em um texto em prol do divórcio, publicado um pouco antes da abertura da enquete:

⁵¹² *Correio da Manhã*, 26/05/1907, voto de Carmem de A. Villa-Lobos.

⁵¹³ *Correio da Manhã*, “A maior vitória até hoje alcançada pelo feminismo. Dezenove mulheres eleitas deputadas ao Congresso da Finlândia”, 26/05/1907, p.2: “Já existem na Noruega mulheres conselheiros municipais; na Nova Zelândia, eleitoras; na Rússia, funcionárias municipais substitutas; mas é na Finlândia o primeiro país que tem a fortuna de ver figurar no seu Congresso as primeiras mulheres deputados, e – com mais esta circunstância – o elemento feminino vai ali representar um décimo do número total de deputados. Entre estas representantes do povo finlandês acham-se várias “intelectuais”; mas também ali vemos uma parteira e... uma cozinheira!”

O primeiro artigo meu sobre o assunto, que apareceu nestas amáveis colunas, suscitou tantos e tão acerbos reparos e protestos, que pude escutar alguns em bondes onde viajava, a sorrir-me e congratular-me *in pello* pelo anonimato relativo que ali me protegia (...). Ouvi certa senhora declarar que eu era um homem escondido sob o pseudônimo feminino e possuindo o criminoso desejo de livrar-me da minha esposa, para casar com outra. Ai de mim! Por que não falou essa digna senhora a verdade?!... Eu teria escapado assim à desfavorável qualificação de *bas-bleu* nacional, quando entretanto me sinto de envergadura tão pouco pretensiosa e *hommasse*! Um senhor de muito cabelo e muito respeito afirmou ao contrário que eu era realmente mulher, mas andava farta, com certeza, do meu legítimo dono e queria portas abertas para procurar outro ou... outros. (...) Oh! Rigoroso censor! Se pudésseis saber como, por desgraça sua, tem hoje a mais livre disposição dos seus destinos quem escreveu sobre o divórcio e torna agora a escrever, e escreverá sempre, enquanto empunhar uma pena, na mais sincera imparcialidade das suas convicções, na ânsia altruísta de uma salvação para as suas irmãs infelizes, no insuspeito ardor, enfim, de uma paladina independente e que se julga no caminho da justiça e da verdade!⁵¹⁴

O desconhecimento desses leitores sobre a verdadeira identidade da autora permitia que construísem conjecturas sobre seu sexo e seu caráter. Ao comentar essas opiniões, Carmem Dolores aproveitava para construir publicamente sua verdadeira personalidade, na tentativa de convencer novos leitores da idoneidade de seu posicionamento a favor do divórcio. A referência à “livre disposição de seus destinos”, por exemplo, estava relacionada ao seu estado civil de viúva, o que também justificaria seu trabalho como escritora. Dessa forma, ela garantia que não tinha nenhum interesse pessoal na aprovação de uma nova lei do divórcio. Ao mesmo tempo, apontava que as mulheres que pretendiam se divorciar não eram moralmente suspeita, como sugeriu o distinto passageiro do bonde, mas simplesmente “infelizes”. Solidária a essas “irmãs”, ela defendia uma nova lei por considerá-la uma questão de justiça.

Quanto às declarações da senhora, que supôs que o pseudônimo escondesse um homem de desejos criminosos, Carmem Dolores a empregava para rebater outras qualificações que circulavam pela imprensa naquele momento. O epíteto de “bas bleu nacional” havia sido usado no terceiro número da recém-lançada revista *Fon-Fon*, publicada em abril de 1907⁵¹⁵. Aspectos físicos e morais da autora compunham a descrição feita em francês na seção “Frimousses et Binnetes”, que prometia ser um “kodack à

⁵¹⁴ *Correio da Manhã*, “Conversando...” de Carmem Dolores, 03/05/1907, p.1.

⁵¹⁵ *Fon-Fon*, “Frimousses et Binnetes”, n.3, abril de 1907, p.31.

l'encre". Ela ainda era qualificada como a Séverine do jornalismo fluminense, que tinha "o cuidado charmoso de se manter mulher, apesar da literatura que frequentemente transforma os escritores do belo sexo em propagadores de besteiras e de uma sensualidade absolutamente repugnantes"⁵¹⁶.

Séverine era o pseudônimo da jornalista feminista Caroline Rémy de Guebhard, que participou ativamente da imprensa francesa a partir do final do século XIX, escrevendo para o periódico socialista *Le Cri du Peuple*, para o diário feminista *La Fronde*, para o diário *Le Matin*, entre outros⁵¹⁷. Por sua vez, o termo "bas-bleu" adquiriu, a partir do final do século XVIII francês, um caráter bastante pejorativo, sendo empregado posteriormente para desqualificar mulheres que pretendiam seguir carreira literária⁵¹⁸. Carmem Dolores não escondia seu desconforto com o emprego desse adjetivo, negando que pretendesse adotar uma estética ou uma postura masculina. Assim, apesar de reconhecer que escritores tinham menos barreiras para usar a imprensa como fonte de renda e de expressão, buscava definir-se como uma "paladina independente" e feminina.

Por outro lado, ao silenciar sobre a comparação com Séverine, parecia flertar com a qualificação de feminista, ainda que evitasse a discussão. Essa confusão sobre a identidade de Carmem Dolores sintetizava muitas das tensões existentes na própria definição de feminista, como o risco de inversão sexual (homens efeminados, mulheres masculinizadas) ou perda dos atributos de seu sexo, o exercício de atividades remuneradas por mulheres e sua condição de independência, os modelos e influências estrangeiras, os exageros e os acertos das reivindicações e da forma de manifestá-las. Ao longo do concurso sobre o divórcio, nenhuma das leitoras se identificou abertamente como feminista, mas outros colaboradores não demoram a identificar os diálogos que estabeleciam com o feminismo, ou melhor, com o que buscavam definir como feminismo. A primeira associação entre reflexões sobre casamento e feminismo foi feita por Osório Duque Estrada na seção de

⁵¹⁶ No original e na íntegra, tradução minha: "Carmen Dolores: solidamente constituída, ombros largos, caminhar majestoso, olhos penetrantes, abrigados por um *pince-nez* que cavalga sobre um nariz bem-educado, severamente vestida, a *bas bleu* nacional difunde pela imprensa sua prosa fecunda e apreciada. É a Séverine do jornalismo fluminense. Aborda a crônica, narrativa, notícias, com sua parte de sentimentalismo e o cuidado encantador de se manter sempre mulher, apesar da literatura que, na maioria das vezes, transforma os escritores do belo sexo em propagadoras da estupidez e de uma sensualidade absolutamente repugnante".

⁵¹⁷ Ver Coquart, Elizabeth. *La Frondeuse: Marguerite Durand, patronne de presse et féministe*. Paris: Payot, 2010, pp. 41-2.

⁵¹⁸ Ver Danielle Hamant-Paparatti, *Bien-pensantes, cocodettes et bas-bleus. La presse féminine et familiale (1873-1887)*. Paris: Denoël, 1984.

honra do *Correio da Manhã*. Segundo o autor, o "interessante problema do feminismo" havia sido "transplantado da velha Europa e da América do Norte", onde com "mais intensidade palpita a civilização".

Ele distinguia basicamente duas formas de manifestação feminista, revelando um profundo incômodo com o uso da metáfora da escravidão por aquelas militantes que, na sua concepção, não haviam compreendido o verdadeiro caráter do movimento. Para fundamentar sua argumentação, o autor buscava traçar um panorama da condição feminina ao longo do tempo. Então, se na Grécia e na Roma antigas as mulheres eram tratadas como "objeto de divertimento e prazer", totalmente submetidas "ao arbítrio do homem", a Idade Média havia proporcionado a "liberdade para o sexo frágil". Assim, nas sociedades modernas, não fazia sentido comparar as mulheres a servas ou escravas, como pretendiam algumas feministas portuguesas que ele citava e, conforme vimos acima, como fizeram algumas participantes da enquete sobre o divórcio.

Sem atentar para os inúmeros sentidos que a metáfora poderia ter – a questão da indissolubilidade do casamento e a ênfase em seu caráter retrógrado – Osório Duque Estrada falava exclusivamente sobre a dependência das esposas em relação aos homens, assegurando que "a independência a que tão justamente aspira a mulher, é, de algum modo, legítima, e até mesmo digna da nossa simpatia". Nesse sentido, ponderava:

(...) o problema não foi ainda compreendido por algumas senhoras de imaginação exaltada. As próprias representantes do sexo frágil, iniciadoras do movimento de autonomia, que agora vai avultando, não falaram jamais dessa suposta servidão da mulher, que não passa, felizmente, de um gasto e já desmoralizado chavão de retórica. Outras, equilibradas e de acentuado bom senso, iniciaram mais razoavelmente a campanha, dirigindo-se discretamente no sentido de conquistarem apenas uns tantos direitos que sem justa razão lhes tem sido recusados, ou pelo menos desconhecidos, até à hora presente. Incluem-se neles o exercício de certas profissões, até aqui consideradas como privilégio exclusivo dos homens; o direito do voto, decorrente da sua qualidade de contribuinte e como penhor da sua capacidade política; e uma razoável aspiração para a autonomia e a independência que o Estado não pode recusar aos que concorrem para a sua prosperidade. *Querem substituir, em uma palavra, a tutela privada pela tutela da República.* Encarada por essa face, a aspiração é legítima. Acontece, porém, que as almas fúteis e incapazes de compreender o ideal do feminismo já começam a batalhar a questão, expondo-se ao ridículo de gritar pela reforma, sem que saibam ao menos compreender o que estão pedindo as suas irmãs... de *cativeiro!* (...) Ora, de uma ou de outra maneira, (como aspiração restrita e razoável, ou como

desatino da razão desequilibrada) o problema do feminismo não pode ser ainda discutido no Brasil.⁵¹⁹

O ideal das feministas “equilibradas e de acentuado bom senso”, que ele associava às européias ou às norte-americanas, ainda não havia sido plenamente compreendido pela maior parte das mulheres, “almas fúteis”, que se exaltavam de maneira errônea e ridícula. Essa falta de compreensão do feminismo estava associada às diferenças entre os países. Naqueles de “mais apurada cultura”, como os da Europa ou nos Estados Unidos, “a mulher não precisa do homem para viver”. Em compensação, a sul-americana era descrita como um “ente passivo e sem existência própria”, resignada ao papel de “simples objeto” sob a propriedade masculina. A brasileira, em particular, ainda não poderia “se libertar do homem”, pois “sem instrução, sem hábitos de trabalho, sem aptidão para a luta, fácil é de prever a sorte que lhe estaria reservada”.

A diferença fundamental estava, na verdade, na forma como o casamento era concebido em cada uma dessas sociedades. Naquelas partes do globo em que o feminismo se manifestava de forma legítima, a mulher “casa pela afinidade psicológica que aproxima os sexos, mas não pela necessidade da manutenção e da subsistência”. Com isso, poderia reclamar “a *liberdade*, porque já conseguiu a *emancipação*”, reivindicando de forma discreta direitos como o exercício de profissões de prestígio, o voto e a autonomia. Enquanto isso, em países como o Brasil, “é força que os pais continuem a procurar casamento para as filhas, como quem procura uma *colocação*”. Assim, o trabalho feminino remunerado, desempenhado fora do âmbito doméstico, era um aspecto central para definir o caráter das uniões matrimoniais em cada país e, conseqüentemente, quais seriam as reivindicações femininas legítimas.

Em uma perspectiva evolucionista, esse autor não só destacava as progressivas mudanças ao longo do tempo, como apontava diversos graus de desenvolvimento entre as nações, considerando que “nem é preciso fazer apelo à revolução para a conquista de uma vitória que a evolução social vai tratando de assegurar”. Assim, via o feminismo europeu e norte-americano não só como uma consequência de um estágio social mais avançado, mas também como um indício de civilização. No Brasil, entretanto, ainda era preciso resolver “uns tantos problemas preliminares”, como a instrução e a capacitação feminina para o

⁵¹⁹ *Correio da Manhã*, “Feminismo”, Osório Duque Estrada, 08/05/1907, p.1, grifo meu.

trabalho, porque apenas isso garantiria um engajamento legítimo à propaganda feminista que, naquele exato momento, só serviria para promover a “esperança da regeneração de nossos costumes”, ao mostrar outras realidades para a mulher brasileira.

Simpático ao feminismo, visto como um progresso social, o autor reprovava as manifestações infundadas que surgiam em países periféricos. Porém, apesar de considerar a metáfora da escravidão como inadequada, ele mesmo usava características associadas a essa condição – como passividade, anomia, dependência, falta de liberdade – para descrever a situação de suas conterrâneas sob o casamento. Ao mesmo tempo em que considerava justo que européias e norte-americanas buscassem trocar a “tutela privada” pela “tutela da República”, ele admitia que as brasileiras deveriam permanecer sob o controle do marido, pois ainda não tinham condições de se emanciparem. Dessa forma, acabava por adotar um argumento recorrente nos debates sobre a abolição do trabalho escravo no Brasil, elaborado por homens que, mesmo reconhecendo a necessidade de suprimir a escravidão, prova do atraso brasileiro frente a nações civilizadas, alegavam que os escravos não estavam prontos para dispor de seus próprios destinos⁵²⁰.

Ao reagir a esse artigo, a advogada Myrthes de Campos elogiava a iniciativa de Osório Duque Estrada, principalmente por ele ter mostrado que o êxito do feminismo era “uma consequência inevitável do progresso”. Ela também condenava o exagero de certos grupos feministas, que promoviam um “espécie de guerra ao homem”. Porém, discordava em relação à cronologia que havia traçado, pois considerava que o período medieval significou “apenas a mudança do estado de escrava, para o de protegida, o que é para nós quase o mesmo que modificar a escravidão, suavizando-a com ilusórias aparências”. Ainda sobre o princípio da proteção, afirmava:

(...) o reconhecimento do direito ao trabalho, que possuem todos os indivíduos para prover a sua subsistência, que importa na escolha de uma profissão, o que também não deve ser negado à mulher, sob o falso pretexto de protegê-la. Estabelecido o princípio da proteção, nada mais é preciso dizer: surge a desigualdade, a inferioridade manifesta do protegido, e assim como protegida do homem, tem a mulher a sua subordinação, que é, como diz Stuart Mill ‘um fato isolado entre as instituições sociais modernas, uma lacuna no seu princípio fundamental (liberdade, concorrência), um único

⁵²⁰ Sobre projetos de emancipação gradual e disciplinada, ver Azevedo, Célia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites no século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004 [1987], pp.30-9.

vestígio de um velho mundo intelectual e moral destruído por todos os lados, mas, conservado em um só ponto, aquele que precisamente apresenta um interesse universal'.⁵²¹

Ao afirmar, como Osório Duque Estrada, a centralidade do trabalho para a conquista da independência, a advogada também destoava da argumentação precedente, pois atacava abertamente o princípio da proteção que, no seu modo de ver, reforçava concepções errôneas sobre a mulher, promovendo sua subordinação e inferiorização. No ano anterior, em carta a Carmem Dolores publicada no jornal *O Paiz*, Myrthes de Campos também criticava a condição das mulheres casadas e o “simulacro de proteção” a que estavam submetidas, já que o casamento nem sempre era sinônimo de segurança para elas⁵²². Naquela ocasião, defendia que a instrução e a educação eram formas de promover a “libertação da mulher”, ao mesmo tempo em que criticava a influência do Direito Romano sobre as leis brasileiras, com a negação de direitos básicos às mulheres casadas.

Assim, na composição do trecho citado acima, é significativo que tenha citado Stuart Mill que, além de ter comparado as esposas a escravas em sua luta pelo divórcio na Inglaterra, também foi um importante divulgador do pensamento liberal. Influenciada por essa corrente, Myrthes de Campos defendeu, na solene ocasião de seu primeiro discurso no Instituto da Ordem dos Advogados, que o divórcio corrigia a “velha utopia da incapacidade resultante do matrimônio, que vai de encontro aos princípios de direito civil que em qualquer associação exigem a plena capacidade dos associados”⁵²³. Por isso, tal qual as feministas inglesas de meados do século XIX, ela desejava que a legislação brasileira elevasse a condição das esposas e reconhecesse a dissolubilidade do casamento, convertendo a união civil em um contrato nos moldes da teoria liberal clássica.

Como Carmem Dolores, a advogada acreditava que a mudança na legislação provocaria transformações importantes no status legal e social das mulheres, promovendo

⁵²¹ *Correio da Manhã*, "Feminismo", Myrthes de Campos, 13/05/1907.

⁵²² *O Paiz*, "Educação Feminina: carta aberta a sra. Carmen" de Myrthes de Campos, 22/04/1906.

⁵²³ *Correio da Manhã*, "A Mulher-Advogado: No Instituto dos Advogados. A questão do divórcio. Dra. Myrthes de Campos." 21/06/1907, p.1. Dias antes, o jornal lembra a importância desse acontecimento: "(...) muito embora, em sessões anteriores, tenha a Dra. Myrthes tomado parte nas discussões que ali se travam [no Instituto dos Advogados]: hoje a jovem advogada ocupará a tribuna como oradora inscrita (...)". *Correio da Manhã*, "A Mulher-Advogada: discurso da Dra. Myrthes de Campos. O divórcio", 13/06/1907, p.1.

os seus direitos e a igualdade entre os sexos⁵²⁴. Entretanto, elas não compartilhavam as mesmas premissas sobre o casamento em si e sua importância na vida da mulher:

(...) essa solitária [a divorciada] *hors la loi, hors le bonheur*, não tinha ao seu lado o esteio, o homem, o marido, o braço forte, para protegê-la contra afrontas brutais. E faltava-lhe a liberdade de procurar tal esteio. O tal decreto n.181 de 24 de janeiro de 1890, que alguns declaram um monumento de sabedora e que eu reputo simplesmente uma monstruosidade, trancava-lhe todas as portas, impondo-lhe essa coisa obtusa, desumana, iníqua, impossível, de viver eternamente só, sem recursos, se o ex-marido não lh'os fornecia ou lh'os esgotara, como é mais comum, exposta a todos os agravos e atritos, condenada pela opinião se buscasse um carinhoso consolo, condenada igualmente se o não buscasse, permanecendo pregada ao seu poste de solidão, submetida ao papel de pária social, em cujas fibras doloridas todas as farpas da calúnia se cravam cobardemente, gostosamente...

Enquanto Myrthes de Campos clamava o direito ao trabalho e à independência feminina, criticando o “princípio da proteção”, Carmem Dolores parecia reforçar a importância das mulheres contarem com um apoio masculino, tanto do ponto de vista material, quanto do moral. Pensando especificamente nas desquitadas segundo a lei então vigente, ela considerava injusto que fossem condenadas à solidão, assim como ao julgamento maldoso da sociedade a sua volta. Como muitas leitoras que votaram pelo divórcio na enquete do *Correio da Manhã*, essa escritora acreditava que, ao abrir a possibilidade de um segundo casamento, a nova lei do divórcio permitiria que mulheres separadas encontrassem novos esposos, que exercessem o papel de provedor e regularizassem sua situação moral.

Embora reconhecesse que esse era um forte argumento a favor do divórcio, Carmem Dolores também era sensível à realidade de muitas mulheres que estavam sozinhas na “luta pela sobrevivência”. Afinal, enquanto viúva, era essa a situação da própria escritora. Nesse sentido, ela indagava: “afinal, leitores, qual é o fim do feminismo?”, ao que respondia energeticamente:

⁵²⁴ Segundo Carmem Dolores, ela estava “discutindo e lutando para que a mulher divorciada conquiste, enfim, entre nós uma situação definida, libertando-a das injustiças e das incoerências sociais”. Mais adiante, no mesmo artigo: “isto de martírios exigidos para uns, enquanto outros folgam e gozam no ápice de todas as liberdades e regalias – isto não! Alto lá!”. *Correio da Manhã*, “Conversando...” de Carmem Dolores, 22/05/1907, p.1.

É procurar um remédio, uma porta de saída, um respiradouro, uma solução, para situações tristes e difíceis. E por que se há de ridicularizá-lo? Apertem a garganta a alguém, e verão se esse alguém não busca desesperadamente livrar-se do arrocho que tolhe a entrada do ar nos seus pulmões agoniados. Pois é o que faz, no mais rigoroso sentido, a mulher oprimida pelas leis sociais, quando luta sozinha pela subsistência. (...) Entre nós, isto de remendar panos, enxugando de quando em quando uma lágrima, é muito bonito, muito virtuoso, mas tem um inconveniente: não fornece o pão. Para ganhá-lo, é preciso a energia e sobretudo a ação. (...) a moça empobrecida descobre de repente, ao latego da adversidade, germens de energia no fundo do seu ser e reage contra a apatia, desenvolve os seus recursos para a luta, atira-se, enfim, valentemente, ao combate pela existência. É a normalista; é a adjunta que vai cada manhã, interrompendo o seu belo sono da mocidade, para os subúrbios distantes, com uma simples fatia de pão e carne no bolso, como única refeição até o cair da noite, quando regressa à casa, esfalfada, enrouquecida de ensinar crianças, triste e abatida. Eis nesse tipo a feminista, que faz concorrência ao trabalho do homem, luta como ele e, naturalmente, pleiteia com justiça a sua liberdade e os seus interesses no terreno em que a sorte, e não o seu gosto, a arrojou. Ah! Sim, porque trabalhar sem tarefa obrigatória é agradável a qualquer espírito ativo, mas trabalhar incessantemente, com vontade ou sem ela, mesmo quando a fragilidade do sexo requer a pausa e o descanso – eis o que nunca pode ser um prazer – e o dever parece às vezes bem duro! (...) O feminismo é um remédio – e como tal deve ser encarado pelos espíritos inteligentes. É a única solução para a *mulher desamparada*, que tem de ganhar o pão. E pois que, sozinha, ela precisa desenvolver todas as energias de um homem na concorrência terrível ao trabalho remunerador, seja-lhe logicamente permitido o direito de reclamar também para o seu uso as mesmas liberdades e as mesmas garantias.⁵²⁵

Ao definir como feministas as mulheres que, por necessidade, exerciam atividades remuneradas no espaço público, Carmem Dolores buscava, a um só tempo, reconhecer certa legitimidade tanto do feminismo, quanto do trabalho feminino. Ela tomava como exemplo a situação da jovem oriunda de uma família empobrecida, que se via na contingência de trabalhar para sobreviver. Enfatizava ainda que, por trabalhar como o homem, concorrendo com ele no mercado de trabalho, elas deveriam ter os mesmos direitos e as mesmas garantias reconhecidas ao sexo masculino. Em 1903, Myrthes de Campos havia usado argumento similar no recurso dirigido à Corte de Apelação, na tentativa de reverter a decisão da Junta de Alistamento Eleitoral, que havia negado seu pedido para ser admitida como eleitora municipal:

⁵²⁵ *Correio da Manhã*, "Conversando...", Carmem Dolores, 17/06/1907.

O romanismo dos ofícios viris vai decaindo, desde que as mulheres exercem cargos públicos e quase todas as profissões liberais, até certo tempo monopolizadas pelos homens, como a medicina, a advocacia, etc. E, mesmo no tempo em que as mulheres estavam equiparadas aos menores e aos loucos, diz-nos claramente o próprio direito romano, criador destas incapacidades, que a situação inferior que lhes impôs, não foi porque lhes faltasse o preciso critério, mas pelos costumes, e pelo pudor do sexo (falso pudor: trabalhar honestamente, ou garantir seus direitos por meio da representação política, não macula a dignidade de ninguém). (...) Seria absurdo que, hoje que as mulheres podem ter sob sua responsabilidade diversas funções, que podem oficialmente estudar as leis, se conservassem indiferentes ao seu preparo (...).⁵²⁶

O fato de trabalhar, sobretudo em cargos e profissões antigamente considerados “viris”, justificava o interesse feminino na representação política e no processo legislativo. Ela também identificava a origem de certos preconceitos contra as mulheres não em sua inferioridade biológica ou moral, mas em arcaicos padrões sociais, que deveriam ser contestados naquele momento. Para concluir, indagava como a mesma corte que havia reconhecido seu direito de exercer a função de advogado, afrontando diversos grupos contrários, poderia negar seu direito ao voto. Assim, tanto em Carmem Dolores, quanto em Myrthes de Campos, havia a intenção de afirmar publicamente os vínculos entre trabalho feminino e honra, assim como entre trabalho e direitos, destacando a concorrência com os homens em diferentes domínios. Porém, enquanto a escritora fazia referência a ocupações não qualificadas ou que não pressupunham o ingresso no ensino superior, enfatizando a necessidade de prover sua própria subsistência a despeito da “fragilidade feminina”, Myrthes de Campos destacava a importância de a mulher ir “elevando-se pela cultura científica”, a exemplo das “nações mais adiantadas”:

Revela-se, enfim, a própria experiência a favor do aperfeiçoamento da posição social e jurídica da mulher, que, elevando-se pela cultura científica, procura libertar-se da submissão em que habilmente a colocou o egoísmo masculino, dando à escrava a brilhante aparência de senhora.⁵²⁷

A subsistência proporcionada pelo trabalho era vista como parte de um projeto maior, norteador pela busca da liberdade. O caráter do casamento, silenciado por Carmem Dolores na discussão sobre as feministas, era criticado como uma escravidão exercida

⁵²⁶ *Correio da Manhã*, "Capacidade Eleitoral da Mulher", 10/05/1903, p.2.

⁵²⁷ *Correio da Manhã*, "Capacidade Eleitoral da Mulher", 10/05/1903, p.2.

exclusivamente em benefício dos homens. A comparação entre os escritos dessas duas autoras parece sugerir que o feminismo era uma questão de classe, isto é, um conceito que ganhava diferentes sentidos conforme as experiências de trabalho das pessoas que se dispunham a interpretá-lo ou colocá-lo em prática. Ao classificar vários tipos de feminismo, Adão Bertholdo adotava essa perspectiva em sua série de artigos publicada no *Correio da Manhã*. Abertamente contrário ao feminismo, que caracterizava como a dissolução das "distinções sociais de sexos", o objetivo desse colaborador parece ter sido justamente reunir todos os argumentos possíveis para questionar o resultado da enquete de 1907 na qual, dos 106 votos recebidos, 71 eram favoráveis a uma nova regulamentação do divórcio.

Assim, Adão Bertholdo distinguia o feminismo operário como uma “consequência fatal da degradação masculina”, o que obrigava as mulheres a deixarem o lar doméstico para competir nas fábricas e nas oficinas com o homem. Por sua vez, aquelas que buscavam alcançar carreiras liberais eram oriundas do feminismo burguês, dentro do qual também identificava o feminismo oportunista e o mundano. Na sua concepção, a mulher na profissão liberal só prejudicava a si mesma e não prescindia do casamento. A operária, por sua vez, representava um perigo social:

Mas o trabalho da mulher é escasso, menos produtivo e o egoísmo do homem é crescente. A intervenção do legislador, em benefício da mulher, diminui o número de horas no trabalho diurno e proíbe o trabalho noturno, restringindo a capacidade de ganhar. Então o feminismo protesta e exige que se dê a esta mulher as prerrogativas do homem. O que a lei executa como uma proteção, a propaganda toma como um combate, e quer que à mulher operária, se conceda a mesma faculdade de trabalho, levando a ingratidão ao ponto de esquecer a solicitude com que os homens que governam criam a assistência destas mulheres nos precários da maternidade (...). Acreditar-se-á, por ventura, que a liberdade no trabalho feminino vai afastar a infelicidade da casa do operário? O egoísmo do homem aumenta com a progressão dos recursos; à dedicação da mulher, subordinada ao impulso da afeição, leva-a ao trabalho exaustivo que conduz à moléstia. O papel do feminismo no caso é pernicioso; é querer libertar a mulher matando-a, ao invés de procurar regenerar o homem, facilitando-lhe a instrução, ministrando-lhe o exemplo, diminuindo-lhe os rigores da vida, auxiliando-lhe a criação dos filhos, difundindo a assistência física e moral. (...)⁵²⁸.

Na sua concepção, ao invés de incentivar que mulheres saíssem de casa para trabalhar, era preciso regenerar os homens que se mostravam incapazes de exercer o papel

⁵²⁸ *Correio da Manhã*, "O divórcio" de Adão Bertholdo, 09/08/1907, p.1.

de provedor. Além de menos produtivo, o trabalho feminino apenas agravaria a situação desses homens degenerados, ameaçaria a vida das esposas e a constituição da própria família. Como os economistas franceses de meados do século XIX, esse autor focalizou sua atenção sobre as “operárias porque elas pareciam iluminar os problemas do desenvolvimento urbano e industrial, particularmente sob o ângulo da moralidade”⁵²⁹. Assim, reforçando a separação generificada das esferas pública e privada, o colaborador do *Correio da Manhã* apontava supostas incapacidades naturais femininas, a fim de enfatizar a incompreensão do feminismo frente à sabedoria dos homens da lei. Em uma visão mais simplista que muitas participantes da enquete sobre o divórcio, Adão Bertholdo não problematizava a forma como era feita a legislação, alegando que apoio oferecido às mulheres no domínio trabalhista apenas respondia às suas necessidades de proteção. Porém, para a historiadora Louise Newman, os debates sobre a criação de uma legislação do trabalho especial para as mulheres nos Estados Unidos, na década de 1870, mostravam que:

propostas de legislação que visavam proteger a trabalhadora – fosse através do estabelecimento de um número máximo de horas de trabalho ou de um salário mínimo para as mulheres, promovendo o slogan do “pagamento igual para trabalho igual” ou estatutos que proibiam trabalho noturno – reforçavam e perpetuavam a ideologia da domesticidade patriarcal, justaposta a ideais da classe média de masculinidade, que atribuíam aos homens o papel de provedor financeiro e protetor físico das mulheres⁵³⁰.

Essas leis, portanto, teoricamente protegeriam as mulheres, ao mesmo tempo em que promoveriam o ideal do homem protetor, sendo que muitas delas, como alertou a própria autora, foram orientadas pela concepção de que as mulheres não seriam trabalhadoras permanentes e que sua inserção provisória no mercado de trabalho visava complementar a renda familiar. Analisando o discurso da economia política francesa entre as décadas de 1840 e 1860, Joan Scott observou como essas mesmas idéias – homem provedor e trabalho feminino temporário de caráter complementar – foram usadas para justificar as diferenças salariais entre homens e mulheres, servindo de base para o

⁵²⁹ Scott, Joan. “ ‘L’ouvrière, mot impie, sordide...’ le discours de l’économie politique française sur les ouvrières, 1840-1860 in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v.83, n.83, Juin, 1990, p.14.

⁵³⁰ Newman, Louise Michelle. *White women’s rights (...), op. cit.*, p.96. Sobre as ambigüidades de uma legislação do específica para as mulheres no final do século XIX na França, ver Bard, Christine (dir.) *Un siècle d’antiféminisme*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1999, pp.49-50

estabelecimento de políticas públicas e mesmo para seus críticos⁵³¹. Esses teóricos franceses também criticavam os ambientes de trabalho mistos, alegando que colocavam em risco a moral das operárias, além de denunciar a negligência da maternidade e seus efeitos nefastos⁵³².

Ao opor a maternidade à faculdade de trabalho do homem, Adão Bertholdo retomava a questão da diferença sexual e das funções naturais de cada sexo, com o objetivo de demarcar espaços de atuação legítimos⁵³³. A ênfase na importância da diferença entre os sexos, assim como o perigo da inversão sexual, foram temas recorrentes na sua série de artigos. Atemorizado com a previsão de que homens efeminados e mulheres masculinizadas criassem um terceiro sexo, “que corporifica o sonho feminista”, ele considerava que o feminismo só havia alcançado vitórias em “sociedades desorganizadas”, gerando a ilusão e que era possível “à mulher a conquista dos predicados masculinos”. Isso, porém, colocaria em risco a “humanidade futura”, assim como a qualidade da raça⁵³⁴.

Em seu artigo sobre mulheres que proviam sua própria subsistência, Carmem Dolores já havia previsto que “o homem teme que o feminismo dispa a mulher do seu encanto próprio, masculinizando-a”, ao que replicava que a mulher brasileira se manteria feminina, “mesmo quando abraçada por necessidade aos princípios feministas”⁵³⁵. Ao lado dessas considerações de cunho generalista e da idéia de um feminismo “por necessidade”, temores, como os manifestados por Adão Bertholdo, deram ensejo a problematizações mais profundas sobre o papel da mulher na sociedade e sobre o significado do feminismo naquele momento. Assim, uma leitora, que assinava como Narcisa Florentina, solicitou a publicação de uma carta no *Correio da Manhã* nos seguintes termos:

Sr. Redator – Abrindo v. exa. as colunas de vosso jornal para Adão Berthold se tornar um campeão formidável do chamado sexo forte, deve, pela coerência que sempre prega e pela imparcialidade que nunca deixa de assinalar, favorecer com um pequeno espaço a quem faz parte daquelas que têm sido

⁵³¹ Scott, Joan. “ ‘L’ouvrière’ ” (...), *op.cit.*, p.4.

⁵³² Scott, Joan. “ ‘L’ouvrière’ ” (...), *op.cit.*, p.8 e p.11.

⁵³³ Sobre as lutas e as contradições de leis francesas em torno da maternidade, ver Cova, Anne. *Maternité et Droits des femmes en France (XIXe.-XXe. siècles)*. Paris: Antrhopos, 1997.

⁵³⁴ *Correio da Manhã*, "O divórcio" de Adão Bertholdo, 07/08/1907, p.1 e 09/08/1907, p.1. Segundo esse autor, “a raça humana é composta dos sexos opostos, que se completam, que se ligam, que formam ambos um dos muitos núcleos da humanidade futura e que não poderão jamais entrar no terreno da luta, de direitos e de regalias sem prejuízo de seu papel de prover à população do mundo inteiro”. No mesmo sentido, considerava que o divórcio significaria a conquista do individualismo sobre a ordem social.

⁵³⁵ *Correio da Manhã*, "Conversando...", Carmem Dolores, 17/06/1907.

espicaçadas pelo iracundo adversário das reivindicações feministas. (...) E depois de combater os que julgam que o papel da mulher é na família e não na sociedade, na propagação da espécie, e não no desenvolvimento social, Tito Livio tem essa frase (...): “se a educação da mulher dissolve a família é que uma das condições dessa instituição é a ignorância da mulher. Uma instituição, um contrato que só é possível enquanto um dos contratantes é ignorante, é um contrato que tem por fim a exploração de um dos sócios pelo outro”. Nós feministas queremos a mulher elevada pela cultura, queremos os nossos direitos nivelados, queremos o divórcio para nossa garantia e para garantia da família. Substituída a família daquela forma de instituição sagrada para passar a ser baseada no contrato bilateral; deixada a escravidão da mulher para um estado de melhor condição, isto é, cessado o homem "senhor" e a mulher "coisa" para se verificar o homem e mulher associados (...).⁵³⁶

Para solicitar a publicação de sua carta, Narcísia lembrava princípios do *Correio da Manhã*, como coerência e imparcialidade, a fim de apresentar um contraponto às opiniões do recente colaborador. Ao citar o médico Tito Lívio de Castro, ela também questionava os julgamentos correntes sobre as mulheres, apontando a importância da educação para seu desenvolvimento, em uma perspectiva próxima a de Myrthes de Campos⁵³⁷. Tratava-se de destacar o teor social de determinadas concepções, em detrimento de condicionantes supostamente biológicos. Dessa forma, contestava a naturalização de certas funções e o fato de que muitas capacidades femininas deixavam de ser reconhecidas devido a preconceitos sociais. Sua carta ainda buscava esclarecer por que ela e outras feministas defendiam o divórcio e como essa medida legislativa permitiria melhorar não só a condição das esposas, mas da família e da própria sociedade. O casamento como um contrato entre indivíduos iguais e livres permitiria nivelar direitos e suprimir a escravidão das esposas. A metáfora, contestada por Osório Duque Estrada, parecia bastante útil para aquelas mulheres que reivindicavam direitos publicamente. No recurso apresentado em 1903, Myrthes de Campos também afirmava:

em mulheres e escravos (*feminae et servi*), como incapazes de desempenhar ofícios viris, falava Paulo; agora, porém, que não há mais nas legislações dos povos civilizados, disposições especiais

⁵³⁶ *Correio da Manhã*, "Feminismo e Divórcio" de Narcisa Florentina, 25/08/1907.

⁵³⁷ Sobre as idéias de Tito Lívio de Castro sobre as mulheres, expressas em sua obra *A mulher e a Sociogenia* de 1893, ver Almeida, Ana Maria Araújo. *Um "mestiço irrecusável": Tito Lívio de Castro e o pensamento cientificista no Brasil do século XIX*. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado em História UFMG, 2008, pp.67-105. Apesar de acreditar na inferioridade intelectual feminina, esse autor defendia que ela poderia ser superada por meio da educação.

para escravos, é justo que não haja também para as mulheres: é preciso que desapareçam de uma vez os vestígios da escravidão⁵³⁸

A comparação entre esposas e escravas, útil para falar das diferenças de status dentro do casal e do peso da indissolubilidade do vínculo, também servia para afirmar a necessidade de que o passado fosse definitivamente superado, condição imprescindível para que o país se transformasse em uma nação civilizada. Mas também se tratava de uma metáfora que poderia ser apropriada – ou contestada – de diferentes formas. Ao longo da enquete sobre o divórcio, muitas leitoras usaram essa metáfora para se posicionar contra o casamento indissolúvel, o que lhes conferiria a liberdade de estabelecer novas uniões. Ao menos retoricamente, essa linha de raciocínio reforçava ficções como a existência de esferas separadas e do homem provedor, noções que também não estavam alheias ao discurso de jornais e congressos operários.

Ao analisar as atas do Congresso Operário de Marselha de 1879, Michelle Perrot observou que eram raros os delegados que consideravam que a emancipação feminina passava pelo direito ao trabalho, pois a esmagadora maioria defendeu que o lugar da mulher era em casa, coordenando as tarefas domésticas e a primeira educação dos filhos⁵³⁹. Louise Tilly e Joan Scott também identificaram que a “cultura operária” tendeu a difundir a “imagem da esposa em casa como uma marca de saúde, estabilidade e prosperidade”, o que as autoras não viam como sinal de emburguesamento, mas como resultado de sua própria experiência de classe⁵⁴⁰.

No começo do século XX, uma das sócias da União Operária do Engenho de Dentro, a operária luso-brasileira Deolinda Cardoso, publicava um artigo com recomendações semelhantes: “trabalhe o operário na fábrica, e a mulher conscienciosamente no seu lar, cuidando do bem estar embora modesto dos filhinhos e do esposo e a saúde reinará!”⁵⁴¹. Outras trabalhadoras brasileiras também reproduziram esse padrão quando se manifestaram na imprensa, como a professora Guiomar Barbosa, que

⁵³⁸ *Correio da Manhã*, "Capacidade Eleitoral da Mulher", 10/05/1903, p.2.

⁵³⁹ Perrot, Michelle. "L'éloge de la ménagère dans les discours des ouvriers français au XIXe. Siècle" in *Romantisme*, n.13-14, 1976, pp. 105-122. Sobre um suposto anti-feminismo operário na França, ver Bard, Christine (dir.) *Un siècle d'antiféminisme (...)*, op.cit., pp.58-61. Para reações de feministas e trabalhadoras a posicionamentos misóginos de líderes operários como Proudhon ou de autores como Michelet, ver Ronsin, Francis. *Les divorciées(...)*, op.cit., pp.158-164.

⁵⁴⁰ Tilly, Louise et Scott, Joan. *Les femmes, le travail et la famille*, op.cit., pp.326.

⁵⁴¹ "Avante", Deolinda Cardoso, *A União Operária*, 01/05/1904, p.3.

respondeu a enquete da *Gazeta de Notícias* afirmando que “a mulher não nasceu para ser doutora, nem para *posar* de artista ou de sábia, a mulher nasceu para o lar”⁵⁴². Apesar de exercerem atividades remuneradas fora do ambiente doméstico, provavelmente por necessidade, essas mulheres buscavam publicizar o que entendiam ser a situação ideal.

Considerações como essas eram feitas no mesmo momento em que o termo feminismo se difundia nos artigos da imprensa diária, nos quais colaboradores discutiam manifestações estrangeiras e indígenas de um fenômeno que almejavam definir. Nesse contexto, as associações entre trabalho e feminismo eram plurais e, com diferenças entre si, colaboradoras como Carmem Dolores e Myrthes de Campos buscaram atrelar a identidade de trabalhadora àquela de detentora de direitos. Assim, aparentemente distante de visões tradicionais sobre o papel da mulher na sociedade, o debate sobre feminismo também dizia respeito àquele sobre os sentidos do trabalho livre e suas transformações naquele momento⁵⁴³. Nesse sentido, parece pertinente retomar as observações de uma leitora que também escreveu para a *Gazeta de Notícias* em 1907:

A mulher vai liberando a sua vida do homem. (...) A questão agora é fazer compreender ao animal homem que uma senhora doutora em direito não é apenas objeto para graçolas, é capaz de ser muito mais inteligente do que ele... (...) *Eu acho que o ato de admissão de mulheres em estabelecimentos oficiais (...) vai tornar flagrantes todas as desigualdades sociais que provem da diferença dos sexos.* É uma decisão que está na lógica da evolução atual e que não pode ser de outro modo. As feministas têm campo aberto. (...) Com cumprimentos ao seu jornal, verdadeiramente moderno. X. J. – *quase a ter uma carreira liberal.*⁵⁴⁴

Na concepção dessa leitora, as mulheres que, como ela, se profissionalizavam precisavam lutar contra muitos preconceitos. Sua existência, portanto, era fundamental para questionar pressupostos naturalizados sobre as capacidades de cada sexo, fornecendo a base para a ação futura das feministas. Assim, ainda que se prestasse a diferentes apropriações classistas, no sentido de justificar certos posicionamentos diante o trabalho, o debate sobre

⁵⁴² *Gazeta de Notícias*, "As mulheres nas carreiras liberais: São feministas as mulheres brasileiras?", 09/02/1907, p.2, voto de Guiomar Barbosa.

⁵⁴³ Sobre debates no pós-abolição sobre como os significados do trabalho livre, ver Souza, Robério S. *Tudo pelo trabalho livre! Trabalhadores e conflitos no pós-abolição (Bahia, 1892-1909)*. Salvador: EDUFBA/FAPESP, 2011, especialmente pp.67-101.

⁵⁴⁴ *Gazeta de Notícias*, "As mulheres nas carreiras liberais: São feministas as mulheres brasileiras?", 09/02/1907, p.2, voto de X. J., grifo meu.

o feminismo não se restringia a uma questão de classe, justamente por conduzir a reflexões sobre as relações historicamente estabelecidas entre desigualdades sociais e diferença dos sexos. A divulgação de novas perspectivas sobre a legitimidade da participação feminina no campo profissional poderia influenciar a forma como as trabalhadoras pobres eram vistas e julgadas, conferindo novos sentidos políticos a sua atuação. Isso não quer dizer, porém, que a ideologia sobre esferas separadas perdesse força, pelo contrário. Ela era evocada como uma tábua de salvação frente à indeterminação das mudanças em curso, por mais que seu caráter ficcional se tornasse cada vez mais evidente.

CAPÍTULO IV

O QUE VAI PELO MUNDO: SUFRAGISTAS E TRABALHADORAS

Em meados de 1908, um artigo publicado na primeira página do *Correio da Manhã* sintetizava várias inquietações sobre as condições de trabalho das mulheres brasileiras, sobretudo as dificuldades que encontravam para “sustentar-se do próprio trabalho”⁵⁴⁵. Ao mesmo tempo em que delimitava quais seriam as ocupações “naturalmente” femininas, reconhecia a urgência de abrir “novos horizontes à atividade da mulher”, principalmente por avaliar que “os empregos meramente femininos, as funções de pura domesticidade, de educadora ou de costureira” não forneciam remunerações suficientes para a manutenção de uma vida digna. Assim, a exemplo do que era observado nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, sugeria que outras profissões e ramos de atividade fossem abertos às mulheres e considerava que o Estado deveria assumir papel fundamental nesse processo, ampliando o número de funcionárias públicas e pagando o mesmo salário para o desempenho das mesmas funções.

Ao longo dos anos seguintes, muitas dessas questões foram debatidas por editores, colaboradores e leitores do *Correio da Manhã* e de outros periódicos cariocas. Todos esses sujeitos se empenharam em definir quais seriam as “profissões femininas”, assim como os papéis a serem desempenhados pelo Estado e pela iniciativa privada na promoção do “trabalho feminino”. As mudanças observadas em países estrangeiros nesse domínio forneciam novos parâmetros para essas reflexões, mas também geravam desconfiança entre os contemporâneos, sobretudo frente às manifestações que se auto-declaravam “feministas” e à articulação entre trabalho feminino e a reivindicação de direitos políticos. O temor da inversão sexual, da concorrência entre os sexos e da proliferação de temíveis “mulheres-homens” orientavam a reação conservadora, ainda que perpassada de tensões, de muitos daqueles que se manifestaram por meio da imprensa.

Para algumas brasileiras, o próprio fato de exercerem atividades remuneradas poderia ser mobilizado como justificativa para diferentes tipos de atuação política. Fazendo o caminho inverso, senhoras da elite viram no incentivo e na proteção ao trabalho feminino uma forma de intervenção pública e política, mesmo para aquelas que não

⁵⁴⁵ *Correio da Manhã*, “O trabalho feminino”, 11/06/1908, p.1.

reivindicavam o direito ao voto. Naquele período, as associações entre trabalho, gênero e política forneceram termos importantes para avaliar o desempenho dos homens que ocupavam cargos políticos, sobretudo por parte da oposição. Muitas trabalhadoras, enfim, se aproveitaram da recorrência desses temas para alcançar objetivos próprios, ora se apropriando dos discursos sobre a necessidade de proteção, ora questionando o caráter do trabalho assalariado.

No *Correio da Manhã*, entre maio e junho de 1909, foram publicadas as cartas das leitoras que escreveram sobre qual seria a carreira mais apropriada à mulher, em resposta à enquete lançada pelo próprio periódico. Por meio dessa correspondência, diversas opiniões eram expressas sobre o potencial emancipador do trabalho, tendo em vista tanto as experiências pessoais, quanto os projetos políticos dessas participantes. Diversos colaboradores também expressaram suas idéias sobre a questão, sobretudo escritores portugueses empenhados em apresentar aos brasileiros análises sobre o movimento feminista em diversos países. “O que vai pelo mundo”, título das crônicas assinadas por Eugênio Silveira, era uma das seções que analisava as principais mudanças observadas no contexto internacional, não raro abordando relações de gênero e política. Outros colaboradores portugueses, como Paulo de Osório e Manoel de Souza Filho, também tinham seções semelhantes, nas quais manifestavam suas inquietações quanto aos rumos do feminismo anglo-saxão, assim como os impactos desse fenômeno sobre as portuguesas e as mulheres latinas em geral. O teor dessas críticas, sobretudo ao “feminismo vermelho” das sufragistas inglesas, ajudava a entender os cuidados de Carmem Dolores e outros colaboradores em relação à identidade feminista, assim como a forma cautelosa pela qual foi abordada naquele momento.

Nas eleições de 1910, professoras articularam associações para manifestar suas preferências em relação aos candidatos em disputa, empregando a imprensa para publicizar seus objetivos e angariar apoio. O discurso dos jornais oposicionistas, que começava a se estruturar naquele período, ganhou ainda mais força ao longo do mandato de Hermes da Fonseca, mesclando julgamentos da vida pública e da intimidade desse homem para criticar sua atuação política. A oposição também manifestava inquietações sobre a forma como certas atitudes do presidente seriam julgadas pelas autoridades estrangeiras, alegando que o chefe da nação estava prestes a colocar em xeque o status do regime republicano brasileiro frente a comunidade internacional. A partir de 1914, a colaboração da escritora polonesa

Selda Potocka na imprensa carioca, inclusive no *Correio da Manhã* a partir de 1916, expunha algumas das ligações possíveis entre trabalho feminino e classe, além de apontar diferentes usos dos jornais diários por parte de leitoras e colaboradoras. Buscando conciliar interesses comerciais e políticos, Selda Potocka colaborou em diferentes periódicos, aconselhando sobre beleza e assuntos de foro íntimos e compartilhando reflexões sobre a articulação de um clube de senhoras, cujo principal objetivo seria o de mediar o acesso de mulheres necessitadas a empregos honestos. Inseridas em um complexo jogo de construção de identidades, algumas leitoras buscaram usar esses discursos elitistas a seu favor, através de cartas à colunista.

1. Que deve ser a mulher? Construindo regras e exceções

No início de maio de 1909, o *Correio da Manhã* abria um novo “curso feminino” perguntando às leitoras “qual carreira a mulher deve seguir?”. Dias mais tarde, a primeira apuração indicava 19 votos para a carreira de professora e 17 para a de costureira, destacando-se a resposta de Zélia Menezes como “a mais original”:

A carreira da mulher é uma questão de temperamento. Há mulheres impetuosas, viris, que amam os trabalhos absorventes da magistratura. São mulheres-homem. Outras há, menos vigorosas, que se dedicam aos afazeres mais próprios ao sexo feminino, e essas se fazem costureiras, empregadas de ateliers de modistas, muitas até, por necessidade, operárias em fábricas. Quanto a mim, confesso que a melhor profissão para a mulher é esta: ser mãe de família, dona de casa.⁵⁴⁶

Temperamento e necessidade pareciam justificar a diversidade de ocupações femininas observada por essa leitora que, por sua vez, defendia a maternidade como a profissão feminina por excelência. A partir dessa colaboração, as participantes do curso passaram a discutir o significado de ser “mãe de família” e, fazendo coro a Zélia Menezes, muitas delas elegeram a maternidade como a carreira ideal para a mulher, ainda que por diferentes motivos. Isso fez com que Mlle. E. D. Costa e Maria Drummond, por exemplo, enfatizassem a importância patriótica da educação dos filhos, o que faria com que a mulher assumisse “na história da humanidade um papel não menos glorioso do que o homem no

⁵⁴⁶ *Correio da Manhã*, “Um curso feminino”, 14/05/1909, p.1, voto de Zélia Menezes.

altar da pátria, defendendo os santos princípios da liberdade”⁵⁴⁷. Algumas votantes argumentaram que as mulheres poderiam exercer profissões desde que formassem um lar e fossem boas mães de família, enquanto outras acreditavam que as mulheres não deveriam ter qualquer outra ocupação além da maternidade⁵⁴⁸.

Frente a esses votos, inúmeras leitoras começaram a questionar o que, afinal, definiria uma profissão. Para muitas, ser mãe constituiria uma “lei natural”, uma “missão” ou até mesmo uma “função social”, mas não uma carreira, sobretudo pelo fato de não fornecer rendimentos e não promover a independência das mulheres em relação aos homens. Nesse sentido, Mlle. Thereza Escobar considerava que “é horrível essa educação da mulher, convencendo, desde que nasce, que veio ao mundo para viver com um homem que tenha recursos para sustentá-la, em troca de suas meiguices”⁵⁴⁹. Em uma postura ainda mais incisiva, Maria queria “a mulher livre da dependência imediata do homem – pai, irmão ou marido” e acreditava que mesmo mulheres casadas deveriam ter uma profissão “que lhe assegure relativa independência, que não permita amesquinhar-se-lhe o papel de Mãe de Família”⁵⁵⁰. A discussão sobre o caráter da maternidade, ora definida como profissão, ora como missão, estava intimamente ligada às concepções sobre o matrimônio, que também foi evocado, com objetivos diversos, como “profissão social” ou como “carreira”⁵⁵¹.

Esse também foi um dos aspectos explorados por Bastos Tigre, ao fazer uma “estatística comentada” do concurso promovido pelo *Correio da Manhã*. Sob o pseudônimo de D. Xiquete, ironizava aquelas participantes que haviam eleito a profissão de mãe de família por desprezarem a “questão do dinheiro” e, por isso, destacava a importância de terem “um sócio que se preocupe com essa feia e antipoética parte

⁵⁴⁷ *Correio da Manhã*, “Um concurso feminino”, voto de Mlle. E. D. Costa em 17/05/1909 e de Maria Drummond em 07/06/1909.

⁵⁴⁸ Para as que priorizavam a maternidade, colocando o exercício de outras profissões em segundo plano, ver os votos de Z. Duarte em 20/05/1909, Evelina M. Pinto em 24/05/1909, Emma Cardoso em 26/05/1909, Corina Lopes Cardim em 26/05/1909 e Carmem Mur em 29/05/1909. Para as que consideravam que a maternidade deveria ser exercida com exclusividade, ver Augusta em 26/05/1909, Borboleta dos Amores em 29/05/1909, Acacia em 30/05/1909 e Ana Ramos de Aguiar em 14/06/1909.

⁵⁴⁹ *Correio da Manhã*, “Um concurso feminino”, 20/05/1909, p.1, voto de Mlle. Thereza Escobar.

⁵⁵⁰ *Correio da Manhã*, “Um concurso feminino”, 24/05/1909, p.1, voto de Maria.

⁵⁵¹ Ver, respectivamente, voto de Maria em 24/05/1909 (no qual defendia que “ao tomar a profissão social do casamento”, a mulher já tenha qualquer profissão que lhe garanta independência) e voto de Borboleta dos Amores em 29/05/1909 (que argumentava que “no século atual, desde que atingem a idade de 15 anos, [as mulheres] procuram seguir com afã a carreira... matrimonial. Para isto a sua preocupação deve ser agradar, prender fascinar e por fim... casar. Quem tem obrigação de exercer uma profissão é o homem; a mulher, jamais.”).

econômica”⁵⁵². Porém, mesmo entre aquelas que consideravam a maternidade como um ideal feminino, muitas sabiam que a realidade nem sempre correspondia às suas idealizações e que grande parte das mulheres exerciam diferentes tipos de trabalho, dentro e fora de seus lares⁵⁵³. Avaliando a proliferação de votos a favor do exercício exclusivo da maternidade, Mysotis considerava que era:

Feliz, bem feliz, a [mulher] que pode ver a sua existência sempre limitada ao sereno ambiente do lar, cheia do conforto e de paz!... O certo é que nem sempre pode ser assim. Logo... a mulher precisa e deve ter uma profissão, que lhe assegure o futuro dos filhos e a sua independência moral e – por que não diremos também? – independência física. Suponhamos, caras votantes da mulher mãe de família, única e exclusivamente 'mãe de família'; suponhamos um lar feliz e respeitado, mas... pobre. A única riqueza é a saúde e o trabalho honesto do esposo, que vê os filhinhos bem alimentados, bem vestidos, bem calçados; a esposa é uma boa mãe de família, sem outra preocupação, sem outra idéia que não seja o arranjo doméstico e a perfeita criação da prole. Um dia... rompe a desgraça nesse lar, tão cheio de ventura até então. O marido adoece e morre (...) Portanto uma profissão, minhas senhoras⁵⁵⁴

Como ela, outras leitoras também imaginavam o destino de exemplares mães de família que, por causa de acidente, doença ou morte de seus maridos, passariam a ser responsáveis pela manutenção de suas famílias⁵⁵⁵. Diferente das garantias supostamente advindas com os frutos do próprio trabalho, o casamento não era visto como sinônimo de segurança ou estabilidade⁵⁵⁶. Constatações como a de Mysotis reafirmavam que ser mãe e esposa era o destino natural das mulheres e que, portanto, o exercício de uma profissão seria uma exceção à regra. Ao mesmo tempo, porém, exploravam a recorrente subversão

⁵⁵² *Correio da Manhã*, “Profissões femininas” de D. Xiquete, 03/06/1909, p.1.

⁵⁵³ Mlle. Dido Moreno, por exemplo, considerava “feliz da mulher que pode seguir as leis da natureza (que são as de Deus) e ser, apenas, mãe de família”. *Correio da Manhã*, “Um concurso feminino”, 24/05/1909, p.1, voto de Mlle. Dido Moreno.

⁵⁵⁴ *Correio da Manhã*, “Um concurso feminino”, 27/05/1909, p.1, voto de Mysotis.

⁵⁵⁵ *Correio da Manhã*, “Um concurso feminino”, voto de Mimi em 20/05/1909 e de Cecy Queiroz em 10/06/1909.

⁵⁵⁶ A leitora Carmem Mur lembrava que nem todas se “casavam bem”, enquanto Borboleta dos Amores e Edgarda Leite destacavam que muitos homens eram oportunistas e exploravam o salário de suas esposas, sobretudo quando essas últimas eram professoras. *Correio da Manhã*, “Um concurso feminino”, voto de Carmem Mur em 10/06/1909, de Edgarda Ch. R. Leite em 14/06/1909 e de Borboleta dos Amores em 29/05/1909. Comentando o concurso, o médico Floriano Lemos, apesar de considerar que ser mãe era a única ocupação própria a mulher, também ponderava que nem todas as moças se casavam e que, portanto, uma “profissão feminina tem sua razão de ser”. *Correio da Manhã*, “A respeito de um concurso” de Floriano Lemos, 23/05/1909, p.1.

dessas associações ao mostrarem que, não raro, o trabalho era a regra para diversas mulheres, independente de seu estado civil ou da existência de filhos.

No trecho acima, ainda havia o esforço de valorizar as incursões femininas no mercado de trabalho, enfatizando a importância de sua independência física e moral, assim como sua profissionalização. Diversas participantes também buscaram associar trabalho feminino e honra, ainda que discordassem sobre quais atividades remuneradas as mulheres deveriam desempenhar. Nesse sentido, Ítala Vanucci considerava:

Toda a mulher deve ter uma ocupação quer tenha ou não uma necessidade. E devemos prezar, tanto a professora, que deve cultivar, não somente a inteligência, mas também o coração daqueles que lhe foram confiados, como a humilde costureira que, para suavizar as tristezas do que lhe são caros, trabalha desde o romper do dia, até, quem sabe, altas horas da noite. Tanto é digna de consideração e estima a mulher médica, que vai, desde o humilde casebre até ao suntuoso palácio, mitigar as dores dos que sofrem, como a pobre e honesta operária que, com seu trabalho, afasta do seio em que vive, o fantasma negro da miséria. Jamais o trabalho desprestigiou a quem quer que seja, quando dignamente exercido⁵⁵⁷.

Destoando de grande parte das leitoras e dos colaboradores que se manifestaram no *Correio da Manhã*, Ítala acreditava que as mulheres não deveriam trabalhar apenas por necessidade, mas como um hábito importante para sua formação moral e para evitar o infortúnio em suas famílias. Com o objetivo de mostrar o trabalho como um caminho de virtude, essa leitora glorificava as diferentes atividades exercidas pelas mulheres, desde profissões de prestígio como a medicina, passando pelo professorado, até ocupações mais humildes como a de costureira ou operária. De forma similar, a participante que assinou Noacilite procurou enfatizar a associação entre honra e trabalho, garantindo que “ser lavadeira, cozinheira, aia, etc., etc., nada a desdoura quando procura trabalhar com honra”⁵⁵⁸. Porém, essa última leitora considerava que a função primeira das atividades remuneradas estava relacionada à obtenção do “pão de cada dia” e, por isso, reprovava as mulheres que estudavam para serem médicas ou advogadas porque, além de serem um “odre cheio de orgulhosa vaidade”, se arrependeriam por terem profissões que não se coadunavam com seu sexo. Sem entrar na discussão sobre os sentidos da presença feminina

⁵⁵⁷ *Correio da Manhã*, “Um concurso feminino”, voto de Itala Vanucci, 30/05/1909.

⁵⁵⁸ *Correio da Manhã*, “Um concurso feminino”, voto de Noacilite, 14/06/1909.

no ensino superior, Malvina Pereira Mello buscou discutir o que caracterizaria uma profissão frente a outros tipos de atividades remuneradas, sobretudo em relação às garantias que ofereceriam a longo prazo:

Assim é quando se aponta o “ser ama seca”, e tantos outros misteres, que, bem analisados, constituem, a meu ver, não uma profissão, mas um emprego. Depois acresce, sr. Redator, que esses outros misteres, ao contrário de elevarem as mulheres, as tornam cativas, se não dependentes de seus próprios empregos, pois é muito natural que nós outros que somos dentistas, parteiras, etc, as olhemos como simples criadas e nunca como profissionais e desarte, colocadas numa escala muito inferior que no meu entender não se deve indicar como uma profissão à mulher brasileira, por princípio tão ciosa de sua condição social.(...) Assim sendo, por que se nos aponta o ‘atelier’ de costuras, a fatura de chapéus e tantos outros misteres, na verdade compatíveis com a nossa natureza, mas que, em suma, se através dos grandes sacrifícios nos garante o presente, infelizmente, o futuro fica olvidado quando é justamente dele que devemos nos preocupar? Não, por isso voto francamente pelo magistério, e fora eu bastante poderosa e havia de incutir no espírito das minhas patrícias o que é “a velhice arrimada aos benefícios da jubilação”⁵⁵⁹.

Sem negar a existência de atividades mais ou menos compatíveis com uma pretensa “natureza feminina”, Malvina avaliava o potencial emancipador de diferentes tipos de trabalho, a partir da diferença entre “emprego” e “profissão”. Para ela, muitas das ocupações tidas como tradicionalmente femininas, ligadas aos serviços domésticos ou à confecção de vestimentas, rebaixavam o status social das mulheres que as exerciam, além de não garantirem um retorno financeiro compensador e, sobretudo, o futuro dessas trabalhadoras. Assim, ao invés de promover a emancipação feminina, fazia com que elas ficassem dependentes de um trabalho incessante e mal remunerado, reforçando a hierarquia existente entre as próprias mulheres. Tendo em vista o humilhante papel de dependentes desempenhado por senhoras de idade, Malvina sugeria o exercício do magistério ou de outros cargos públicos, ou seja, profissões que, além de reconhecimento, forneceria uma aposentadoria para ampará-las na velhice.

Ainda que seu objetivo fosse analisar a hierarquia entre diferentes tipos de atividades remuneradas, Malvina acabava por abordar as contradições do próprio trabalho assalariado, aspecto que também foi desenvolvido por outras leitoras, tendo em vista suas

⁵⁵⁹ *Correio da Manhã*, “Um concurso feminino”, voto de Malvina Pereira Mello, 10/06/1909.

próprias experiências. Pedrina, por exemplo, garantia que “se o destino não tivesse cortado os vãos da minhas caras aspirações, em vez de queimar as pestanas nos bancos da Escola Normal, por certo, teria ilustrado o meu espírito no velho casarão do largo da Misericórdia – eu seria farmacêutica”⁵⁶⁰. Comentando essa resposta, Augusta se admirava: “eu, que há alguns anos exerço esta enfadonha e ingrata profissão [de farmacêutica], acho que a mulher deve procurar unir o útil ao agradável, e assim, deve abraçar o magistério, carreira que, sem ser mais distinta, é muito mais lucrativa e atraente”⁵⁶¹. Ao julgarem suas próprias trajetórias, essas leitoras constataavam que o esforço dispendido não era proporcional ao retorno financeiro alcançado. Talvez, o depoimento mais enfático nesse sentido ao longo do concurso tenha sido o de “Uma professora pública”:

Tendo observado há dias no meu sempre simpático jornal o concurso feminino, achei que não podia deixar de dar a minha opinião a respeito, pois, apesar de já ter abraçado uma profissão, mais ou menos digna da sociedade, estou deveras arrependida, porque, depois de um longo tirocínio da vida, achei que a profissão por mim abraçada não tinha lucro algum. Por isso, de uns anos para cá adotei uma nova profissão que é de ser “caloteira”, com a qual me tenho dado perfeitamente, não podendo achar outra melhor. Por isso, caro redator, para obter melhor resultado, peço dinheiro emprestado e gêneros comprados ao taverneiro da esquina, que é um homem bom e incapaz de negar, e aos pais das minhas alunas, que, fiados na minha competência, logo me servem, passando eu um documento de meu próprio punho. Na ocasião de vencer-se o referido documento, para não pagar, faço ver que, sendo casada, e o dito documento não tendo a assinatura de meu marido (que nada faz e vive à minha custa), nada vale perante a lei e, portanto, fica sem valor. Depois... deixo de pagar. Assim procedo quase sempre, e com bom resultado... Quem quiser verificar se isto é verdade, matricule um aluno na Escola Pública de que sou professora.⁵⁶²

Para ela, ter uma profissão “mais ou menos digna da sociedade” não era sinônimo de recompensas justas, tanto em termos econômicos, quanto de reconhecimento social. Com isso, em um diapasão francamente jocoso, essa participante relativizava a oposição entre empregos ocasionais e uma profissão pois, de qualquer forma, os salários não seriam condizentes à energia dispendida. Bastante irônico, seu relato expunha algumas das

⁵⁶⁰ *Correio da Manhã*, “Um concurso feminino”, voto de Pedrina, 07/06/1909.

⁵⁶¹ *Correio da Manhã*, “Um concurso feminino”, voto de Augusta, 14/06/1909. Auriverde também considerava que a carreira de farmacêutica é pouco lucrativa”. *Correio da Manhã*, “Um concurso feminino”, voto de Auriverde, 14/06/1909.

⁵⁶² *Correio da Manhã*, “Um concurso feminino”, voto de Uma professora pública, 07/06/1909.

contradições inerentes ao próprio trabalho honesto, questionando justamente sua capacidade de oferecer uma remuneração justa. Mostrava, enfim, que o fato de ser uma professora dedicada ou uma trabalhadora exemplar não implicava nenhuma garantia e, muito menos, a possibilidade de ascensão social ou financeira. Essas experiências de trabalho feminino questionavam, portanto, a própria ideologia liberal das relações de mercado, pois mostravam que manter uma vida digna por meio do exercício honesto de atividades remuneradas era algo praticamente excepcional em sociedades organizadas em torno do trabalho assalariado e das leis de mercado⁵⁶³.

Essa interpretação destoava daquela feita por Maria Guiomar Novaes, que via as recentes mudanças no acesso das mulheres a diferentes profissões sob uma perspectiva evolucionista, em estreito diálogo com os avanços do “movimento feminino” ao redor do mundo. Segundo ela:

O Brasil felizmente caminha para um futuro que promete trazer para a mulher uma fase de liberdade, de cultura e de progresso. Na Europa e na América do Norte o movimento feminino é fato consumado. (...) Com a leitura que tenho feito em vários jornais, vejo que hoje, na velha Europa, as mulheres têm sociedades organizadas, discutem questões sociais e por vezes, têm entrado em movimentos revolucionários, mostrando a sua força enérgica em prol das idéias que abraçam. Antigamente, a profissão da mulher variava entre a de mãe de família, incumbida da direção do lar doméstico e da educação moral e religiosa da prole, e a da criada de servir; hoje, já a mulher, mesmo no meio social brasileiro, pode aspirar as *mais altas posições*. Já se encontram senhoras no exercício das profissões liberais: há dentistas, há médicas, há advogadas, etc. Nas letras médicas, jurídicas, literatura propriamente dita, em todos os ramos da ciências e das artes, a mulher surge, a mulher se destaca e mostra, não a sua superioridade intelectual, mas a sua suficiência intelectual. Para aquelas que não aspiram tão alta função social, existem as fábricas, as casas comerciais, os modestos empregos públicos. A campanha feminista caminha a passo acelerado para o triunfo definitivo. (...) A escolha [de uma profissão] deve depender, ou da posição social da moça, ou da sua aptidão. Uma mocinha, pobre, modesta, que não dispõe de recursos para estudar, poderá ter muita propensão para medicina, para as letras jurídicas, etc. , mas terá, talvez, que optar pelo trabalho em uma fábrica de tecidos, de cigarros ou modista. Entretanto, outra que mal teria aptidão para cozinhar, ver-se-ia, pela fortuna e vaidade dos pais, às voltas com um livro de medicina ou de direito. (...) ⁵⁶⁴.

⁵⁶³ Sobre essa questão, ver Stanley, Amy Dru. *From Bondage to Contract: wage labor, marriage and the market in the age of slave emancipation*. New York: Cambridge University Press, 1998, especialmente capítulo 3 (“Beggars can’t be choosers”).

⁵⁶⁴ *Correio da Manhã*, “Um concurso feminino”, voto de Maria Guiomar Teixeira, 17/05/1909, grifo meu.

Para essa leitora, o exercício de uma profissão liberal era visto como uma evolução na condição feminina, por indicar o reconhecimento da capacidade intelectual das mulheres em geral. Nesse sentido, contrapunha as supostamente antigas ocupações ligadas ao universo doméstico às novas possibilidades de atuação feminina em diferentes ramos, enfatizando a ampliação das alternativas de trabalho. A questão da classe social, entretanto, figurava como um incômodo limitador dessas escolhas pois, a despeito das aptidões mostradas por uma “mocinha” pobre, ela precisava se sujeitar a um emprego cujo acesso fosse praticamente imediato. Assim, a existência de hierarquias entre as diversas atividades remuneradas, das mais especializadas àquelas que não exigiam praticamente nenhum preparo prévio, não era problematizado nessa argumentação, que passava ao largo de preocupações sobre o retorno financeiro de cada trabalho e da discussão das diferenças – cada vez maiores – entre as mulheres de diferentes classes sociais.

Na literatura daquele período, era possível encontrar indícios de que o desempenho de profissões liberais não garantiria uma remuneração digna. No romance *A Intrusa*, de 1905, o personagem Argemiro era um advogado “dos mais distintos do nosso foro”. Ainda assim, reclamava que “só me aparecem causas péssimas, clientes já esfolados, em osso”, acrescentando que “se eu não tivesse alguns bens, iria esmolar na esquina!”⁵⁶⁵. Em editorial de 1916, Gil Vidal criticava a “crescente procura de graus científicos ou o número de candidados às chamadas profissões liberais”, visto que, diante da péssima situação econômica do país, raros conseguiam se manter de forma independente e “quase todos esses doutores estão a pedir empregos públicos”⁵⁶⁶. Para o articulista, “o mal é velho”, já que havia “a paixão doentia dos brasileiros por essas carreiras”. Entretanto, “nas profissões liberais, muitos só encontram dissabores, e alguns a pior das misérias, a miséria que precisa de disfarce”.

A “pobreza pungitiva e secreta das classes aparentemente remediadas” foi tema de crônicas de Carmem Dolores no *Correio da Manhã* ao longo de 1909. Mostrando uma realidade mais complexa que a simples divisão entre ricos e pobres, ela definia os “pobres de casaca” como aqueles “que penam para manter a linha e morrem sob o esforço, a alma a sangrar de humilhações, o corpo a cair aos pedaços, ao peso da renhida luta, não pelo gozo,

⁵⁶⁵ Almeida, Julia Lopes. *A Intrusa*. Porto: Livraria Simões Lopes, 1935 [1908], pp.11-2.

⁵⁶⁶ *Correio da Manhã*, “Profissões Liberais” de Gil Vidal, 20/01/1916.

mas pelo alimento e pela decência”⁵⁶⁷. Ainda segundo a escritora, nessa sociedade de “fidalgos esfarrapados e cheios de dívida”, as mulheres elegantes eram as “vítimas principais”, pois dependiam do dinheiro para manter as aparências, apesar de não conseguirem ganhá-lo de forma digna ou suficiente⁵⁶⁸. Ela citava o exemplo de uma *institutrice* que, a despeito de suas qualidades e ilustração, havia se submetido ao humilhante papel de dependente, ministrando aulas particulares para a filha de um importante capitalista. A manutenção das aparências não se coadunava, portanto, com o exercício de um trabalho como esse. Por outro lado, profissões liberais poderiam fornecer uma “alta posição” social, mas não seriam necessariamente acompanhadas da fortuna presumida.

Ao passar ao largo desses problemas, a intervenção de Maria Guiomar tinha o objetivo central de afirmar a igualdade entre homens e mulheres do ponto de vista intelectual, destacando que “em todos os ramos da ciências e das artes, a mulher surge, a mulher se destaca”. Ao defender a capacidade intelectual feminina, esse leitora se inseria em um debate mais amplo, questionando a idéia dos limites supostamente naturais das mulheres. Ao se manifestar sobre o concurso de 1909, o médico Floriano Lemos recomendava que as mulheres fossem professoras, modistas, negociantes e enfermeiras, sendo que apenas “em raros e magníficos casos” poderiam assumir as profissões científicas, o jornalismo, a literatura⁵⁶⁹. Autorizado por seu conhecimento científico, defendia publicamente que o acesso a profissões de prestígio não deveria ser aberto a qualquer mulher de forma irrestrita, mas apenas àquelas que mostrassem estar acima da média feminina. Essa também era a opinião de algumas participantes do concurso, como a já citada Zélia Menezes, para quem “as mulheres impetuosas, viris, que amam os trabalhos absorventes da magistratura” poderiam ser consideradas “mulheres-homem”.

Essas opiniões orientavam-se pela noção de excepcionalidade que, ao longo do século XIX, foi bastante empregada para interpretar as trajetórias de mulheres que tiveram projeção social, especialmente na literatura. Na França, por exemplo, mulheres como George Sand, Flora Tristan e Madame de Staël foram consideradas “excepcionalidades”

⁵⁶⁷ *Correio da Manhã*, “A Pobreza” de Carmem Dolores, 22/04/1909.

⁵⁶⁸ *Correio da Manhã*, “O dinheiro” de Carmem Dolores, 20/05/1909.

⁵⁶⁹ Para o médico, mesmo mulheres “excepcionais” não deveriam se dirigir “nunca para a medicina – a menos que se desloque ou transmude toda a essência da fibra nervosa da mulher”. Ver *Correio da Manhã*, “A respeito de um concurso” de Floriano Lemos, 23/05/1909, p.1.

por muitos de seus contemporâneos o que, a um só tempo, implicava o reconhecimento da inteligência dessas mulheres, assim como a negação de que essa característica fosse comum ao sexo feminino como um todo⁵⁷⁰. Por isso, destacar a igualdade entre os sexos no domínio da inteligência, como fez Maria Guiomar, significava legitimar a presença de mulheres em funções anteriormente desempenhadas apenas pelos homens. Tratava-se ainda de uma forma de apoiar todas as estudantes do sexo feminino, especialmente as que ingressavam no curso superior e encontravam tanta resistência por parte de diversos setores sociais.

Contudo, a idéia de que o acesso a profissões mais qualificadas significaria um progresso para as mulheres na busca pela sua independência era, como vimos, bastante questionável. Afinal, o impasse vivido por muitas profissionais que enviaram suas cartas para o *Correio da Manhã* parecia ser justamente o questionamento do tipo e da qualidade da liberdade que o dinheiro ganho através do trabalho poderia lhes proporcionar. Ou seja, para muitas delas a discussão sobre trabalho feminino era uma oportunidade para expor e refletir sobre as contradições do mundo do trabalho, as hierarquias entre as profissões e as dificuldades enfrentadas para que o exercício de uma atividade remunerada realmente promovesse a emancipação.

2. Feminismo: boas e más interpretações

O concurso também viabilizou a expressão de outras interpretações sobre feminismo e excepcionalidade, gerando controvérsias entre os colaboradores e entre eles e os leitores. Em seu primeiro artigo sobre a enquete, Carmem Dolores comentava:

Carreira! Carreira! Mas a única admissível, a única apreciada para a mulher, deusa, rainha, criatura de eleição, é não fazer nada, não servir para nada – e assim pensou distinto colaborador desta folha, que me fez a honra de citar como mulher-homem (porque faço alguma coisa), pondo-me aliás em tão boa companhia, que só posso agradecer a imerecida gentileza. Nomear-me ao lado de George Sand, a mulher genial que mais soube ter coração, ao lado de mme. de Staël e sobretudo da atual e tão doce e carinhosa Carmen Sylva, é excessiva bondade, que faz engolir o qualitativo talvez menos soante e

⁵⁷⁰ Tendo em vista o contexto francês, as historiadoras Eleni Varikas, Michèle Riot-Sarcey e Christine Planté discutiram as diferentes interpretações da noção de excepcionalidade ao longo do século XIX e qual a pertinência (e os riscos) de adotá-la como uma categoria da análise historiográfica. Ver Varikas, Eleni et Riot-Sarcey, Michèle. "Réflexions sur la notion d'exceptionnalité". *Les Cahiers du GRIF*, Paris, no 37-38, 1988, pp. 77-89 e Planté, Christine. "Femmes exceptionnelles: des exceptions pour quelle règle?". *Les Cahiers du GRIF*, Paris, no 37-38, 1988, pp.90-111.

um pouquinho rude de mulher-homem, espécie de virago, segundo os dicionários. (...) E está indicada a única e possível carreira para a mulher no Brasil, se quiser merecer o sufrágio dos homens: é ser sultana de um ou de muitos sultões; é, como disse o colaborador do *Correio*, só cuidar do seu *embelezamento*, para regalo dos olhos masculinos, e não trabalhar, afim de não perder os encantos que seduzem (...).⁵⁷¹

O colaborador ao qual se referia era Theotônio Filho, que escrevia quinzenalmente uma seção no *Correio da Manhã* intitulada “De relance”. Ao externar sua opinião sobre o tema do concurso, ele havia tomado a trajetória de Carmem Dolores como um exemplo a não ser seguido pelas leitoras do periódico. Na esteira das contradições comuns à noção de excepcionalidade, ao mesmo tempo em que a elogiava, equiparando sua carreira àquela de escritoras de destaque ao longo da história, também agregava um tom pejorativo aos seus comentários, descrevendo-a como um ente anômalo, a meio caminho entre homem e mulher. Em resposta, a colaboradora publicava um texto baseado na ironia, ou seja, cuja intenção era dizer exatamente o contrário daquilo que deixava explícito. Aparentemente, portanto, concordava com Theotônio Filho, afirmando convictamente que as mulheres não deveriam ter nenhum emprego ou ocupação. Porém, nesse processo, acabava reunindo argumentos favoráveis ao trabalho feminino, como a comparação do Brasil a outros países:

Na Inglaterra, na Alemanha, em França, as raparigas louras e formosas, ou mesmo as mulheres já desbotadas e tristes, podem todas ganhar sua vida, como se vê, na carreira das letras, desde que tenham algum talento. Muitas se tornam célebres, conhecidas, e ficam ricas. Podem também ser médicas, advogadas, dentistas, costureiras, telefonistas, o que em suma quiserem, porque a beleza e a mocidade não são consideradas lá uma profissão. (...) A mulher, nesses países, tem a responsabilidade dos seus passos e precisa trabalhar como ente pensante, ativo e orgulhoso da sua independência. Aqui, porém, não é assim; a única carreira que o conceito masculino consente realmente à mulher é a de ser nova, bonita, frívola, alegre e não dar para nada. (...) A única profissão para a mulher brasileira? É ser bela e agradar ao homem. Falta-lhe o pai? Falta-lhe o marido? Faltam-lhe recursos para viver? Ora, não se incomode: trate de ser formosa, que tem a existência ganha. (...) Está, ao contrário, acabada pelo trabalho, envelhecida pela preocupação, reduzida a uma *solteirona conselhativa*? Pois é sumir-se, minha cara senhora, que em nossa terra a única profissão aceita, apontada, preconizada e... rendosa é a de sultana. Não pode sê-lo? É feia ou tem pudores, dignidade, escrúpulos? Então desapareça da circulação.⁵⁷²

⁵⁷¹ *Correio da Manhã*, “Conversando” de Carmem Dolores, 27/05/1909, p.1.

⁵⁷² *Correio da Manhã*, “Conversando” de Carmem Dolores, 27/05/1909, p.1.

Na sua interpretação, a oposição entre trabalho e cuidados com a beleza, ponto central do pensamento de Theotônio Filho, implicava no reconhecimento da boa aparência como meio de vida. A comercialização dessa característica, porém, seria feita apenas por aquelas que não tivessem “pudores, dignidade, escrúpulos”, sugerindo a troca de dinheiro por relações sexuais. As mulheres belas não precisariam trabalhar para garantir sua subsistência, mesmo se não tivessem família, marido ou rendas. Afinal, elas tinham o recurso de serem “sultanas” e, nesse posto, serem sustentadas por seus amantes. Nesse panorama traçado para a mulher brasileira, não havia espaço para aquelas velhas e feias, tampouco para as escrupulosas. A comparação com outros países reforçava a crítica velada de Carmem Dolores. Afinal, a profissão preconizada para suas conterrâneas não tinha relação com as limitações de uma suposta natureza feminina, mas com a desvalorização social e econômica do trabalho das mulheres na sociedade brasileira. Segundo a autora, diferente do que era observado no Brasil, trabalhadoras inglesas, alemãs ou francesas não seriam hostilizadas ou ridicularizadas por seus compatriotas, além de conseguirem alcançar a independência por meio de seu próprio trabalho. Essa idealização das condições do trabalho feminino no exterior servia, enfim, para reforçar a crítica ao seu contraditor.

Entretanto, algumas leitoras não foram capazes de captar as sutilezas desse artigo e não compreenderam a opinião da autora. Assim, citando Carmem Dolores e Theotônio Filho, a leitora identificada como Borboleta dos Amores defendia que “a mulher atual deve ter, unicamente, esta preocupação: ser formosa e agradar”⁵⁷³. Já Maria Drummond criticou a colaboradora do *Correio da Manhã* e protestou contra suas idéias, alegando que a mulher deveria ser mãe de família⁵⁷⁴. Julia César, por sua vez, criticava essas apropriações e mostrava que suas colegas não haviam entendido a “fina ironia” da autora⁵⁷⁵. Essa última manifestação foi publicada após a própria Carmem Dolores ter escrito uma “carta aberta às concorrentes à questão da carreira feminina”, com o objetivo de desfazer as interpretações erradas de sua última crônica:

Emprestai ao meu *Conversando* da semana passada os desígnos mais ferozes, mais negros e pavorosos; lançai-me a pecha de exagerada e insensata; dai-me o nome de *feminista* (com que muito

⁵⁷³ *Correio da Manhã*, “Um concurso feminino”, voto de Borboleta dos Amores, 29/05/1909.

⁵⁷⁴ *Correio da Manhã*, “Um concurso feminino”, voto de Maria Drummond, 07/06/1909.

⁵⁷⁵ *Correio da Manhã*, “Um concurso feminino”, voto de Júlia César, 13/06/1909.

embarro, por não o merecer na sua acepção ridícula, vingança da concorrência); declarai-me tola, ignorante, tudo o que houver de mais deprimente e desanimador para quem escreve para o público – mas nunca, nunca, ó candidatas ao concurso sobre a carreira da mulher! Nunca troqueis as minhas inocentes ironias por conselhos de um cinismo que não está, felizmente, em minha índole⁵⁷⁶.

Indignada, a colaboradora se submetia a todo tipo de julgamento, desde que suas idéias não fossem caluniadas. Ao corrigir suas interlocutoras, ela usou diferentes sentidos do conceito de feminismo. No trecho acima, por exemplo, afirmava que não merecia ser chamada de feminista “na sua acepção ridícula”. Mais adiante, indagava como uma mulher poderia sustentar sua família sem “incorrer nos apupos que perseguem o que chamam *feminista*, isto é, o tipo feminino que vive por si, sem o socorro do homem”. Essa última definição lembrava aquela mobilizada em outros artigos, nos quais Carmem Dolores associava feminismo e trabalho feminino. Porém, nessa carta aberta, a autora parecia muito mais incomodada com a qualificação de feminista, chegando a questionar “que deve fazer uma mulher que não quer só viver da sua beleza, não tendo rendas garantidas para a sua subsistência, mas também não deseja merecer o labéu vergonhoso de feminista?”. Com o objetivo de valorizar o trabalho feminino, enfatizando a superioridade moral das mulheres que viviam de forma independente, a autora buscava afastar as trabalhadoras de uma denominação que poderia servir para ridicularizá-las. Por outro lado, acabava por demarcar a existência de diferentes tipos de feminismos, assim como de interpretações para esse fenômeno. O colaborador português Eugênio Silveira também abordava esse tema em uma das crônicas da série “O que vai pelo mundo”:

Há pouco tempo o *Correio da Manhã* abriu um concurso público para se apurar, por meio da votação, qual a profissão mais própria ou mais conveniente ao belo sexo. (...). Das inúmeras profissões próprias para o sexo da graça e da formosura, bem poucas foram citadas, e assim o concurso caiu numa banalidade flagrante. Sabido é que, pelo mundo fora, a questão do feminismo se debate com maior ou menor violência; que países há, como a Inglaterra, em que as mulheres reclamam o direito do sufrágio eleitoral, o que corresponde a exigirem para si as mais importantes funções sociais que até agora os homens têm exercido. Mas compreende-se que na Inglaterra as mulheres façam comícios públicos e passeiem pelas ruas de Londres estandartes abolicionistas da sua pretendida escravidão. Compreende-se, porque as inglesas têm-se, lentamente, mas persistentemente, imiscuido em todos os ramos do trabalho masculino, desde o intelectual até ao braçal, e porque,

⁵⁷⁶ *Correio da Manhã*, “Amiguinhas Anônimas” de Carmem Dolores, 03/06/1909, p.1.

enfim, elas tem, porventura, particularidades especiais de educação e de temperamento que lhes permitem essas aventuras de adaptação de energias⁵⁷⁷.

Apesar de desqualificar as opiniões emitidas pelas leitoras ao longo do concurso, esse colaborador reconhecia a atualidade e a importância do debate em torno do feminismo. Avaliando a situação na Inglaterra, descrevia a intensa atividade feminina, a demanda do direito ao voto e as recorrentes manifestações públicas. O fato das inglesas já terem ingressado “em todos os ramos do trabalho masculino” legitimaria, na concepção do autor, a sua luta por direitos políticos. Enfatizava ainda que fazia referência às “particularidades” das mulheres daquele país, sugerindo que as mesmas ações seriam inconcebíveis em outros contextos nacionais. Porém, ainda que tenha reconhecido que, em Londres, “tão longe foram, não as simples fantasias feministas, mas as verdadeiras intuições industriais entre as mulheres”, concluía com a ambígua observação de que a “mulher [inglesa] se tonra bem leal companheira do homem, que com ele se identifica de tal forma que quer ser, de fato, o que ele é... embora, de fato, seja o que ele não é, nem pode ser!”.

Na mesma crônica, a menção às diferenças irredutíveis entre os sexos aparecia no relato da empreitada da milionária norte-americana Annie Morgan. Para protestar contra “as tendências de masculinização do seu sexo” nos Estados Unidos, ela abriu um restaurante a preços reduzidos, no qual ela própria servia os clientes, empregados da administração da Marinha. Na inauguração, essa senhorita fez um discurso “declarando peremptoriamente que o dever das mulheres não é reivindicar direitos políticos, mas serem boas mães de família, capazes de tratarem de seus maridos e filhos”. Para Eugênio Silveira, essas palavras traduziam “a maior de todas as verdades que podem pairar em lábios femininos”. Para concluir esse texto, ainda citava o altruísmo da rainha portuguesa d. Amelia que, ao criar hospitais e sanatórios para o tratamento de tuberculosos, havia conseguido um ótimo resultado no combate à doença, melhor do que aquele alcançado pelos “governos de países muito maiores e prodigiosamente ricos”.

Ao contrapor os três relatos que compunham essa crônica – a ousadia das inglesas, a iniciativa de Annie Morgan e o altruísmo da rainha Amelia, sobressaíam as tensões no posicionamento desse autor em relação ao feminismo. Por um lado, considerava que esse fenômeno era compreensível em alguns países, mas que seria injustificado e deveria ser

⁵⁷⁷ *Correio da Manhã*, “O que vai pelo mundo” de Eugênio Silveira, 10/07/1909, p.1.

contido em outros. Por outro lado, ao relatar as experiências da milionária e da rainha, mostrava mulheres de projeção pública que, a despeito de defenderem a atuação feminina restrita ao universo doméstico, não se limitaram apenas ao desempenho dos papéis de mãe e esposa⁵⁷⁸. A saída encontrada por Eugênio Silveira para descrever a atuação dessas duas mulheres foi focar em suas características pessoais, conferindo um sentido positivo à noção de excepcionalidade nesse contexto⁵⁷⁹. Assim, para algumas mulheres, a biologia não impunha limites sociais, o que permitia compreender a ação pública e bem sucedida de Annie Morgan e d. Amelia.

Quanto às inglesas, o julgamento desse colaborador destoava fortemente daquele proferido por seu conterrâneo Manoel de Souza Filho, correspondente do *Correio da Manhã* em Lisboa. Segundo esse último:

O feminismo em suas variadíssimas castas, passou de nobre aspiração emancipadora, de sonho acalentador e respeitável, de utopia gentil, a epidemia contagiosa, a risível mania, a praga desafiadora de esconjuros. (...) As sufragistas, por exemplo, na respeitosa e disciplinada Inglaterra, parecem empenhadas em parodiar uma tribo africana na desordem e na indisciplina, já que aos responsáveis anos da maioria delas não se pode, razoavelmente, aplicar o designativo de crianças, cujos processos de revolta às vezes copiam, como quando procuram alcançar a liberdade, fazendo nas cadeias a greve da fome, e seria talvez mais exato dizer o amuo⁵⁸⁰.

O autor infantilizava aquelas que reivindicavam o voto feminino na Inglaterra, buscando deslegitimar suas demandas e seus métodos de atuação. Nesse processo, também equiparava a atuação das sufragistas a uma “tribo africana”, a fim de sugerir que traduziam a barbárie, em oposição à civilização representada pela “respeitosa e disciplina Inglaterra”. Em uma visão marcada por princípios evolucionistas, Manoel de Souza Filho via com desprezo aquelas demonstrações inglesas do que caracterizava como “revolta” infantil.

⁵⁷⁸ A partir da análise da trajetória de feministas dos Estados Unidos entre o final do século XIX e o início do XX, Louise Michelle Newman fez uma interessante análise sobre os sentidos de, mesmo contando com ampla projeção pública, muitas dessas mulheres terem apregoado a atuação feminina restrita ao lar, sobretudo quando se dirigiram a grupos tidos como socialmente ou racialmente inferiores. Ver Newman, Louise Michelle. *White women's rights: the racial origins of feminism in the United States*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

⁵⁷⁹ Como reconhecia em outro texto que, “na minha ignorância das anatomias e das fisiologias, que podem ser limitadas, em tese, nas funções das mulheres, sem que deixe de predominar a hipótese de que, para certas mulheres, esse limite não existe”. *Correio da Manhã*, “O que vai pelo mundo” de Eugênio Silveira, 02/10/1909, p.1.

⁵⁸⁰ *Correio da Manhã*, “À hora do Correio” de Manoel de Souza Filho, 06/01/1910, p.1.

Suas idéias, portanto, distoavam daquelas apresentadas por Eugênio Silveira, que havia reunido elementos, como os dados sobre o trabalho feminino na Inglaterra, para tornar as reivindicações das sufragistas inteligíveis aos seus leitores.

Essa postura, porém, mudaria nos anos seguintes: em 1912, ao retomar o tema do feminismo em uma de suas crônicas, Eugênio Silveira considerava que “as sufragistas inglesas são umas damas terríveis, modernas viragos, que tem dado o que fazer ao governo e à polícia da Grã-Bretanha”⁵⁸¹. No mesmo texto, considerava que “há mulheres que, excepcionalmente, se impõem pelo gozo de faculdades extraordinárias de cérebro, e que bem podem figurar em parlamentos”, destacando que “essas, porém, não serão nunca as viragos de Londres, de chicote em punho e dinamite na algibeira”. Nesse momento, parecia reforçar as concepções de Manoel de Souza Filho, segundo o qual o “feminismo vermelho” das sufragistas inglesas “outorga a mulher o direito miserável de se tornar uma grande criminosa”⁵⁸².

Em outubro de 1913, quando o *Correio da Manhã* publicou a tradução de uma entrevista com miss Chistabel Pankhurst, ela garantia que teve muito prazer “em ter sido uma das primeiras sufragistas presas em 1903 por ultrajes a um bravo *policimen*”, destacando que sua mãe, a também sufragista Emmeline Pankhurst, teve seu “batismo no cárcere” em fevereiro de 1908⁵⁸³. Articuladoras da *Women’s Social and Political Union* desde de sua fundação em 1903, essas mulheres acumularam várias prisões em seu currículo nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial. A detenção de sufragistas aumentou a partir de 1909, quando as formas de protesto passaram a incluir a quebra em massa das vitrines de lojas, o incêndio de prédios abandonados e o ataque a galerias de arte⁵⁸⁴. A estratégia de fazer greve de fome no período em que estivessem presas colocava as autoridades policiais em uma situação bastante delicada pois, além de difundir o nome e a causa dessas sufragistas, arriscavam-se a criar verdadeiras mártires do movimento⁵⁸⁵.

⁵⁸¹ *Correio da Manhã*, “O que vai pelo mundo” de Eugênio Silveira, 29/12/1912, p.5.

⁵⁸² *Correio da Manhã*, “Coração desnudo” de Manoel de Souza Filho, 05/07/1912, p.1.

⁵⁸³ *Correio da Manhã*, “As três Pankurst, sufragistas vermelhas, ativam a propaganda feminista”, 12/10/1913, p.3. Sobre a prisão de Emmeline em 1908, ver *Correio da Manhã*, “As sufragistas”, 19/04/1908, p.1. Nessa última notícia, o sobrenome vem escrito errado, como “Pankerts”.

⁵⁸⁴ Purvis, June. “The Pankhursts and the Great War” in Fell, Allison e Sharp, Ingrid. *The Women’s Movement in Wartime: international perspectives, 1914-1919*. New York: Pallgrave Macmillan, 2007, pp.141.

⁵⁸⁵ Em 1913, o correspondente E. Mattoso comentava as proezas das senhoras londrinas que “a todo transe querem o direito por voto”, assegurando que “os atentados tem-se multiplicado e a polícia inglesa essa que

Assistindo a esses desenvolvimentos em 1910, Manoel de Souza Filho se inquietava com a propagação do “histerismo feminista” pelo mundo, apesar de reconhecer que o feminismo se multiplicava em “variadíssimas castas” e que, em algumas circunstâncias, até poderia ser interpretado como uma “nobre aspiração emancipadora”. Ao avaliar a situação nos “países latinos”, se tranquilizava por acreditar que “a mulher [latina] ainda se considera feliz com seus trapos e com os seus amores, e são de uma raridade quase patológica as exceções descontentes”⁵⁸⁶. Mas outro correspondente do *Correio da Manhã*, o também português Paulo Osório, apresentava avaliação distinta sobre a chegada do feminismo em Portugal:

No seu longo trajeto até nós, o feminismo foi perdendo todo o verniz, todo o encanto e, mais, todo o perfume com que o espírito francês polvilha as suas produções. (...) E chamando-o a si, traduzindo-o com o auxílio de um dicionário réles que não ensina as sutilezas de expressão, a mulher portuguesa pôs um colarinho ao pescoço, guarneceu-o com um lacinho pelintra, alargou os passos, tirou as luvas, penteou-se mal e, subindo às suas cátedras, às tribunas dos seus comícios, às redações dos seus jornais, exclamou: - *Eu quero ser homem!* E nessa frase, gritada com voz forte, fez condensar a sua aspiração⁵⁸⁷.

Para esse autor, a origem do feminismo português estaria na França, onde ele tinha “verniz”, “encanto” e “perfume”. Segundo ele, a realidade seria outra se, entre Portugal e França, não houvesse a Espanha, “tão ferrenhamente avessa aos reclamos do progresso”. Assim, ao ser traduzido pelas mulheres portuguesas, o termo havia perdido todo seu cosmopolitismo francês para se tornar a expressão do descabido desejo de se converter em homem. Paulo Osório reprovava a masculinização das feministas de seu país, explicitando seu incômodo com a percepção de que elas pretendiam “tomar conta do nosso lugar”. Como outros colaboradores do *Correio da Manhã*, porém, admitia que o feminismo, desde que entendido por “aspecto diverso”, teria o seu mérito:

Em verdade, e encarando-as sob um aspecto diverso daquele pelo qual as nossas jovens intelectuais costumam vê-las, as doutrinas e reivindicações femininas são, essencialmente, tudo quanto há de

tem a fama de ser primeira do mundo, não conseguiu ainda por a mão em uma só dessas criaturas destruidoras”. Ver *Correio da Manhã*, “Cartas da Europa” de E. Mattoso, 19/07/1913, p.1

⁵⁸⁶ *Correio da Manhã*, “À hora do Correio” de Manoel de Souza Filho, 06/01/1910, p.1.

⁵⁸⁷ *Correio da Manhã*, “Do velho mundo” de Paulo Osório, 14/08/1909, p.1.

mais oportuno e de mais justo. Há muitos séculos que as sociedades marcaram à mulher uma série complicada de deveres, e, contudo, até há bem pouco, essas sociedades se foram negligentemente esquecendo de lhe conceder os direitos que, por tais deveres, em boa lógica, lhe pertencem⁵⁸⁸.

Reafirmando sua crítica às feministas portuguesas, esse autor buscava definir o que seria o feminismo “oportuno” e “justo”, afirmando que por terem deveres, as mulheres também deveriam ter acesso a direitos. Assim, o feminismo seria legítimo se fosse sinônimo de “melhoria das condições sociais” do sexo feminino, mas não se disseminasse a pretensão de tornar as mulheres iguais aos homens. Ao se mostrar favorável a certos tipos de manifestações feministas, interpretadas como a promoção de um progresso para a sociedade portuguesa, Paulo Osório assumia a identidade de homem esclarecido e cosmopolita. Em suas considerações, assim como em outros textos contemporâneos, também havia o esforço de pensar em termos de diferença e igualdade o que, segundo a historiadora Joan Scott, constituiria um paradoxo comum ao discurso feminista de diferentes épocas⁵⁸⁹.

Essa questão de como conjugar diferença sexual e igualdade de direitos esteve presente na apreciação que Carmem Dolores fez da carta que lhe fora enviada por Ana de Castro Osório⁵⁹⁰, uma daquelas feministas portuguesas que vinha sendo tão arduamente criticada por seus conterrâneos nas páginas do *Correio da Manhã*:

⁵⁸⁸ *Correio da Manhã*, “Do velho mundo” de Paulo Osório, 14/08/1909, p.1.

⁵⁸⁹ Segundo Scott, “quando se legitimava a exclusão com base na diferença biológica entre o homem e a mulher, estabelecia-se que a ‘diferença sexual’ não apenas era um fato natural, mas também uma justificativa ontológica para um tratamento diferenciado no campo político e social. Na era das revoluções democráticas, ‘mulheres’ tornavam-se excluídas por artes de um discurso baseado em diferença sexual. O feminismo era um protesto contra a exclusão política da mulher; seu objetivo era eliminar as ‘diferenças sexuais’ na política, mas a reivindicação tinha de ser feita em nome das ‘mulheres’ (um produto do próprio discurso da ‘diferença sexual’). Na medida em que o feminismo defendia as ‘mulheres’, acabava por alimentar a ‘diferença sexual’ que procurava eliminar. Esse paradoxo – a necessidade de, a um só tempo, aceitar e recusar a ‘diferença sexual’ – permeou o feminismo como movimento político por toda a sua longa história”. Scott, Joan. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002 [1996], pp.26-7.

⁵⁹⁰ Ana de Castro Osório foi ativista republicana e uma das mais conhecidas feministas portuguesas desse período. Entre 1911 e 1914, ela viveu em São Paulo com seu marido, que havia sido designado como Cônsul de Portugal. Segundo Vassilli Rivron, ela era uma escritora renomada em Portugal e também teria sido cantora, escreveu livros para as crianças e fez as primeiras traduções dos irmãos Grimm e Andersen para o português. Ver Rivron, Vassilli. “Representação da arte e arte da representação: reflexos de dois poetas na historiografia literária do Brasil” in *Pro-Posições*, v. 17, n.3 (51), 2006, p.23. Sobre os manuais escolares escritos por Ana de Castro Osório e publicados no Brasil, ver Remédios, Maria José Lago “Ana de Castro Osório e a construção da Grande Aliança entre os povos: dois manuais da escritora portuguesa adotados no Brasil”. In *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de História da Educação*. Rio de Janeiro, UFF, 2000.

Enviou-me a conhecida escritora, dona Ana de Castro Osório, presidente da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, um número do jornal *A voz da justiça*, onde um vibrante artigo da sua pena máscula defende valentemente Maria Veleda, outra escritora que acaba de ser condenada a uma pena brutal e vexante e a uma multa desproporcionada à culpa. É a primeira mulher, diz d. Ana Osório, que sofre em Portugal um julgamento e uma condenação por crime de imprensa – e só isso basta, penso eu, para que o fato não deva passar despercebido, razão porque o registro nestas linhas brasileiras. Acho, como a autora do protesto, que pena e castigo seriam honrosos, por darem à mulher uma igualdade perante a lei, equiparando-a ao homem, na culpa e na punição, caso não a mantivessem, como a mantêm, inferior nos direitos e nas vantagens. E contra isso devem as mulheres levantar-se, como fez a escritora lusitana, defendendo a sua colega e abrindo uma subscrição para pagar a multa em que foi condenada *por dizer palavras de verdade e de justiça uma mulher portuguesa, uma bela alma de liberal e uma publicista de altíssimo valor*. Perfeitamente. É bonito. Concorro. Mas... se pega também aqui essa coisa de cadeia e multa por delito de imprensa, com relação às senhoras que escrevem – e não somos lá muitas! – ai! Que irei achando feia a inovação gloriosa...⁵⁹¹

A condenação de Maria Veleda, pseudônimo da intelectual portuguesa Maria Carolina Frederico Crispim, poderia ser celebrada como o reconhecimento público da condição de igualdade de homens e mulheres perante a lei. Havia, porém, pelo menos duas vertentes de críticas a essa decisão da justiça portuguesa. Em primeiro lugar, a constatação de que a pena e a multa estabelecidas eram exageradas diante do delito praticado, o que sugeria que os homens que aplicaram a lei, justamente por estarem diante de uma infratora, consideraram que ela merecia uma punição exemplar, a fim de desencorajar outras mulheres que poderiam se inspirar em seu gesto e expressar publicamente suas críticas à monarquia portuguesa. Além disso, como destacaram Ana de Castro Osório e Carmem Dolores, “a igualdade na culpa e na punição” se contrapunha à desigualdade no que se referia aos “direitos” e “vantagens”, o que fazia do episódio mais um incentivo para que as mulheres se articulassem para reivindicar seus próprios direitos. Essas militantes portuguesas pareciam imersas, portanto, no paradoxo identificado por Joan Scott. Afinal, com o objetivo de ter privilégios restritos aos homens, elas buscavam enfatizar a igualdade entre os sexos, considerando irrelevante o peso das diferenças biológicas na delimitação de seu lugar social. Porém, para terem sucesso nessa empreitada, precisavam construir

⁵⁹¹ *Correio da Manhã*, “Ao correr da pena” de Carmem Dolores, 19/08/1909, p.1.

associações e redes de solidariedade entre as mulheres, ou seja, precisavam falar em seu próprio nome, o que remetia à mesma diferença que pretendiam negar.

Na crônica de Carmem Dolores também apareciam as tensões de seu posicionamento em relação a essas controversas portuguesas. Por um lado, a escritora brasileira mostrava-se solidária à militância daquelas mulheres, divulgando a carta recebida e mostrando-se favorável à noção de igualdade de direitos. Por outro lado, entretanto, descrevia Ana de Castro Osório como portadora de uma “pena máscula” e concluía seu texto em tom de ironia, recursos que buscavam afastá-la dessas feministas ou, como disse em outra crônica, da identidade de feminista “na sua acepção ridícula”. Essa postura dialogava com os preconceitos difundidos por escritores portugueses que, dispendo de espaço na imprensa brasileira, recorrentemente colocavam em xeque a legitimidade da atuação de Ana de Castro Osório e de suas companheiras. Enfim, Carmem Dolores, que também usava a imprensa para discutir, entre outros temas, a questão dos direitos das mulheres, não se mostrava plenamente satisfeita com os métodos adotados por essas feministas, ainda que compartilhassem algumas bandeiras, como a defesa do divórcio e a associação entre trabalho feminino e honra.

Na segunda metade da década de 1900, a campanha republicana ganhou cada vez mais adeptos em Portugal, culminando com a proclamação da República em outubro de 1910. As primeiras associações feministas surgiram nesse contexto, sob influência da maçonaria e do movimento republicano, como o Grupo Português de Estudos Feministas, fundado em 1907, e a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas que, criada em 1909, manteve-se ativa por dez anos⁵⁹². A frente de ambos, Ana de Castro Osório atrelava a melhoria da condição feminina à instalação do novo regime, o que a aprovação de lei do divórcio em 03 de novembro de 1910, apenas um mês após a proclamação da república portuguesa, parecia confirmar⁵⁹³. Após a “revolução gloriosa”, a escritora considerava

⁵⁹² Cova, Anne e Pinto, Antonio Costa. “O salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa” in *Penélope*, 17, 1997, p.77.

⁵⁹³ Ao comentar a lei do divórcio, Ana de Castro Osório afirmava: “a lei do divórcio, que é uma das que mais profundamente revolvem a estrutura social, modificando a família, que se torna mais sagrada, unida pelo afeto do que presa nas malhas da lei, não podia de modo algum ser feita por ministros da monarquia, porque bulir com o casamento seria bulir com os padres e com o beatério triunfantes, e, principalmente, com a beatíssima rainha Amelia. Por isso, sendo nós das pessoas que mais propagandearam esta lei salvadora de muita e muita alma sacrificada, fomos sempre daqueles que menos acreditaram que ela viesse a Portugal sem ser sob as dobras da bandeira vermelha e verde da Revolução vitoriosa” Osório, Ana de Castro. *A mulher no casamento e no divórcio*. Lisboa: Guimarães e Companhia Editores, 1911, pp.8-9. Durante o Governo Provisório Português, o decreto n. 26 de 03/11/1910 estabelecia que o divórcio “tem juridicamente os mesmos efeitos da

importante “lutar, trabalhar, propagandear idéias e sentimentos novos, uma nova noção de justiça, dignidade e deveres” pois, na sua concepção, grande parte da população portuguesa ainda não compartilhava o ideal republicano⁵⁹⁴. Nesse contexto, manteve o debate sobre o divórcio e sobre o trabalho das mulheres em suas conferências e publicações, além de outros temas como o pátrio poder e o sufrágio universal.

Como Carmem Dolores, Ana de Castro Osório denunciava a diferença na forma como homens e mulheres egressos de casamentos desfeitos eram julgados socialmente, defendendo que o divórcio promoveria a liberdade das mulheres e a igualdade entre os sexos nesse aspecto⁵⁹⁵. Porém, a escritora portuguesa condenava de forma enfática aquelas defensoras do divórcio que alegavam precisar contrair novas núpcias para garantir a sua subsistência. Segundo a feminista:

(...) eu tenho visto, com certo desgosto, que a propaganda do divórcio tem dado azo a que a mulher portuguesa manifeste, em geral, uma opinião e um modo de pensar e sentir que de maneira alguma correspondem ao ideal que defendo, pela emancipação feminina. Quase todas as mulheres que vêm reclamar e advogar a lei do divórcio são vítimas do casamento; é lógico, portanto, que peçam uma lei que de algum modo aliviará a sua sorte. Mas o que não compreendo, ou, por outra compreendo demais e me repugna, como tudo quanto seja inferiorizar o sexo a que tenho muita honra e muito gosto em pertencer, é que essas mulheres se digam infelizes por não terem o arrimo do homem, quer dizer, por lhes faltar o *homem ganha-pão*, e precisarem de procurar um substituto, para esse ofício, - o que também não é muito honroso para o homem...⁵⁹⁶

dissolução por morte, quer pelo que respeita às pessoas e aos bens dos cônjugues, quer pelo que respeita à faculdade de contraírem novo e legítimo casamento”. Essa decisão provocou reações no Brasil: o médico Floriano Lemos, colaborador do *Correio da Manhã*, condenou o divórcio ao comentar um artigo de Eugênio Silveira sobre a nova lei em Portugal. O também médico Souza Lima, por sua vez, fez publicar uma carta aberta no mesmo periódico explicando por que motivos era um “divorcista”. Ver *Correio da Manhã*, “O divórcio” de Floriano Lemos, 18/12/1910, p.1. Para as cartas, ver *Correio da Manhã*, “Em torno do divórcio”, 24/12/1910, p.1

⁵⁹⁴ Osório, Ana de Castro. *A mulher no casamento e no divórcio*. op. cit., p.154.

⁵⁹⁵ Segundo a escritora portuguesa, “realmente o casamento indissolúvel é uma servidão para a mulher, que fora dele não encontra senão o desprezo e a vergonha. O homem desembaraçado por qualquer forma da esposa legítima, não encontra na sociedade reparo nem crítica; pode até apresentar a sua nova companheira, que muita gente, embora o saiba casado legalmente com outra, fechará os olhos e fingirá pudicamente não o saber. A mulher não é dada essa liberdade. Separada do marido, mesmo que o culpado seja ele, é um motivo de escândalo para a sociedade, é uma vítima de desconfianças e más línguas, é, na verdade, uma desgraçada, se não tiver a ampará-la o prestígio da fortuna, da família, ou dum grande e excepcional valor intelectual”. Ver Osório, Ana de Castro. *A mulher no casamento e no divórcio*. op. cit., p.83.

⁵⁹⁶ Osório, Ana de Castro. *A mulher no casamento e no divórcio*. op. cit., pp.101-2, grifo meu.

Entre os diversos argumentos que poderiam ser mobilizados em prol do divórcio, ela buscava distinguir aqueles que elevariam a condição feminina perante a sociedade dos que reforçariam sua inferiorização. A autora tinha plena consciência de que “a mulher na sociedade em que vivemos encontra dificilmente o pão de cada dia ganho com honra e dignidade”⁵⁹⁷. Referindo-se a sua própria trajetória, relatava que havia sido criada em uma família “em que a mulher que fizesse exame ou pretendesse seguir um rumo que a habilitasse a entrar na vida ativamente pela porta larga do trabalho, seria considerada uma extravagante, seria desclassificada moralmente”⁵⁹⁸. Ainda assim, Ana de Castro Osório considerava o trabalho como algo imprescindível para a emancipação feminina e, por isso, criticava os defensores do divórcio que remetiam à idéia do homem provedor. Esse parece ser o principal ponto de discordância entre Carmem Dolores e a ativista portuguesa pois, para a primeira, as mulheres deveriam trabalhar apenas em caso de necessidade, não em busca de sua libertação e autonomia⁵⁹⁹. Por outro lado, ambas defendiam de forma contundente o trabalho como algo honroso para as mulheres, questionando, desmistificando e subvertendo concepções tradicionais sobre a presença de mulheres no mercado de trabalho⁶⁰⁰.

Em coletânea publicada em 1905, a escritora portuguesa também discutia o tema do trabalho feminino sob diferentes aspectos. Assumindo-se como feminista, acreditava que as mulheres deveriam alcançar a autonomia por meio de “uma ocupação que as enobreça aos seus próprios olhos e as habilite a serem mais tarde livres pelo seu trabalho”⁶⁰¹. Afirmava

⁵⁹⁷ Osório, Ana de Castro. *A mulher no casamento e no divórcio*. op. cit., p.102

⁵⁹⁸ Osório, Ana de Castro. *A mulher no casamento e no divórcio*. op. cit., pp.104-5.

⁵⁹⁹ Em sua defesa do divórcio, Carmem Dolores enfatizava a questão moral, sem entrar na discussão do homem provedor. Apesar de afirmar que o casamento seria a “solução natural” para uma moça sozinha e desamparada, considerava que no Brasil o esposo “nunca é um sócio, um companheiro da boa e má fortuna, mas simplesmente o espeque inventado pelos hábitos coloniais”. *Correio da Manhã*, “Amiguinhas Anônimas” de Carmem Dolores, 03/06/1909, p.1. Quanto à postura da escritora diante do trabalho feminino, concordo com a constatação de Maria Angélica Lopes de que a escritora manifestou “ambivalência”: “se por um lado insiste me relevar-lhe o valor moral, por outro o exclui da vida da mulher privilegiada”. Ver Lopes, Maria Angélica. “Carmem Dolores: jornalismo, literatura e feminismo na Bela Época brasileira” in *Luso-Brazilian Review*, v.26, n.2, 1989, pp.75-85.

⁶⁰⁰ Carmem Dolores questionava: “deve essa mulher [que vive por si, sem o socorro do homem] esconder o seu esforço, o seu trabalho, a sua superioridade, tudo quanto a eleva e dignifica, como uma tara grotesca, para não ser escarnecida?”. *Correio da Manhã*, “Amiguinhas Anônimas” de Carmem Dolores, 03/06/1909, p.1.

⁶⁰¹ Osório, Ana de Castro. *Às mulheres portuguesas*. Lisboa: Editora Viúva Tavares Cardoso, 1905, p. 97. O primeiro artigo dessa coletânea tinha como título “Ser feminista” e buscava explicar o sentido do termo e da militância. Segundo a estudiosa Maria Regina Tavares da Silva constatou que definir o que era feminismo, distinguindo o “falso” do “verdadeiro” foi uma estratégia comum de várias militantes portuguesas entre o final do século XIX e o início do XX. Ver Silva, Maria Regina Tavares. “Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do século XX” in *Análise Social*, v. XIX, 77-78-79, 1983, pp.875-907.

que a mulher “só no trabalho pode encontrar sua carta de alforria”, com a importante ressalva de que “o trabalho esmagador, exercido como castigo” era incapaz de promover essa tão almejada liberdade⁶⁰². Por isso, defendia que houvesse um investimento público na educação feminina, para que as mulheres fossem devidamente capacitadas para atividades enobrecedoras e que garantissem sua independência, o que seria a base do feminismo em sua definição⁶⁰³.

No livro que publicou depois da proclamação da república portuguesa, seu enfoque era distinto, pois alegava que a falta de preparo para o trabalho era algo que atingia tanto o homem quanto a mulher e, portanto, não era uma justificativa para que suas conterrâneas recusassem o trabalho remunerado. Dessa forma, destacava que a busca por um emprego dependia muito mais da iniciativa pessoal que das condições oferecidas pelo Estado ou pelo meio em que viviam. Naquele momento, sua principal preocupação era combater os preconceitos vigentes em relação às trabalhadoras, inclusive entre as próprias portuguesas que, segundo ela, viam com horror “o trabalho fora do ramerrão caseiro”⁶⁰⁴. Na sua concepção, se suas conterrâneas tomassem consciência da situação feminina, elas ingressariam “no mesmo caminho áspero da luta, trabalhando pelo futuro e pela felicidade da Pátria – trabalhando pela República”. Afinal, “livre já das mais pesadas cadeias, [a mulher] pode e deve trabalhar para uma libertação individual, que é ainda trabalhar pelo futuro”⁶⁰⁵. Dessa forma, ao associar o ideal republicano à emancipação feminina, destacando seus efeitos recíprocos, Ana de Castro Osório imaginava uma história evolutiva do feminismo, com a progressiva conquista de direitos atrelada à própria consolidação da democracia em Portugal⁶⁰⁶.

Carmem Dolores, que em diferentes ocasiões negou que fosse republicana, fez do seu trabalho na imprensa uma oportunidade para discutir direitos das mulheres, expondo

⁶⁰² Osório, Ana de Castro. *Às mulheres portuguesas*. op. cit., p.21.

⁶⁰³ Osório, Ana de Castro. *Às mulheres portuguesas*. op. cit., p.46. Ver também O Paiz, “A educação do futuro” de Ana de Castro Osório, 31/10/1908, p.1.

⁶⁰⁴ Osório, Ana de Castro. *A mulher no casamento e no divórcio*. op. cit., p.102.

⁶⁰⁵ Osório, Ana de Castro. *A mulher no casamento e no divórcio*. op. cit., p.22.

⁶⁰⁶ Como destacou Joan Scott, as feministas do século XIX construíram uma história teleológica do movimento, o que foi reapropriado por outras militantes identificadas à causa ao longo do tempo. Atenta a essa característica, a historiadora buscou pensar a história do movimento em outros termos, o que seria capaz de contestar as próprias histórias da democracia “que atribuem os primeiros episódios de exclusão da mulher a falhas temporárias de um sistema pluralista em constante processo de aperfeiçoamento e expansão”. Ver Scott, Joan. *A cidadã paradoxal (...)*, op.cit., p. 48.

suas próprias incertezas quanto ao uso e o sentido do termo feminismo⁶⁰⁷. As avaliações das mudanças que ocorriam nas manifestações feministas em diferentes países e, sobretudo, na Inglaterra influenciaram sua postura naquele período. Isso não impediu, porém, que se manifestasse publicamente em nome de causas que lhe eram caras, como o trabalho feminino. Muitas de suas intervenções na grande imprensa buscavam legitimar o trabalho das mulheres, associando-o às noções de honra e justiça, o que combatia os preconceitos contra as trabalhadoras de diferentes ramos e incentivava a profissionalização feminina.

3. Política, inteligência e força

Algumas das mulheres que participaram do concurso promovido pelo *Correio da Manhã* no ano de 1909 afirmaram que a melhor profissão feminina seria o exercício de cargos políticos. Inak Moraes defendia, por exemplo, que a mulher fosse presidente da República, enquanto Giesta de Souza queria que suas compatriotas fossem deputadas⁶⁰⁸. Através de versos, julgados pelo jornal como “espirituosas quadrinhas”, a leitora Paulina Silva considerava que “o lugar de Affonso Pena,/ Ou de outro ministro qualquer;/ Eis o ideal que almejo, /Ao talento da mulher”⁶⁰⁹. Além da afirmação da capacidade feminina, Helena Castelo Branco abordava a questão financeira e contribuía com uma perspectiva crítica sobre o trabalho na câmara dos deputados, ao dizer que gostaria de ser parlamentar porque, afinal, “ganhar 75\$ por dia sem fazer nada é um achado”. Essa última leitora ainda acrescentou que, como a “lei não permite eleger-se mulheres... tomo a pena e vou escrevendo até que triunfem as idéias da dra. Myrthes de Campos”⁶¹⁰ que, como vimos no capítulo anterior, defendia o direito das mulheres ao voto.

Essas sugestões, quase sempre recebidas como brincadeiras inconsequentes pelos editores do concurso, mostravam que o sufragismo, ao contrário do que diziam os colaboradores portugueses do *Correio da Manhã*, não estava tão distante do horizonte das mulheres latinas. A visão crítica em relação à realidade brasileira, observada em cartas

⁶⁰⁷ Sobre a relação de Carmem Dolores e a República, ver sua polêmica com o monarquista Carlos de Laet entre agosto e setembro de 1908 no jornal *O Paiz*. Ver também o recado dirigido a Leolinda Daltro em *O Paiz*, “A Semana” de Carmem Dolores, 19/06/1910, p.1.

⁶⁰⁸ *Correio da Manhã*, “Concurso Feminino”, votos de Inak Moraes em 13/06/1909 e de Giesta de Souza em 30/05/1909.

⁶⁰⁹ *Correio da Manhã*, “Concurso Feminino”, voto de Paulina Silva em 29/05/1909.

⁶¹⁰ *Correio da Manhã*, “Concurso Feminino”, voto de Helena Castelo Branco em 07/06/1909. A crítica sobre o não-trabalho dos parlamentares era recorrente na imprensa, como exemplo ver *Correio da Manhã*, “Câmara dos vadios”, 05/08/1909, p.1.

como a de Helena, também permite relativizar a idéia de que as mulheres estavam completamente alheias aos rumos da política institucionalizada. Nesse mesmo sentido, Evelina M. Pinto comentava: “em família (somos oito irmãs solteironas) ouvi dizer que a melhor ocupação era a de ‘pegadeira na chaleira’, embora na atualidade muitas estejam vazias, frias e de bicos quebrados”⁶¹¹. Segundo Vera Lúcia Bogéa Borges, a expressão “pega na chaleira” como sinônimo de bajulador se consagrou graças a uma marchinha do maestro Costa Júnior que, feita para o carnaval de 1909, fazia referência ao hábito do senador Pinheiro Machado de tomar chimarrão⁶¹². Esse homem, que teve grande influência na política da época, foi o principal mentor da candidatura de Hermes da Fonseca para as eleições de 1910, articulando sua vitória contra Rui Barbosa. Evelina não só fazia uso da expressão como questionava a qualidade das “chaleiras”, ou seja, o poder político de muitos homens públicos. Por outro lado, mencionou o “mestre Rui” e sua “célebre carta política”, demarcando suas preferências naquele pleito que, em meados de 1909, apenas começava a se definir.

Por não se restringir a uma candidatura única, a eleição de 1910 apresentou algumas “inovações políticas”, inclusive novas formas de engajamento da população, inéditas na vida política da jovem república e envolvendo diferentes setores sociais⁶¹³. A participação de organizações femininas nessa disputa, característica destacada sobretudo em análises sobre a história do feminismo no Brasil, permitiu que suas afiliadas não só manifestassem apoio aos candidatos em disputa e intervissem publicamente em suas campanhas, como

⁶¹¹ *Correio da Manhã*, “Concurso Feminino”, voto de Evelina M. Pinto em 24/05/1909.

⁶¹² Borges, Vera Lúcia Bogéa. *A batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na primeira república*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011, pp.293-298. O tema da chaleira também esteve presente em outras composições, como choro gravado pelo Grupo do Louro em 1916 e o lundu feito por Eduardo das Neves entre 1907 e 1912. Essa produção pode ser consultada no acervo do Instituto Moreira Salles.

⁶¹³ Para uma cuidadosa análise das especificidades dessas eleições, ver Borges, Vera Lúcia Bogéa. *A batalha eleitoral de 1910 (...)*, *op.cit.* Como explica a autora, “desde a administração Campos Salles, pelo menos, as oligarquias conseguiram consolidar um sistema de poder capaz de administrar os seus conflitos internos. A despeito da política dos estados, existiram momentos em que o consenso oligárquico se rompeu e as eleições foram vivamente disputadas. A primeira ocasião em que isto se deu foi em 1909 e 1910 com o embate entre duas campanhas” (p.25) Com a morte de Affonso Pena e os desacordos entre as elites de São Paulo e Minas Gerais, Pinheiro Machado liderou os grupos dominantes dos estados menores, como o objetivo fazer frente à hegemonia cafeeira, lançando o marechal como candidato. A candidatura de Hermes da Fonseca ganhou o apoio do Partido Republicano Mineiro, em troca da indicação do vice da chapa, Wenceslau Brás A reação a essa campanha deu origem à articulação dos civilistas, que organizaram a candidatura de Rui Barbosa. Essa última, por sua vez, foi apoiada pelo Partido Republicano Paulista, que indicou Albuquerque Lins como vice. Mas a campanha civilista, com comícios e manifestações públicas, saiu do controle das elites, contando com viva participação popular e criando um canal de expressão para os cidadãos excluídos da política institucional. Na verdade, ambas campanhas dialogavam com os setores não oligárquicos, ampliando o engajamento político da população.

também se inserissem no debate em torno da legitimidade da atuação feminina em diferentes esferas. Em estudos acadêmicos, a professora Leolinda Daltro foi lembrada como uma das lideranças da "Junta Feminil pró-Hermes/Wenceslau", origem do Partido Republicano Feminino criado em 1910⁶¹⁴.

Na carta em que anunciava a sua deliberação de fundar uma junta feminil, Leolinda Daltro afirmava que a “mulher brasileira, verdadeiramente digna desse nome, não pode ser indiferente aos destinos do nosso querido Brasil, os quais, digam o que disserem, principalmente dependem do seu influxo, no lar ou fora dele”⁶¹⁵. Acreditava ainda que a “intervenção indireta [da mulher brasileira] no pleito que se vai travar a 1º. de março, justificar-se-há com o esforço que ela empregar para evitar um mau governo; cujos horrores sempre recaem mais diretamente sobre a mulher”. As mulheres não só tinham um papel ativo, ainda que subestimado, na definição dos destinos do país, como seriam as principais vítimas das más administrações, constatações que justificavam a iniciativa da professora, assim como o engajamento de outras mulheres naquelas eleições.

Na conferência pública promovida por essa associação, a professora Ermelinda Fonseca da Cunha e Silva seguiu essa mesma lógica em defesa do voto feminino, alegando que “desde que a pessoa é taxada e governada, deve ter o direito de eleger aquele que o taxa ou governa”⁶¹⁶. Nesse sentido, o próprio fato de exercerem profissões ou atividades remuneradas também poderia ser usado por essas militantes para legitimar sua intervenção na política institucional, a exemplo do que havia feito a própria Myrthes de Campos ao solicitar sua certidão de eleitora em 1903⁶¹⁷. Mas, além de fundamentar sua ação política, as mulheres que se engajaram na campanha presidencial de 1910 também deveriam explicar os motivos porque apoiavam um candidato em detrimento do outro.

⁶¹⁴ Essa participação pública teve seqüência nos anos seguintes e culminou com a candidatura de Leolinda Daltro à Constituinte em 1934. Corrêa, Mariza. *Antropólogas e Antropologia (...)*, op.cit., pp.108-109. Ver também Pinto, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, pp.18-21.

⁶¹⁵ *O Paiz*, “Junta Feminil pró-Hermes”, 15/01/1910, p.2. O objetivo dessa carta era comunicar sua decisão e pedir auxílio do jornal: “tomei a deliberação de convocar as senhoras residentes nesta capital para construirmos a Junta Feminil pró-Hermes, que se incumbirá com o maior entusiasmo da propaganda da candidatura do marechal Hermes da Fonseca, ao qual todas as senhoras que aderirem à Junta farão também, brevemente, uma grandiosa e importante manifestação de simpatia. Dando-vos notícia dessa minha resolução, tenho por fim pedir-vos a fineza de abrires nessa ilustrada redação uma lista para a assinatura de todas as senhoras que aderirem a esta patriótica idéia”.

⁶¹⁶ *O Paiz*, “Candidaturas Presidenciais – A ação da Junta Feminil pró-Hermes-Wenceslau”, 27/02/1910, p.5.

⁶¹⁷ Diversas leitoras que assinaram a subscrição aberta no jornal *O Paiz* em apoio à junta feminil pró Hermes inscreveram, além de seus nomes e endereços, as atividades que exerciam. Ver *O Paiz*, “Junta Feminil pró-Hermes-Wenceslau”, 25/01/1910, p.2 e 23/02/1910, p.5.

Menos discutido pela historiografia, talvez por não ter tido repercussões posteriores ou líderes relativamente célebres, um grupo de senhoras se inspirou na idéia de Leolinda Daltro e fundou a “Junta Feminina pró Rui/Lins”, cuja primeira reunião foi convocada através do *Correio da Manhã*⁶¹⁸. Na correspondência de Rui Barbosa, entre cartas e telegramas de incentivo a sua candidatura⁶¹⁹, também há uma missiva do “Centro Civilista de Senhoras”, presidido pela professora Áurea Correia de Martinez. Segundo ela:

(...) Nem a mulher brasileira poderia ficar silenciosa quando ela segue caminho progresso numa outra esfera de ação, conquistando novos horizontes ao fortíssimo influxo das lutas da inteligência no momento em que vê chegar, coroado do próprio gênio, avassalando as multidões a glória da mentalidade brasileira para onde convergem todas as esperanças populares. É que ela sentiu também a necessidade de sair do torpor a que se vê condenada, é que as convenções não conseguiram esmagar a sua fé e abafar o eco das vibrações de sua alma, nessa porfia, que invade o próprio lar e chama a mulher ao seu posto de honra, assegurando a paz e a liberdade dos que lhe pertencem, fontes de onde se originam o bem estar e a tranquilidade nacional. (...) É o primeiro passo da mulher brasileira, dado de rija na rotina, a combatê-la valorosamente, em prol dos interesses nacionais, a que se vê intimamente ligada, com a parte componente de um todo, que não pode e não deve prescindir de sua valente cooperação nesse movimento patriota, a cuja luta corajosamente concorre, abrindo corinas do progresso feminino. Do Grêmio, recentemente criado, ao qual procuramos dar o impulso que lhe cabe propulsar das energias da mulher brasileira, cheguem aos vossos ouvidos os seus protestos da mais franca e decidida solidariedade à realização das esperanças da pátria⁶²⁰.

Assinada por mais de cinquenta mulheres, essa carta buscava justificar a participação feminina no debate político e, particularmente, o seu apoio ao candidato civilista. No trecho acima, havia a intenção de construir uma imagem para “a mulher brasileira” que associasse “progresso feminino” e patriotismo. Assim, conforme a mulher saía do “torpor a que se vê condenada”, se mostrava capaz de lutar corajosamente pelos interesses nacionais, não só no lar, base da nação, mas também em outras esferas, nas quais abria caminho por meio das “lutas da inteligência”. Por isso, a identificação com aquele candidato que era a “glória da

⁶¹⁸ *Correio da Manhã*, “Eleição Presidencial”, 29/01/1910, p.2, a circular era assinada por Anísio Blum, José Paiva Britto e Juliana Couto de Mello.

⁶¹⁹ Para a análise de diversos desses telegramas, ver Ueócka, Loryne Garcia. *A campanha civilista nas ruas: uma análise de sua construção retórico-política*. Assis: Tese de doutorado UNESP, 2004, pp.237-242.

⁶²⁰ Fundação Casa Rui Barbosa. Correspondência do Centro Civilista de Senhoras, em apoio à candidatura de Rui Barbosa. Autora: Áurea Correia de Martinez. RB - RBCRUPJ 1562/6, 23/01/1910. Agradeço imensamente Paulo Terra por ter feito a transcrição desse documento para mim.

mentalidade brasileira” e havia sido “coroadado pelo próprio mérito”. Não que as autoras da carta pretendessem comparar sua capacidade intelectual a do Mestre Rui Barbosa, mas buscavam mostrar que, como ele, se afirmavam publicamente graças a sua própria intelectualidade, um campo no qual as fragilidades físicas não tinham importância.

Desde sua eleição para deputado geral em 1879, Rui Barbosa era elogiado na imprensa pela sua inteligência vigorosa, característica quase sempre contraposta ao seu físico franzino, sobretudo nas caricaturas⁶²¹. Na Conferência de Haia, em 1907, sua performance foi tema de inúmeras charges nos periódicos brasileiros⁶²². Não raro, os artistas exploravam o desproporcional tamanho da cabeça do representante brasileiro, relacionando-o a sua grande intelectualidade, assim como sua baixa estatura, o que sobressaía quando colocado ao lado de Rio Branco. Em uma de suas coberturas a esse evento, o *Correio da Manhã* também destacou que “o sr. Rui Barbosa, primeiro delegado do Brasil, é ao mesmo tempo um dos homens mais pequenos e um dos maiores homens da Conferência”⁶²³. Enfim, se o físico demonstrava fragilidade, o intelecto poderia ser representado como um homem enorme, musculoso e potente⁶²⁴. Na carta acima, as senhoras se apropriavam dessas representações construindo paralelos entre o percurso feito pelo eminente Mestre e aquele iniciado pelas mulheres que buscavam seu “progresso”, considerando que ambos mobilizavam seus atributos intelectuais para alcançar reconhecimento social e visibilidade política⁶²⁵.

As considerações feitas pelo Centro Civilista de Senhoras também dialogavam com a forma como o *Correio da Manhã* vinha construindo seu posicionamento em relação à eleição. Em meados de 1909, tendo em vista a atuação de Hermes da Fonseca no Ministério da Guerra do presidente Afonso Pena, os editores do matutino elogiavam o marechal e afirmavam que “não há como separar, no Brasil, as classes armadas, do povo”⁶²⁶. Entretanto, quando o marechal pediu demissão para lançar sua candidatura à presidência da

⁶²¹ Ver Lima, Herman. *Rui e a caricatura*. Rio de Janeiro, Olímpica, 1950.

⁶²² Teixeira, Guilherme Sodré Teixeira. *A Águia de Haia: Rui Barbosa no imaginário político dos chargistas brasileiros*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2007.

⁶²³ *Correio da Manhã*, “O Sr. Rui Barbosa em Haia”, 23/08/1907, p.1.

⁶²⁴ *Revista da Semana*, “Mestre Rui em Haia: o físico e o mental”, caricatura de Raul, 08/09/1907, p.5143.

⁶²⁵ Analisando o contexto norte-americano do início do século XIX, Nancy Isenberg mostrou com idéias sobre o corpo feminino, sua fragilidade e sua inconstância, foram usadas para negar sua participação no debate político, assim como sua falta de autonomia e necessidade de proteção. Ver Isenberg, Nancy. *Sex and Citizenship in Antebellum America*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1998, pp.45-48.

⁶²⁶ *Correio da Manhã*, “Marechal Hermes”, 12/05/1909, p.1.

República, a folha expressou uma série de hesitações e grande desapontamento⁶²⁷. Para o periódico, David Campista, um jovem integrante do governo que se encerrava, seria o candidato ideal à presidência, “pela sua competência, pela sua probidade, pelo seu talento, pela sua independência e até pelos primores da sua educação”⁶²⁸, qualidades demonstradas quando foi ministro da Fazenda entre 1906 e 1909.

Frustrada a expectativa da candidatura campista, os editores oscilaram até que a volta de Leão Velloso Filho ao *Correio da Manhã* definiu o posicionamento do periódico em relação às eleições de 1910. Retomando o pseudônimo de Gil Vidal, esse colaborador usou seus artigos para iniciar dura oposição à campanha do marechal:

Sempre se me afigurou ela [candidatura do marechal Hermes], candidatura antes da força que do direito, e sempre receei que a vitória da primeira candidatura militar seria o início de uma série de presidentes soldados, que se impusessem, não pelos seus méritos e qualidades de governo, mas sim pela força material das armas sob seu comando. Sempre se me afigurou o regresso a a uma situação, que tanto prejudicou os créditos da República nos seus primeiros tempos, e da qual, felizmente, tínhamos saído, impondo-nos ao respeito do mundo mundo civilizado, de cujo bom conceito já não há nação que possa atualmente prescindir. Assim pensava e assim penso e sinto, mas com pesar muito sincero, porque a pessoa do marechal Hermes me é muito simpática (...) ⁶²⁹

Gil Vidal interpretava a candidatura Hermes como um retrocesso, que conduziria o país aos abusos e violências dos governos militares, como nos primeiros anos do regime republicano, sobretudo sob o mandato de Floriano Peixoto, que reprimiu violentamente manifestações oposicionistas, implantou a censura e perseguiu intelectuais, mesmo aqueles que haviam defendido a República⁶³⁰. Assim, nesse e em outros artigos, Gil Vidal buscou enfatizar que o “nosso povo” era “avesso às tiranias e aos governos violentos, como

⁶²⁷ *Correio da Manhã*, "Marechal Hermes" em 16/05/1909, p.1 (sobre pedido de demissão); "Situação Política – candidatura Hermes" em 22/05/1909 p.1; "Situação Política" em 22/05/1909, p.1 (sobre desapontamento generalizado com vitória da candidatura Hermes, cujo objetivo “era afastar a candidatura do dr. Campista, que é um moço digno, para colocar no palácio do Catete, no próximo quadriênio, não o atual ministro da Guerra”); "Situação Política" em 24/05/1909, p.1 (avaliava que, entre Hermes da Fonseca e Rui Barbosa, a preferência popular seria claramente pelo primeiro); "Candidatura Hermes – a nossa atitude" em 07/06/1909, p.1 (jornal afirmava aguardar seu manifesto); "Candidatura Hermes: fase primitiva e atualidade" de Gil Vidal em 08/07/1909, p.1 (sobre posicionamento da folha entre maio e junho daquele ano).

⁶²⁸ *Correio da Manhã*, "Eleição Presidencial – A nossa atitude", 03/06/1909, p.3.

⁶²⁹ *Correio da Manhã*, "De volta ao Correio da Manhã – A candidatura Hermes" de Gil Vidal, 05/07/1909, p.1.

⁶³⁰ Ver Pereira, Leonardo Affonso Miranda. “Uma miragem de República: sonhos e desilusões de um grupo literário”. In: Fernando Teixeira da Silva; Márcia Naxara; Virgínia Camilotti. (Org.). *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba: Editora da UNIMEP, 2003, pp. 53-72.

costumam ser os governos militares ou exercido por militares”⁶³¹. No *Correio da Manhã*, a comparação entre a atuação de Hermes da Fonseca e aquela dos primeiros presidentes militares se manteve ao longo do todo o quadriênio, particularmente em sua avaliação final. Assim, em 1914, o jornal ainda julgava aquele governo como “imoral” porque, além de ter arruinado “a honra e as finanças do país”, usou o estado de sítio para silenciar a imprensa oposicionista⁶³². Naquele contexto, a prisão e o atentado contra Edmundo Bittencourt foram explorados como indícios da violência e da arbitrariedade que teriam marcado todo o período⁶³³. Mais uma vez, portanto, a folha reforçava os paralelos entre a administração dos militares no alvorecer republicano, caracterizada pela censura e pelo autoritarismo, e aquela personificada pelo presidente eleito em 1910. Às vésperas da eleição do Marechal, Gil Vidal questionava a legitimidade da própria candidatura Hermes que, na sua visão, havia sido imposta pela “força” e não seria garantida pelo “direito”. Em outro artigo, afirmava:

A fatalidade de sua origem devia pesar sobre a República brasileira. Os militares que fizeram a República entenderam que lhes cabia, por isso, a primazia para seu governo. Daí a série de movimentos militares de 1889 a 1909, assinalados pelo sr. Rui Barbosa em seu extraordinário discurso, movimentos que começam com a eleição do primeiro presidente e terminam, por ora, no gesto do marechal Hermes, ministro da Guerra, impondo, com abuso da força que lhe estava confiada, a retirada da candidatura do seu colega, ministro da Fazenda, para dar lugar à sua.⁶³⁴

⁶³¹ *Correio da Manhã*, "Programa Civil" de Gil Vidal, 15/09/1909, p.1. Sobre a cobertura do *Correio da Manhã* e de outros jornais da campanha presidencial de 1909-1910, ver Borges, Vera Lúcia Bogéa. *A batalha eleitoral de 1910 (...), op.cit.*, pp.158-185 e Ueócka, Loryne Garcia. *A campanha civilista nas ruas (...), op.cit.*, pp.130-146.

⁶³² *Correio da Manhã*, "A Imprensa e o Sítio", 05/11/1914, p.1. Iniciado com a revolta dos marinheiros, deflagrada em novembro de 1910, o mandato terminou com o decreto de outro estado de sítio, em resposta às manifestações operárias que ocorriam na capital e à instabilidade política do Ceará. Ver decretos n.2.289 de 12/12/1910 (estado de sítio no Distrito Federal), n.10.796 de 04/03/1914 (estado de sítio no Distrito Federal e nas comarcas de Niterói e Petrópolis), n. 10.797 de 09/03/1914 (estado de sítio no estado do Ceará). Para a descrição da revolta dos marinheiros, ver Nascimento, Álvaro Pereira. *Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008, pp. 25-71. Sobre o movimento operário no quadriênio Hermes da Fonseca, ver Batalha, Cláudio. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p. 45-7 e Bonfá, Rogério Luis Giampietro. "Com ou sem lei": a expulsão dos estrangeiros e os conflitos entre executivo e judiciário na primeira república. Mestrado em História Social do Trabalho. Campinas, IFCH, Unicamp, 2008, pp. 88-96.

⁶³³ Em novembro de 1910, Edmundo Bittencourt sofreu um ataque quando estava em uma rotisseria do Rio de Janeiro, tendo seu braço ferido. Decretado o estado de sítio, ele e outros jornalistas da oposição foram presos por serem considerados agitadores. Ver *Correio da Manhã*, "O sítio e a prisão do dr. Edmundo Bittencourt" de 31/10/1914, p.1. Sobre o atentado e seu julgamento na justiça, ver "A tentativa de morte contra o dr. Edmundo Bittencourt" de 27/03/1915, p.1; "Atentado contra dr. Edmundo Bittencourt" de 09/05/1915, p.1.

⁶³⁴ *Correio da Manhã*, "Não vingará" de Gil Vidal, 26/10/1909, p.1.

A origem da campanha do candidato militar havia sido imposta pelo “abuso da força”, asfixiando as articulações que começavam a ser feitas em torno do ministro David Campista. Em sua plataforma, Rui Barbosa afirmava que o programa de sua candidatura estava em sua vida, definindo-se como, historicamente, opositor dos governos militares. Omitindo sua participação no Governo Provisório de Deodoro da Fonseca (1889-1891), do qual foi ministro da Fazenda, Rui Barbosa dizia abominar as “ditaduras de todo o gênero”, detestar os estados de sítio e odiar “as combinações hipócritas do absolutismo, dissimulado sob as formas democráticas e republicanas”⁶³⁵. No trecho acima, a oposição entre os dois candidatos da eleição de 1910 também se mostrava pela contraposição do “extraordinário discurso” ao “abuso da força”.

Nos jornais oposicionistas, havia inúmeras referências às “provocações movidas por grupos desclassificados, assalariados pelos partidários do marechal Hermes”⁶³⁶, assim como à truculência com que a polícia dissolvia as manifestações pró-Rui, destacando a “sanha dos soldados, que atiravam os animais sobre as calçadas provocando correrias, assustando senhoras e ferindo mesmo os descuidados”⁶³⁷. A tradicional violência que caracterizava os processos eleitorais era resignificada como expressão particular da campanha militarista, sempre em oposição à performance de Rui de Barbosa, baseada na inteligência e na solidez de seus discursos. A recorrente descrição da presença de senhoras nas ruas e nos teatros, agitando lencinhos, jogando flores e dando vivas ao candidato civil, reforçava a brutalidade dos ataques feitos pelos partidários de Hermes da Fonseca⁶³⁸. As imagens construídas para as campanhas em disputa na imprensa oposicionista, da qual o *Correio da Manhã* era um dos maiores representantes, acabavam por opor a força à inteligência, com o objetivo de inferiorizar o candidato militar⁶³⁹.

⁶³⁵ *Correio da Manhã*, “Plataforma do sr. Rui Barbosa”, 16/01/1910, pp.1-3. A performance de Rui Barbosa enquanto ministro de Deodoro da Fonseca foi uma questão recorrente entre seus opositores ao longo do tempo, inclusive nas eleições de 1910. A própria Leolinda Daltro remetia a esse fato para desqualificar o candidato civilista. Ver *O Paiz*, “Candidaturas Presidenciais – A ação da Junta Feminil pró-Hermes-Wenceslau”, 27/02/1910, p.5.

⁶³⁶ *O Estado de São Paulo*, 14/01/1910.

⁶³⁷ *Correio da Manhã*, 08/09/1909.

⁶³⁸ Ueócka, Loryne Garcia. *A campanha civilista nas ruas (...), op.cit.*, pp.162-171 e pp.193-201. Para uma análise dos tipos de ação feminina nas eleições norte-americanas no final do século XIX, ver Ryan, Mary P. *Women in Public: between banners and ballots, 1825-1880*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1990, capítulo 4.

⁶³⁹ O *Correio da Manhã* descrevia com entusiasmo a recepção popular ao candidato civil nas diferentes cidades pelas quais fez sua campanha e, às vésperas da eleição, publicou a cédula pronta, com as últimas orientações aos eleitores. *Correio da Manhã*, “Rui Barbosa: viagem a São Paulo, novas manifestações”,

Em diálogo com essas construções, as participantes do Centro Civilista de Senhoras, enfatizaram a importância das “lutas da inteligência”, assumindo-as como parte de suas próprias lutas. Por sua vez, Leolinda Daltro, falando em nome da junta feminil pró-Hermes, conferia outros sentidos a essas imagens, definindo seu candidato como um “guerreiro” e expressando uma série de desconfianças em relação ao seu adversário, “sempre vaidoso, soberbo, orgulhoso, o enfiado com os seus olhos de águia que só visa ofuscar o brilho de tantos outros compatriotas tão dignos como ele”, ou seja, a inteligência usada para promover sua personalidade e não em nome do bem comum⁶⁴⁰. Apesar de posicionamentos tão antagônicos, tanto civilistas quanto hermistas estavam inseridas no mesmo contexto de debate, inclusive em relação às visões de seus contemporâneos sobre a “competência ou incompetência das mulheres para o exercício de determinadas funções sociais”⁶⁴¹. Afirmando certas especificidades do sexo feminino, as mulheres que se envolveram na campanha eleitoral de 1910, aproveitando as brechas oferecidas por aquela conjuntura particular, empregaram diferentes argumentos para legitimar sua atuação na esfera política, ensaiando a construção da igualdade de direitos sem negar a diferença sexual. Essa postura as afastaria do perigo de serem vistas como aberrações assexuadas e, ao mesmo tempo, significava a construção retórica de novas formas de igualdade de gênero.

4. Do público ao privado: estratégias da oposição

Enquanto algumas mulheres se organizavam em associações para apoiar os candidatos a presidente em 1910, muitas delas não consideraram relevante seu engajamento na política institucionalizada. Carmem Dolores, por exemplo, se mostrava bastante descrente desses combates por constatar que “ninguém sustenta um ídolo no campo político só por amor” e que sempre havia a intenção de “sustentar ou provocar uma ordem de acontecimentos favoráveis a mil interesses em jogo, a mil ambições, esperanças, sonhos de

19/12/1909, p.5; “O dr. Rui Barbosa em Campinas”, 20/12/1909, p.2; “Rui Barbosa e discurso em Santos”, 23/12/1909, p.3; “Rui Barbosa – Grandiosa e Formidável Manifestação Popular – Sem igual no Rio de Janeiro”, 29/12/1909, p.1. A cédula pronta, feita para recortar, foi publicada em diversos dias, como exemplo ver *Correio da Manhã*, 25/02/1910, p.3.

⁶⁴⁰ *O Paiz*, “Candidaturas Presidenciais – A ação da Junta Feminil pró-Hermes-Wenceslau”, 27/02/1910, p.5.

⁶⁴¹ Essa frase foi retirada de um artigo de Eugênio Silveira, no qual discutia a pretensão de uma certa “miss Addams” de se candidatar à presidência dos Estados Unidos. Retomando a noção de excepcionalidade discutida acima, o autor era favorável a essa senhora, por considerá-la uma “mulher superior”. Nesse sentido, considerava estereis as discussões sobre as potencialidades femininas em geral, preferindo considerar caso a caso. Ver *Correio da Manhã*, “O que vai pelo mundo” de Eugênio Silveira, 02/10/1909, p.1.

posição ou riqueza”⁶⁴². Ainda assim, afirmava que “se eu fora homem (...) eu seria civilista”, mostrando tanto sua consciência dos termos do debate em curso, quanto sua convivência com a fronteira que outras mulheres vinham questionando, isto é, entre o sexo feminino e a disputa partidária. Porém, nessa mesma crônica, a escritora definia outras formas de intervenção pública, criticando o “uso e abuso impune” de certos recursos por parte da oposição, particularmente a exposição da vida privada do candidato militar⁶⁴³. Ainda que bastante censurável, essa foi uma estratégia amplamente empregada pelo *Correio da Manhã* entre 1910 e 1914, como é possível observar na crônica “República do amor”:

Gorducho, engomadinho, bem nutrido, D. Hermes vive ditoso, na frescura da Serra, a amorejar pelas estradas, sempre com aquela carinha de camafeu, risonho e amoriscado, de que as moças riem-se maldosas. (...) Para D. Hermes, a vida é uma delícia: dez contos de réis por mês, palácios, criadagens, carros, automóveis (tudo de primeira e de graça) e, ainda por cima casa, com chave de ouro, para morar mais tarde! (...) D. Hermes ama! Quem ama não tem cabeça para ler jornais, nem olhos para ver coisas do Estado. D. Hermes goza e chuchurreia a fartura de dons e de prazeres que lhe chegaram no fim de uma existência passada a meias rações. Faz ele muito bem. As horas dos seus dias são tecidas à maneira de um conto de Boccacio. Se algum tempo lhe sobra, consagra-o à leitura de Casimiro de Abreu ou de algum romance de Paulo de Kock, cujo estilo, confessou ele ao sr. Pinheiro Machado, é mais ameno e compreensível do que o do sr. Rui Barbosa. Às vezes (são esses os seus dias de cansaço) D. Hermes, logo de manhã cedo, colhe gentilmente um ramo de hortências de um casto azul suavíssimo, toma o trem especial (que não lhe custa nada) e vem para o Rio passar algumas horas. O que ele faz aqui, ao certo, não se sabe. À tarde, D. Hermes volta para Petrópolis, todo inundado da incomparável delícia de viver. As moças vão esperá-lo à estação. E, quando ele passa (D. Hermes mesmo é quem o diz) sente que elas lhe atiram epítetos mimosos nas faíscas do olhar: chamam-no de ‘Camafeuzinho cheiroso’, ‘marechalzinho de chocolate’ e de outras mimalhices que o alagam de ventura... E querem que D. Hermes ache a vida cara! E tentam convencê-lo que ele deve tomar a causa dos que sofrem e tem fome, contra a ganância e a exploração dos ricos que vivem, como ele, no luxo e no conforto!⁶⁴⁴

⁶⁴² *O Paiz*, “A semana” de Carmem Dolores, 16/01/1910, p.1.

⁶⁴³ Segundo Carmem Dolores, “esses feitos são vis, não hesito dizê-lo, são sobretudo cobardes, porque em lugar de atacar o homem em seus atos públicos, de que ele deve satisfações ao mesmo público, vão ataca-lo cruelmente na sua saúde, invadindo a parte delicada, íntima e, em suma, inviolável da sua personalidade”. *O Paiz*, “A semana” de Carmem Dolores, 16/01/1910, p.1.

⁶⁴⁴ *Correio da Manhã*, “República do amor”, 22/03/1913, p.1.

Na crônica, a descrição das características pessoais e das condições de vida do presidente da República tinha o objetivo de contrapor-las a da maioria da população do país que enfrentava a crise econômica e sofria com a carestia. O estilo de vida de Hermes da Fonseca era, enfim, compatível com aquele dos “ricos” que exploravam os trabalhadores dos quais o *Correio da Manhã* se apresentava como porta-voz naquele momento. Afinal, a folha não se cansava de publicar reportagens que denunciavam as agruras dos pobres e dos operários, destacando as consequências da crise sobre a vida de pessoas comuns, além de se manifestar contra a lei de expulsão de estrangeiros que, discutida desde o ano anterior, foi finalmente aprovada em 1913⁶⁴⁵. A menção aos recorrentes flertes do presidente com as moças da elite, aquelas que viviam ou passavam as férias em Petrópolis, abalava a moralidade do marechal. Em primeiro lugar, por se tratar de um procedimento inapropriado para sua idade e para sua posição, mas também pelo falecimento recente de sua esposa, dona Orsina da Fonseca, no final de novembro de 1912⁶⁴⁶.

A falta de respeito ao seu cargo e à memória de sua finada esposa era apenas um dos fatores que comprometeria, na visão do autor dessa crônica, o exercício da presidência. Os outros, também abordados no trecho acima, eram a falta de concentração, de inteligência e de autonomia, particularmente devido à sua relação com Pinheiro Machado. Mais uma vez, havia a oposição entre Hermes da Fonseca, descrito como leitor de escritores fáceis, e Rui Barbosa, que demonstrava muitas outras aptidões no campo intelectual. O estilo de vida adotado pelo marechal o tornava incapaz, tanto do ponto de vista moral, quanto prático, de fazer um bom trabalho a frente do poder executivo. As repercussões desse artigo e o debate sobre a legitimidade de julgar a “vida privada” do presidente foram abordados meses mais tarde, quando Hermes da Fonseca anunciou seu noivado com Nair de Teffé:

⁶⁴⁵ Entre as reportagens, ver *Correio da Manhã*, “Movimento Operário: uma enquete importante”, 30/12/1912, p.3; *Correio da Manhã*, “O que sofrem as lavadeiras com a crise – o horror das casas de cômodos – falta de higiene e excesso de miséria”, 15/08/1913, p.2; *Correio da Manhã*, “A crise econômica está levando a miséria ao lar operário – O *Correio da Manhã* manda ouvir os subúrbios de operários”, 18/08/1913, p.1. Sobre as investidas contra o projeto de lei de expulsão de estrangeiros, ver *Correio da Manhã*, “Projeto Absurdo”, 10/12/1912, p.1 e *Correio da Manhã*, “A nova lei de expulsão” de Gil Vidal, 19/12/1912, p.1.

⁶⁴⁶ No *Correio da Manhã*, a cobertura da súbita doença e do falecimento da primeira dama foi feita com dois focos distintos: o primeiro de tentar entender a doença e como a medicina poderia intervir, enquanto o segundo buscava enfatizar a postura de Rui Barbosa frente àquela situação, sempre solícito e educado. Sobre esse último aspecto, ver *Correio da Manhã*, “A esposa do presidente da república – foi ontem mesmo sepultado o corpo de d. Orsina da Fonseca”, 01/12/1912, p.3.

Todo se inflamou o marechal presidente, quando há cinco meses, aqui falamos da “República do Amor”. A charge inocente fê-lo descer, vermelhinho de Petrópolis, onde cometia os erros sentimentais que a sua velhice tornava ridículos (...). Um grupo de militares tomou o partido dos amoricos do marechal, entendendo que a crítica da imprensa pode ir até à *vida pública* do chefe do Estado, não sendo lícito, entretanto, que transponha a sua *existência privada*. Essa noção a respeito das responsabilidades do presidente da República era positivamente errada. A *vida pública* de um estadista tem de ser fatalmente *o reflexo da sua vida privada*. Tanto uma como outra interessam a opinião. Ninguém vai surpreender o presidente no seu interior e arrancá-lo de lá. É ele mesmo que, na sociedade, se mostra tal qual é. Assim, *a crítica da vida privada do chefe do Estado não se faz senão sobre fato dessa vida que ele torne conhecidos e, portanto, públicos*. Foi o que aconteceu com o marechal Hermes. Em Petrópolis, tão grande era o seu derriço pela graciosa pessoa com quem vai agora casar que a crítica da sociedade não podia furtar-se ao desejo, quando não ao *direito*, de estranhar essa atitude, não só por se trata do presidente da República, como ainda de um velho, além de tudo recentemente enviuvado.(...) *O presidente não podia, pois, separar a sua conduta na sociedade dos seus atos no governo*. Uma e outra coisa a opinião tinha o direito de julgar e o marechal particular era tão suscetível de análise como o marechal público.⁶⁴⁷

“Vida pública” e “existência privada” foram alguns dos termos usados para distinguir o que a imprensa teria ou não o direito de avaliar na conduta do marechal. Os jornalistas, por sua vez, questionavam as barreiras referidas, não só aquelas colocadas ao seu escrutínio, mas a da própria divisão entre público e privado. Se a performance pública de um estadista refletia a sua vida privada, a imprensa tinha o direito de expor e julgar todas aquelas características que viessem a público. Na imprensa, a publicização de informações da vida privada de determinados personagens poderia ser feita com diferentes intenções. Julia Lopes de Almeida, por exemplo, soube explorar sua identidade de mãe amorosa e esposa dedicada para afirmar-se publicamente como uma escritora honrada e digna de respeito. Já na disputa com Carlos de Laet, Edmundo Bittencourt deu publicidade a episódios que não só detratavam o seu adversário, como desqualificavam sua palavra, sobretudo por apontar a contradição entre a aparência que o monarquista ostentava nas suas aparições públicas e as ações que ele supostamente teria levado a cabo no segredo de seu lar.

No caso específico do presidente Hermes da Fonseca, o *Correio da Manhã* buscou enfatizar como certas posturas adotadas em sua vida privada poderiam onerar os cofres

⁶⁴⁷ *Correio da Manhã*, “Casamento”, 17/09/1913, p.1, grifos meus.

públicos e corromper o próprio regime republicano, além de comprometer a imagem do país no exterior. O periódico não estava sozinho nessa empreitada e, por isso, fez a transcrição de um artigo, originalmente publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, no qual se criticavam as cerimônias feitas por ocasião do anúncio do casamento do marechal:

Entre nós, pela primeira vez, se casa um presidente no exercício das suas funções eletivas; mas já casaram filhas de presidentes sem que estes se abalassem a transformar semelhantes acontecimentos domésticos, mundanos mesmo, se o quizerem, em acontecimentos políticos. (...) As praxes agora aparecem invertidas e não só acaba de efetuar-se no Catete um grande almoço oferecido ao Ministério para comunicação dos esponsais, como se efetuar-se-a no Itamarati uma recepção solene, para a qual serão convidados, rezam textualmente os jornais, os corpos diplomáticos, legislativos e judiciário, as altas patentes da terra e mar e o alto funcionalismo da República. Quem quer que leia este singular aviso, transporta-se involuntariamente pela imaginação aos tempos do Império Francês: dir-se-ia que Napoleão vai apresentar a sua corte à nova imperatriz Maria Luiza.⁶⁴⁸

Se o namoro do presidente não havia sido bem recebido, a tentativa de oficializar o seu relacionamento amoroso também gerou controvérsias. Isso porque o procedimento que vinha sendo adotado praticamente convertia o casamento em um evento oficial, o que seria uma característica de um império, não de um regime republicano como o Brasil. A união de Hermes da Fonseca e de Nair de Teffé não deveria, portanto, ser tratada como um ato do presidente, mas como uma decisão particular dos envolvidos, que não acarretaria maiores consequências para o Estado. Essa questão também foi abordada por Rui Barbosa em um longo discurso no Senado, no qual criticava a maneira “calculadamente protocolar” com que as segundas núpcias vinham sendo tratadas pelo marechal e seus ministros. Sem fazer referências às disputas políticas travadas anteriormente, alegava que não poderia concordar com o procedimento do presidente, que acabaria por promover a “substituição das formas republicanas pelas formas imperiais”. O senador fez outras considerações, inclusive sobre o caráter da noiva em questão:

De tais solenidades se não cercou o ingresso da sua primeira esposa à vida social como consorte do presidente. O estilo discreto dos seus convites às senhoras do corpo diplomático lhe abriu de um modo natural as portas dessa sociedade, sem lhe desvirtuar o papel, de caráter meramente privado, a que as normas desse regime reduzem a mulher do chefe do Estado. Depois do seu agora projetado

⁶⁴⁸ *Correio da Manhã*, "As bodas presidenciais", 22/09/1913, p.1.

matrimônio, a segunda esposa teria o mesmo caminho para assumir o seu lugar nos salões do seu marido, sem ultrapassar a linha traçada por diferenças insuperáveis entre a mulher de um presidente e a consorte de uma testa coroadas.⁶⁴⁹

Elogiando o “estilo discreto” de Orsina da Fonseca, Rui Barbosa a considerava como um exemplo a ser seguido pela nova primeira dama e sugeria que não eram as cerimônias caras que garantiriam a sua inserção naquele mundo oficial, diplomático e social, mas a sua própria postura. Filha do almirante Antonio Luiz Von Hoonholtz, Barão de Teffé, a jovem noiva vinha de uma família ilustre e estava habituada às recepções formais⁶⁵⁰. Mas essas referências familiares não foram suficientes para privá-la de certos julgamentos, como aqueles feitos pelos editores do *Correio da Manhã*, que sugeriam que sua motivação para o casamento seria o cargo de presidente, não o marechal em si.⁶⁵¹

Análises posteriores, porém, consideraram seu enlace com Hermes da Fonseca como um “*tournant* do seu destino”, justamente no momento em que ela estava “em pleno esplendor social e artístico”, graças à publicação de suas caricaturas em jornais nacionais e estrangeiros⁶⁵². Educada na França, Nair de Teffé estudou pintura acadêmica na Academia Julian, ao lado de outros brasileiros que também buscavam se especializar nesse

⁶⁴⁹ *Correio da Manhã*, “O Sr. Rui Barbosa lança um protesto da sua consciência republicana, contra os estilos presidenciais estabelecidos em homenagem às núpcias do chefe do Estado”, 01/10/1913, p.3.

⁶⁵⁰ Em suas memórias, contava que “aos 7 anos de idade, quando meu pai era Ministro Plenipotenciário do Brasil em Roma, fui apresentada à sociedade no dia 7 de setembro de 1893, nos salões do ‘Villino de Renzis’, ao ensejo das comemorações da data da Independência”, acrescentando que “à meia noite, carregada por dois jovens diplomatas estrangeiros numa ‘chaise à porteur’, a sala estava às escuras, iluminou-se subitamente e eu saí do meu pequeno trono florido, distribuindo prendas de ‘cotillon’ às moças presentes”. Ver Fonseca, Nair de Teffé. *A verdade sobre a revolução de 22*. Rio de Janeiro: Portinho Cavalcanti, 1974, pp.18-9. O início deste livro se refere às memórias de Nair de Teffé antes de se casar com o presidente da República, porém seu objetivo central (que explica o título) era relatar a perseguição sofrida por Hermes da Fonseca entre outubro de 1921, por ocasião da campanha para sucessão de Epitácio Pessoa, e julho de 1922, quando eclodiu a manifestação dos jovens oficiais “tenentistas”.

⁶⁵¹ Os editores sugeriam que “se quisesse realizar o segundo matrimônio, modestamente, sem escandalizar ninguém, o presidente da República teria deixado passar mais um ano e pouco e então casaria, despedido das funções oficiais e também do luto, que ainda põe uma nota de saudade na buffoneria que, logo mais, terá começo, no almoço aos ministros, em palácio”, arrematando com a maldosa conclusão de que “hoje, os negócios, como as noivas, fogem dos presidentes, quando eles os deixam para depois...”. Ver *Correio da Manhã*, “Casamento”, 17/09/1913, p.1.

⁶⁵² Lima, Herman. *História da Caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963, v.3, p.1286. Educada na França, Nair de Teffé estudou pintura acadêmica na Academia Julien, ao lado de outras conterrâneas que também buscavam se especializar nesse domínio. Suas primeiras caricaturas foram descobertas por sua amiga, a influente Senhora Laurinda Santos Lobo, em 1907. Sua estréia na imprensa aconteceu em

domínio⁶⁵³. Porém, seria graças às suas caricaturas que ela se tornaria conhecida no meio artístico⁶⁵⁴. Sua estréia na imprensa aconteceu em 1909, quando autorizou a publicação de uma caricatura da artista Réjane na revista *Fon Fon*, sob assinatura de “Rian”⁶⁵⁵. Entre agosto e dezembro de 1910, Nair de Teffé publicou a “Galeria das Elegâncias” no mesmo periódico, apresentando *portraits-charges* de senhoras e senhoritas da alta sociedade carioca⁶⁵⁶.

A carreira da jovem caricaturista sempre ficou sob o controle do seu pai que, embora permitisse essa colaboração na imprensa, insistia em esclarecer publicamente que sua filha não ganhava nenhum tipo de retribuição financeira por esse trabalho⁶⁵⁷. Ainda assim, os críticos consideravam que seu comportamento não seria condizente com a discrição exigida para o bom cumprimento do papel de primeira-dama⁶⁵⁸. Embora Nair de Teffé tenha abandonado a publicação de caricaturas depois do casamento, algumas de suas decisões pareciam confirmar as previsões negativas da oposição, além de fornecer elementos para suas críticas. Em suas memórias, a ex-primeira-dama avaliava:

⁶⁵³ Ver Simioni, Ana Paula. “A viagem a Paris de artistas brasileiros no final do século XIX” in *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, v. 17, n.1, 2005, pp.343-66.

⁶⁵⁴ Suas primeiras caricaturas foram descobertas por sua amiga, a influente Senhora Laurinda Santos Lobo, em 1907. Sobre essa mulher e sua importância nos salões cariocas, ver Machado, Hilda. *Laurinda Santos Lobo: mecenas, artistas e outros marginais em Santa Teresa*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

⁶⁵⁵ *Fon fon*, 31/07/1909, n.31, p.26: “Caricatura da eminente artista francesa, obra do lápis fantasista de Rian, pseudônimo que mal encobre a personalidade de uma das mais distintas e espirituosas senhoritas da nossa elite, cuja fisionomia original já figurou na seção *Esboços* do nosso colega *Fiorelini*. A reprodução desta graciosa charge, no *Fon-Fon*, foi autorizada gentilmente pela própria autora”.

⁶⁵⁶ Ver *Fon fon*, “Galeria das Elegâncias”, 13/08/1910, n.33, p.15. Nesse número, os editores esclareciam: “*Fon-Fon* incia neste número uma nova seção. Pela *Galeria das Elegâncias* passarão, conduzidos pelo lápis travesso e leve de Rian, cujo nome por si só representa uma garantia de êxito, os *portraits-charges* das mais distintas senhoras da nossa sociedade. É uma novidade que *Fon-Fon* vai proporcionar aos seus leitores, a exemplo do que comumente fazem os *magazines* europeus. Não é preciso acrescentar que para a série de caricaturas femininas que vai exibir, *Fon-Fon* obteve a gentileza da permissão competente. Agora, o leitor que se apronte para aplaudir a *Galeria das Elegâncias*”. Segundo Herman Lima, o fato de ter feito a caricatura de mulheres foi uma grande novidade. Ver Lima, Herman. *História da Caricatura no Brasil*, op. cit., p.1268. Entre setembro e dezembro do mesmo ano, Rian também assinou a “Galeria dos Smarts” na *Gazeta de Notícias*.

⁶⁵⁷ Segundo Herman Lima, o barão “não se opunha mais a que seus bonecos se tornassem a grande voga do momento, em exposições coletivas ou isoladas, como mais tarde não lhe impediria também a colaboração nos jornais e revistas, ‘embora sem remuneração, é claro’”. Lima, Herman. *História da Caricatura no Brasil*, op. cit., p.1272.

⁶⁵⁸ As esposas dos presidentes tinham aparições ocasionais, sobretudo em eventos ligados à caridade. Esse foi o caso de Orsina da Fonseca em relação ao Instituto Profissional Feminino e de Maria Carneiro Pereira Gomes, esposa de Wenceslau Brás (1914-1918) em relação aos flagelados da seca no nordeste. Ver, respectivamente, Bonato, Nailda. *A Escola Profissional para o sexo feminino através da imagem fotográfica*. Campinas, Tese de doutorado em Educação, IE, UNICAMP, 2003, p.59 e *Revista da Semana*, “A reunião de senhoras no Palácio do Guanabara” em 21/08/1915 e “Visita da Sra. Wenceslau Braz aos flagelados” em 08/01/1916.

Se não sabia muita coisa da vida de esposa e os deveres de dona-de-casa, já conhecia pelo menos a linguagem fingida da lisonja do “Bloco da Chaleira”. Ao abrir os salões do Palácio do Catete para receber os nossos amigos e parentes, abri-o como se fosse a sala de visitas da nossa casa, gastando o mínimo possível. A família do Chefe da Nação tem o direito de reunir e receber os seus parentes e amigos para conversar, almoçar e jantar, tomar chá, ouvir música e dançar, sem que a imprensa e a oposição tenha alguma coisa com isso. Na nossa casa, recebemos na sala de visitas ou na copa quem se bem entender e quiser. Por que no Palácio do Governo, onde estávamos residindo, isto não podia acontecer? (...) Algumas dessas reuniões ficaram famosas. Entraram para a história e para os anais do Senado, graças ao Rui Barbosa, que não perdoava e nem deixava passar nada em brancas nuvens. Criticou a seresta organizada por Catulo da Paixão Cearense e o lançamento do “Corta-Jaca” de Chiquinha Gonzaga.⁶⁵⁹

Relatando episódios ocorridos há cerca de 50 anos, Nair de Teffé reunia argumentos que justificassem sua postura enquanto primeira-dama. A confissão de que “não sabia nada... nada... nada... nada... dos afazeres de uma dona-de-casa” vinha acompanhada pela definição de outras qualidades, pois “entendia de arte, pintura, boas maneiras, leituras, festas, saraus de piano e dança”⁶⁶⁰. Em diálogo com concepções generificadas da divisão entre público e privado, buscava definir um espaço legítimo de atuação para si que, apesar de não corresponder ao papel supostamente feminino e tradicional de “dona-de-casa”, se apropriava de outros sentidos que poderiam ser conferidos à domesticidade e à feminilidade, marcados por uma perspectiva de classe. Em sua fala, a casa era evocada como a materialização das tensões entre privacidade e publicidade, que pareciam atingir de forma particularmente incisiva figuras públicas como o presidente da nação. Alegando que o Palácio do Catete, além de ser a residência oficial, era uma “casa de família”, ela formulava o “direito” de receber “amigos e parentes” sem formalidades e sem respeitar convenções, o que contestava os julgamentos da imprensa e da oposição como um todo.

Porém, ao comentar a recepção na qual esteve presente Catulo da Paixão Cearense, assumiu que havia em torno de uma centena de convidados no palácio, entre ministros nacionais e estrangeiros, embaixadores e críticos musicais, o que parecia relativizar o

⁶⁵⁹ Fonseca, Nair de Teffé. *A verdade sobre a revolução de 22*. op.cit., p.43.

⁶⁶⁰ Fonseca, Nair de Teffé. *A verdade sobre a revolução de 22*. op.cit., p.42. O volume, que foi escrito e publicado durante a ditadura militar (1964-1985), tendo sido concluído com as seguintes observações da autora: “Desde 1889, data em que o Marechal Deodoro implantou a República, vários presidentes desfilaram pelo Palácio do Catete. Uns deixaram saudades, outros não. Afinal surgiu Médici, um Presidente que agradou a todos. Agora veio Ernesto Geisel que tem o apoio de toda a nação”.

caráter “íntimo” do encontro. A presença do músico nesse sarau teria provocado furor na crítica, por conceder um lugar de honra ao violão, “instrumento inseparável de boêmios e baderneiros”⁶⁶¹. Essa avaliação, porém, não intimidou Nair de Teffé, que tomou aulas de violão e executou o “Corta-Jaca” para seus convidados em outro evento, uma composição da maestrina Chiquinha Gonzaga⁶⁶². Entre as reações da oposição, o discurso de Rui Barbosa no senado teve destaque, no qual questionava não só a escolha do repertório, descrevendo o corta-jaca como “a mais grosseira de todas as danças selvagens”, mas a falta de discrição do presidente e sua esposa⁶⁶³.

O que estava em disputa eram os limites entre público e privado, assim como a definição dos comportamentos apropriados ao chefe da nação, tanto à frente de suas funções no poder executivo, quanto no ambiente doméstico. Para o senador, “desde seu noivado a gentil senhora [Nair de Teffé] (...) teve uma figura de relevo no protocolo, na corte presidencial, no seu ascendente notório sobre o exercício da autoridade suprema”, sugerindo que a prisão de Edmundo Bittencourt durante o estado de sítio não teria outro motivo senão “a vontade imperativa da mulher do presidente”⁶⁶⁴. Rui Barbosa presumia a ascendência da primeira-dama com base no que observava de sua performance pública, reprovando tanto a “inconsistência” de Hermes da Fonseca, quanto a excessiva influência da “marechala” nos assuntos políticos⁶⁶⁵.

⁶⁶¹ Fonseca, Nair de Teffé. *A verdade sobre a revolução de 22*. op.cit., p.44.

⁶⁶² Segundo Isabel Lustosa, “Apesar de a exibição do corta-jaca no Palácio do Catete ter ficado na história definitivamente ligada ao nome de Nair de Teffé, o episódio foi, por certo, uma ‘coisa do marechal’. Ele tinha por faceta mais simpática esse amor às coisas brasileiras. Ainda no tempo em que D. Orsina era viva, em 1911, o célebre ranco carnavalesco ‘Ameno Resedá’ foi exibido no Palácio do Catete para a família do presidente, com cenas do enredo ‘A corte do Belzebu’”. Ver Lustosa, Isabel. *Histórias de presidentes: a República no Catete*. Rio de Janeiro: Agir, 2008, p.102.

⁶⁶³ Ver *Anais do Senado*, sessão em 07 de novembro de 1914, vol. 7, p.51. Sobre Nair de Teffé, o senador fez considerações mais detidas na sessão de 11 de novembro de 1914, vol.7, pp.103-116.

⁶⁶⁴ Ver *Anais do Senado*, sessão em 11 de novembro de 1914, vol. 7, p.110.

⁶⁶⁵ Sobre o uso de distintivos para as esposas de presidentes, o *Correio da Manhã* havia publicado em 1913: “Nunca a mulher do presidente da República Francesa o acompanhou nas suas visitas protocolares ao estrangeiro. Em Paris mesmo é por tolerância, melhor dito, pela cortesia inseparável destes assuntos, que a senhora do presidente figura nas cerimônias públicas, por ocasião das visitas de soberanos estrangeiros. O seu lugar é conjugalmente ao pé do marido, cujas funções não requerem divórcio, mas não lhe compete poltrona presidencial, nem lhe assiste posição oficial. Só por debique a podem tratar de ‘madame la Présidente’: a pragmática não vai além de Madame Fallières ou Madame Poincaré – ao passo que se dizia correntemente ‘Madame la Maréchale’, quando havia marechais, em França. Assim era tratada, ‘la maréchale de Mac Mahon’, cujo marido chegara, por acesso, a esse posto vitalício, no topo da hierarquia militar, ao passo que exercia o seu altíssimo cargo civil por delegação da Assembléia Soberana”. *Correio da Manhã*, “As bodas presidenciais”, 22/09/1913, p.1.

Dessa forma, Nair de Teffé, que havia interrompido sua carreira de caricaturista, se aproximava da política de uma forma suspeita e, para alguns contemporâneos, inadmissível. Afinal, muitos de seus comportamentos poderiam ser usados para colocar em xeque não só a autoridade do marechal, mas também o status dos cidadãos brasileiros, vistos como joguetes submetidos aos caprichos e às extravagâncias da jovem primeira-dama. Naquele período, muitas mulheres publicizaram suas idéias sobre as possibilidades de participação política para o sexo feminino. Nos jornais, leitoras sugeriam que as brasileiras ocupassem altos cargos da política, enquanto professoras usavam a imprensa para articular grupos engajados nas campanhas presidenciais de 1910. Contrastando com essas manifestações, centradas em princípios republicanos, a performance de Nair de Teffé era representada como um retrocesso ao regime imperial. Essa visão oposicionista, porém, não era a única forma de interpretar as ações da “marechela”, que também foi descrita como uma mulher moderna, culta e bonita. De forma similar, nem sempre o debate político entre colaboradoras e leitoras apareceu de forma explícita na imprensa, sendo possível questionar os diferentes sentidos de seções femininas aparentemente marcadas pela frivolidade.

5. Da beleza à política: Selda Potocka e suas leitoras

Para estreitar a nova fase da *Revista da Semana*, em fevereiro de 1914, os editores publicaram uma longa matéria sobre a “marechala” Nair de Teffé. Ela era descrita como a “expressão feminil do modernismo... a mulher do seu tempo... a fragilidade aparente de uma flor com a resistência de um diamante”⁶⁶⁶. Além do retrato na capa da publicação, outras fotos da primeira-dama ilustravam o interior da revista, sempre buscando exaltar sua beleza e seu caráter. Como vimos acima, o fato de ser uma “mulher moderna” nem sempre foi avaliado na imprensa como algo positivo, sobretudo pela oposição, que expressava grande desconfiança sobre as reais intenções dessa personagem e sua inserção na cena política. Ao conjugar aparência e moral, os editores da *Revista da Semana* remetiam ao debate sobre as características que deveriam ser cultivadas pelas brasileiras.

Naquele período, muitas leitoras da *Gazeta de Notícias* manifestariam dúvidas sobre a “moral da beleza” ao escreverem para Selda Potocka, uma especialista nos tratamentos da

⁶⁶⁶ Ver *Revista da Semana*, ano XV, n.1, 14/02/1914. No interior da revista, talvez para evitar reações exaltadas, havia uma reportagem sobre Rui Barbosa intitulada “O sacrário de um grande espírito”. Ver *Revista da Semana*, ano XV, n.1, 14/02/1914.

pele e do cabelo que respondia às consultas com a publicação diária de um adendo à célebre seção “Binóculo”⁶⁶⁷. O sucesso dessa colaboradora foi tão significativo que em menos de um ano, em julho de 1915, acumulava correspondência suficiente para lançar um livro, compilando as missivas que mais haviam chamado a sua atenção⁶⁶⁸. Entre essas cartas, muitas questionavam se a preocupação com o aspecto físico denotaria a falta de elevação moral⁶⁶⁹. Na introdução do livro, a autora buscava esclarecer seu posicionamento sobre essa questão:

A mulher que se deixa envelhecer prematuramente não sacrifica apenas a sua felicidade, mas prejudica o seu lar, o bem-estar do seu companheiro e, muitas vezes, o futuro de seus filhos. A mulher tem de defender-se contra todos os pequenos males que atacam a sua beleza física, e não se deixar passivamente deformar por eles, como as rosas se deixam devorar pelos vermes. O cuidado consigo própria não é na mulher uma frivolidade, uma coquetteria em que a moral encontre motivo para murmurar. É uma obrigação. Dentro dos seus recursos, a mulher é obrigada a fazer o máximo pela sua beleza, pois que essa beleza não é apenas o atrativo de uma escrava amorosa, mas o centro de atração da própria vida familiar e a garantia do seu domínio no lar e no coração do esposo. Mas que não se satisfaça a mulher com ser fascinante corporalmente. É necessário que ela não impressione apenas os sentidos (que tão depressa se saciam) mas que pelo seu porte, pelo seu pensamento, pelo seu sentimento, pelo seu caráter, enfim, ela exerça também uma fascinação moral sobre o seu marido.

Ela não só defendia a beleza como um recurso legítimo do sexo feminino, como destacava que as mulheres seriam responsáveis pela conservação dessa característica ao longo do tempo. O envelhecimento precoce seria o equivalente a uma deformação, indício

⁶⁶⁷ Segundo nota publicada na *Revista da Semana*: “Diariamente, na elegante seção do “Binóculo”, na *Gazeta de Notícias*, Mme. Selda Potocka, a eminente especialista nos tratamentos da pele e do cabelo, presentemente entre nós, e cujos Institutos no Rio (rua Paysandu 111), de Lisboa (rua da Emenda 76) e de Londres (Great Portland Street 208) são frequentados pela mais elevada sociedade feminina – responde a consultas que lhe são dirigidas por carta e que atingem já o número enorme de cerca de 1800. É dessa interessantíssima seção da *Gazeta de Notícias* que transcrevemos algumas das respostas dadas pela ilustre senhora e onde, por certo, as nossas leitoras úteis conselhos e ensinamentos” ver *Revista da Semana*, “Consultório da Mulher”, 10/07/1915. Criada por Alberto Figueiredo Pimentel, a seção “Binóculo” fazia a crônica sociedade elegante do Rio de Janeiro. Ver Sevcenko, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003 [1983], pp.54-5. Em 1914, sob o pseudônimo de Paulo de Gardênia, o escritor Benedito dos Santos Costa era o responsável pela manutenção dessa coluna.

⁶⁶⁸ Sobre o lançamento, ver *Revista da Semana*, “Vida Feminina”, 05/08/1916.

⁶⁶⁹ Potocka, Selda. *Consultório da Mulher*. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1915, p.26 (Coquette), p.42 (Mme. D. E O.), p.70 (Mme. B. F. Moraes), p.85 (Sarah), p.130 (Irtes Claudio), p.140 (Dina), entre outras.

de ignorância e imprevidência⁶⁷⁰. Mais que orientar a relação conjugal, o que colocaria a beleza como mero “atrativo da escrava amorosa”, o conhecimento sobre como cuidar da aparência física seria imprescindível para que suas leitoras tivessem “domínio no lar”. Essa característica era vista, portanto, como uma condição para que, tanto a esposa, quanto a mãe inspirassem respeito entre os membros da sua família e cumprissem seu papel social no ambiente doméstico. Reforçando a associação entre feminino e esfera privada, essa argumentação buscava afastar a beleza da exposição pública e do mundano, definindo um sentido moral para o cuidado da aparência física. Assim, sem negar a centralidade da aparência para a mulher, a autora também destacava a importância do “caráter” e, por isso, seu livro reuniria “receitas, conselhos, informações úteis abrangendo não só a vida física como a existência moral da Mulher”.

Ao afirmar que suas leitoras seriam responsáveis pela conservação de sua beleza ao longo do tempo, também remetia ao caráter científico de seus conselhos. Selda Potocka havia “estudado durante anos junto de dermatologistas eminentes”⁶⁷¹ e reiterava que sua recomendação para cada caso era uma “opinião científica”⁶⁷². Também destacava que o cuidado da beleza estava relacionado à higiene e à saúde, como comprovavam os médicos especializados no cuidado da pele⁶⁷³. Defensora desse saber médico, ela difundia que “a saúde é, finalmente, o mais importante fator da felicidade do indivíduo, da família e da sociedade” e que, portanto, “grande parte das utopias dos sociólogos só poderão resolver-se com a intervenção dos higienistas”⁶⁷⁴. Apesar do esforço em mostrar sua filiação à ciência médica, enfatizando as associações entre beleza e saúde, muitos de seus conselhos estavam voltados à realização de convenções estéticas e, para alguns médicos da época, poderiam soar como mero “empirismo de perfumista”⁶⁷⁵.

Afinal, por meio da imprensa, explicava procedimentos sobre como manter o vigor dos seios, evitar rugas e eliminar os pelos do rosto. Discutia o valor nutritivo dos alimentos e o teor de regimes alimentares para emagrecimento ou engorda e, recorrentemente, falava sobre os métodos de higiene da pele e do cabelo, assim como de sua tonificação. Para muitos dos problemas estéticos apresentados pelas suas leitoras, recomendava aplicações

⁶⁷⁰ Potocka, Selda. *Consultório da Mulher*, op.cit., p.96.

⁶⁷¹ Potocka, Selda. *Consultório da Mulher*, op.cit., p.98.

⁶⁷² *Correio da Manhã*, “Consultório da Beleza”, 20/01/1916, p.2.

⁶⁷³ Potocka, Selda. *Consultório da Mulher*, op.cit., p.175.

⁶⁷⁴ Potocka, Selda. *Consultório da Mulher*, op.cit., p.18.

⁶⁷⁵ Potocka, Selda. *Consultório da Mulher*, op.cit., p.175.

elétricas de corrente contínuas, um tratamento que poderia ser realizado em seu próprio instituto de beleza⁶⁷⁶. A partir de sua chegada ao Brasil, em 1914, inúmeros anúncios passaram a ser veiculados na imprensa sobre o “Instituto de Madame Selda Potocka”, localizado a rua Paissandu, 111, e sobre os preparados feitos por ela, comercializados em lojas da capital e no próprio instituto, como cremes, loções, tônicos, sabonetes, dentifrícios, entre outros⁶⁷⁷.

Ao instalar seu instituto no Rio de Janeiro, Selda Potocka teve que enfrentar a concorrência de outros estabelecimentos, que também usavam métodos e preparados desenvolvidos por senhoras estrangeiras⁶⁷⁸. O uso de corrente elétrica com fins terapêuticos, porém, era novidade em relação aos institutos que já funcionavam na cidade e Selda Potocka aproveitava para definir a eletricidade como “uma fada misteriosa e possante”, que constituiria a “terapêutica moderna” e os melhores resultados para velhos problemas estéticos⁶⁷⁹. Outra particularidade importante de sua inserção nesse mercado carioca foi sua ativa participação na imprensa, garantindo a publicidade de seu nome e de suas idéias, além de incursões em conselhos de natureza moral. Sua estréia, como dito acima, aconteceu na *Gazeta de Notícias*, sendo que em julho de 1915 seus conselhos também passaram a ser impressos na *Revista da Semana*, sob o título de “Consultório da

⁶⁷⁶ Ao responder a Armanda D., Selda Potocka garantia que “à primeira aparição de uma ruga, de uma penugem desgraciosa, de pálpebras fatigadas, de um seio que perde a sua linda firmeza, com algumas aplicações elétricas, de corrente contínua, o mal se achará remediado”. Potocka, Selda. *Consultório da Mulher*, op.cit., p.59.

⁶⁷⁷ Segundo a seção “Vida Social” do jornal *O Paiz*, Selda Potocka teria chegado ao Brasil no final de março de 1914. Não era a primeira visita que fazia ao país, onde um de seus filhos trabalhava como engenheiro na construção da Leopoldina Railway. Ver *O Paiz*, “Vida Social”, 22/03/1914, p.7. Inicialmente, o “único depositário” dos preparados de Selda Potocka era o Parc Royal, onde também funcionava um atelier de costura. Ver *O Paiz*, 23/07/1914, p.3; 11/09/1914, p.4, 28/01/1915, p.4. Nos anúncios do instituto de beleza que fundou na cidade, havia esclarecimentos sobre os tipos de tratamento oferecidos, sobre a eletrólise e a hidroterapia, além da ressalva de que “o Instituto de Mme. Selda Potocka no Rio de Janeiro é a reprodução completa do seu Instituto de Lisboa (rua da Emenda, 76) e do seu Instituto de Londres (Harewood Place, 2) dispondo de todas as instalações e aparelhos necessários à aplicação do seu sistema de tratamento.” Ver, por exemplo, *Fon Fon*, ano VIII, n.20, 16/05/1914, p.17 e *Revista da Semana*, ano XV, n.15, 23/05/1914. Nas últimas páginas do seu livro de 1915, apresentava um repertório completo dos produtos e das instruções para sua aplicação. Ver Potocka, Selda. *Consultório da Mulher*. op. cit., p.211-223.

⁶⁷⁸ O “Instituto de Beleza para Tez” localizado na Avenida Rio Branco, 181 usava os métodos e os preparados desenvolvidos por Madame Ludovic, enquanto o “Instituto de Higiene para a Cutis”, coordenado pela Dra. J. De Souviroff, funcionava na rua General Câmara, 92. Ver, respectivamente, *Fon Fon*, ano VIII, n.20, 16/05/1914, p.8 e p.14. Sobre pedidos para regularização de produtos sob a marca Souviroff junto ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, ver Diário Oficial da União, 01/08/1913, seção 1, p.13 e 11/11/1913, p.16440.

⁶⁷⁹ Ver resposta dada a Madame Marte Dubois, originalmente redigida em francês, em Potocka, Selda. *Consultório da Mulher*. op. cit., p.69.

Mulher”⁶⁸⁰. Entre janeiro e maio de 1916, Selda Potocka colaborou para o *Correio da Manhã* e, a partir de agosto desse mesmo ano, no jornal *O Paiz*, sempre sob o mesmo título e solicitando que as cartas fossem enviadas diretamente para seu instituto, não para a redação dos respectivos jornais⁶⁸¹.

O início da participação de Selda Potocka na imprensa carioca pode ser atribuído aos seus próprios méritos pois, além de “especialista diplomada” no tratamento da pele e do cabelo, também era reconhecida como uma “escritora distinta” quando desembarcou no Brasil em 1914. Em Portugal, ela havia traduzido obras do escritor polonês Henrik Sienkiewicz, prêmio nobel de literatura em 1905⁶⁸². Dos livros de sua própria autoria, publicados na coleção “Biblioteca da Mulher” da Livraria Aillaud e Bertrand, *A arte da beleza* recebeu os mais “invulgares elogios” da imprensa do Rio de Janeiro por ocasião de seu lançamento. Afinal, “nunca um assunto tão frívolo foi tratado com tanta elevação moral e uma tão fina e penetrante intuição feminina”⁶⁸³, renunciando a postura que seria desenvolvida no “Consultório da Mulher” posteriormente. Em todos os seus livros, ostentava o fato de ser “sócia do Instituto de Coimbra”, uma importante instituição científica, acadêmica e literária de Portugal⁶⁸⁴. Em terras brasileiras, escreveu a peça *Perdida*, bem recebida pelo público e pela crítica quando encenada no teatro Trianon em novembro de 1915⁶⁸⁵.

Além dessa carreira literária, sua relação com o escritor português Carlos Malheiro Dias também ajuda a compreender tanto sua vinda para o Brasil naquele momento, quanto

⁶⁸⁰ *Revista da Semana*, “Consultório da Mulher”, 10/07/1915.

⁶⁸¹ Ver *Correio da Manhã*, “Consultório da Mulher”, 19/01/1916, p.2 e *O Paiz*, “Consultório da Mulher”, 28/08/1916, p.3.

⁶⁸² Ver Sienkiewicz, Henryk. *Hania*. Tradução de Selda Potocka e Eduardo Noronha. Lisboa: Seção Editorial da Companhia Nacional, 1902. Segundo Carlos Malheiro Dias, Selda Potocka também traduziu e encenou a peça *O Dilúvio*, do mesmo autor. Ver Dias, Carlos Malheiro. *Cartas de Lisboa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira e Cia., 1905, 2ª. Série, p.196. Outras obras traduzidas: Wallace, Lewis. *Ben-Hur*. Tradução de Selda Potocka e Eduardo de Noronha. Coimbra: F. França Amado, 1901 e Bjornson, Bjornstjerne. *Cartas de uma noiva*. Tradução de Selda Potocka e Eduardo Noronha. Lisboa: Seção Editorial da Cia. Nacional, 1901.

⁶⁸³ *O Paiz*, “Vida Social”, 24/03/1914, p.3. Além desse livro, de 1913, também publicou *Como devemos nos alimentar* em 1912 e *Regras e receitas de uma cozinha higiênica* em 1913, todos pela Livraria Aillaud e Bertrand.

⁶⁸⁴ No Arquivo do Instituto de Coimbra, incorporado na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, o “talão de recibos do pagamento de quotas e jóia de admissão de sócios” de 1913, acusa o pagamento de 6:500 réis por parte de Selda Potocka “pela jóia de sua admissão como sócio correspondente e pela assinatura ‘O Instituto’, vol. 60 de 1913”, 10/07/1913, recibo n. 20. Agradeço a Licínia Ferreira, pesquisadora do Projecto Instituto de Coimbra, por ter gentilmente compartilhado essa referência e uma cópia do referido documento.

⁶⁸⁵ Ver *O Paiz*, 28/11/1915, p.12 e “Artes e Artistas”, 01/12/1915, p.4. A crítica do *Jornal do Commercio* a descreveu como uma “breve mas vibrante produção teatral” em 30/11/1915.

seu acesso praticamente imediato à imprensa. Monarquista, Carlos Malheiro Dias viveu uma situação política delicada em Portugal a partir da proclamação da república. Ainda assim, manteve seu cargo como diretor do periódico *Ilustração Portuguesa* até 1913, quando decidiu residir no Rio de Janeiro. Analisando esse período da vida do autor, o historiador Jorge Luís dos Santos Alves mostrou que, além dos problemas políticos, questões íntimas motivaram essa decisão, sobretudo seu relacionamento amoroso com Selda Potocka, o que havia causado seu divórcio e subsequentes brigas familiares, além de grande escândalo na alta sociedade portuguesa⁶⁸⁶. Talvez, justamente por se tratar de uma situação tão delicada, Selda Potocka tenha chegado ao Rio de Janeiro sozinha, no início de 1914, vindo de Londres e remetendo à presença do filho no Brasil, ou seja, silenciando sobre sua ligação com o escritor português⁶⁸⁷. Com o tempo, ainda segundo Alves, passaram a viver “maritalmente numa relação socialmente reconhecida, mas alvo de ataques vulgares de seus adversários no meio da colônia e dos lusófobos”⁶⁸⁸.

Em fevereiro de 1914, Carlos Malheiro Dias assumiu a direção da *Revista da Semana* que, publicada como suplemento do *Jornal do Brasil* desde 1900, passou a ser publicação independente a partir daquele momento. No ano seguinte, em sociedade com Aureliano Machado e Arthur Brandão, ele comprou o periódico, mantendo-se no cargo de diretor e de assíduo colaborador. Afinal, para vários críticos, ele foi o responsável pela seção “Cartas de Mulher”, escritas sob o pseudônimo de Iracema e publicada de forma ininterrupta entre 1914 e 1921⁶⁸⁹. A partir dessa mudança de propriedade da revista, além das publicações do “Consultório da Mulher”, Selda Potocka também assinou contos, algumas das crônicas de “Cartas de Mulher”, artigos de cunho científico e colaborações na seção “Vida Feminina”⁶⁹⁰. A participação intensa dessa escritora no periódico do qual o seu

⁶⁸⁶ Alves, Jorge Luís dos Santos. *Malheiro Dias e o luso-brasileirismo: um estudo de caso das relações culturais Brasil-Portugal*. Rio de Janeiro: Tese de doutorado em História, UERJ, 2009, p.198.

⁶⁸⁷ *O Paiz*, “Vida Social”, 22/03/1914, p.7 e 24/03/1914, p.3.

⁶⁸⁸ Alves, Jorge Luís dos Santos. *Malheiro Dias e o luso-brasileirismo (...)*, op.cit., p.198.

⁶⁸⁹ Couto, Ivette Maria Savelli Sanches. *Cartas de Iracema: antologia anotada de crônicas do período de 1914 a 1918 da seção “Cartas de Mulher”, da Revista da Semana, assinadas sob o pseudônimo Iracema*. Rio de Janeiro. Tese de doutorado em Literatura Brasileira, UFF, 2010, p. 29.

⁶⁹⁰ No final de 1914, Nesse período, apenas crônicas intituladas “Conselho às mulheres” foram assinadas pelas iniciais S.P., sugerindo a contribuição esporádica e relativamente anônima de Selda Potocka. Ver *Revista da Semana*, “Conselho às mulheres” de S.P., 05/12/1914 e 19/12/1914. O conto “As duas” de Selda Potocka foi publicado nas edições de 31/07/1915 e de 07/08/1915. Ela substituiu Iracema nas “Cartas de Mulher” em 13/11/1915, 26/08/1915 e 16/02/1918. Publicou uma série de artigos sob o título “A ciência e a arte da alimentação” em janeiro de 1916 e a crônica “O último bárbaro” na seção “Vida Feminina” em 24/06/1916 e “Regina Régis” na mesma seção em 21/10/1916.

marido era proprietário e diretor reforçava, publicamente, os vínculos existentes entre eles, ainda que não tenham sido enunciados de forma explícita⁶⁹¹.

Na *Revista da Semana*, o “Consultório da Mulher” assumiu a formatação de uma propaganda de destaque, ocupando a capa interna de quase todos os números, não raro com ilustrações, referências aos produtos e ao instituto e destaque para o fato de que Selda Potocka respondia as cartas gratuitamente⁶⁹². Paralelo a essa publicidade, o esforço em manter a seção em jornais diários também indicava a busca por um público cada vez mais amplo, assim como a divulgação comercial. Ao lado de seu marido, Selda Potocka era uma empresária disposta a conquistar leitoras, pacientes e consumidoras. Porém, como outras mulheres que escreveram na imprensa desde o final do século XIX, alguns de seus conselhos pareciam contrariar sua própria experiência, pois remetiam à importância dos papéis tradicionais de mãe e esposa.

Assim, em diferentes momentos se posicionou contra o divórcio, sem fazer considerações sobre necessidade de mudança na lei, e argumentou que as mulheres deveriam se sacrificar em nome do “dever materno”⁶⁹³. Criticou as correspondentes que disseram ter “medo da maternidade” ou questionaram o status social adquirido depois do nascimento dos filhos, sendo que ela própria se definiu como mãe “até as mais profundas fibras do meu ser”⁶⁹⁴. Quando consultada sobre livros, aconselhava a leitura de *L’Amour* e de *La Femme* que, escritos por Jules Michelet em meados do século XIX, descreviam a

⁶⁹¹ Selda Potocka já havia colaborado em outra revista dirigida por Carlos Malheiro Dias, a *Ilustração Portuguesa*, mas com uma seção específica e por tempo delimitado. Para o primeiro artigo da série, ver *Ilustração Portuguesa*, “Como devemos nos alimentar” de Selda Potocka, n. 255, 09/01/1911, pp.57-59.

⁶⁹² Ao publicar suas Cartas de Lisboa em 1905, Carlos Malheiro Dias reservava uma crônica a Selda Potocka e comentava a recorrência de seus anúncios na imprensa portuguesa a partir de 1902. Segundo ele, “inútil será dizer que a maliciosa polaca madame Selda, com esse inesperado e radioso anúncio, como uma fada na posse de misteriosos segredos, chamou ao seu consultório uma multidão suplicante de mulheres”, acrescentando que a “carnação de flor [de Selda Potocka] inspira às clientes infelizes uma confiança absoluta na deusa”. (p.188). Além de elogios a Selda Potocka, com seu “encanto de mulher de trinta anos”, observava que a “coqueteria feminina constitui, na vida moderna, além de fator social preponderante, um fator econômico poderosíssimo” (p.191). Ver Dias, Carlos Malheiro. *Cartas de Lisboa. op.cit.* A frente da *Revista da Semana*, ele usaria essas observações a seu próprio favor, promovendo os produtos de sua esposa e a própria revista.

⁶⁹³ Ver Correio da Manhã, “Consultório da Mulher”, 24/01/1916, p.2; 13/02/1916, p.3; 18/04/1916, p.4; 22/04/1916, p.4. Ver ainda Potocka, Selda. *Consultório da Mulher*, op.cit., pp.29-30: “Ficar no seu lar, no seu posto, sem desertar, sem se aterrar com a infelicidade, como um comandante de navio naufragado, que fica no seu posto até ao último momento? Eu entendo que esta é ainda a solução que melhor harmoniza a sua dignidade com os seus deveres de esposa e de mãe”.

⁶⁹⁴ Ver Potocka, Selda. *Consultório da Mulher*, op.cit., p.37 e p.178. Em *Correio da Manhã*, “Consultório da Mulher”, 26/04/1916, p.2 descreveu o medo da maternidade “como um dos sintomas do egoísmo moderno”.

mulher como um “corpo condenado”, destinado à maternidade e à submissão ao homem⁶⁹⁵. Ainda assim, a autora sabia que sua seção era um “confessionário” de “utilidade humanitária” e tratava de forma amável aquelas leitoras que assumiam ter cometido “atos imorais”⁶⁹⁶.

Ao mesmo tempo em que enaltecia as funções femininas no ambiente doméstico, elogiava as mulheres que trabalhavam e eram independentes, não hesitando em orientar suas leitoras nesse sentido. Assim, aconselhando a correspondente que se identificou como “Lutadora”, disse: “habitue-se a contar apenas consigo”, acrescentando que essa deveria ser “a sua divisa, como é a minha”⁶⁹⁷. Em outra resposta, afirmava que, como o homem, a mulher deveria “encontrar o seu trabalho”⁶⁹⁸. Mas as indicações de Selda Potocka variavam conforme as preocupações de suas leitoras. Para Madame X, por exemplo, que escrevia do elegante bairro de Botafogo, ela não aconselhava um trabalho propriamente dito, mas uma “ocupação para o espírito”:

Receito-lhe... uma ocupação para o espírito. A sua maior doença é a ociosidade. Procure interessar-se por alguma cousa, por uma obra atraente, que tenha bondade e beleza. A sua fortuna, a sua situação social, são grandes forças desaproveitadas? Por que não procura torná-las úteis? (...) nesta cidade, tão animada de civilização, e onde a mulher é, pela sua beleza e pela sua influência, uma rainha, as senhoras não têm um centro de reunião só delas, uma casa onde possam ir tomar uma chavena de chá ou mesmo almoçar num dia mais trabalhoso de compras, de modista e de dentista, uma casa luxuosa que seja o seu *pied à terre* na cidade, e que ao mesmo tempo servisse para ponto de concentração das iniciativas femininas e de onde elas irradiassem, quer em ação elegante, quer em ação artística. Que grande, que esplêndida obra seria a deste Club da Mulher!⁶⁹⁹

Tendo em vista a condição social e econômica de sua interlocutora, Potocka sugeria que ela se engajasse em alguma obra de caridade, o que permitiria o emprego de seu tempo e de sua influência de forma positiva. Refletindo sobre a existência de outras senhoras dessa mesma “categoria social” na cidade do Rio de Janeiro, ela cogitava a criação de um clube feminino, no qual pudessem se reunir, se entreter e concentrar as “iniciativas

⁶⁹⁵ Bard, Christine. “Les antiféministes de la première vague” in Bard, Christine, *Un siècle d’antiféminisme*. Paris: Fayard, 1999, pp.41-67. Para as indicações de Selda Potocka quanto aos livros de Michelet, ver *Correio da Manhã*, “Consultório da Mulher”, 23/01/1916, p.2; 14/02/1916, p.3.

⁶⁹⁶ *Correio da Manhã*, “Consultório da Mulher”, 14/02/1916, p.3 (Rose) e 29/01/1916, p.2 (Zazá).

⁶⁹⁷ Potocka, Selda. *Consultório da Mulher*, op.cit., p.29.

⁶⁹⁸ Potocka, Selda. *Consultório da Mulher*, op.cit., p.33.

⁶⁹⁹ Potocka, Selda. *Consultório da Mulher*. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1915, pp.111-2.

femininas”. Em outras crônicas, tendo em vista as reações de suas leitoras, voltou ao assunto e buscou caracterizar de forma mais precisa quais deveriam ser os objetivos de uma associação como essa. Inicialmente, sua inspiração foi os “grandes clubs de Londres”, os quais ela mesma havia frequentando quando morou naquela cidade⁷⁰⁰. Mas, além de ser um ponto de encontro elegante no centro da capital, acreditava que “o importante é por essa associação feminina a serviço de projetos nobres, que elevem a mulher no conceito social, que a dignifiquem e que testemunhem o valor da sua participação, a eficácia da sua influência e a extensão do seu poder”⁷⁰¹.

Nesse sentido, citava também o *Lyceum* parisiense, “notável na proteção das mulheres pobres, nos socorros às grávidas, na doação de subsídios a estudantes do sexo feminino”⁷⁰². Insistia, portanto, que “nunca pensara em um club de festas, mas sim num club de trabalho”, cuja principal função seria a “centralização organizada de todos os esforços até hoje dispersos da filantropia feminina”⁷⁰³. Caracterizando-a como filantrópica, afirmava que a agremiação não se dedicaria à reivindicação de direitos políticos, mantendo-se distante do sufragismo e da qualificação “feminista”⁷⁰⁴. Por outro lado, na medida em que passava a descrever essa associação feminina como um meio de promover o “bem do seu sexo”⁷⁰⁵, Potocka acreditava que o trabalho poderia ser a base da construção de uma identidade feminina em busca do “progresso da humanidade”:

Ainda hoje, nesta idade avançada da civilização, se privam as mulheres de tudo que lhes seria preciso para encarar sem medo a vida. Educa-se geralmente a mulher latina como os orientais educam as futuras sultanas. Não se compreendeu ainda que a mulher é um valor social como o homem e que ela

⁷⁰⁰ Potocka, Selda. *Consultório da Mulher*, op.cit., pp.116.

⁷⁰¹ Potocka, Selda. *Consultório da Mulher*, op.cit., pp.117.

⁷⁰² Potocka, Selda. *Consultório da Mulher*, op.cit., pp.139.

⁷⁰³ *Correio da Manhã*, “Consultório da Mulher”, 19/01/1916, p.2, resposta a Mme. Elisa Ayres. Frente a reações de leitoras, esclarecia em outra carta: “creio que o que assusta é este nome de *club*. Quando se fala em *club* pensa-se logo em um recinto de divertimento e de conversação. Que iriam fazer as senhoras em um *club*? Jogar o bridge? Ler os jornais? Não podem fazer tudo isso em suas casas? Não há dúvida que sim; e o *club* seria uma inutilidade ou uma inversão perniciosa se não passasse de um salão de recepção onde se tomasse chá com açúcar... e veneno. Não lhe chamemos então club, mas uma associação que concentrasse todas as associações femininas já existentes e de onde partissem iniciativas firmes, estáveis, filiadas a um programa relfetido”. *Correio da Manhã*, “Consultório da Mulher”, 25/04/1916, p.4, resposta a “Senso Prático”.

⁷⁰⁴ Em um de seus textos, formulou que queria “um club feminino... e não feminista”. Ver Potocka, Selda. *Consultório da Mulher*, op.cit., pp.125. Apesar de reprovar “a campanha sufragista e o seu programa”, fazia uma avaliação positiva de suas consequências a longo prazo, considerando que “todos os exageros próprios de um período de propaganda se hão de dissipar, e as legítimas reivindicações hão de fixar-se nos costumes e nas leis”. Potocka, Selda. *Consultório da Mulher*, op.cit., p.74.

⁷⁰⁵ Expressão usada em carta publicda do *Correio da Manhã* em 19/01/1916.

tem um grande papel a desempenhar na sociedade. Porque desviá-la dessa tarefa e das iniciativas que lhe competem e que ela pode compreender vantajosamente? O trabalho não só é essencial à felicidade como à saúde. Vejo com carinhosa admiração o grande número de moças brasileiras que nas Escolas Normais e no Instituto de Música se instruem e preparam para a autonomia pelo trabalho, e sinto que a grande lição dos Estados Unidos está circulando já em toda a América e preparando uma nova geração de mulheres mais livres, mais diligentes, mais associadas ao trabalho laborioso do progresso da humanidade. Não é a mulher política, a reclamante do sufrágio, a que eu vejo com simpatia nascer no Brasil. É a nova mulher, que vem auxiliar, proteger, amparar o seu sexo, influir na vida com a sua mais delicada sensibilidade, abrandando os costumes, impondo uma maior equidade nas relações entre os dois sexos e uma mais forte piedade e uma mais reta justiça na relação entre os fortes e os fracos. Os povos latinos alimentam uma vasta classe de mulheres extravagantes e ociosas, que é também uma classe de mulheres fracas. Sabe-se que a ociosidade produz a decadência física como prepara a decadência moral nas almas menos resistentes. Sintoma notável é que o esgotamento nervoso na mulher é quase desconhecido entre a classe trabalhadora⁷⁰⁶.

Em sua argumentação, construía imagens idealizadas do trabalho, descrito como fonte de saúde e felicidade, e das trabalhadoras, que seriam superiores, tanto no físico quanto no aspecto moral, às mulheres ricas e ociosas. As estudantes e as trabalhadoras eram apontadas como um modelo de liberdade e autonomia a ser seguido por todas as mulheres, inclusive por aquelas que, teoricamente, não precisariam trabalhar para garantir a sua subsistência. O exemplo dos Estados Unidos era visto como algo positivo, na medida em que proporcionava a libertação das mulheres⁷⁰⁷. Para Selda Potocka, a generalização do trabalho feminino, mais que a reivindicação ao voto, promoveria a igualdade da mulher em relação aos homens, justamente por impor o reconhecimento do “valor social” do sexo feminino. Sua intenção era defender uma identidade feminina associada ao trabalho o que, em um primeiro momento, parecia transcender as hierarquias de classe.

Entretanto, ao mesmo tempo em que reconhecia os méritos, a superioridade e o exemplo das trabalhadoras, conclamava as brasileiras a se articularem com o objetivo de “auxiliar, proteger, amparar o seu sexo”. De forma ainda mais incisiva, indagava em outro texto: “se a mulher não pensar nas suas irmãs mais infelizes, não trabalhar para remediar as injustiças sociais, para proteger o seu sexo, quem o há de fazer com igual conhecimento e

⁷⁰⁶ *Correio da Manhã*, “Consultório da Mulher”, 19/01/1916, p.2.

⁷⁰⁷ Em outros textos, porém, as mulheres norte-americanas eram mostradas como difusoras de modas excêntricas e exóticas. Ver *Correio da Manhã*, “Excentrelândia” de Manoel de Souza Filho em 04/09/1912 e “As modas exóticas” em 03/03/1916.

competência?”⁷⁰⁸. A autora mobilizava a noção de “proteção” para remeter a uma suposta missão das mulheres ricas em relação às menos favorecidas, o que reforçava as diferenças de classe e conferia um teor elitista a esse discurso. Por outro lado, a retórica empregada, sobretudo a idéia de “irmandade” e de uma identidade feminina compartilhada, apontava para o caráter altruísta dessa agremiação, voltada não somente para a “proteção”, mas também com as funções de “amparar” e “auxiliar”.

Ao analisar a proliferação de organizações caritativas no Brasil na década de 1910, Susan Besse concluiu que essas entidades eram dominadas por mulheres da classe alta e voltadas para o controle e a moralização das mulheres pobres, disseminando a “ética burguesa do trabalho”. Na sua visão, tratava-se de uma atuação completamente distinta daquela desempenhada por “reformadoras de classe média dos Estados Unidos que buscavam transcender as diferenças de classe entre elas e suas próprias ‘irmãs’ menos privilegiadas”⁷⁰⁹. Essas características também ajudavam a entender por que o movimento norte-americano tivera implicações “radicais” no sentido de promover a atuação das mulheres na esfera pública, enquanto as associações brasileiras apenas reforçavam a hierarquia de gênero e os “estereótipos da natureza feminina”.

O posicionamento de Selda Potocka ao longo de seus textos, porém, indicava uma formulação teórica bem mais complexa e, pelo que é possível acompanhar por meio das reações das leitoras, suscetível a diferentes interpretações entre as contemporâneas. Como vimos, ela procurou desfazer as desconfianças geradas pelo uso do termo “club” e esclarecer os objetivos da agremiação, sempre destacando a promoção do trabalho feminino em diferentes esferas e classes sociais. Ainda que explicasse que “a caridade chama-se hoje filantropia e é uma ciência”, sendo imprescindível um método e um programa para alcançar melhores resultados⁷¹⁰, considerava que era um “erro deplorável” acreditar que “apenas as

⁷⁰⁸ *Correio da Manhã*, “Consultório da Mulher”, 25/04/1916, p.4.

⁷⁰⁹ Besse, Susan. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p.168. Ao comparar as iniciativas filantrópicas femininas antes e depois da Guerra Civil nos Estados Unidos, a historiadora Lori Ginzberg constatou que o discurso de transcender as diferenças de classe e afirmar uma identidade feminina, moralmente superior à masculina, foi empregado no início do século XIX, antes do conflito. Após a guerra, porém, tendo em vista as transformações vivenciadas pela sociedade norte-americana, houve a tendência de forjar um discurso classista, assim como um olhar crítico em relação à pobreza. Ginzberg, Lori D. *Women and the work of benevolence: morality, politics and class in the 19th. Century United States*. New Haven: Yale University Press, 1990, pp.174-213.

⁷¹⁰ *O Paiz*, “Consultório da mulher”, 28/08/1916, p.3.

mulheres felizes e ricas que vão amparar e dar vida à associação”⁷¹¹. Pelo contrário, sua intenção era que “mulheres de todas as idades, de todas as classes, ricas e pobres, ignorantes e instruídas unem-se e constituem uma força”⁷¹². Afinal, não era “uma obra de futilidade nem de vaidade”, mas de “aliança e de inteligência”⁷¹³.

Após aconselhar o envolvimento de Madame X em uma obra filantrópica, esboçando suas primeiras idéias sobre a fundação de um clube de mulheres, Potocka recebeu muitas cartas simpáticas a essa iniciativa, quase sempre mostrando, “na caligrafia angulosa, no papel fino, na expressão cuidada, uma proveniência elegante”⁷¹⁴. Em sua estréia n’*O Paiz*, dizia ter trocado “vasta correspondência” sobre o assunto e afirmava que “algumas das mais ilustres senhoras do Rio, das que tudo podem, se propõem a dar-lhe [ao *club* com fins associativos de beneficiência] vida”⁷¹⁵. Dias mais tarde, anunciava que as fundadoras da Associação da Mulher Brasileira eram Madame Álvaro de Teffé e Mademoiselle Astréa Palm, tendo a escritora Julia Lopes de Almeida em sua diretoria⁷¹⁶. Entre as cartas que eleogiam a associação, havia a de Isabella von Sydow, formada em odontologia e em farmácia pela Faculdade de Medicina, que também oferecia seus serviços ao grupo⁷¹⁷. Mas, as entusiastas desse projeto não se restringiam ao “melhor que existe na

⁷¹¹ *O Paiz*, “Consultório da mulher”, 04/09/1916, p.3. No dia anterior, Selda Potocka questionava: “como obter os recursos necessários as custear [as despesas da associação]?”, ao que ela mesma respondia: “facilitando a todas a mulheres, às ricas como às pobres, a sua inscrição de sócias; descendo a contribuição das associadas à quantia mais modesta possível.” Ver *O Paiz*, “Consultório da mulher”, 03/09/1916, p.3. Além de aponderar a reunião de mulheres de diferentes classes sociais, essa observação sobre as fontes de renda era particularmente importante naquele período, quando outras associações similares, como a “Obra de Proteção às Moças Solteiras”, passavam por dificuldades financeiras e ameaçavam finalizar suas atividades por falta de verbas. Ver *Correio da Manhã*, “A proteção à moça solteira”, 03/04/1916, p.4; “Pelas moças solteiras”, 05/05/1916, p.2; “Obra de proteção às moças solteiras”, 25/05/1916, p.3; “Pelas moças solteiras”, 12/07/1916, p.3.

⁷¹² *Correio da Manhã*, “Consultório da Mulher”, 19/01/1916, p.2.

⁷¹³ *O Paiz*, “Consultório da mulher”, 04/09/1916, p.3.

⁷¹⁴ Potocka, Selda. *Consultório da Mulher*, op.cit., pp.114.

⁷¹⁵ *O Paiz*, “Consultório da mulher”, 27/08/1916, p.3.

⁷¹⁶ *O Paiz*, “Consultório da mulher”, 08/09/1916, p.3. Naquele período, Nicola de Teffé, esposa de Álvaro de Teffé, e Astréa Palm eram personagens constantes das crônicas elegantes de José Antonio José, pseudônimo de João do Rio, na seção “Pall-Mall-Rio” do jornal *O Paiz*. Ver, por exemplo, 05/07/1916, p.2 e 20/07/1916, p.2. Iracema, pseudônimo de Carlos Malheiro Dias, dedicou duas crônicas para comentar e elogiar a fundação da Associação da Mulher Brasileira, publicando os nomes de todas as sócias e seus encargos. Ver *Revista da Semana*, 09/09/1916 e 16/09/1916. A Associação da Mulher Brasileira também foi tema de uma das crônicas de Oscar Lopes, que assumiu o lugar de Carmem Dolores no jornal *O Paiz*, após o falecimento da escritora em agosto de 1910. Ver *O Paiz*, “A Semana” de Oscar Lopes, 03/09/1916, p.1.

⁷¹⁷ *O Paiz*, “Consultório da mulher”, 04/09/1916, p.3. Há uma breve descrição de sua trajetória profissional em Mott, Maria Lucia [et.al.] “Moças e senhoras dentistas”: formação, titulação e mercado de trabalho nas primeiras décadas da República”. In *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, v.15, 2008, p.107.

sociedade elegante” e na “inteligência feminina”⁷¹⁸ e a própria Selda Potocka admitia que os princípios básicos do programa que redigira para a Associação da Mulher Brasileira haviam nascido a partir de sua correspondência com mulheres desgraçadas e desamparadas⁷¹⁹.

Segundo o programa de Selda Potocka, uma vez estabelecida a sede, a primeira iniciativa seria a criação um bazar, onde a “mulher verdadeiramente necessitada”, a “operária doméstica” ou “todas aquelas que casualmente necessitem de criar uma fonte suplementar de rendimento” poderiam expor seus trabalhos artesanais, sem que associação cobrasse qualquer comissão por efetuar a venda ao público⁷²⁰. A segunda instituição seria o “escritório de colocações”, cujo fim era ajudar as pretendentes ao trabalho doméstico ou a profissões comerciais encontrarem postos de trabalho, sendo que as próprias associadas seriam as principais “clientes” desse escritório⁷²¹. A lógica, portanto, era intermediar o acesso a diferentes trabalhos remunerados, usando o apoio das associadas tanto na compra dos produtos expostos, quanto no emprego das candidatas. Isso porque Potocka reconhecia que “muitos poucos têm sido os pedidos de esmola que recebi” pois, “o que suplicam de mim tantas mulheres aflitas, que me escrevem é conselho, consolações ou trabalho”⁷²².

Ao pedir trabalho, as leitoras da seção “Consultório da Mulher” tentavam mobilizar as concepções e anseios da colaboradora a seu próprio favor. Afinal, além de defender publicamente a criação de um clube feminino e de pregar a proteção das trabalhadoras desamparadas, ela elogiava e apoiava as correspondentes que assumiam a identidade de trabalhadoras honradas. Nesse sentido, respondeu a Adda que “sua nobre carta provocou-me o desejo de conhecer a mulher que com o seu trabalho cria e educa quatro filhos”, acrescentando que “todos os seus pequenos males são remediáveis para quem dispõe da saúde moral que reflete a sua carta”⁷²³. Foi inspirada por essas manifestações que uma “Desesperada” escreveu à autora, obtendo a seguinte resposta:

⁷¹⁸ *O Paiz*, “Consultório da mulher”, 28/09/1916, p.3.

⁷¹⁹ “Das duas vezes que na imprensa do Rio mantive uma seção no gênero desta e com o mesmo título, através da qual me corripondi com milhares de mulhães de todas as classes sociais, fiz diversas experiências para poder avaliar a extensão e a profundidade da desgraça e do desamparo da mulher. Centenas dessas cartas, se as profanasse com a publicidade, enterneceriam as almas mais insensíveis.” *O Paiz*, “Consultório da mulher”, 28/08/1916, p.3.

⁷²⁰ *O Paiz*, “Consultório da mulher”, 02/09/1916, p.3.

⁷²¹ *O Paiz*, “Consultório da mulher”, 05/09/1916, p.3.

⁷²² *O Paiz*, “Consultório da mulher”, 28/08/1916, p.3.

⁷²³ *Correio da Manhã*, “Consultório da Mulher”, 29/01/1916, p.2.

Nunca falta trabalho à mulher pobre e digna que quer salvar-se. Não acuse o “mundo perverso”, mas o seu ânimo fraco. Se quer trabalhar, se ama a honra e se é verdade que encara com horror a solução vil que lhe propõem, diga-me quais são as suas habilitações e autorize-me a procurar-lhe o trabalho que ampare sua pobreza. Estou convencida de que aqui mesmo, se eu apelasse para o coração e o altruísmo das minhas leitoras e lhes pedisse que me ajudassem a salvar uma moça pobre, nas suas comoventes condições, mais do que uma se ofereceria para lhe obter um modo de vida, como dama de companhia, ou professora, ou empregada de escritório, datilografa ou caixeira. Diga-me o que posso fazer por si⁷²⁴.

Dias mais tarde, anunciava que havia conseguido três ofertas de colocação, duas para dama de companhia e uma para arquivista⁷²⁵. Frente ao sucesso dessa investida, muitas outras leitoras passaram a escrever com o mesmo objetivo e Selda Potocka avaliava que, a partir desse episódio, “quase todas as cartas que recebo são gritos de socorro”⁷²⁶. A pretensão dessas leitoras parecia ser transformar a própria seção jornalística em um “escritório de colocação”, recorrendo ao intermédio e à influência de sua autora para conseguir bons trabalhos⁷²⁷. Assim, por mais que destacasse a importância das mulheres agirem por si, em busca de postos de trabalho, sua própria atuação foi vista como uma alternativa por muitas de suas correspondentes, que não hesitaram em apresentar-se como honradas trabalhadoras que precisavam de proteção.

Ao estudar a performance das tuteladas da Sociedade de Beneficência de Buenos Aires ante as expectativas elaboradas pelas benfeitoras dessa instituição entre 1852 e 1870, a pesquisadora Valeria Pita criticou o peso excessivo que a historiografia sobre beneficência, filantropia e caridade concedia às possibilidades de ação da elite. Segundo ela:

⁷²⁴ *Correio da Manhã*, “Consultório da Mulher”, 22/04/1916, p.4.

⁷²⁵ *Correio da Manhã*, “Consultório da Mulher”, 26/04/1916, p.2.

⁷²⁶ “Desde que me ofereci para obter uma colocação – felizmente já obtida, mercê de uma leitora generosa – para “Desesperada”, a correspondência do Consultório tornou-se fascinante. (...) De quanto amargura para mim se tornou a leitura das cartas que me escrevem: verdadeiro concerto de gemidos e de súplicas! Todas as manhãs sinto a impressão de assistir a um naufrágio!”. *Correio da Manhã*, “Consultório da Mulher”, 30/04/1916, p.2, resposta a “Loyal Heart”. Selda Potocka conta essa história para uma de suas leitoras d’*O Paiz*, esclarecendo que a “Desesperada” era uma moça orfã de pai que não conseguiu encontrar emprego no comércio para sustentar a mãe doente e os irmãos menores. Por isso, apesar de quase ter terminado a Escola Normal, pensava em “sacrificar a sua virtude”. Ver *O Paiz*, “Consultório da Mulher”, 28/08/1916, p.3.

⁷²⁷ “Em nome das infelizes que me pedem auxílio e trabalho, peço às minhas leitoras para que, por intermédio de seus maridos, seus pais e seus irmãos, procurem obter colocações, embora modestas, de empregada de escritório ou de loja de modas, que salvem da desgraça, pelo trabalho, algumas mulheres virtuosas e dignas de amparo”. *Correio da Manhã*, “Consultório da Mulher”, 30/04/1916, p.2, resposta a “Alma Aflita”.

Perdeu-se de vista como dimensões de gênero e de classe estiveram presentes nas relações entre benfeitoras ricas e trabalhadoras pobres e como ambas, de maneira singular em determinado tempo e lugar, modelaram práticas e discursos, fundaram diversas tensões e, ademais, recriaram diferentes margens de ação para as trabalhadoras pobres que apelaram para a beneficência oficial⁷²⁸.

A abordagem de Pita, por sua vez, valorizou os indícios encontrados sobre a postura das mulheres que, na visão das benfeitoras, eram suas tuteladas. Assim, mais que simplesmente promover o controle social ou o disciplinamento, as intervenções dessas senhoras da elite eram constantemente ressignificadas pelas trabalhadoras que solicitavam seu auxílio. Além disso, essas mulheres pobres articulavam as qualidades valorizadas pela instituição para apresentarem suas próprias experiências e pretensões. Essas considerações, valiosas para entender a dinâmica de movimentos filantrópicos organizados pela iniciativa feminina ao longo da década de 1910, também são extremamente pertinentes para interpretar as relações engendradas em seções femininas como o “Consultório da Mulher”. Afinal, a despeito das intenções normatizadoras de Selda Potocka, seu sucesso advinha justamente do diálogo que estabelecia com seu público. Suas leitoras não só debatiam suas idéias como conseguiram se apropriar dos ideais difundidos para alcançar seus próprios objetivos.

A fundação da Associação da Mulher Brasileira vinha à luz no mesmo período em que a administração municipal reorganizava as escolas profissionais femininas⁷²⁹. Essas iniciativas, elogiadas por Selda Potocka quando colaborava no *Correio da Manhã*, provavelmente inspiraram a idéia das associadas de criarem “uma escola gratuita de datilografia, stenigrafia, corte, bordados, comérico, modas, etc.”⁷³⁰ Ao lado do poder público, as senhoras da A.M.B. utilizavam um discurso protecionista para intervir na

⁷²⁸ Pita, Valéria. “Nos termos de suas benfeitoras: encontros entre trabalhadoras e as senhoras da sociedade de beneficência, Buenos Aires, 1852-1870”. *Mundos do Trabalho*, v.1, n.2, 2009, p.44.

⁷²⁹ *Correio da Manhã*, “O Ensino Profissional – O Sr. Rivadía Correa assinou ontem a reforma anunciada – Vamos ter uma escola doméstica”, 20/04/1916, p.3. Sobre a criação e as mudanças do Instituto Profissional Feminino ver Bonato, Nailda. “O Instituto Profissional Feminino no Rio de Janeiro republicano: a formação de mão-de-obra nas primeiras décadas do século XX” in *Anais do V Congresso Iberoamericano de La historia de La educación latinoamericana*. San Jose, Costa Rica, 2001.

⁷³⁰ *Correio da Manhã*, “Consultório da Mulher” de Selda Potocka, 29/04/1916, p.2. Nesse texto, ela afirmava: “Li com muito interesse o decreto que fundou as escolas profissionais femininas da Prefeitura e para o qual me chama a atenção. Como não havia de merecer meu louvor, o mais entusiasta, essa obra generosa de proteção à mulher pobre? As escolas são as melhores esmolas.” Sobre a criação da escola, ver *O Paiz*, “Consultório da Mulher”, 29/08/1916, p.3.

educação e na inserção de mulheres pobres no mercado de trabalho. Por outro lado, os alvos dessas medidas não se restringiriam a meras espectadoras de seus destinos e se envolveram, na medida do possível, nesses debates de cunho político, tendo a imprensa como uma possibilidade de expressão para isso.

EPÍLOGO

Em abril de 1916, Gil Vidal dedicou alguns de seus artigos para a discussão dos “efeitos da guerra”, citando analistas estrangeiros e expondo suas próprias idéias aos leitores do *Correio da Manhã*. Em um desses textos, refletia sobre “o papel reservado à mulher depois da guerra”, principalmente por causa da diminuição da população masculina adulta e, conseqüentemente, a queda do número de casamentos:

A mulher, sem casar-se, sem o amparo do homem, terá que por si própria protestar meios de subsistência. Já não se poderá contentar com os empregos que até agora têm sido julgados os únicos próprios do seu sexo. Tem que invadir o campo de trabalho até agora reservado aos homens e exercer profissões e desempenhar funções que sempre lhe pareceram exclusivas do sexo forte. Será, como já se disse, a vitória do feminismo prático.⁷³¹

O desequilíbrio entre os sexos, gerado nas trincheiras da Primeira Guerra Mundial, fornecia uma justificativa para que as mulheres trabalhassem por sua própria subsistência, passando a exercer profissões e ocupações que, anteriormente, eram reservadas aos homens de forma exclusiva. Para o autor, esse ingresso maciço de mulheres no mercado de trabalho e essa invasão dos domínios profissionais masculinos poderiam ser considerados a “vitória do feminismo prático”, acrescentando que “esse feminismo, tão favorável porque dignifica a mulher pelo trabalho, conduzirá ao feminismo político”. O trabalho era apontado não só como forma de legitimar a reivindicação de direitos políticos, mas também como um pré-requisito para que as mulheres interviessem na política, uma espécie de etapa necessária para sua progressiva entrada no espaço público.

Naquele mesmo período, outros colaboradores se ocupavam dessa questão na imprensa do Rio de Janeiro. Assim, Iracema, pseudônimo do escritor português Carlos Malheiro Dias, respondia a uma leitora da *Revista da Semana*:

Pede-me a minha opinião de sonhadora sobre as conseqüências que poderá ter para o nosso sexo a guerra, que está exterminando na Europa duas gerações de homens válidos. Já muito se tem escrito sobre esse assunto e eu convictamente penso que muitas das reivindicações da mulher serão atendidas e que, depois da paz, se vai inaugurar nos países da Europa a era da mulher. (...) A mulher

⁷³¹ Correio da Manhã, “Efeitos da Guerra” de Gil Vidal, 03/04/1916, p.1.

se encontrará entre os moços de vinte anos e os homens de idade superior a quarenta anos. Não será mais possível pô-la de lado, desistir do seu concurso, opor uma recusa às suas justas reclamações, despedi-la do trabalho a que ela se acostumou, destitui-la das honras que ela mereceu pela sua conduta⁷³².

Por causa do “extermínio” masculino, Iracema avaliava que a mão-de-obra feminina se tornaria imprescindível para a manutenção e o desenvolvimento dos países envolvidos no confronto. Além disso, remetia às compensações que as mulheres deveriam ter por seu comportamento durante a guerra, tanto em termos práticos, a garantia dos empregos assumidos, quanto no aspecto moral, atendendo suas reivindicações. Essas idéias dialogavam com aquelas apresentadas por Selda Potocka no mês anterior, quando instigava suas leitoras a participar da “vida social” por meio de um clube feminino:

Nos países latinos metade da população – a população feminina – quase não colabora senão fisiologicamente ou decorativamente na vida social. Compreende-se a extraordinária vantagem que adquire uma sociedade servida por esse grande acréscimo de força. Várias nações da Europa precisaram da calamidade da guerra para conhecerem o valor desaproveitado da mulher⁷³³.

Para Selda Potocka, a realidade vivida na Europa, com o reconhecimento do “valor” feminino, deveria ser um exemplo para que as brasileiras se organizassem e mostrassem o que poderiam fazer pela sociedade. O engajamento das mulheres em diferentes tipos de trabalho representaria um significativo “acrécimo de força”, além de permitir que adquirissem um novo status, superando sua suposta passividade. Assim, ao refletir sobre as consequências da guerra para o sexo feminino, todos esses autores construíam versões lineares e progressivas. Os próprios jornais, porém, divulgavam impressões contraditórias sobre esse processo. A entrevista com a dançarina russa Alexandrovna Dobna, sobre a situação de sua terra natal, fornecia indícios nesse sentido:

A vida, na Rússia, não era possível ou, pelo menos, tolerável. Um horror. Todo o meu país é hoje, pode-se dizer, ou um hospital, ou uma caserna. Os que não estão feridos, não sendo velhos ou crianças, são soldados. Quando deixei Petrogrado, chegaram duas missões francesas de 1200 oficiais cada uma, para a organização de novos exércitos, que já haviam sido chamados às armas para a

⁷³² *Revista da Semana*, “Cartas de Mulher” de Iracema, 26/02/1916.

⁷³³ *Correio da Manhã*, “Consultório da Mulher”, 19/01/1916, p.2.

respectiva instrução. As mulheres rústicas também se instruem. As oficinas de Putinoff fecharam, durante mais de quinze dias, em consequência da greve dos respectivos operários, sobretudo dos de origem germanica. Esses homens, que foram punidos, tiveram de ser substituídos por funcionarios, em grande parte do sexo oposto.⁷³⁴

Esse depoimento contestava diversas premissas dos julgamentos anteriores, expondo ao público outra dimensão dos impactos da guerra. A alusão às diferenças entre as mulheres e à presença de algumas delas no campo de batalha questionava a idéia de que as consequências do conflito seriam as mesmas para todo o sexo o feminino, além de mostrar que as mulheres também poderiam, em determinadas circunstâncias, arriscar suas vidas em combates⁷³⁵. Outra crítica importante se relacionava ao caráter do trabalho executado pois, ao assumir os cargos de grevistas, essas mulheres deslegitimavam a manifestação de outros trabalhadores. Ainda que Alexandrovna Dobna tenha remetido à nacionalidade para explicar esse episódio, o mesmo problema atingiu outros países, envolvendo apenas trabalhadores nacionais.

Quando mineiros ingleses entraram em greve em 1915, ameaçando o fornecimento de suprimentos para o exército, suas conterrâneas foram incentivadas a assumir os seus postos. Para o Estado, elas cumpririam uma importante ação patriótica, apesar de invalidarem a articulação dos trabalhadores. Mesmo nos momentos em que não havia manifestações grevistas, os sindicalistas ingleses se opunham que mão-de-obra feminina não qualificada fosse adotada em serviços anteriormente feitos por homens, sobretudo porque elas ganhavam menos, o que tendia a rebaixar o salário de todos⁷³⁶. Assim, a entrada de mulheres no mercado de trabalho naquele contexto, no qual as possibilidades de

⁷³⁴ *Correio da Manhã*, “A estadia, no Rio, de uma dançarina de fama”, 06/01/1916, p.3.

⁷³⁵ Analisando o contexto alemão, a historiadora Ingrid Sharp considera que a “guerra tem sido recorrentemente descrita como uma atividade generificada em que as linhas de gênero estão claramente desenhadas em tempos de conflito nacional – o papel dos homens é proteger a nação e das mulheres preservar e incorporar seus principais valores. Em 1914, havia uma clara hierarquização das contribuições masculinas e femininas em relação à guerra; afinal, o que as mulheres poderiam fazer para rivalizar com a determinação do soldado de encarar a morte? (...) Entretanto, tendo em vista o caráter de uma guerra moderna, que tem como alvos não-combatentes, tanto através da bloqueios e ataques aéreos, que alista uma alta proporção da população masculina, baseando-se nos civis remanescentes para fornecer cada vez mais munição e alimentos, essa tentativa de observar uma distinção rigorosa entre a guerra e a vida civil seria irrealista e anacrônica.” Sharp, Ingrid. “Blaming the women: women’s ‘responsability’ for the First World War” in Fell, Allison e Sharp, Ingrid. *The Women’s Movement in Wartime: international perspectives, 1914-1919*. New York: Pallgrave Macmillan, 2007, p.68.

⁷³⁶ Purvis, June. “The Pankhursts and the Great War” in Fell, Allison e Sharp, Ingrid. *The Women’s Movement in Wartime: international perspectives, 1914-1919*. New York: Pallgrave Macmillan, 2007, pp.147-8.

negociação eram extremamente restritas e o discurso nacionalista cada vez mais acirrado, não correspondia ao ideal de emancipação feminina divulgado em certas conjecturas. Pelo contrário, parecia acirrar os problemas existentes no mundo do trabalho, reforçando a exploração de homens e mulheres.

Em uma de suas crônicas, Iracema também reprovava que mulheres e crianças trabalhassem na confecção de armas, o que havia observado em jornais ilustrados ingleses. Para a autora, a mulher poderia ser enfermeira ou “heroína da caridade”, mas jamais mãos femininas deveriam ser empregadas como “cúmplices da viuvez e da orfandade”⁷³⁷. Ainda que essa observação tenha sido feita com o objetivo de reforçar papéis de gênero, ela também ajuda a pensar sobre os tipos de trabalho desempenhados pelas mulheres em situação de guerra. Além disso, como destacaram as historiadoras Christine Bard e Françoise Thébaud, muitas francesas que trabalharam em fábricas de munição, as “munitionnettes”, foram despedidas com o armistício indicando que, por mais que as feministas quisessem “fazer da experiência da guerra um trampolim em direção à igualdade profissional e política”, os resultados práticos foram bastante controversos⁷³⁸.

A imprensa do período era um espaço aberto a expressão de opiniões diversas, no qual os sujeitos empregaram diferentes argumentos para fundamentar suas avaliações e legitimar sua participação. Nesse sentido, os colaboradores que refletiram sobre os efeitos da guerra mobilizaram dados demográficos e econômicos, assim como suas impressões pessoais. Enquanto Gil Vidal mensurava o potencial emancipador da guerra para o sexo feminino, tendo em vista a diminuição da população masculina e o consequente ingresso das mulheres no mercado de trabalho, Iracema era instada a responder às inquietações de suas leitoras sobre o tema, construindo suas conjecturas com base nas análises que circulavam no período. Selda Potocka, por sua vez, se apropriava dessa questão para justificar seus projetos publicamente, com o objetivo de angariar adeptas para a fundação de um clube feminino e garantir o seu reconhecimento entre a população.

Concebidos por analistas distantes, esses textos julgavam os impactos do conflito para o “outro”, orientando-se por conceitos de nação e honra. Como os jornalistas e as colaboradoras que acompanhamos no segundo capítulo, seus autores pensavam a

⁷³⁷. *Revista da Semana*, “Cartas de Mulher”, 03/07/1915.

⁷³⁸ Thébaud, Françoise et Bard, Christine. “Les effets antifeminists de la Grande Guerre” in Bard, Christine (org.) *Un siècle d’antiféminisme*. Paris: Fayard, 1999, pp.151-2.

reivindicação de direitos – ou a manutenção de antigas garantias – por meio da mobilização das idéias de proteção e emancipação, não raro assumindo uma postura de superioridade em relação aos grupos representados como excluídos da participação política. Destoando dessas intervenções, a bailarina Alexandrovna Dobna expunha os horrores vivenciados durante conflito, remetendo às dificuldades enfrentadas por diferentes mulheres, assim como explicando os motivos de seu próprio exílio.

Além de envolverem pontos de vista distintos, os debates na imprensa também estavam expostos ao escrutínio de leitores diversos, que não só dialogavam com os colaboradores por meio de cartas, como vimos em relação a Iracema e a Selda Potocka, mas ainda conseguiam expor, de forma eventual, suas próprias formulações sobre temas polêmicos. Para muitas mulheres, a abertura de concursos na grande imprensa se tornou uma oportunidade privilegiada para debater seus próprios direitos e avaliar como diferenças sexuais e raciais organizavam o mundo do trabalho. As discussões em torno do casamento civil permitiram que leitoras se posicionassem em relação às concepções de gênero que orientavam determinações legais, questionando os limites da lei e as contradições do regime republicado. Nesse processo, suas experiências e observações adquiriam um sentido político, sendo mobilizadas para justificar sua participação no veículo impresso e as mudanças que gostariam de ver postas em prática.

Mas as votantes desses concursos, assim como os jornalistas e os colaboradores, tinham consciência dos riscos que a participação nos periódicos implicava. Isso porque, uma vez publicadas, opiniões divergentes sobre determinado assunto poderiam tanto coexistir respeitosamente na imprensa, quanto se converterem em estopim de outras disputas, nas quais informações relativas ao domínio privado eram recorrentemente usadas para questionar a legitimidade dos adversários. No embate entre Edmundo Bittencourt e Carlos de Laet, os contraditores foram julgados não apenas pela sua relação com o dinheiro e pela profissão que exerciam, mas também pela sua vida sexual, conferindo uma conotação política a acontecimentos de foro íntimo. Algumas das leitoras também reproduziram esses moldes nos concursos, formulando desde argumentos sérios a ofensas pessoais para contradizer outras votantes.

Além de remeter a diferentes tipos de participação e às suas consequências em potencial, a circulação dessas apreciações sobre os efeitos de gênero da guerra na imprensa brasileira sintetizava inquietações de longa data sobre os significados do trabalho feminino

e do feminismo. Por um lado, havia o esforço de construir uma narrativa marcada pela evolução, inserindo as brasileiras, ao lado das mulheres de outras nacionalidades, em uma progressiva conquista de direito – primeiro o trabalho, posteriormente a política. Por outro lado, proliferavam evidências da insuficiência do trabalho assalariado como garantia de emancipação, da existência de hierarquias entre as ocupações e da pluralidade de experiências femininas. Assim, ao mesmo tempo em que colaboradores de ambos os sexos buscavam se afirmar publicamente como intérpretes da guerra e defensores dos direitos das mulheres, outros textos publicados nos jornais expunham as fragilidades desses discursos.

Como vimos, as leitoras que se manifestaram por meio dos concursos não hesitaram em publicar suas dúvidas sobre a associação entre trabalho e liberdade, fosse reafirmando o ideal do homem provedor, fosse compartilhando suas frustrações enquanto trabalhadoras. Frente a outras possibilidades de intervenção na imprensa, como aquela proporcionada pela seção “Consultório da Mulher”, as leitoras mostraram como poderiam articular essa visão liberal do trabalho assalariado a seu próprio favor, apresentando-se publicamente como trabalhadoras honradas e dispostas a viver de forma independente. Assim, em suas aparições na imprensa, essas leitoras não só construam identidades generificadas para si como, dialogavam com as construções feitas por colaboradores, jornalistas e demais leitores. A partir dessas observações, é possível indagar como essas mulheres interpretaram a organização de grupos que se auto-intitularam feministas no final da década de 1910 e em que medida elas se apropriaram dos discursos difundidos por essas associações para se apresentarem publicamente.

Afinal, ao longo das duas primeiras décadas do século XX, a grande imprensa não se definiu apenas como um meio de veicular críticas ou propagandas feministas, mas como um espaço permeável a diferentes tipos de intervenções e interesses. Muitos leitores conseguiram usar a imprensa para expressar insatisfações e dúvidas, debatendo quais seriam os seus direitos legítimos na ordem republicana. As fronteiras entre público e privado, assim como o substrato de gênero tradicionalmente associado a cada uma dessas esferas, eram questionadas ou apropriadas com sentidos diversos, permitindo que cada um dos sujeitos envolvidos nesses “combates” vislumbrasse outras definições de seu lugar social.

*

No final de 1918, ainda no contexto de discussão sobre as consequências da guerra, Bertha Lutz escreveu uma carta a Irecema, da *Revista da Semana*⁷³⁹. Essa “distinta” leitora tinha o objetivo de elogiar um artigo da colaboradora. Nele, Iracema comemorava a instituição do voto feminino em vários países após a guerra, questionando por que as “mulheres morenas” do Brasil não tinham os mesmos direitos das “mulheres louras, das raças anglo-saxônicas, germânica, escandinava e eslava”⁷⁴⁰. Criticava, portanto, que as “requintadas raças latinas, as raças orientais e as raças bárbaras africanas” não reconhecessem o valor feminino diante da lei e da política.

Assumindo uma perspectiva racista e evolucionista, considerava que a forma como as mulheres eram definidas nas instituições nacionais refletia o grau de civilização de cada país. Assim, a incômoda comparação do Brasil com as raças orientais e africanas funcionava como um estímulo à mudança. Porém, havia atenuantes nesse processo, visto que outras “requintadas raças latinas” também não haviam adotado a mesma postura das nações anglo-saxônicas. Além disso, apesar da recorrente menção às raças, a oposição das “mulheres morenas” às louras parecia se restringir à cor do cabelo, sem maiores considerações sobre a tonalidade da pele e a miscigenação da população brasileira. A despeito das intenções da colaboradora, suas observações poderiam ser lidas de maneiras distintas por diferentes leitoras, sobretudo por aquelas que, esquivando-se da ambígua qualificação de “mulatas”, preferiram se definir e serem referenciadas como “morenas”⁷⁴¹.

Iracema ainda mencionava o discurso do presidente dos Estados Unidos, no qual havia afirmado que, frente à postura assumida por suas conterrâneas durante a guerra, “a homenagem mínima que lhes podemos prestar é torná-las iguais aos homens no que respeita aos direitos políticos, pois que elas se mostraram em nada diferentes de nós, em

⁷³⁹ Em diferentes estudos, essa carta foi apontada como o marco inicial das articulações de Bertha Lutz no Brasil. Ver Alves, Branca Moreira. *Ideologia e Feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980, p.99 e Soihet, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 2006, p.28.

⁷⁴⁰ *Revista da Semana*, “Cartas de mulher”, 14/12/1918.

⁷⁴¹ Sobre essa questão, ver as observações de Simplícia, personagem do romance *A viúva Simões*, comentadas no capítulo 2. Ao analisar as intenções dos fundadores do clube dançante “Prazer das Morenas”, Leonardo Pereira faz importantes considerações sobre a diferença entre morena e mulata, ver Pereira, Leonardo. “O Prazer das Morenas: bailes, ritmos e identidades nos clubes dançantes da Primeira República”. In: Andrea Marzano; Victor Andrade de Melo. (Org.). *Vida Divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)*. 1 ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. Sobre essa diferença, vale ainda lembrar que Carlos Malheiro Dias, o autor por trás do pseudônimo de Iracema, havia feito sua estréia literária em 1896 com o polêmico romance *A Mulata*, classificado como “grande romance de leitura de fogo”. Ver El Far, Alessandra. *Páginas de Sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, pp.263-265.

todos os ramos do trabalho prático que exerceram em benefício próprio ou do país”. Mais uma vez, o trabalho era apontado como a porta de entrada para direitos políticos e o comportamento, tanto do presidente, quanto das norte-americanas, como um exemplo a ser seguido em terras brasileiras, em nome do desenvolvimento individual e do próprio país. Mas, mesmo celebrando a igualdade de direitos, a colaboradora destacava em outro artigo que “forte moralmente e mentalmente, a mulher não perderá os predicados fascinadores de seu sexo”⁷⁴². Assim, os termos que vinham norteando o debate sobre a participação das mulheres no espaço público e sua presença nos jornais eram retomados pela autora, que mobilizava noções de diferenças raciais e sexuais como a base de sua argumentação.

Em sua carta, publicada por Iracema, a jovem Bertha Lutz assumia que era uma leitora assídua da seção “Cartas de Mulher”, pela qual sempre teve o “maior interesse”⁷⁴³. Além de elogios ao artigo citado, recorrendo à sua própria vivência no exterior para justificar suas opiniões, expunha o desejo de formar uma “liga de mulheres brasileiras”, com o fim de promover a instrução feminina e mostrar que a mulher “não deve viver parasitariamente do seu sexo, aproveitando os instintos animais do homem”. Dessa forma, como Iracema e tantas outras leitoras dos jornais cariocas, usava a imprensa para se inserir no debate sobre a legitimidade do próprio trabalho feminino, associando-o à noção de honra e mobilizando outros valores que vinham sendo empregados nessa discussão nos suportes impressos. Ao longo dos anos subsequentes, a liderança de Bertha Lutz em associações feministas foi criticada por alguns de seus contemporâneos, que consideravam que sua atuação era marcada por princípios burgueses e, portanto, distante do universo das mulheres da classe trabalhadora⁷⁴⁴. Para essas últimas, afinal, o trabalho não era visto como um direito a ser reivindicado, mas como uma sofrível exigência cotidiana. Porém, a exemplo do que vimos nas últimas páginas, muitas outras interpretações poderiam ser criadas por mulheres que trabalhavam e que, eventualmente, viram nos discursos dessas feministas, meios de elaborar suas experiências no espaço público.

⁷⁴² *Revista da Semana*, “Cartas de Mulher”, 11/05/1918.

⁷⁴³ *Revista da Semana*, “Cartas de Mulher”, 28/12/1918.

⁷⁴⁴ Entre os críticos de Bertha Lutz, é possível destacar Lima Barreto e Maria Lacerda de Moura. Ver Engel, Magali Gouveia. “Gênero e política em Lima Barreto” in *Cadernos Pagu*, 32, 2009, pp.365-388.

FONTES

1. Fontes manuscritas

Archives Nationales, Fonds "Sociétés de Presse", *Le Matin*, Séances du Conseil d'Administration, 1AR/7 à 1AR/10, 1889-1910.

Arquivo Nacional, Tribunal Civil e Criminal do Distrito Federal,. Queixa crime: artigo 315 combinado com artigo 316 parágrafo 1º. Apelante: Carlos Maximiliano Pimenta de Laet. Réu: Edmundo Bittencourt. 1902.

Arquivo Nacional, Junta Comercial, Código 46, Edmundo Bittencourt, 1901, Livro 40, Registro 9967, G2.

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, “Talão de recibos do pagamento de quotas e jóia de admissão de sócios”, 10/07/1913, recibo n. 20.

Fundação Casa Rui Barbosa. Correspondência do Centro Civilista de Senhoras, em apoio à candidatura de Rui Barbosa. Autora: Áurea Correia de Martinez. RB - RBCRUPJ 1562/6, 23/01/1910.

2. Fontes impressas

Anais da Câmara dos Deputados

Anais do Senado

Almeida, Julia Lopes de. *A Intrusa*. Porto: Livraria Simões Lopes, 1935 [1908].

Almeida, Julia Lopes de. *A Falência*. Rio de Janeiro: Oficinas de Obra d'A Tribuna, 1901.

Almeida, Julia Lopes de. *A Viúva Simões*. Lisboa: Casa Editora Antonio Maria Pereira, 1897 [1895].

Almeida, Julia Lopes de. *O Livro das Noivas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves & C., 1914 [1896].

Barreto, Lima. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010 [1909].

Código Penal (decreto n.847, 11 de outubro de 1890).

Daltro, Leolinda. *Da catechese dos índios no Brasil (notícias e documentos para a história) 1896-1911*. Rio de Janeiro: Typographia da Escola Orsina da Fonseca, 1920.

Darcy, James F. *Theses*. Rio de Janeiro: Typographia da Revista Catholica, 1898.

Dias, Carlos Malheiro. *Cartas de Lisboa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira e Cia., 1905.

Fonseca, Nair de Teffé. *A verdade sobre a revolução de 22*. Rio de Janeiro: Portinho Cavalcanti, 1974.

Mallet, Pardal. *Pelo Divórcio!* Rio de Janeiro: Fauchon & Cia., 1894.

Medeiros e Albuquerque. *Quando eu era vivo... Memórias*. Porto Alegre: Editora Livraria do Globo, 1942.

Mendes, Cunha. *Divorciados*. Rio de Janeiro: Papelaria de Almeida Marques & C., 1908.

Moraes, Evaristo. *Reminiscências de um rábula criminalista*. Rio de Janeiro. Belo Horizonte: Editora Briguiet, 1989.

Naquet, Alfred. *Religion, Propriété, Famille*. Paris: s.e., 1869.

Osório, Ana de Castro. *A mulher no casamento e no divórcio*. Lisboa: Guimarães e Companhia Editores, 1911.

Osório, Ana de Castro. *Às mulheres portuguesas*. Lisboa: Editora Viúva Tavares Cardoso, 1905.

Potocka, Selda. *Consultório da Mulher*. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1915.

Rio, João. *Momento Literário*. Rio de Janeiro: Editora Garnier, s.d.

Salles, Campos. *Da propaganda à presidência*. São Paulo: A Editora, 1908.

3. Periódicos

A Mensageira: revista literária dedicada à mulher brasileira.

A União Operária.

Brazil Elegante: jornal de modas das famílias brasileiras

Correio da Manhã

Diário Oficial da União

Femina

Fon-Fon

Gazeta de Notícias

Ilustração Portuguesa

Jornal do Brasil

Jornal do Commercio

Settimana: rassegna di lettere, arti e scienze

O Paiz

O Quinze de Novembro do Sexo Feminino.

O Sexo Feminino: semanário dedicado aos interesses da mulher

Revista da Semana

BIBLIOGRAFIA CITADA

- Almeida, Ana Maria Araújo. *Um “mestiço irrecusável”: Tito Lívio de Castro e o pensamento cientificista no Brasil do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- Alves, Branca Moreira. *Ideologia e Feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- Alves, Jorge Luís dos Santos. *Malheiro Dias e o luso-brasileirismo: um estudo de caso das relações culturais Brasil-Portugal*. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- Arendt, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007 [1958].
- Azevedo, Elciene. *O direito dos escravos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- Azevedo, Célia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites no século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004 [1987].
- Bahia, Juarez. *Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- Barbosa, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2002 [1951].
- Barbosa, Marialva. *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.
- Bard, Christine (dir.) *Un siècle d’antiféminisme*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1999.
- Bassanezi, Carla Beozzo. *Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- Batalha, Claudio. *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.
- Batalha, Cláudio. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- Bernardes, Maria Thereza Caiuby Crescenti. *Mulheres de ontem? Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.
- Besse, Susan. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

- Bigio, Elias dos Santos. *Programa(s) de índio (s): falas, contradições, ações interinstitucionais e representações sobre índios no Brasil e na Venezuela (1960-1992)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- Bonato, Nailda. *A Escola Profissional para o sexo feminino através da imagem fotográfica*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- Bonfá, Rogério Luis Giampietro. “*Com ou sem lei*”: *a expulsão dos estrangeiros e os conflitos entre executivo e judiciário na primeira república*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- Bonnell, Victoria and Hunt, Lynn (org.) *Beyond the cultural turn. New directions in the study of society and culture*. Berkeley: University of California Press, 1999.
- Borges, Vera Lúcia Bogéa. *A batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na primeira república*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.
- Bretas, Marcos Luiz. *A Guerra das Ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- Carneiro, Maria Elizabeth Ribeiro. *Procura-se “preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa”*: *uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca (1850-1880)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- Carvalho, José Murilo. *Formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- Carvalho, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- Caulfield, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro, 1918-1940*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.
- Caulfield, Sueann. “Getting into Thouble: Dishonest Women, Modern Girls, and Women-Men in the Conceptual Language of *Vida Policial*, 1925-1927”, *Signs*, v.19, n.1, Autumn, 1993.
- Chalhoub, Sidney; Neves, Margarida de Souza e Pereira, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.
- Chalhoub, Sidney. *Cidade febril - cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia Das Letras, 1996.

- Chalhoub, Sidney. *Visões da liberdade: uma história dos últimos anos da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- Chartier, Roger. *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- Coquart, Elizabeth. *La Frondeuse: Marguerite Durand, patronne de presse et féministe*. Paris: Payot, 2010.
- Corrêa, Mariza. *Antropólogas e Antropologia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- Correa, Mariza. "Sobre a invenção da mulata" in *Cadernos Pagu*, 6-7, 1996.
- Correa, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- Correa, Mariza. "Repensando a família patriarcal brasileira" in Arantes, Antonio Augusto et. al. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994 [1982].
- Cosnier, Colette. *Les Dames de Femina: un féminisme mystifié*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009.
- Costa, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983 [1979].
- Cott, Nancy. "Comment on Karen Offen's 'Defining Feminism: a Comparative Historical Approach'". *Signs*, v. 15, n.1, Autumn, 1989.
- Cott, Nancy. *The bonds of Womanhood: woman's sphere in New England, 1780-1835*. New Haven: Yale University Press, 1977.
- Couto, Ivette Maria Savelli Sanches. *Cartas de Iracema: antologia anotada de crônicas do período de 1914 a 1918 da seção "Cartas de Mulher", da Revista da Semana, assinadas sob o pseudônimo Iracema*. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Universidade Federal Fluminense, 2010.
- Cova, Anne. *Maternité et Droits des femmes en France (XIXe.-XXe. siècles)*. Paris: Anthopos, 1997.
- Cova, Anne e Pinto, Antonio Costa. "O salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa" in *Penélope*, 17, 1997.
- Cunha, Maria Clementina Pereira. "De historiadoras, brasileiras e escandinavas. Loucuras, folias e relações de gênero no Brasil (séculos XIX e XX)". *Tempo*, v. 5, 1998.
- Cunha, Olívia Gomes e Gomes, Flávio (orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

- Cunha, Maria Gomes da Cunha. *Intenção e Gesto. Pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro (1927-1942)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.
- Damon-Moore, Helen. *Magazines for the millions: gender and commerce in the Ladies Home Journal and the Saturday Evening Post, 1880-1910*. New York: State University of New York, 1994.
- Darnton, Robert. "História da Leitura". In: Burke, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.
- De Luca, Leonora. "O 'feminismo possível' de Júlia Lopes de Almeida" in *Cadernos Pagu* (12), 1999.
- Dominique, Kalifa. *L'encre et le sang. Récits de crimes et société à la Belle Époque*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1995.
- Duarte, Constância Lima. "Feminismo e Literatura no Brasil" in *Estudos Avançados*. 17 (49), 2003.
- Dubois, Ellen Carol. *Woman suffrage and women's rights*. New York: New York University Press, 1998.
- DuBois, Ellen Carol. "Comment on Karen Offen's 'Defining Feminism: a Comparative Historical Approach'". *Signs*, v. 15, n.1, Autumn, 1989.
- Debras, Sylvie. "Lectrices oubliées au quotidien", *Réseaux*, n. 120, v.4, 2003.
- Eleutério, Maria de Lourdes. *Vidas de romance: as mulheres e o exercício de ler e escrever no entresséculos. 1890-1930*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.
- El Far, Alessandra. "Crítica social e idéias médicas nos excessos do desejo: uma análise dos romances para homens dos finais do século XIX e inícios do XX" in *Cadernos Pagu*, 28, 2007.
- El Far, Alessandra. *Páginas de Sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- Engel, Magali Gouveia. "Gênero e política em Lima Barreto" in *Cadernos Pagu*, 32, 2009.
- Engel, Magali. "Paixão, crime e relações de gênero (Rio de Janeiro, 1890-1930) in *Topoi*, n.1, v.1, jan-dez, 2002.
- Esteves, Martha Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- Eveno, Patrick. "Les médias sont-ils sexués ? Éléments pour une gender history des médias français", *Le Temps des médias*, n. 1, 1/2003.

- Fraccaro, Gláucia. *Morigerados e revoltados: trabalho e organização de ferroviários da Central do Brasil e da Leopoldina (1889-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- Fraser, Nancy. "Rethinking the Public Sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy" in Calhoun, Craig (editor) *Habermas and the public sphere*. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 1992.
- Freire, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos. Discurso Maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- Garzoni, Lericé. "Disputas políticas e disputas por leitores: a criação do *Correio da Manhã* (1898-1901)" in *Topoi*, v.12, n.22, jan-jun 2011, pp.158-177.
- Garzoni, Lericé. *Vagabundas e conhecidas : novos olhares sobre a polícia republicana (Rio de Janeiro, início século XX)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2007.
- Ginzberg, Lori D. *Women and the work of benevolence: morality, politics and class in the 19th. Century United States*. New Haven: Yale University Press, 1990.
- Gomes, Ana Porto. *Crime em letra de forma: sangue, gatunagem e um misterioso esqueleto na imprensa do prelúdio republicano*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas,. 2003
- Gondra, José Gonçalves. "O veículo de circulação da pedagogia oficial da República: a *Revista Pedagógica*" in *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 78, n. 188-190, jan.- dez, 1997.
- Goodman, Dena. "Public sphere and private live: toward a synthesis of current historiographical approaches to the Old Regime" in *History and Theory*, v. 31, n.1, February, 1992.
- Graham, Sandra. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- Guimarães, Lucia e Ferreira, Tânia. "Myrthes Gomes de Campos (1875-?): Pioneirismo na luta pelo exercício da advocacia e defesa da emancipação feminina" in *Gênero*, v.9, n.2, 2009.
- Habermas, Jürgen "The Public Sphere: An Encyclopedia Article (1964)". in *New German Critique*, No. 3, Autumn, 1974.

- Hahner, June. “Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX” in *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 19 (2), maio-agosto/2011.
- Hahner, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- Hamant-Paparatti, Danielle. *Bien-pensantes, cocodettes et bas-bleus. La presse féminine et familiale (1873-1887)*. Paris: Denoël, 1984.
- Hartog, Hendrik. *Man and Wife in America: a history*. Cambridge: Harvard University Press, 2002.
- Heller, Barbara. *Da pena à prensa: mulheres e leitura no Brasil (1890-1920)*. São Paulo: Porto de Idéias, 2006.
- Hirata, Helena e Kergoat, Danièle. “Novas configurações da divisão sexual do trabalho” in *Cadernos de Pesquisa*, v.37, n.132, 2007.
- Hohendahl, Peter. “Jürgen Habermas: The public sphere (1964)” in *New German Critique*, No. 3, Autumn, 1974.
- Houbre, Gabrielle. “Como a literatura chega às jovens. França, primeira metade do século XIX” in *Tempo*, Rio de Janeiro, n.9, julho de 2000.
- Isenberg, Nancy. *Sex and citizenship in Antebellum America*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1998.
- Jacquet-Francillon, François. “Les conquêtes féminines dans l’enseignement” in *Actes du Colloque Défense et Transformer l’École pour tous*, CD-Rom, Marseille, 1997.
- Joshi, Chitra. “Para além da polêmica do provedor: mulheres, trabalho e história do trabalho” in *Mundos do Trabalho*, v.1, n.2, 2009.
- Kelley, Mary. “Beyond the boundaries”. *Journal of Early Republic*, v.21, n.1, 2001.
- Kerber, Linda. “Separate Spheres, Female Worlds, Woman’s Place: The rhetoric of Women’s History” in *The Journal of American History*, vol. 75, n.1, jun., 1988.
- Kerber, Linda. “The Republican Mother: women and enlightenment – an American perspective” in *American Quarterly*, v. 28, n.2, Summer, 1976.
- Klejman, Laurence e Rochefort, Florence. *L’égalité en marche: le féminisme sous la Troisième République*. Paris: Ed. Des Femmes Antoinette Fouque, 1989.
- Lacombe, Américo Jacobina. *À Sombra de Rui Barbosa*. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

- Leal, Cláudia Baeta Feierabend. *Anarquismo em verso e prosa: literatura e propaganda na imprensa libertária em São Paulo (1900-1916)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.
- Leite, Miriam Lifchitz Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Editora Ática, 1984.
- Lima, Herman. *Rui e a caricatura*. Rio de Janeiro, Olímpica, 1950.
- Lopes, Maria Angélica. “Carmem Dolores: jornalismo, literatura e feminismo na Bela Época brasileira” in *Luso-Brasílian Review*, v.26, n.2, 1989.
- Lopes, Maria Margaret; Souza, Lia; Sombrio, Mariana. “Os lugares de Bertha Lutz na História”. In: XVII Encontro Regional de História - O lugar da História, 2004, Campinas. Anais do VII Encontro Regional de História - O lugar da Memória, 2004.
- Luca, Tânia Regina de . “A grande imprensa no Brasil da primeira metade do século XX”. in Martins, Ana Luiza e Luca, Tânia Regina. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- Lustosa, Isabel. *Histórias de presidentes: a República no Catete*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.
- Lyon-Caen, Judith. *La lecture et la vie. Les usages du roman au temps de Balzac*. Tallandier: Paris, 2006.
- Lyons, Martin. "Les nouveaux lecteurs au XIXe. Siècle: femmes, enfants, ouvriers" in Cavallo, Guglielmo e Chartier, Roger (dir.) *Histoire de la lecture dans le monde ocidental*. Paris: Éditions Seuil, 2001.
- Machado, Hilda. *Laurinda Santos Lobo: mecenas, artistas e outros marginais em Santa Teresa*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- Machado, Humberto F. “Imprensa e identidade do ex-escravo no contexto pós-abolição” in Neves, Lúcia; Morel, Marcus; Ferreira, Tânia (orgs.) *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A e Faperj, 2006.
- Mah, Harold. “Phantasies of the Public Sphere: Rethinking the Habermas of Historians” in *The Journal of the Modern History*, v.72, n.1, 2000.
- Marcus, Sharon. *Between Women: friendship, desire and marriage in Victorian England*. Princeton: Princeton University Press, 2007.
- Martins, Ana Luiza e Luca, Tânia Regina. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

- McClintock. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no em bate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- Mendonça, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes: tribuno da república*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- Meyer, Marlise. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- Mihaely, Gil. "Um fio de diferença: masculinidades no mundo do trabalho, 1870-1910" in *Anos 90*, Porto Alegre, v.14, n.25, julho de 2007.
- Miyasaka, Cristiane Regina. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- Monteiro, John. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese de Livre Docência, Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- Müller, Maria Lúcia Rodrigues. *As Construtoras da Nação: as professoras primárias na Primeira República*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.
- Muzart, Zahidé. "Feminismo e Literatura ou quando a mulher começou a falar" in Moreira, Maria Eunice (org.) *Histórias da Literatura: teoria, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.
- Nascimento, Álvaro Pereira. *Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.
- Nazzari, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- Negro, A. L. e Silva, S. (orgs.) *E. P. Thompson: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- Newman, Louise Michelle. *White women's rights: the racial origins of feminism in the United States*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- Nicholson, Linda "Feminism in waves: useful metaphor or not?" in *New Politics*, v.XII-4, 48, Winter 2010.
- Nies, Fritz "La femme-femme et la lecture, un horizon iconographique" *Romantisme*, v.15, n47, 1985.
- Offen, Karen. "Le gender est-il une invention américaine ?" in *Clio*, n°24-2006.

- Offen, Karen. "Defining Feminism: a Comparative Historical Approach". *Signs*, v. 14, n.1, Autumn, 1988.
- Oliveira, Ingrid Silva. "O olhar sobre o negro na literatura brasileira do pós-abolição: uma análise do romance *A Intrusa* de Júlia Lopes de Almeida" in *Revista Eletrônica Cadernos de História*, vol. X, ano 5, n.2, dezembro de 2010.
- Pedro, Joana Maria. "Relações de gênero como categoria transversal da historiografia contemporânea" in *Topoi*, v.12, n.22, jan-jun, 2011.
- Pereira, Leonardo. "O Prazer das Morenas: bailes, ritmos e identidades nos clubes dançantes da Primeira República". In: Andrea Marzano; Victor Andrade de Melo. (Org.). *Vida Divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)*. 1 ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.
- Pereira, Leonardo Affonso Miranda. "Uma miragem de República: sonhos e desilusões de um grupo literário". In: Fernando Teixeira da Silva; Márcia Naxara; Virgínia Camilotti. (Org.). *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba: Editora da UNIMEP, 2003.
- Pereira, Leonardo. *Barricadas da Saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.
- Pereira, Leonardo. *O Carnaval das Letras. Literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004 [1994].
- Perrot, Michelle. "Sortir" in Perrot, Michelle et Fraisse, Geneviève. *Histoire des femmes en Occident. Le XIXe. Siècle*. Paris: Plon, 2002 [1991].
- Perrot, Michelle. "L'éloge de la ménagère dans les discours des ouvriers français au XIXe. siècle" in *Romantisme*, n.13-14, 1976.
- Pinto, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- Pinsky, Carla Bassanezi "Estudos de Gênero e História Social" in *Estudos Feministas*. Florianópolis, 17 (1), 2009.
- Pinson, Guillaume. "La femme masculinisée dans la presse mondaine française de la Belle Époque" in *Clio: Histoire, Femmes et Sociétés*, n.30, 2009.
- Pita, Valéria. "Nos termos de suas benfeitoras: encontros entre trabalhadoras e as senhoras da sociedade de beneficência, Buenos Aires, 1852-1870". *Mundos do Trabalho*, v.1, n.2, 2009.

- Poovey, Mary. "Covered but not bound: Caroline Norton and the 1857 Matrimonial Causes Act" in *Feminist Studies*, v.14, n.3, 1988.
- Planté, Christine; Therenty, Marie-Ève. "Masculin/Féminin dans la presse du XIXe. siècle: le genre de la critique. In Andrin, Muriel; Brogniez, Laurence; Creusen, Alexia; Favry, Amélie; Gemis, Vanessa (éditeurs). *Femmes et critique(s): Lettres, Arts, Cinéma*. Namur: Presses Universitaires de Namur, 2009.
- Planté, Christine. "Femmes exceptionnelles: des exceptions pour quelle règle?". *Les Cahiers du GRIF*, Paris, no 37-38, 1988.
- Poulain, Martine. "Scènes de lecture dans la peinture, la photographie, l'affiche, de 1881 à 1989" in Hébrard, Jean et Chartier, Anne-Marie. *Discours sur la lecture (1880-1980)*. Paris: Bibliothèque publique d'information, Centre Georges Pompidou, 1989.
- Purvis, June. "The Pankhursts and the Great War" in Fell, Allison e Sharp, Ingrid. *The Women's Movement in Wartime: international perspectives, 1914-1919*. New York: Pallgrave Macmillan, 2007.
- Putnam, Lara. *The company they kept: migrants and the politics of gender in Caribbean Costa Rica, 1870-1960*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- Queffelec, Lise. "Le lecteur comme lectrice: stratégies romanesques et stratégies critiques sous la Monarchie de Juillet" in *Romantisme*, v.16, n.53, 1986.
- Rago, Margareth. *Anarquismo e Feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.
- Rago, Margareth. *Os Prazeres da Noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- Remedi, José Martinho Rodrigues. "Intelectuais e honorabilidade: o papel dos duelos como forma de pertencimento ao campo social" in *Métis: história e cultura*, v.8, n.15, jan./jun., 2009.
- Remédios, Maria José Lago "Ana de Castro Osório e a construção da Grande Aliança entre os povos: dois manuais da escritora portuguesa adotados no Brasil". In Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de História da Educação. Rio de Janeiro, UFF, 2000.
- Rennes, Juliette. *Le mérite et la nature: une controverse républicaine: l'accès des femmes aux professions de prestige, 1880-1940*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 2007.
- Riot-Sarcey, Michèle. "L'historiographie française et le concept de 'genre'" in *Revue d'histoire moderne et contemporaine*. Paris, v. 47-4, 2000.

- Rivron, Vassilli. "Representação da arte e arte da representação: reflexos de dois poetas na historiografia literária do Brasil" in *Pro-Posições*, v. 17, n.3 (51), 2006.
- Rocheffort, Florence. "À propos de la libre-disposition du salaire de la femme mariée: les ambiguïtés d'une loi (1907)". In *Clio: Histoire, Femmes et Société*, 7, 1998.
- Rohden, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009 [2001].
- Rogers, Rebecca. "La féminisation de l'enseignement, une histoire de femmes?" in *Histoire de l'éducation*, n.93, 2002.
- Roncador, Sônia. *A doméstica imaginária: literatura, testemunhos e a invenção da empregada doméstica no Brasil (1889-1999)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.
- Ronsin, Francis. *Les divorciaires: affrontements politiques et conceptions du mariage dans la France du XIXe. Siècle*. Paris: Éditions Aubier, 1992.
- Rosaldo, Michelle. "The use and abuse of anthropology: reflexions on feminism and cross-cultural understanding" in *Signs*, v.5,n.3, Spring, 1980.
- Rosaldo, Michelle. "Women, Culture and Society: a theoretical overview" in Rosaldo and Lamphere (eds.) *Women, Culture and Society*. Stanford: Stanford Press University, 1974.
- Ryan, Mary P. *Women in Public: between banners and ballots, 1825-1880*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1990.
- Schettini, Cristiana. *Que tenhas teu corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
- Schettini, Cristiana. "Os senhores da alegria: a presença das mulheres nas Grandes Sociedades carnavalescas cariocas em fins do século XIX" in Cunha, Maria Clementina Pereira. *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- Schettini, Cristiana. *Um gênero alegre: imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898-1916)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.
- Schwarcz, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 [1993].
- Scott, Joan. "Gender: still a useful category of analysis?" In *Diogenes*, 255, 2010.

- Scott, Joan. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002 [1996].
- Scott, Joan. “ ‘L’ouvrière, mot impie, sordide...’ le discours de l’économie politique française sur les ouvrières, 1840-1860 in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v.83, n.83, Juin, 1990.
- Scott, Joan. “Deconstructing equality-versus-difference, or, the uses of poststructuralist theory for feminism” in *Feminist Studies*, 14, n.1, Spring, 1988.
- Scott, Joan. "Prefácio a Gender and the Politics of History" in *Cadernos Pagu* (3) 1994 [1988].
- Scott, Joan "Gênero: uma categoria útil de análise histórica" in *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 16 (2), jul/ dez, 1990 [1986].
- Sevcenko, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 1993.
- Sevcenko, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003 [1983].
- Sewell, Willian. “Gender, History and deconstruction: Joan Wallach Scott’s *Gender and the Politics of History*”. In *CSST Working Paper 34 CRSO Working Paper 400*, August, 1989.
- Sharp, Ingrid. “Blaming the women: women’s ‘responsability’ for the First World War” in Fell, Allison e Sharp, Ingrid. *The Women’s Movement in Wartime: international perspectives, 1914-1919*. New York: Pallgrave Macmillan, 2007.
- Silva, Ciro. *Pinheiro Machado*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- Silva, Maria Regina Tavares. “Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do século XX” in *Análise Social*, v. XIX, 77-78-79, 1983.
- Silveira, Daniela. *Fábrica de contos: ciência e literatura em Machado de Assis*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- Silveira, Daniela. *Contos de Machado de Assis: leituras e leitores do Jornal das Famílias*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- Simioni, Ana Paula Cavalcanti. *Artista. Pintoras e escultoras acadêmicas brasileiras*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2008.

- Simioni, Ana Paula. “A viagem a Paris de artistas brasileiros no final do século XIX” in *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, v. 17, n.1, 2005.
- Smith-Rosenberg, Carroll. “Beauty, the Beast, and the Militant Woman” in *Disordely conduct: visions of gender in Victorian America*. Oxford: Oxford University Press, 1985.
- Smith-Rosenberg, Carroll. “The Female World of Love and Ritual: Relations between women in Nineteenth-Century America”, *Signs*, 1, 1975.
- Sodré, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 1999 [1966].
- Soihet, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 2006.
- Soihet, Rachel. “Comparando escritos: Júlia Lopes de Almeida e Carmem Dolores” in *Caderno Espaço Feminino*, v.9, n.10/11, 2001/2002.
- Soihet, Rachel. “La première vague du féminisme brésilien de la fin du XIXe. siècle aux années trente” in *Clio: histoire, femmes et sociétés*, n.7, 1998.
- Soihet, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- Souza, Flávia Fernandes de. *Para casa de família e mais serviços: o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- Souza, Robério S. *Tudo pelo trabalho livre! Trabalhadores e conflitos no pós-abolição (Bahia, 1892-1909)*. Salvador: EDUFBA/ FAPESP, 2011.
- Stanley, Amy Dru. *From Bondage to Contract: wage labor, marriage and the market in the age of slave emancipation*. New York: Cambridge University Press, 1998.
- Stepan, Nancy. “Race, Gender, Science and Citizenship” in *Gender & History*, v. 10, n.1, April, 1998.
- Stepan, Nancy. “Raça e Gênero: o papel da analogia na ciência” in Hollanda, Heloísa Buarque (org.) *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- Teixeira, Guilherme Sodré Teixeira. *A Águia de Haia: Rui Barbosa no imaginário político dos chargistas brasileiros*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2007.

- Thérenty, Marie-Eve. "LA chronique et LE reportage: du 'genre' (*gender*) des genres journalistiques" in *Études Littéraires*, volume 40, n.3, Automne, 2009.
- Thiesse, Anne-Marie. *Le Roman du quotidien: lecteurs et lectures populaires à la Belle Époque*. Paris: Éditions du Seuil, 2000 [1984].
- Thébaud, Françoise. *Écrire l'histoire des femmes et du genre*. Lyon: ENS Éditions, 2007 [1998].
- Thébaud, Françoise et Bard, Christine. "Les effets antifeminists de la Grande Guerre" in Bard, Christine (org.) *Un siècle d'antiféminisme*. Paris: Fayard, 1999.
- Thompson, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- Tilly, Louise et Scott, Joan. *Les femmes, le travail et la famille*. Paris: Petit Bibliothèque Payot, 2006 [1976].
- Toledo, Edilene. "Em torno do jornal *O Amigo do Povo*: os grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século" in *Cadernos AEL*, n.8/9, 1998.
- Ueócka, Loryne Garcia. *A campanha civilista nas ruas: uma análise de sua construção retórico-política*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 2004.
- Varikas, Eleni. "'O pessoal é político': desventura de uma política subversiva in *Tempo*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1996.
- Varikas, Eleni. *La révolte des dames. Genèse d'une conscience féministe dans la Grèce du XIXe. Siècle*. Thèse (Doctorat en Histoire) – Paris VII, Paris, 1988.
- Varikas, Eleni et Riot-Sarcey, Michèle. "Réflexions sur la notion d'exceptionnalité". *Les Cahiers du GRIF*, Paris, no 37-38, 1988.
- Vasconcellos, Eliane. "Carmem Dolores" in Dolores, Carmem. *Crônicas 1905-1910*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- Viana Filho, Luis. *A vida de Rui Barbosa*. São Paulo: Nacional, 1949.
- Vicent, K. Steven. *Between Marxism and Anarchism: Benoît Malon and French Reformism Socialism*. Los Angeles: University of California Press, 1992.
- Welter, Barbara. "The cult of true womanhood: 1820-1860" in *American Quarterly*, 18, 1966.

Werle, Flávia Ubino Corrêa. “Práticas de gestão e feminização do magistério” in *Caderno de Pesquisa*, n.35, v.126, São Paulo, set-dez/ 2005.